

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita
Filho” Faculdade de Ciências e Tecnologia Programa de
Pós-Graduação em Educação

BEATRIZ ALVES DE MOURA

**O LIVRO DENTRO DO LIVRO: REFLEXÕES SOBRE A
LITERATURA INFANTIL EM OBRAS DO PNLD LITERÁRIO DE
2018**

Presidente Prudente

2023

BEATRIZ ALVES DE MOURA

**O LIVRO DENTRO DO LIVRO: REFLEXÕES SOBRE A
LITERATURA INFANTIL EM OBRAS DO PNLD LITERÁRIO DE
2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/Unesp, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa 2: “Processos Formativos, Ensino e Aprendizagem”.

Orientadora: Prof.^a Dra. Renata
Junqueira de Souza

Presidente Prudente

2023

M929l Moura, Beatriz Alves de
O livro dentro do livro: reflexões sobre a literatura infantil em obras do PNLD literário de 2018 / Beatriz Alves de Moura. -- Presidente Prudente, 2023
184 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientadora: Renata Junqueira de Souza

1. Livro de literatura infantil. 2. Literatura infantil. 3. Políticas públicas de leitura. 4. PNLD Literário 2018. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ATA DE DEFESA



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O livro dentro do livro: reflexões sobre a literatura infantil em obras do PNLD literário 2018

AUTORA: BEATRIZ ALVES DE MOURA

ORIENTADORA: RENATA JUNQUEIRA DE SOUZA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Educação, pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. RENATA JUNQUEIRA DE SOUZA (Participação Virtual)
Departamento de Educação / UNESP - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - SP

Profa. Dra. MARCIA TAVARES SILVA (Participação Virtual)
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS / Universidade Federal de Campina Grande

Profa. Dra. NAELZA DE ARAÚJO WANDERLEY (Participação Virtual)
Programa de Pós graduação em Linguagem e Ensino / Universidade Federal de Campina Grande

Presidente Prudente, 28 de abril de 2023

Aos meus futuros alunos leitores, o real motivo desse trabalho.

*Aos meus sobrinhos, primos e irmãos, inspirações de minhas
leituras literárias!*

*Aos meus familiares e amigos, pelo cuidado e compreensão de
minhas ausências.*

*E especialmente à minha generosa orientadora Renata Junqueira de
Souza, por acreditar em mim.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, e a o concluir esta etapa tão significativa da minha vida, gostaria de expressar meus agradecimentos a todos aqueles que, de outras, contribuíram para a realização deste trabalho. Em especial, destaco:

Primeiramente, agradeço ao meu Deus, na pessoa de Jesus, meu "refúgio e fortaleza, socorro bem presente na angústia" (Salmos 46:1), por me dar força e inspiração ao longo dessa jornada.

À minha família, especialmente aos meus queridos irmãos, sobrinhos e primos, que foram fonte de luz e esperança em meu coração. Meu amor é todo de vocês!

Minha estimada orientadora, Renata Junqueira de Souza, sem a qual nada disso seria possível. Agradeço por compartilhar sua maravilhosa biblioteca comigo, por me incentivar a contar histórias e por despertar em mim a paixão pela literatura infantil.

Meus sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-graduação em Educação e ao Seminário de Pesquisa, momentos essenciais para o alinhamento da pesquisa. Minha gratidão também vai à Ivonete e Cintya, representantes do programa, pelo eficiente trabalho e atenção às nossas demandas.

Ao CELLIJ, minha segunda casa na Unesp, e a todos os amigos que fiz lá, os quais me incentivaram e discutiram meu projeto inicial. Agradeço especialmente a Claudia Brandão pelas várias mensagens respondidas, a Kenia pelos textos compartilhados, a Cleide pelas palavras de força e fé, a Gabi e Bela pelas boas conversas e esclarecimento de dúvidas, e a Ana Paula e Vânia pelo empréstimo de boa parte dos livros do Programa, bem como por toda a boa vontade em me ouvirem e contribuírem com o desenvolvimento deste trabalho.

À Professora Elianeth, pela disciplina que transformou minha vida docente e mudou meu olhar sobre a leitura e o ato de ler. Sua inspiração como professora e ser humano é o que almejo me tornar.

Minha gratidão a Carol, minha irmã do coração e uma verdadeira inspiração como pessoa leitora. Obrigada por ser minha terapeuta nas horas vagas e por me ensinar técnicas de respiração para ansiedade.

Priscila, Roberto, Pedro e Helô, por me adotarem como filha e se tornarem minha segunda família neste período. Amo vocês.

Com carinho especial, agradeço aos amigos que fiz durante o mestrado, mesmo à distância, e que foram companheiros fiéis: Sara, Robson, Paula, Estela e Adriana.

Paula, suas tardes de leitura, discussões e escrita foram fundamentais, e seu olhar sobre a literatura se reflete nesta pesquisa.

À Virgínia, minha colega de quarto e colo de afago, agradeço por estar ao meu lado nas madrugadas de estudo.

Estela, minha amiga e ponto de equilíbrio para meus devaneios emocionais e teóricos, obrigada pelas leituras atentas e por todo trabalho conjunto. Suas contribuições foram essenciais para esta escrita.

Dentre os chegados amigos, vou chegando ao fim agradendo à minha irmã de outra mãe, Adriana (Dri), pelas mensagens e ligações de apoio. Você me fez lembrar que desistir estava fora de cogitação. Sou grata pelas reflexões sobre leitura, pelas correções e contribuições e, principalmente, por compartilhar a vida comigo.

Meu muito obrigada a todos!

Se um dia acreditamos ter entrado na civilização das imagens, eis que o computador nos reintroduz na galáxia de Gutenberg, e doravante todo mundo vê-se obrigado a ler. Para ler, é preciso um suporte. Esse suporte não pode ser apenas o computador. [...] O livro venceu seus desafios e não vemos como, para o mesmo uso, poderíamos fazer algo melhor que o próprio livro. Talvez ele evolua em seus componentes, talvez as páginas não sejam mais de papel. Mas ele permanecerá o que é.

Umberto Eco (2010, n.p)

RESUMO

O presente estudo está vinculado à linha de Pesquisa "Processos Formativos, Ensino e Aprendizagem" do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente. Ele aborda a temática do livro de literatura infantil a partir de uma perspectiva simbólica e material. Metodologicamente, insere-se no campo das pesquisas qualitativas em Educação, realizado mediante um estudo bibliográfico e documental. A questão problema que guia a pesquisa é: Considerando os critérios de avaliação do PNLD Literário 2018 e todo o seu contexto, qual papel o livro pode desempenhar em obras em que o livro está dentro do livro literário? Neste sentido, o objetivo geral é compreender como o livro é representado, ora como personagem, ora como objeto de leitura, nas narrativas de obras de literatura infantil do referido Programa. Como objetivos específicos, visamos: a) Contextualizar as políticas de programas de livro e leitura no Brasil; b) Contextualizar a finalidade do PNLD Literário 2018; c) Descrever os objetivos, as diretrizes, as categorias e as dimensões estabelecidas no programa para a avaliação e aprovação das obras; d) Identificar o perfil do professor previsto pelo programa, a partir dos encaminhamentos disponíveis aos docentes; e) Correlacionar os critérios de avaliação estabelecidos pelo PNLD Literário 2018 aos postulados teóricos para a seleção do livro de literatura infantil na análise de 4 livros literários do acervo aprovado. Como principais referenciais teóricos, baseamo-nos em Linden (2011), Nikolajeva e Scott (2011), Melot (2012) e Colomer (2003, 2017). Os resultados apontam que o livro dentro do livro literário pode exercer diferentes papéis: representação humana através da metáfora, suporte de leitura, objeto com grande valorização, meio para transmissão de informações e conhecimentos, e permite diversas discussões sobre a representação e concepções ligadas à mediação de leitura, do livro e da própria literatura. Ao mesmo tempo, notou-se que há uma correlação entre a ideia difundida pela referida política com o conceito paradidático, refletindo a impossibilidade e instrumentalização da materialidade do livro físico direcionado às crianças.

Palavras-chave: livro de literatura infantil; literatura infantil; políticas públicas de leitura; pnld literário 2018.

ABSTRACT

This study is part of the thematic "Formative Processes, Teaching, and Learning" of the Graduate Program in Education at the Faculty of Sciences and Technology of UNESP, Presidente Prudente Campus. It addresses the theme of children's literature books from a symbolic and material perspective. Methodologically, it is part of qualitative research in Education, carried out through a bibliographic and documentary study. The research question is: Considering the evaluation criteria of the Literary National Program for Libraries (PNLD Literário) in 2018 and its entire context, what role can the book play in works where the book is inside the literary book? In this sense, the overall objective is to understand how the book is represented, sometimes as a character and other times as an object of reading, within the narratives of children's literature works from the mentioned Program. The specific objectives are: a) To contextualize the policies of book and reading programs in Brazil; b) To contextualize the purpose of the Literary National Program for Libraries (PNLD Literário) in 2018; c) To describe the objectives, guidelines, categories, and dimensions established in the program for the evaluation and approval of works; d) To identify the profile of the teacher foreseen by the program, based on the guidelines available to teachers; e) To correlate the evaluation criteria established by the Literary National Program for Libraries (PNLD Literário) in 2018 with the theoretical postulates for the selection of children's literature books in the analysis of 4 approved literary books from the collection. The main theoretical references are based on Linden (2011), Nikolajeva and Scott (2011), Melot (2012), and Colomer (2003,2017). The results indicate that the book within the literary book can play different roles: human representation through metaphor, a support for reading, something highly valued, a means for transmitting information and knowledge, and it allows for various discussions about the representation and concepts related to the mediation of reading, the book, and literature itself. At the same time, it was noted that there is a correlation between the idea spread by the mentioned policy and the paradidactic concept, reflecting the impassivity and instrumentalization of the materiality of physical books directed at children.

Keywords: children's literature book; children's literature; public reading policies; Literary National Program for Libraries (PNLD Literário) 2018.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Site da editora	81
Imagem 02: O livro dorme	110
Imagem 03: Capas <i>O livro dorme</i>	112
Imagem 04: Espessuras e encadernação	112
Imagem 05: Paratextos dos livros <i>O livro dorme</i>	113
Imagem 06: Folha de rosto <i>O livro dorme</i>	115
Imagem 07: O livro dentro do <i>O livro dorme</i>	116
Imagem 08: Posição do narrador	117
Imagem 09: O começo da narrativa	118
Imagem 10: Capa O livro que lê gente	123
Imagem 11: Capa do livro comprado pela internet	124
Imagem 12: Paratextos dos livros <i>O livro que lê gente</i>	124
Imagem 13: Mudanças dos paratextos <i>O livro que lê gente</i>	125
Imagem 14: Capas com e sem orelhas	126
Imagem 16: O livro lendo	128
Imagem 17: Expressão do gato	128
Imagem 18: Quadro de avisos na biblioteca	129
Imagem 19: <i>Procura-se! Carlinhos Coelho, o Ladrão de Livros</i>	134
Imagem 20: Sonhos de Carlinhos	135
Imagem 21: As listas de leituras de Carlinhos	136
Imagem 22: Carlinhos lendo sozinho	137
Imagem 23: O maior livro de todos os tempos	139
Imagem 24: Um livro de isca para Carlinhos	139
Imagem 25: A emboscada	140
Imagem 26: Na prisão	141
Imagem 27: A vegeteira	141
Imagem 28: Carlinhos sendo descoberto	142
Imagem 29: A biblioteca	142
Imagem 30: Arthur e Carlinhos lendo	143
Imagem 31: Quarta capa do livro	143
Imagem 32: Capa <i>Um livro para Bart</i>	146
Imagem 33: Bart querendo passear	157
Imagem 34: A chegada na biblioteca	149
Imagem 35: Livros apresentados pela narrativa visual	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Os critérios de avaliação para a escolha do acervo do PNLD	57
Quadro 02: Livros para todas os anos do Ensino público	79
Quadro 03: Livros distribuídos pelos PNLD Literário 2019	79
Quadro 04: Livros distribuídos pelos PNLD Literário 2019-2020	80
Quadro 05: Categoria 2 (Creche II)	112
Quadro 06: Categoria 5 (4° e 5° anos do Ensino Fundamental)	124
Quadro 07: Categoria 3 Categoria 3 (Pré-escola)	134
Quadro 08: Categoria 4 (1° ao 3° ano do Ensino Fundamental)	148

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Trajetória pessoal e acadêmica	13
1.2. Encaminhamentos da pesquisa.....	15
2. METODOLOGIA DE PESQUISA	20
3.HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO NO BRASIL	24
3.1. Breve panorama histórico das políticas públicas de leitura e do livro	24
3.2 Começo, meio e fim do PNBE.....	28
4. O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD) LITERÁRIO DE 2018.....	33
4.1 Explorando as Conexões entre Livro, Leitura e Literatura	34
4.1.2 Delimitando conceitos: O Literário e o Paradidático	35
4.2 O Contexto do PNLD Literário: Reflexões sobre Diretrizes, Seleção e Contexto das Obras	44
4.3 O PNLD e a incorporação do PNLD Literário 2018	46
4.4 Mudanças pontuais na transição do programa e características da nova iniciativa	48
4.4.1 O decreto de implementação do PNLD Literário	48
4.4.2. Novos sujeitos na aprovação dos livros que chegam na escola.....	51
4.4.3 Os trâmites da avaliação das obras literárias como pano de fundo das	53
4.4.4 Os critérios de avaliação e a seleção das obras pelo PNLD 2018	54
4.4.5 Avaliação de Livros Literários no PNLD 2018: Um Enfoque nas Dimensões de Qualidade	60
4.4.6 Definição de livro de literatura no programa	74
4.4.7. A distribuição de livros pelo PNLD Literário.....	76

4.5 Inferências sobre os papéis dados ao professor nos editais de 2018 e 2020.....	89
5. O LIVRO DENTRO DO LIVRO LITERÁRIO: RELAÇÕES E ANÁLISES...	94
5.1 O Livro: uma significação no contexto desta pesquisa	94
5. 2 Alguns formatos e características do livro ilustrado	97
As guardas	100
5. 3 O papel do livro dentro do livro literário: o que as análises nos dizem.....	104
5.3.1 O livro dorme	108
Critérios da qualidade do texto verbal	118
5.3.2 O livro que lê gente.....	121
5.3.3 Procura-se! Carlinhos Coelho, o ladrão de livros.....	131
5.3.4 Um livro para Bart	144
5. 4 Conclusões após análises	151
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
6.1 Conclusão e suas reticências	159
7. REFERÊNCIAS	163
APÊNDICES	170
ANEXOS	172

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trajetória pessoal e acadêmica

Inicialmente, peço a devida concessão para empregar a primeira pessoa do singular, a fim de expor minha trajetória, a qual se entrelaça de maneira significativa com temas como família e infância, que exercem influência crucial na formação do sujeito e, no meu caso, até mesmo na constituição deste trabalho acadêmico.

Minha jornada pessoal está intrinsecamente entrelaçada com o percurso acadêmico, uma vez que considero fundamental a interação entre autor, obra e leitor para qualquer prática de leitura, especialmente em uma pesquisa que se apoia em diversos referenciais teóricos, cuja contextualização enriquece os significados no âmbito da pesquisa e do objeto em estudo.

Nessa perspectiva, valho-me das concepções de Halbwachs (1990) para fundamentar essa abordagem. Segundo sua teoria sobre memória, nossas percepções são validadas como reflexos de uma coletividade, transcendendo experiências solitárias ou meramente individuais; ao contrário, essas percepções podem ser comparadas a várias outras lembranças, uma vez que jamais estamos isolados, mas sempre acompanhados por outros indivíduos, essenciais à nossa formação.

Conforme o autor explicita: "Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias" (HALBWACHS, 1990, p.25).

Desse modo, ao recordar minhas lembranças, estou, na verdade, resgatando memórias que não são exclusivamente minhas, mas compartilhadas por muitos outros indivíduos com os quais mantenho laços até o presente, reforçando a importância não apenas da minha individualidade, mas da comunidade à qual pertença.

Nesse contexto coletivo, sou filha de pais que não concluíram as etapas escolares, a primogênita de seis irmãos e, apesar dos desafios socioeconômicos e familiares vivenciados durante a infância, sempre mantive a fé em Deus como minha força e esperança. Agradeço profundamente às pessoas bondosas que encontrei, às realidades imaginativas que criei para superar momentos difíceis e às lembranças felizes da infância, mesmo quando essas se apresentavam como brechas da realidade.

Ao rememorar esse período, vêm à mente imagens inspiradoras, como a de minha educadora em um projeto social, que proporcionou o encontro com livros de contos em uma sala simples e aconchegante, com tapetes e almofadas; assim como a de minhas professoras da terceira e quarta série, que narravam histórias desenhadas na lousa. Era assim que eu enfrentava dragões, cavalgava, esperava o príncipe e até manjava uma pesada espada.

Contudo, durante essa mesma época, as lembranças de meus encontros pessoais com os livros são vagas, e as poucas que existem remetem à biblioteca inaugurada na escola, um lugar bonito e cheiroso. Estar lá significava que precisávamos ser ágeis e atentos às prateleiras dos livros que podíamos escolher, pois o acesso a todo o acervo não nos era permitido. A professora, responsável pela biblioteca, estava sempre ocupada anotando os empréstimos dos alunos, o que dificultava a orientação ou indicação de obras, e o mesmo ocorria com a professora da sala, que geralmente estava ocupada com outras tarefas. Como resultado, eu sempre acabava optando pelos mesmos livros, principalmente os clássicos e os contos, que, afinal, me acalentavam.

Os anos passaram desde a escola até meu ingresso no curso de Pedagogia na Unesp, período em que me afastei consideravelmente dos livros. Contudo, na universidade, participei da disciplina de Literatura Infantil ministrada pela professora Renata Junqueira de Souza, um momento emocionante, pois pude resgatar as memórias de minha infância ao me reencontrar com os livros daquela época. À procura de uma causa social em que pudesse atuar, conheci um dos lugares mais fascinantes do campus, o Centro de Estudos em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil "Maria Betty Coelho Silva" (CELLIJ), e não demorou muito até eu perceber na literatura uma poderosa forma de sensibilizar o outro, o próximo, levando-me a candidatar ao processo seletivo para bolsistas e integrar esse grupo de estudos.

Durante as atividades dos projetos desenvolvidos, percebi a falta de familiaridade das crianças e dos professores com muitos dos livros infantis disponíveis na Biblioteca Infantil de Prudente - BIP no CELLIJ. Incomodei-me, sobretudo ao constatar a densidade e a rapidez da formação que recebemos na graduação, o que levou a primárias preocupações sobre o papel do pedagogo na formação das crianças e suas relações com o livro infantil, especialmente o de natureza literária.

Após a conclusão do curso, iniciei minha carreira como professora da Educação Infantil em uma escola pública do município onde resido. Nessa experiência, infelizmente, deparei-me com a recorrência do uso descontextualizado de obras literárias, empregadas apenas como veículos para transmitir conteúdos estudados nas disciplinas ou para a prática restrita da oralização, conduzida exclusivamente pelos professores.

No espaço da biblioteca dessa escola, por exemplo, havia duas estantes: uma com um pequeno acervo, composto por livros surrados e rasgados, resultantes de doações dos pais; e outra com os livros mais desejados, de capas duras, tamanhos e formatos variados. Os livros da primeira estante podiam ser manuseados pelas crianças sob o olhar atento do professor responsável, enquanto os livros "intocáveis" pelos pequenos, da segunda estante, eram reservados exclusivamente aos professores.

Nesse mesmo contexto, ao desenvolvermos propostas de planejamentos coletivos em equipe, percebi que as justificativas e concepções de meus colegas de trabalho eram muito semelhantes, visto que não conseguiam abordar a literatura infantil sem utilizá-la para fins didáticos, além de restringirem o manuseio e a exploração das obras, reduzindo a experiência das crianças com esse objeto de significação.

Essa visão pedagogizante da literatura infantil em meu próprio ambiente de atuação assemelha-se à realidade de minha infância e, assim, confrontei-me com dilemas presentes na escola, como o uso do espaço da biblioteca e a leitura de literatura infantil em sala de aula. Azevedo (p. 2- 3, 2003) lamenta que: “infelizmente, [...] boa parte dos adultos – ainda confunde livros didáticos com livros de literatura. [...] Por analogia, dentro dessa concepção, só haveria espaço para um tipo de livro: o que 'ensina'”. Soares (2001) também aponta que a Literatura Infantil foi inadequadamente escolarizada, especialmente quando submetida a uma abordagem pragmática, sendo considerada meramente útil para o ensino de conteúdos escolares.

Percebe-se, assim, que o trabalho com a literatura e com diferentes tipos de textos, quando elaborados na escola, acabam por se inserir em um processo de ensino e aprendizagem inflexível, com mudanças lentas, mas com implicações que afetam a vida do sujeito de várias maneiras.

Dessa forma, a partir dessas vivências e reflexões, emergem minhas preocupações em estudar e pesquisar tais dinâmicas, sendo este estudo conduzido não para culpar, mas para reconhecer a rigidez das estruturas sociais e a defasagem em minha própria formação inicial, conferindo ao trabalho cores e formas que serão abordadas adiante.

1.2. Encaminhamentos da pesquisa

Após a análise dos estudos existentes que abordavam questões pertinentes à nossa investigação, deparei-me com uma profusão de debates que, ao invés de elucidarem minhas indagações iniciais, instigaram a formulação de novas questões. Primeiramente, percebi que os temas investigados se desdobram em diversas outras temáticas, ampliando a complexidade do

que pretendemos anunciar. Em segundo lugar, devido à natureza intrinsecamente humana da literatura e dos livros em geral, estes elementos se metamorfoseiam em consonância com outros aspectos da sociedade, o que nos leva a buscar compreender suas relações, causas, correlações e efeitos provocados.

No decorrer dessas discussões, deparo-me com a produção de inúmeros artigos, dissertações, teses e congressos, abordando aspectos que influenciam o texto, o leitor, o autor e o próprio livro, considerados como elementos interdependentes. Especificamente na área da literatura infantil, essas abordagens estão sujeitas a limitações e progressos oriundos de diversas instâncias, impregnadas, por exemplo, pelas influências do mercado editorial, das políticas públicas, da economia e até mesmo da concepção de infância, leitura e literatura.

Nessa perspectiva, com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade democrática, e após o período de preocupações com os problemas educacionais decorrentes do fim da ditadura militar em 1964, formularam-se e implementaram-se programas governamentais voltados para questões de alfabetização e leitura no Brasil, fomentando o interesse em estudos e pesquisas sobre esses temas e outros obstáculos que permeavam a educação brasileira (MORTATTI, 2014).

Como exemplo, Kirchof e Souza (2019, p. 19) afirmam em um de seus artigos que "as obras produzidas para crianças e jovens sempre estiveram impregnadas pelas concepções e visões que cada sociedade possui sobre a infância e a juventude". Da mesma forma, refletir sobre literatura infantil é, em essência, estabelecer uma conexão entre um tipo específico de texto e as abordagens pedagógicas que gradualmente se estabeleceram no sistema educativo, principalmente a partir da segunda metade do século XIX (GOMES, 1984).

Ricardo Azevedo, autor de livros de literatura infantil e paradidáticos, inicia um pequeno artigo sobre os aspectos instigantes da literatura infantil e juvenil discutindo dois tópicos que fazem parte de quatro pontos a serem refletidos: 1) as implicações do uso da literatura na escola e 2) certas características essenciais da literatura (AZEVEDO, 2005).

Além disso, diversas obras foram escritas com o intuito de discutir o uso do texto em sala de aula, assim como artigos, teses e dissertações foram produzidos para entender a relação entre texto, leitor, autor e para refletir e analisar os diversos conceitos de leitura, atos de leitura, literatura, leitura literária e modos de ler na escola (SOUZA, 2016); (TARGINO, 2013); (GERALDI, 2011); (LIMA, 1979); (BAJARD, 2021); (FOUCAMBERT, 1994).

A partir desses estudos, encontramos também outros autores que trabalham com as repercussões dos conceitos discutidos e adotados em relação à leitura e à literatura. Por exemplo, a diferenciação entre livro didático, paradidático e literário, e suas formas de leitura,

frequentemente se confundem (MUNAKATA, 1997); (GRANATO; SCHWARTZMANN, 2019); (SILVA, 2009); (COSSON, 2020).

Seguindo essa linha de diferenciação entre os tipos de livros e textos, bem como suas respectivas funções na sociedade, surgiram produções resultantes das transformações desses paradigmas, conceitos e estruturas, como os chamados "livros-álbum" (LINDEN, 2006); (SCHRITTER, 2005), os livros ilustrados (NIKOLAJEVA; SCOTT, 2011), os livros-ativos (TEIXEIRA, 2010) e os livros-objetos (SILVEIRA, 2002). Neste sentido, a própria materialidade do livro passou a assumir significados, onde, por vezes, as ilustrações se conectam ao texto, possuindo em comum apenas o tema. Outras vezes, o livro apresenta folhas, diagramação e paratextos que instigam a participação ativa do leitor, preenchendo lacunas propostas. É por essas trilhas que este estudo se propõe a buscar soluções para as diversas questões educacionais.

Com o objetivo de aprofundar e delinear ainda mais o caminho a ser seguido, direcionaremos nosso estudo para uma instância governamental responsável pela distribuição de livros às crianças das escolas públicas brasileiras, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que a partir de 2017 passou a ser denominado "PNLD Literário". Nesse sentido, nosso objetivo geral é analisar obras literárias que abordem a presença do livro dentro do livro de literatura infantil, no âmbito deste programa específico. Desse modo, apresentamos o seguinte questionamento: considerando os critérios de avaliação do PNLD Literário 2018 e o contexto em que se insere, qual papel o livro pode desempenhar em obras que contenham esse elemento auto-referencial? Com base nisso, nossos objetivos específicos são os seguintes: a) contextualizar as políticas de programas de livro e leitura no Brasil; b) contextualizar a finalidade do PNLD Literário 2018; c) descrever os objetivos, diretrizes, categorias e dimensões estabelecidas no programa para a avaliação e aprovação das obras; d) identificar o perfil do professor previsto pelo Programa, a partir dos encaminhamentos disponíveis aos docentes; e) correlacionar os critérios de avaliação estabelecidos pelo PNLD Literário 2018 aos postulados teóricos para a seleção do livro de literatura infantil na análise de quatro obras sobre o tema, aprovadas no Programa.

Com esse propósito em mente, mergulharemos em discussões aprofundadas sobre o livro literário, sua materialidade e significação, além das políticas públicas, com foco especial no Programa Nacional do Livro e do Material Didático, analisando os critérios propostos pelo programa para a seleção e distribuição das obras. A escolha pelo PNLD como objeto de estudo não se deu ao acaso, especialmente no recorte de 2018, considerando sua relevância para o cenário educacional brasileiro. Importante mencionar que até o momento em 2023, o PNLD já

pode ter passado por modificações significativas. Contudo, a seleção foi pautada pelo fato de ser um programa recente, que visa à distribuição, seleção e democratização do livro literário nas escolas públicas brasileiras, com enfoque nas preocupações relacionadas à alfabetização e ao desenvolvimento da leitura escolar. O programa já está em circulação e sob a escolha dos professores e estudantes, influenciando a mediação, o olhar sobre o livro e sua apropriação e reprodução pela sociedade.

Nesse contexto, torna-se fundamental a organização desta dissertação e a explanação do percurso estabelecido, visando destacar a relevância do tema de pesquisa e compreender a implementação e caracterização do PNLD Literário, que se destaca como o principal programa de distribuição de livros para a constituição dos acervos escolares públicos, além de defender a literatura infantil como elemento formador do imaginário social.

O segundo capítulo abordará a metodologia adotada, fundamentada em uma pesquisa qualitativa, por meio de estudo bibliográfico e documental, com base em uma perspectiva simbólica do livro literário, permitindo uma análise descritiva das quatro obras literárias selecionadas como corpus de estudo.

O terceiro capítulo, intitulado "Histórico das Políticas Públicas do Livro no Brasil", situará o leitor nas principais políticas voltadas ao livro e à leitura já implementadas no país. O destaque será dado ao Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que antecedeu oficialmente o PNLD Literário na entrega de livros de literatura infantil no Brasil, e cuja vigência se estendeu por duas décadas. Através dessa análise histórica, será possível entender como as esferas públicas brasileiras têm se organizado e desenvolvido ações voltadas para a promoção da leitura, especialmente a literária.

No quarto capítulo, "O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) - Literário de 2018", contextualizaremos o estudo em relação ao PNLD Literário, discutindo a implementação e as implicações da mudança desse programa, que, inicialmente fundamentado em uma política do livro com viés literário, transitou para outro programa com princípios voltados principalmente aos livros didáticos e, posteriormente, passou a abarcar também obras literárias. Analisaremos os critérios estabelecidos para a inscrição e aprovação das obras no Programa, bem como a definição do objeto de leitura. Além disso, buscaremos compreender como o PNLD Literário 2018 concebe o papel do professor, considerado um elemento primordial no processo de mediação do acervo literário na escola.

No capítulo seguinte, o quinto, intitulado "O Livro Dentro do Livro Literário: Relações e Análise", justificaremos a escolha do corpus literário para análise deste estudo, explicitando os critérios que nortearam a seleção das obras e descrevendo as categorias e temas em que esses

livros estão enquadrados, segundo as diretrizes do PNLD Literário 2018. Em seguida, nos aprofundaremos na análise das narrativas selecionadas, considerando suas materialidades, discursos verbais e não verbais, a fim de compreender as possíveis funcionalidades atribuídas aos livros escolhidos, à luz dos critérios estabelecidos pelo programa. Observaremos se eles se constituem como objeto de leitura ou se há menção ao livro literário e de que forma ele é representado, podendo carregar simbologias ou metáforas.

Nesse contexto, torna-se relevante ressaltar que, para atribuir sentidos coerentes, cabe a discussão sobre livros literários que tratam sobre livros e que exercem um papel determinado na narrativa, seja por meio do protagonista, de personagens secundários ou de ilustrações. Tal abordagem não se limita a discussões pragmáticas e conceituais, mas sim a compreender a função atribuída a esse objeto dentro do enredo.

Ademais, abordaremos as definições que adotamos para o livro literário, entendendo-o como um objeto simbólico, artístico e cultural que transcende o mero suporte físico para um conteúdo. Desde os primórdios do códice até a forma atual do livro que conhecemos, percebemos avanços em sua materialidade, fruto da evolução tecnológica da sociedade. Paralelamente, as concepções de leitor e leitura expandiram-se, assim como surgiram novas convenções artísticas, principalmente no campo da literatura infantil e juvenil, ampliando o público destinatário. No entanto, o livro continua exercendo uma forte influência no imaginário humano.

No capítulo final, as Considerações Finais do sexto capítulo, abordaremos as conclusões que emergiram a partir da análise das narrativas selecionadas e do estudo sobre a política do livro, em particular, do PNLD Literário, que movimenta um amplo setor editorial ao direcionar a literatura a ser mediada pelos professores. Isso impacta diretamente na concepção do livro para crianças, validando uma determinada formação do imaginário social.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

A presente investigação adotou uma abordagem qualitativa, embasada em estudo bibliográfico e documental, com o objetivo de compreender o papel do livro dentro das obras de literatura infantil selecionadas para o PNLD Literário 2018. Buscou-se responder a questionamentos que abrangem desde o processo de seleção das obras pelo programa, considerando seus critérios de avaliação, até a análise de quatro obras do acervo, observando como o livro é representado e explorado nas narrativas.

A escolha da abordagem qualitativa se justifica pela sua natureza interpretativa e simbólica, permitindo a compreensão profunda do fenômeno estudado, incluindo significados, motivações, crenças, atitudes, valores e aspirações relacionadas ao universo da literatura infantil.

A metodologia bibliográfica consistiu na revisão de obras acadêmicas, teses, dissertações, artigos científicos e outros materiais teóricos que abordam a literatura, o livro infantil, a leitura e as políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil. Essa revisão embasou a pesquisa em fundamentos teóricos sólidos e atualizados, enriquecendo a compreensão do contexto em que a literatura infantil se insere na sociedade e na educação.

É relevante destacar a importância da dissertação de mestrado de Jessica Tolentino, defendida em 2020, dentre os poucos trabalhos encontrados. Nesse estudo, ela se propõe a compreender a concepção de literatura que fundamenta o programa, tendo como base os primeiros editais propostos. O trabalho de Tolentino (2020) assume um papel crucial ao preparar o terreno para nossa pesquisa, ao apontar questões problemáticas na gênese do PNLD Literário 2018. Esse programa tem como objetivo a seleção de obras literárias, mas acaba se mostrando restritivo para a literatura, ao apresentar uma abordagem que veda a função paradidática das obras selecionadas.

Além disso, realizou-se uma análise documental do PNLD Literário de 2018, com foco nos critérios de seleção e aprovação das obras literárias. Através dessa análise, buscou-se compreender os objetivos e diretrizes estabelecidos pelo programa, assim como a visão governamental em relação ao livro literário e sua relevância na formação do acervo escolar.

Para alicerçar o conhecimento produzido nesta pesquisa, optou-se pela abordagem de causa e efeito proposta por Battisti (2010), onde a causalidade é considerada paradigmática nas relações entre o absoluto e o relativo. A relação causal desempenha um papel predominante na compreensão dos fenômenos, destacando a importância das causas na determinação dos efeitos.

Sob essa perspectiva, as obras literárias selecionadas como corpus desta pesquisa, aquelas que também são acessadas pelas crianças em sala de aula, são consideradas o efeito de uma causa, ou seja, do PNLD Literário 2018 e de sua concepção de livro literário.

A postura do analista consiste em estabelecer relações úteis entre todas as entidades disponíveis no contexto da complexidade em exame, tendo como objetivo final a determinação do desconhecido por meio do conhecido (Battisti, 2010). Assim, o pesquisador analisa as relações iminentes a partir do que é conhecido ou disponível, buscando responder aos questionamentos propostos.

Com base nesses princípios metodológicos, foram realizadas duas principais análises: a primeira abordou o Programa governamental PNLD Literário de 2018, responsável por compor os acervos literários das escolas públicas brasileiras; a segunda analisou quatro obras do acervo que têm o livro como tema central em suas narrativas, explorando suas diversas representações e abordagens como objeto de leitura.

As obras literárias foram analisadas considerando os critérios propostos pelo Programa às editoras, relacionados à formatação, suporte, categorias e temas das obras. Também foram avaliadas as formas como o Programa concebe o livro literário em sua essência, além das diretrizes para organização e mediação da atividade direcionada ao professor, a fim de compreender como o livro de literatura é concebido pelo professor e pelas crianças.

A seleção do corpus da pesquisa pautou-se em livros literários cujos títulos faziam referência à narrativa sobre livros, onde o livro em si é retratado como personagem ou objeto de leitura. Esse critério foi adotado para enfocar obras que discorrem especificamente sobre livros, em contraste com aquelas que abordam principalmente a leitura ou o texto literário em si.

No que tange às políticas públicas, foram utilizadas pesquisas que abordam o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), embasadas em autores como Paiva (2008, 2012), Fernandes (2013) e Bordini (1998). Quanto à evolução histórica, foram considerados estudos de Soares (2001) e Lajolo e Zilberman (1998, 2017). Desse modo será apresentada uma linha do tempo que evidencie as principais políticas de livro e leitura implementadas no país, destacando a importância do PNLD Literário como programa de distribuição de livros de literatura infantil para escolas públicas.

No que diz respeito às teorias sobre o livro infantil, as referências principais basearam-se em Linden (2011) e Nikolajeva e Scott (2011), que contribuíram para a compreensão do processo de editoração dos livros infantis e para a ampliação da concepção desse objeto ao longo do tempo.

Adicionalmente, autores como Candido (1972, 2004) e Colomer (2017) subsidiaram reflexões sobre a literatura como formadora do imaginário humano em uma perspectiva antropológica e simbólica.

A investigação também abordou a evolução simbólica do livro, da leitura e das relações culturais que envolvem esse produto, com base em estudos de Melot (2012) e Chartier (1994, 1998).

Diante do levantamento bibliográfico e teórico, foi feito um estudo minucioso das obras escolhidas, que compõem o PNLD Literário 2018. A seleção das obras baseou-se no critério de corresponderem a narrativas que tratassem sobre livros, com foco na presença da palavra "livro" no título. Essa escolha permitiu identificar quatro obras literárias que exploram o livro como personagem/objeto de leitura: "Procura-se! Carlinhos Coelho, o ladrão de livros" (MACKENZIE, 2015), "Um livro para Bart" (KOPPENS, 2017), "O livro que lê gente" (GOMES, 2016) e "O livro dorme" (BOURGEAU, 2016). Essas obras foram analisadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo Programa, observando-se também suas formas de representação e abordagens do livro literário.

A pesquisa foi organizada em capítulos que abordam a contextualização histórica das políticas públicas de livro e leitura de literatura infantil, além de conceitos e termos relevantes para a compreensão do trabalho realizado. O estudo foi conduzido de acordo com os critérios expostos no programa e fundamentado nas teorias discutidas ao longo desta dissertação.

Por fim o trabalho visa analisar e correlacionar os critérios de avaliação estabelecidos pelo PNLD Literário de 2018 com os postulados teóricos para a seleção do livro de literatura infantil na análise das obras selecionadas. A partir disso, pretende-se compreender qual papel o livro pode desempenhar nas narrativas em que está inserido, considerando as diretrizes do programa. Portanto, a metodologia de pesquisa adotada pretende uma análise aprofundada e contextualizada da relação entre o livro de literatura infantil e o PNLD Literário, buscando compreender as implicações dessa política do livro na formação do imaginário social e na mediação da leitura nas escolas públicas brasileiras.

Os encaminhamentos da pesquisa incluem os seguintes passos que originaram os tópicos:

1. Introdução:
 - Contextualização da pesquisa e a importância de compreender a relação entre literatura infantil e as políticas públicas de distribuição de livros.
2. Revisão da Literatura:

- Exploração de estudos anteriores sobre literatura infantil, educação, leitura e a relação entre o texto, o leitor e o autor.
- Análise de obras e artigos que abordam temas relacionados à literatura infantil e suas implicações.

3. Objetivos da Pesquisa:

- Estabelecimento dos objetivos gerais e específicos da pesquisa.
- Questão central da pesquisa que envolve a análise do papel do livro dentro do livro de literatura infantil no PNLD literário 2018.

4. Metodologia de Pesquisa:

- Descrição dos métodos utilizados na pesquisa, destacando a abordagem qualitativa, estudo bibliográfico e documental, bem como a perspectiva simbólica do livro literário.

5. Contextualização das Políticas Públicas:

- Discussão sobre as políticas de programas de livro e leitura no Brasil, com ênfase no PNLD e no PNBE.

6. O PNLD Literário de 2018:

- Análise da implementação e das implicações do PNLD Literário de 2018, bem como os critérios estabelecidos para inscrição e aprovação das obras no programa.

7. O Livro Dentro do Livro Literário: Relações e Análise:

- Justificação da escolha do corpus literário e descrição dos critérios utilizados para analisar as obras selecionadas.

- Análise das narrativas selecionadas, considerando a materialidade, discurso verbal e não verbal dos livros.

8. Considerações Finais:

- Apresentação das conclusões obtidas a partir da análise das narrativas e do estudo sobre o PNLD literário.

- Reflexões sobre o papel da literatura infantil na formação do imaginário social e como as políticas públicas podem influenciar essa formação

Passaremos a seguir para o capítulo sobre a contextualização histórica dos programas de políticas públicas do livro e da leitura de literatura e a uma rápida abordagem de termos e conceitos recorrentes neste trabalho.

3. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO NO BRASIL

3.1. Breve panorama histórico das políticas públicas de leitura e do livro

O campo de políticas públicas tem raízes em diversas áreas do saber, como Educação, Ciências Políticas, Sociologia, Economia, Administração Pública, Direito, entre outras. O termo "política" pode ser entendido de duas formas: como regras formuladas por autoridades governamentais para influenciar o comportamento dos cidadãos através de positivas ou negativas Lowi (2009), ou como orientações para decisões e ações na sociedade, caracterizando-se como "política pública" Secchi (2013). Ambas têm origem nas reivindicações sociais e refletem as intenções e ideais dos grupos detentores da hegemonia política e econômica Serra (2003).

Diferentes autores têm perspectivas diversas sobre a "política pública". Teixeira (2002), por exemplo, considera que as políticas públicas visam atender às demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, enquanto também buscam ampliar e efetivar direitos de cidadania reconhecidos institucionalmente. Moreira (2013), por sua vez, descreve as políticas públicas como estratégicas destinadas a modificar a realidade e traduzir os propósitos e plataformas eleitorais dos governantes democráticos em programas e ações concretas.

Considerando a diversidade da população brasileira, composta por aproximadamente 213 milhões de pessoas de diferentes faixas etárias, a atuação da Educação na sociedade deve abordar e solucionar os problemas que os brasileiros vivenciaram em geral. Neste contexto, compreendemos que o estímulo à leitura, a valorização dos educadores e a implementação de políticas públicas são elementos fundamentais em um país diversificado. Tais medidas visam garantir o acesso dos estudantes ao conhecimento por meio da democratização do acesso aos livros e promover pesquisas e reflexões para aprimorar as políticas governamentais.

De acordo com os estudiosos (LINDOSO, 2004 - FERNANDES, 2020), a importância dessas ações se reflete na valorização das mudanças sociais e nos progressos alcançados que podem ser alcançados, já que chegamos até a ser mencionados na Revista britânica *The New economist* de 2006, na qual destacava sua vergonha pelo brasileiro, em questão de seu desinteresse pela leitura e atribuiu o baixo índice nas avaliações à precariedade das bibliotecas públicas.

O programa analisado abrange um amplo conjunto de colaboradores, incluindo editores, autores, ilustradores, editoras e livrarias, buscando promover a diversidade de conteúdo e utilizar critérios específicos para selecionar obras a serem distribuídas e incentivadas.

Para uma melhor compreensão dessas questões, é apresentado um panorama histórico das políticas públicas relacionadas à leitura e aos livros no Brasil. Embora o país seja considerado o maior produtor de livros na América Latina, ainda enfrenta desafios enfrentados em relação às altas taxas de analfabetismo e à falta de valorização da leitura. Críticas externas têm enfatizado a precariedade das bibliotecas públicas como um dos fatores contribuintes. No entanto, é essencial considerar a necessidade de democratização do acesso à leitura e o enfrentamento dos obstáculos de origem econômica, social e política que perpetuam a profunda desigualdade social, tornando a superação da pobreza uma tarefa complexa que exige esforço contínuo ao longo de várias gerações.

As políticas públicas do livro no Brasil têm uma história longa e variada, datando desde o século XIX com o desenvolvimento da indústria editorial (Barros, 2005). As primeiras ações do Brasil para democratizar o livro apaixonado cerca de um século após sua independência (Bragança, 2009).

Instituto Nacional do Livro (INL) teve grande importância na democratização do acesso ao livro no Brasil, desde sua criação durante o Estado Novo em 1937 (Bragança, 2009). O INL pioneiramente interconectou bibliotecas e promoveu a cultura luso-brasileira. Sob o Ministério da Educação e Cultura (MEC), lançou a Campanha Nacional do Livro (CNL) em 1961, que visava incentivar a leitura e a instalação de bibliotecas, mas que não foi continuada após o governo Kubitschek (Bragança, 2009). O Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL), vigente de 1965 a 1971, também contribuiu para o desenvolvimento do setor do livro no Brasil (Lindoso, 2004).

O INL também implementou políticas de compra de livros durante as décadas de 1960 e 1970 para estimular a indústria do livro no país (Paiva, 2008). Nesse período, o Programa Nacional do Livro (PNL) foi elaborado, abrangendo os livros didáticos e literários até 1976, quando a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) assumiu a responsabilidade direta pelos livros didáticos (Lindoso, 2004). Nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil articulou medidas e programas para promover a universalização da Educação Básica e fortalecer o país após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Em termos de incentivo à cultura, a Lei Sarney (Lei 7.505/86) deu lugar à Lei Rouanet (Lei 8.313/91), que continua em vigor como Lei Federal de Incentivo à Cultura, sendo um instrumento importante que apoia investimentos culturais e culturais no país, confiante para o fortalecimento das políticas públicas relacionadas ao livro e à cultura brasileira (Bragança, 2009). Em 1996, a Lei 8.029/90 evoluiu na extensão da Fundação Nacional Pró-Leitura e do Instituto Nacional do Livro, que eram operações feitas diretamente ao livro (Paiva, 2008).

Em 1996, a Lei 8.029/90 levou à extinção da Fundação Nacional Pró-Leitura e do Instituto Nacional do Livro, substituindo-os pelo Departamento Nacional do Livro, vinculado à Biblioteca Nacional e ao Ministério da Cultura (Paiva, 2008).

A Lei 10.753, promulgada no contexto das políticas do livro no Brasil, foi um marco importante ao criar a Política Nacional do Livro, regulamentando diretrizes para produção, distribuição e distribuição de livros, além de prever linhas de crédito para editoras e sistema de distribuição (Brasil, 2003, art. 7º). A partir de 2005, o BNDES passou a oferecer tais linhas de crédito, e a lei possibilitou a destinação periódica de recursos para a promoção e democratização do livro e leitura (Paiva, 2008).

Em 2005, a Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL) foi criada para contribuir no desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao livro, leitura e bibliotecas (Paiva, 2008).

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), lançado em março de 2006, tinha como objetivo democratizar o acesso aos livros, incentivar a leitura e formação de mediadores, promover a leitura e desenvolver a economia do livro (Brasil, 2010). O PNLL foi projetado para ser uma política de Estado abrangente, norteando ações e programas no âmbito da cultura e educação (Brasil, 2010).

A partir de 2009, estados e municípios foram incentivados a criar seus Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura (PELL e PMLL) com auxílio do "Guia PELL e PMLL" em 2009 e 2015 (Paiva, 2008). Em 2011, o PNLL ganhou mais visibilidade e dimensão com o Decreto n.º 7.559 assinado pela presidente Dilma Rousseff, mas sua continuidade ficou sujeita à decisão de cada governo (Brasil, 2011).

Em 2016, foi instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) para promover ações permanentes de estímulo ao livro, leitura, escrita, literatura e bibliotecas públicas no Brasil (Brasil, 2018, art. 4º).

Desde a década de 1980, as políticas públicas de leitura e literatura ganharam destaque no ambiente escolar, com enfoque especial nas escolas do ensino básico para fomentar o hábito da leitura entre crianças e jovens (Mortatti, 2014). Um dos primeiros programas de aquisição e distribuição de obras literárias foi a "Ciranda de Livros", criada em 1982, com o objetivo de fornecer livros literários para escolas públicas, principalmente aquelas em regiões menos favorecidas, alcançando cerca de 4,5 milhões de crianças em aproximadamente 30 mil escolas durante seus quatro anos de vigência (SANDRONI; MACHADO, 2008).

Outro programa relevante foi o Programa Nacional de Salas de Leitura (PNSL), criado em 1984, que não constituía apenas acervos de livros, mas também promovia a criação de espaços alternativos para escolas sem bibliotecas adequadas. Além disso, oferece treinamento

aos professores para estimulantes abordagens mais criativas da leitura nas escolas (BRASIL, 1987 apud FERNANDES, 2013, p. 44).

O PNSL estabeleceu uma abordagem democrática na seleção de títulos, com participação de professores, coordenadores e órgãos especializados por meio de votação (BRASIL, 1986 apud FERNANDES, 2013, p. 56).

Apesar dessas iniciativas, algumas escolas ainda enfrentaram dificuldades no acesso à literatura e à leitura devido a problemas emergentes e de investimento. A conscientização e a participação política e social eram consideradas fundamentais para o desenvolvimento das políticas públicas de leitura na educação básica, englobando redes estaduais e municipais e instituições de educação infantil (AZEVEDO, 2005).

O PNSL inicialmente atendeu escolas das Secretarias Estaduais de Educação, beneficiando milhões de alunos com a distribuição de livros. A partir de 1987, passou a atender diretamente os municípios, mas as escolas estaduais foram excluídas até 1989, quando foram atendidas em menor escala (FERNANDES, 2013). Posteriormente, o programa foi reformulado em 1988, passando a se chamar "Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares" e sendo desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional do Livro (INL) e prefeituras municipais (FERNANDES, 2013).

Durante a execução do programa PNSL em 1988, aproximadamente 3.893.586 alunos de 47.820 escolas públicas municipais foram atendidos, e ao final do programa, em 1996, foram criadas cerca de 10.000 bibliotecas escolares em todo o país (FERNANDES, 2013).

Em março de 1990, foi desfeita uma parceria com o Instituto Nacional do Livro (INL), que resultou em uma redução dos recursos disponíveis para o programa PNSL. O programa PNSL passou a selecionar escolas beneficiárias com base em critérios como o número de estudantes matriculados, não alcançando a meta inicial de universalização do atendimento à rede pública de ensino, devido à exclusão das escolas estaduais e restrições financeiras (FERNANDES, 2013).

Nos primeiros três anos de execução do PNSL, houve um aumento progressivo no número de obras distribuídas, mas em 1987 não foram adquiridos livros. Nos anos seguintes, ocorreram variações nos investimentos, com destaque para a aquisição de 4,6 milhões de exemplares em 1995, tornando o governo federal o maior comprador de livros de literatura infantil e juvenil do país (FERNANDES, 2013).

Em 1992, o Pró-Leitura foi instituído com o objetivo de aprimorar a formação dos professores na área da aprendizagem da leitura, buscando a profissionalização docente através de pesquisa universitária, formação contínua e prática pedagógica (BRASIL, 1996). O

programa teve duração de quatro anos, sendo extinto em 1996. Nesse mesmo período, o Programa Nacional Biblioteca do Professor (PNBP) foi criado pela Portaria nº 956, de 21 de junho de 1994, mas foi extinto em 1997 (BRASIL, 1993 apud FERNANDES, 2013, p. 52).

Reconhecendo as restrições dos programas anteriores, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) através da Portaria Ministerial n.º 584, de 28 de abril de 1997. O PNBE substituiu os programas anteriores e foi executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em conjunto com a Secretaria de Educação Básica do MEC (SOARES, 2002). O PNBE será detalhado a seguir, uma vez que o PNLD Literário 2018 o substituiu após sua finalização em 2017, tornando-se importante recuperar seu histórico.

3.2 Começo, meio e fim do PNBE

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi instituído em 1997 por meio da Portaria Ministerial n.º 584 (BRASIL, 1998). Sua criação ocorreu em um contexto político marcado por eventos importantes, como o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Constituição Federal de 1988, que buscavam a democratização da educação com foco na qualidade do Ensino Fundamental (EF).

O PNBE teve uma longa duração de vinte anos, até o ano de 2017, o que lhe conferiu o status de ação de Estado, ampliando a abrangência do público atendido e acumulando ações ao longo do tempo (BRANDÃO, 2021, p. 62). Durante esse período, o programa se destacou como uma política de fomento à leitura com continuidade, beneficiando diversas gerações de professores, gestores, coordenadores, estudantes e comunidade.

Seu principal objetivo era promover a leitura entre alunos e professores, além de disponibilizar materiais pedagógicos e acervos para as bibliotecas escolares, com o respaldo da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), cujos objetivos convergiam com o programa na democratização da leitura (FNLIJ, 2021). Antes do PNBE, existiram outros programas relacionados, como o Programa Nacional de Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares (1984-1997), PROLER (1992-até dias atuais), Pró-Leitura (1992-1996) e o Programa Nacional Biblioteca do Professor (1994-1997) (BRANDÃO, 2021, p. 61).

A primeira edição do PNBE ocorreu em 1998, com 215 títulos, e foi influenciada pela experiência do programa anterior, o Programa Nacional de Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares (PNSL/BE). Esse padrão de aproveitamento de práticas anteriores também foi

observado posteriormente com a implementação do PNLD Literário, voltado para o livro didático.

Em seu início, o PNBE já contemplava uma ampla variedade de títulos, incluindo atlas, dicionários e enciclopédias, enriquecendo o acervo das bibliotecas escolares (BRASIL, 1998).

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) teve várias edições ao longo dos anos, com diferentes objetivos e abordagens. Em sua segunda edição, em 1999, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) foi responsável pela seleção de títulos de Literatura Infantil, e a inserção da Secretaria de Educação Especial (SEESP) tornou-se em obras destinadas a crianças com deficiência, ampliando o alcance do programa.

Na terceira edição, em 2000, o foco foi na distribuição de materiais didáticos pedagógicos para professores do Ensino Fundamental, juntamente com um guia do usuário. No entanto, a validação funcional desses materiais não ocorreu, gerando problemas na utilização nas escolas (BRASIL, 2001).

Já na quarta edição, em 2001, o PNBE lançou o Literatura em minha casa (LMC), um novo formato com seis coleções contendo cinco títulos e gêneros diferentes. Nessa edição, ocorreu uma padronização dos livros, com especificações técnicas diretas para formato, cores, tamanho, número de páginas, capa, miolo e acabamentos, o que barateou a aquisição, mas também gerou críticas devido à falta de elementos motivacionais para a leitura (BRASIL, 2001).

A quinta edição, em 2002, formalizou o LMC com oito coleções de cinco volumes cada, sendo que o estudante do 4º ano do Ensino Fundamental e a biblioteca escolar recebiam uma das coleções com o acervo completo. Essa distribuição valorizou a leitura em família (BRASIL, 2002). Ao longo das edições do PNBE, o programa buscou promover a leitura e democratizar o acesso aos livros, atendendo a diversos públicos e ampliando o uso de materiais literários e pedagógicos nas escolas do Ensino Fundamental.

Durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foram realizadas sete edições do PNBE com o objetivo de promover a leitura e democratizar o acesso a materiais literários. Em 2003, o programa expandiu suas ações para incluir estudantes do ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos, bibliotecas escolares, bibliotecas do professor, bibliotecas públicas e Casa de leitura. No entanto, em 2004, o programa foi suspenso devido à alegação de falta de controle sobre o uso dos livros nas escolas.

Essa suspensão foi alvo de críticas de várias instituições e pesquisadora da área de educação e literatura. Após um ano de interrupção, o PNBE mudou em 2005 com a distribuição exclusiva de acervo para bibliotecas escolares, resgatando a preservação desses espaços como locais de democratização do conhecimento (BERENBLUM; PAIVA, 2006, p. 12). A

justificativa para a suspensão do programa foi questionada, considerando a tradição do acesso a bens culturais para famílias e crianças.

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) foi ampliado para abranger todos os níveis do ensino básico, desde a educação infantil até o ensino médio, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. O programa buscou promover a formação do leitor ao investir de maneira significativa na aquisição de livros para as escolas.

No entanto, a instabilidade do programa resultou no fechamento da edição LMC e na controlada do jargão sobre o Brasil como um país de não leitores, o que não condiz com a função do PNBE, que não se trata de alfabetização (BRANDÃO, 2021). Em 2005, o programa descentralizou o MEC e atribuiu a avaliação e seleção dos livros à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tornando-se responsável pela equipe de pareceristas especialistas em literatura infantil.

Nessa edição, os acervos foram formados por uma lista de títulos, e as escolas puderam escolher os livros para atender os alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A partir do PNBE 2006, foi criada uma programação de atendimento, selecionando livros para os anos iniciais em um ano e os anos finais em outro. O Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ficou responsável pelo processo de seleção do programa até o PNBE 2014.

Em 2007, o PNBE não ocorreu devido a alterações no cronograma, e a numeração das edições passou a se referenciar ao ano de atendimento, não de aquisição dos livros (BRASIL, 2021).

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) foi impulsionado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) durante os anos de 2003 a 2010, abrangendo sete edições. Ao longo desse período, o programa passou por mudanças, visando a universalização da Educação Básica e reforço do atendimento aos diferentes níveis de ensino, incluindo a Educação Infantil, o Ensino Médio e os anos finais do Ensino Fundamental.

A inclusão da Educação Infantil no PNBE impactou positivamente a produção literária voltada para crianças de diversas faixas etárias, proporcionando uma dinamização nesse setor. Além disso, o PNBE do Professor foi criado, fornecendo obras teóricas e metodológicas para aprimorar a formação docente.

Apesar dos esforços para promover o acesso à leitura, o programa enfrentou desafios, como o baixo uso das obras literárias em muitas escolas. A instabilidade do PNBE também foi notada ao longo de seus anos de vigência, sendo influenciada pelas sucessivas mudanças nas políticas governamentais de diferentes governos (Brandão, 2021).

Apesar disso, o PNBE manteve sua programação de distribuição de acervos literários, com objetivos e metas inteligentes para as edições futuras do programa (BRASIL, 2000).

O Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) suscita desafios relacionados ao uso e circulação dos acervos, porém, ao longo de várias edições, houve avanços na distribuição abrangente de obras literárias em termos de autoria, regiões, editoras e temáticas. No entanto, ainda era necessário aprimorar a participação das editoras e pareceristas, além de melhorar a articulação entre o PNBE e a formação docente. Outros obstáculos incluíam a discrepância entre os dados do Censo Escolar e as informações das escolas no momento da distribuição, bem como a falta de parcerias entre as esferas governativas. Apesar disso, a importância do PNBE foi mantida, e o acompanhamento do programa após a entrega dos acervos às escolas públicas considerados relevantes.

Nas edições de 2011 e 2012, o PNBE continua com a distribuição de exemplares de livros e revistas para escolas públicas, abrangendo alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Houve investimento significativo para garantir a continuidade do programa.

O PNBE 2012 estava previsto no Plano Plurianual de 2008 a 2011 e ocorreu conforme planejado em 2011, com avaliação e aquisição das obras para formar os acervos. O Relatório de gestão de 2012 antecipou questões orçamentárias relacionadas ao PNBE, indicando que a organização dos PNBEs Temático, PNBE do Professor e PNBE 2014 não seria concluída em 2013, devido a atrasos nos investimentos para sua efetivação (BRASIL, 2013). No entanto, quase todas as etapas do processo foram encerradas nos primeiros meses de 2014, exceto as relacionadas ao PNBE Temático.

A última edição do PNBE, em 2014, consolidou-se com a distribuição de obras literárias e periódicas para atender a Educação Infantil, os anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2013).

Em relação à distribuição para a Educação Infantil, o PNBE 2014 foi destinado às bibliotecas das instituições e espaços de trabalho com as crianças em idade pré-escolar. Houve um aumento significativo na entrega de exemplares em comparação com o PNBE 2012, evidenciando a expansão do programa. Mesmo diante das dificuldades financeiras, a ação governamental na aquisição e distribuição de obras literárias para as escolas públicas é crucial, pois proporciona o acesso aos livros literários, muitas vezes o único meio para muitos alunos e professores.

A partir de 2013, o PNBE começou a sofrer alterações significativas devido à restrição de recursos financeiros. O PNBE 2014 sofreu atrasos nas etapas de avaliação, seleção e

aquisição do acervo devido à falta de verbas, impactando as ações do programa. Esse cenário de baixa disponibilização de recursos financeiros contínuos nos anos seguintes, como no caso do PNBE 2015, que não teve continuidade das etapas posteriores após a avaliação das obras. A crise política e econômica também afetou o programa, levando a uma estagnação e falta de perspectivas de mudanças. Em 2016, o planejamento orçamentário não incluiu a continuidade do PNBE, sinalizando o possível fim dessa política distributiva de materiais para leitura (BRASIL, 2016).

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) suscita desafios ao longo dos anos, mantendo-se alguns internos, como a falta de participação de profissionais e investigadores na avaliação e seleção das obras literárias, além de desarticulação entre as ações do programa e a formação docente (Brandão, 2021). Também houve críticas em relação à abordagem na distribuição de lotes fechados de livros, limitando a possibilidade de escolha dos professores e à quantidade insuficiente de livros destinados às escolas (Cosson, 2021)¹.

Apesar dos avanços e alcance ao longo dos anos, o PNBE não conseguiu atender plenamente às recomendações de avaliação após a entrega dos acervos às instituições educacionais e promover a formação e reorganização das bibliotecas escolares (BRASIL, 2016). O programa flutuações orçamentárias, resultaram em mudanças no planejamento e cancelamento de edições (BRASIL, 2013).

Desde 2002, o Tribunal de Contas da União (TCU) destacava a necessidade de avaliar o programa, observando a falta de informações sobre a utilização dos livros distribuídos e a ausência de uma avaliação sistemática dos resultados do PNBE (BERENBLUM e PAIVA, 2008).

Apesar das vulnerabilidades, é importante reconhecer os esforços para aprimorar as ações do PNBE ao longo do tempo, buscando promover o acesso aos livros literários para alunos e professores das escolas públicas brasileiras. O programa desempenhou um papel significativo ao viabilizar a diversificação das fontes de informação e contribuir para o aprimoramento da consciência crítica dos envolvidos na comunidade escolar (BRASIL, 2016)

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tinha como objetivo viabilizar a diversificação das fontes de informação nas escolas públicas, encorajado para o aprimoramento da consciência crítica dos alunos e professores (BERENBLUM e PAIVA, 2008). No entanto, uma auditoria constatou a falta de informações sobre a utilização dos livros distribuídos, impedindo o conhecimento dos resultados do programa.

¹ <https://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/temos-que-nos-preocupar-com-as-condicoes-dadas-para-a-formacao-de-leitores-na-escola-parte-2.html>

Uma investigação desenvolvida pela SEB/MEC em parceria com a UFRJ revelou o baixo uso das obras literárias do PNBE nas escolas, indicando a necessidade de formação para os docentes e ausência de uma política de formação de leitores (BRASIL, 2008). O programa parecia desafios em sua trajetória, percorrendo quatro governos e passando por momentos de proteção e descontinuidade, associados a questões financeiras e políticas (BRASIL, 2015, 2016, 2017).

Apesar das dificuldades, o PNBE tinha como propósito compor um acervo atualizado nas escolas, abrangendo textos contemporâneos (BRASIL, 2008).

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) apresentou aspectos positivos, como a garantia da qualidade e materialidade das obras literárias, diferentemente de outros programas que adotaram livros com qualidade gráfica reduzida. O PNBE preservava o suporte original dos livros, reconhecendo a importância das ilustrações e projeto gráfico para a formação do leitor (LINDEN, 2011).

Apesar dos avanços, o PNBE apresentou desafios e mudanças ao longo de suas 15 edições, mas não conseguiu garantir a continuidade de suas ações (BRANDÃO, 2021, p. 121). Em 2017, o governo de Temer extinguiu o PNBE e criou o PNLD Programa Nacional do Livro e do Material Didático, embora a história do PNBE tenha sido utilizada para a organização do novo programa, chamado de PNLD Literário (BRANDÃO, 2021, p. 230), o qual será explicitado a seguir.

4. O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD) - LITERÁRIO DE 2018

4.1 Explorando as Conexões entre Livro, Leitura e Literatura

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) desempenhou um papel de encorajamento no contexto das políticas públicas voltadas para a promoção do acesso à literatura no Brasil. Dentre os desafios enfrentados no âmbito da leitura e do ensino da literatura, a implementação de tais políticas se mostra essencial. Nesse contexto, a interdependência entre três elementos fundamentais – o livro, a leitura e a literatura – assumem um papel preponderante, proporcionando uma dinâmica de discursos que moldam identidades e promovem convergências entre o leitor e a experiência literária.

A compreensão atual que temos desses aspectos abrange uma ampla gama de significados em relação aos conceitos e utilidades individuais. Isso também nos permite entender como a sociedade funciona, mesmo que, por exemplo, a literatura não tenha necessariamente o propósito de buscar essas conexões entre utilidade e história (LAJOLO, 1982); (LIMA, 1979). Embora essa visão seja quase unânime no âmbito acadêmico contemporâneo, e embora todos esses elementos e discussões gerem novas abordagens para os objetos, as ideias que emergem e estão presentes na atualidade são variadas, exercendo influência tanto de maneira subjetiva quanto concreta sobre os materiais e conteúdos introduzidos nas escolas, impulsionados por programas governamentais e sociais.

Nesse sentido, o PNBE exerce um papel relevante ao fomentar o acesso a livros de literatura, considerando a relação intrínseca entre o livro, a leitura e a literatura, e impactando positivamente na construção de identidades e na relação dos leitores com a literatura, além de constituir um instrumento influente na abordagem dos conteúdos nas práticas educacionais.

Dessa forma, não é objetivo deste estudo uma explicação minuciosa histórica de cada um dos elementos interligados – o livro, a leitura, a literatura, o livro de literatura, o autor e o leitor –, a fim de ressaltar suas importâncias. Pelo contrário, busca-se, através de diferentes perspectivas, evidenciar que há múltiplas formas de conceituar esses elementos na sociedade e estabelecer suas conexões, gerando uma polissemia. Sendo assim, inserido em um conjunto específico de atendimentos atendidos, o livro de literatura oferece uma forma de representação inteligível que estabelece relações de sentido que são contingentes, porém não excludentes:

Isso significa que toda relação de sentido, estabelecida como única pelo uso do conceito, embora nos conduza a uma forma de funcionalidade específica do mesmo, não exclui outras potências, outras formas para seu emprego e/ou representação. A isso denominamos de polissemia. Pode-se dizer que a polissemia é a expressão da potência de um conceito. Quanto maior for seu grau polissêmico, maior será sua capacidade de exprimir determinada noção que parte da relação entre o significante e o referente, seja ele coisa ou relação (FERRARO, 2019, p. 3).

Propõe-se então explorar de forma breve, mas delimitada, alguns elementos essenciais relacionados ao livro de literatura infantil. Nessa perspectiva, observa-se que esse tema é paradoxal e complexo, abrangendo múltiplas áreas de estudo e atuação, o que requer a identificação de pontos cruciais para viabilizar a discussão proposta.

Dessa forma, por meio de pesquisas que abordam a história dos elementos interconectados nessa rede complexa, é possível estabelecer associações com a realidade e obter uma compreensão ampliada dessa temática sob uma perspectiva diferenciada.

O livro, enquanto material e objeto, em conjunto com o texto literário, configura o que pode ser denominado de "livro de literatura", permitindo experiências e encontros emocionantes. Destarte, o leitor emerge como um agente orientador na produção editorial contemporânea.

Ao considerar os aspectos supracitados, o objeto livro passou por importantes transformações, podendo atribuir outras significações, atitudes e suportes. Este, dessa forma, possui hoje diversas denominações: livro de história, livro bíblico, livro de receitas, livro de literatura, livro didático, paradidático etc. E dentro desses há subgêneros, como os derivados da literatura, como o livro ilustrado, o livro *pop up*, o livro-objeto e o livro de imagem. Nestes aspectos, é importante fazer o recorte para o que nos cabe nesta pesquisa, de duas principais denominações, relacionando-as para entender a complexidade e por vezes não se confundirem: a) o livro literário; b) o paradidático. A seguir, destacaremos as diferenças conceituais.

4.1.2 Delimitando conceitos: O Literário e o Paradidático

Desde a década de 1980, a preocupação em solucionar questões educacionais estimulou o debate sobre democratização e disponibilização de livros literários, impulsionando a criação de políticas voltadas para a escola e a sociedade brasileira, com vistas a promover uma transformação ativa liderada pelos membros dessa comunidade pública.

Nesse contexto, o livro de literatura infantil, que antes se confundia com outras categorias de obras, despertou interesse no âmbito educacional, adequando-se à necessidade de

formar crianças para a leitura de impressos. Dessa maneira, surge um aspecto central dessa discussão que entrelaçou todos os elementos envolvidos: a concepção da infância. Segundo Colomer (2003, p. 173), "a literatura infantil e juvenil se define em função de seu destinatário e os livros infantis refletem os pressupostos sociais sobre esses destinatários".

A partir dessa concepção da infância, todos os outros elementos relacionados são moldados de acordo com o público-alvo, ou seja, a produção de livros literários é direcionada mercadologicamente para atrair o interesse das crianças sua faixa etária e contexto específico, embora possa ser utilizada de formas diversas em diferentes situações. Dentre as várias possibilidades de criação e combinação, destacam-se obras que se sobressaem por sua materialidade, ilustrações, linguagem, título e propósito, proporcionando ao leitor sentimentos diversos, podendo-se atribuir sentidos sensíveis, críticos ou prazer inerente a eles.

A literatura infantil no Brasil possui uma rica e interessante perspectiva histórica, marcada por evoluções e impressões ao longo dos tempos. Desde seu início tardio, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, até a consolidação de políticas públicas voltadas para a produção e acesso a obras literárias direcionadas às crianças, essa trajetória é repleta de desafios, conquistas e mudanças na forma como era a infância concebida e educada afinal:

[...] a criança ou o adolescente eram encarados somente como o futuro adulto e o processo educacional consistiu somente na preparação da criança para a fase adulta. E isso veio vindo pelos tempos até a idade moderna [...] O que liam as crianças eram normalmente as obras escritas para adultos nas quais havia razoável dose de fantasia; (CARVALHO, s.d., p. 85).

A citação de Carvalho traz à tona uma reflexão profunda sobre a evolução histórica da literatura infantil e a concepção da infância ao longo do tempo. Ao destacar que a literatura infantil teve início tardio, o autor nos convida a refletir sobre como, por muito tempo, como crianças e adolescentes foram considerados meros preparativos para a vida adulta. A ênfase no processo educacional como uma mera preparação para a fase adulta revela uma visão utilitária da infância, na qual as crianças eram vistas apenas como futuros membros produtivos da sociedade, e a educação tinha um enfoque pragmático.

Essa perspectiva histórica nos permite compreender como o universo da criança foi muitas vezes negligenciado, relegando suas particularidades, necessidades e direitos a um segundo plano. A falta de atenção à infância nas obras literárias também é mencionada na citação, indicando que as crianças liam, na maioria das vezes, as mesmas destinadas aos adultos, ainda que obras permeadas de elementos fantasiosos. Essa ausência de uma produção literária

específica para crianças refletia a falta de reconhecimento da infância como um período de desenvolvimento singular, com demandas e próprias.

Contudo, apesar desse cenário histórico, é fundamental reconhecer os avanços e transformações que ocorreram ao longo do tempo. Sendo o conceito de infância historicamente construído (ARIÈS, 1986), quando a criança começou a ser vista como um sujeito diferente do sujeito adulto, as produções a ela dirigida se modificaram e, em espiral, foram modificando. Gradativamente, essas produções começaram a ter um caráter educativo, a fim de informar a criança, fundamentados no que se esperavam dela em sociedade, visando sua educação moral, civil ou ética, já que agora o valor à infância era fundamental.

A evolução da literatura infantil no Brasil e no mundo trouxe consigo uma mudança de paradigma, na qual a infância passou a ser valorizada e compreendida como um estágio relevante e único na formação dos indivíduos. A emergência de políticas públicas e a produção de obras literárias dedicadas às crianças evidenciam a importância crescente atribuída à literatura infantil como um instrumento pedagógico, cultural e de formação de identidades.

Atualmente, a literatura infantil desempenha um papel crucial na educação e no desenvolvimento das crianças, proporcionando um espaço privilegiado para a imaginação, o encantamento e o enriquecimento cultural. As obras literárias abordadas para as crianças têm o poder de estimular o pensamento crítico, fomentar a empatia, ampliar horizontes e contribuir para a construção de leitores ativos e reflexivos desde cedo.

Assim, ao refletir sobre a trajetória histórica da literatura infantil, somos instigados a reconhecer a conversão de promover um olhar sensível e atento à infância, valorizando suas peculiaridades e garantindo a disponibilidade de obras literárias aprendidas e religiosas para as crianças. O investimento na produção, disseminação e acesso à literatura infantil é fundamental para a formação de uma sociedade mais crítica, criativa e sensível, na qual a infância seja vista como uma etapa essencial e não apenas como um estágio preparatório para a vida adulta. Nesse sentido:

[...] a concepção de uma faixa etária diferenciada, com interesses próprios e necessitando de uma formação específica, só acontece em meio à Idade Moderna. Esta mudança se deveu a outro acontecimento da época: a emergência de uma nova noção de família, centrada não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo unicelular, preocupado em manter sua privacidade (impedindo a intervenção dos parentes em seus negócios internos) e estimular o afeto entre seus membros. (ZILBERMAN, 1985, p.13).

A criança começa a ser idealizada pelo adulto, indivíduo inocente e dependente do adulto devido à sua falta de experiência com o mundo real. Até hoje, muitos ainda têm essa

concepção da infância como o espaço da alegria, da inocência e da falta de domínio da realidade. Os livros que trazem essa concepção são escritos, então, com o objetivo de educar e ajudar as crianças no enfrentamento da realidade (SILVA, 2009).

Quando a literatura começa a ser enxergada de outra forma, aproximadamente no final do século XIX, são demarcados dois principais paradigmas denominados por Filho (2011), de Paradigmas Tradicionais e Paradigmas Emergentes. Os tradicionais são aqueles que reluzem à literatura recursos pedagógicos e partem do individualismo, da obediência absoluta, da moral dogmática, da criança como adulto em miniatura, do racismo e da linguagem literária mimética; e os Paradigmas Emergentes são a partir de conceituações artísticas, ligadas à individualidade consciente, ao descrédito da autoridade, à linguagem literária com invenção, à criança como ser em formação, ao anti-racismo etc. Em meados da década de 70,

encontra-se uma produção literária/artística para as crianças que não nasce apenas da necessidade de se transformar em recurso pedagógico, mas cujas principais funções são o lúdico, o catártico e o libertador, além do pragmático e do cognitivo (FILHO, 2011, p. 17).

Segundo Candido (1972), na visão estética, a ficção pode ser utilizada com a motivação da humanização. Dessa ação, pode-se produzir a assimetria do que denominamos de livro literário ou, como será abordado mais adiante o livro paradidático, pois ao atribuir à literatura a concepção estética seus livros são diferenciados daqueles que tencionam transmitir uma informação mais fechada à criança visando sua educação, isto é, utilizando da ficção de forma utilitária para passar uma mensagem com questões que o adulto impõe importante e que em outro sentido poderiam estar ali para serem levantadas, discutidas e até resolvidas, a partir de uma experiência estética do leitor de forma ativa, já que ao mesmo tempo que o texto o transforma, ele transforma o texto (ISER, 1996);.

Por outro lado, na realidade, são muitas as complicações de não compreender as diferenças entre o veículo literário e o paradidático e podem ser vistas nas avaliações, no processo de leitura e em pesquisas que visam discutir a literatura e seu ensino na escola. Para Lajolo (1982, p. 53), no capítulo sobre “O texto não é pretexto”, vale a pena considerar que, em situações escolares, o texto costuma virar pretexto, ser intermediário de aprendizagens outras que não ele mesmo.

Neste sentido, há o livro literário e a leitura literária, que muito vive na sociedade, visando uma formação de leitor estético, que percebe o texto, suas personagens, contexto e reações físicas causadas, e a leitura paradidática, que pode usar o livro literário na escola como

pretexto para o ensino dos conteúdos curriculares, e ainda o livro paradidático propriamente dito criado fim didático - pedagógico.

O livro paradidático começou a presentificar-se nas instituições escolares a partir da década de 1970; o termo “paradidático” fora adotado para definir o que eram livros de leitura infanto-juvenis, com caráter comercial (GRANATO; SCHWARTZMANN, 2019), já que alguns defensores desse tipo de livro diziam que as crianças e os adolescentes não possuíam uma “maturidade, sensibilidade e competência cultural e linguística” para ler o texto literário, tendo em vista “que eles não podem entender”, enquanto “a literatura não é para todos: é apenas para alguns” (MACHADO, 1992).

Munakata (1997) explica que os livros paradidáticos são aqueles destinados ao mercado escolar com a finalidade de complementar ou até mesmo substituir os livros didáticos. Essas obras não apresentam as características próprias dos materiais didáticos, como seriação e conteúdo padronizado de acordo com um currículo oficial. No entanto, são adotados no ambiente educacional para fins de consulta pelos professores e como suporte para as atividades dos estudantes.

O autor também destaca que a classificação de livros como “paradidáticos” é uma construção do mercado editorial no Brasil. Essa categoria não é estabelecida previamente com base em características intrínsecas, mas sim definida pela circulação e uso desses livros no âmbito escolar. Dessa forma, os livros são considerados paradidáticos quando são rotulados como tal pelas editoras ou quando seu uso é direcionado para fins educacionais nas escolas.

Nessa perspectiva, os livros de literatura voltados para o público infantil e juvenil podem desempenhar a função de paradidáticos no contexto escolar, desde que sejam empregados como “instrumentos auxiliares do ensino” (MUNAKATA, 1997, p. 7).

Desse modo, a classificação de livros como “paradidáticos” revela uma intrincada relação entre a indústria editorial, a educação e a construção de significados literários. Como mencionado, essa categoria não é uma definição rígida e inerente ao conteúdo dos livros, mas uma etiqueta que é atribuída a eles com base em seu uso e propósito. Essa perspectiva enfatiza como as categorias literárias são construídas socialmente e como os livros são moldados para atender a certas necessidades educacionais.

A definição de um livro como paradidático é amplamente influenciada pelo mercado editorial, que busca atender às demandas das escolas e dos educadores. As editoras frequentemente rotulam os livros como paradidáticos para destacar sua utilidade no contexto educacional, visando ao mercado escolar. Isso pode ser feito através da seleção de títulos que

possuam conteúdos relevantes para o currículo escolar ou que abordem temas específicos que são alvo de interesse no momento.

A caracterização de um livro como paradidático não depende apenas do conteúdo do livro, mas também de como ele é direcionado e promovido para os educadores. É uma estratégia de marketing que visa a tornar o livro atraente para professores e escolas, apresentando-o como uma ferramenta valiosa para o ensino. Isso também pode incluir a criação de materiais suplementares, como guias de ensino, atividades e recursos digitais, que auxiliam os professores na incorporação desses livros em suas aulas.

A associação de livros de literatura infantil e juvenil à categoria paradidática destaca a flexibilidade e a versatilidade dessas obras. Enquanto os livros literários são principalmente valorizados pela sua estética, emoções e reflexões, a capacidade de muitos deles serem usados como paradidáticos mostra como a literatura pode ser adaptada para fins educacionais. Isso não apenas enriquece a experiência de leitura dos alunos, mas também ressalta a importância de incorporar a literatura de maneira significativa no currículo escolar.

A função de "instrumento auxiliar do ensino" atribuída aos livros literários no contexto paradidático não implica uma diminuição de seu valor artístico ou literário. Pelo contrário, enfatiza como a literatura pode ser um veículo poderoso para a transmissão de conhecimento e valores de uma forma que seja envolvente e significativa para os alunos. Essa abordagem reconhece que os livros literários podem ir além do entretenimento e desempenhar um papel ativo na formação de cidadãos críticos e reflexivos.

No entanto, é importante manter um equilíbrio delicado entre a utilização dos livros literários como paradidáticos e a apreciação pura da literatura por suas qualidades artísticas. O rótulo de paradidático não deve limitar a compreensão e a experiência da obra, mas sim servir como uma ponte para explorar diferentes camadas de significado. Portanto, compreender a construção da categoria de livro paradidático no contexto do mercado editorial e da educação amplia nossa visão sobre como os livros são selecionados, promovidos e incorporados no ambiente escolar, além de ressaltar o valor da literatura em diferentes contextos.

Uma das questões manifestas identificadas por meio de pesquisas é justamente a confusão entre o literário e o paradidático, ou o uso do livro literário em uma abordagem paradidática é reflexo de uma crise de paradigma no ensino da literatura, como destacado por Cosson (2020) em sua obra "Paradigmas do ensino da literatura". O autor enfatiza que como prova dessa crise conseguiu-se cada vez mais evidentes, desde os anos 1980, com diagnósticos contínuos sobre as condições do ensino de literatura nas escolas, acompanhados de diversas

alternativas e propostas que buscam solucionar ou minimizar a situação constatada. Esses estudos apontam para uma variedade de dificuldades e obstáculos, que abrangem desde questões materiais, como a falta de bibliotecas e acesso a livros, até questões curriculares que muitas vezes não favorecem a leitura literária.

Na parte Editorial, a partir de *sites* feitos por Editoras pioneiras na edição de livros paradidático, como a FTD, Moderna, Saraiva e Ática/ Scipione, o termo “Paradidático” foi substituído simplesmente pelo termo “literatura” (GRANATO; SCHWARTZMANN, 2019).

Sendo assim, a mudança da ação em relação a um conceito pode ser iniciada pela modificação terminológica. De outro modo, ao atribuir uma nova perspectiva ao conceito em desenvolvimento, a terminologia pode ser alterada, mantendo-se, no entanto, a essência da ação sobre o objeto. Essa alteração terminológica pode representar um dos primeiros passos para o movimento real desejado, que visa atender às necessidades do momento.

O que nos interessa, portanto, é demarcar as diferenças, pois abordaremos o histórico das políticas públicas direcionadas à leitura e distribuição de acervos, mencionando os diversos tipos de livros presentes nas escolas, considerando a finalidade dos Programas, especialmente o PNLD literário, que, conforme os editais estudados aqui, tem a intenção de distribuir obras literárias. Ao adentrarmos o campo da literatura, esperamos que as discussões levantadas sirvam de suporte para as reflexões que se seguirão.

Conforme o Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa (CUNHA, 1986), a literatura, ou a origem de seu termo, remonta aos séculos XVII e XVIII e mantém-se presente na contemporaneidade. No Brasil, tais escritos adquiriram uma nova forma quando Monteiro Lobato publicou textos que se destacaram por diferirem daqueles produzidos anteriormente. Essa mudança ocorreu devido a uma perspectiva distinta de como a personagem criança era representada, tanto em suas ações, descobertas, quanto na forma de abordar temas. Ao abordarmos a literatura infantil, inevitavelmente nos deparamos com os processos de escolarização da leitura literária.

E sua função para Candido (2000, p. 178),

(...) está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório, mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão de mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente.

A literatura é complexa e provocadora. Seu ato de leitura é singular e requer um ensino apropriado nas escolas para que seja devidamente compreendida e incorporada pelo leitor. Contudo, especialistas como Cosson (2011) destacam que, muitas vezes, o ensino de literatura é desvirtuado, servindo apenas como pretexto para questões gramaticais ou para uma abordagem superficial, em que a leitura é valorizada pelo ato em si, sem uma orientação mais profunda. Por outro lado,

A criação de oportunidades planejadas e sistemáticas para os alunos se expressarem subjetivamente sobre a leitura literária compartilhada por toda a turma gera resultados positivos para a formação do leitor, seja do ponto de vista da competência leitora, seja do ponto de vista da fruição (SOUZA, 2019, p. 12).

Compreendemos que o livro literário é enriquecido por múltiplas significações, representando verdadeiros elixires da criação humana. Segundo Rosenblatt (1995), o ensino da literatura deveria promover uma experiência completa, impulsionando o desenvolvimento da imaginação essencial para uma sociedade democrática. Nesse sentido, a literatura tem o papel de retratar comportamentos, atitudes emocionais e dinâmicas sociais e pessoais, revelando uma gama de caminhos possíveis para o leitor refletir sobre sua própria personalidade e questões.

De acordo com esse princípio literário, os livros de literatura infantil alcançam seu potencial na recepção, carregando significados através de diversas formas. A dimensão verbal é essencial, abrangendo elementos como enredo, texto, espaço, caracterização dos personagens, tema e estilo literário. Já a dimensão não verbal se refere às ilustrações, que complementam a unidade de sentido presente no livro. O projeto gráfico, diagramação, a encadernação, as cores, molduras e enquadramentos atuam em conjunto ou contrapondo-se ao texto verbal, enriquecendo a experiência do leitor.

Se analisarmos os suportes utilizados, notaremos que houve uma transformação significativa, passando do formato impresso para o digital. Essa mudança trouxe novas possibilidades de significados, permitindo uma experiência de leitura diferenciada, em que texto e imagem se relacionam de forma única. Além disso, é importante destacar que todos os elementos presentes no livro literário, incluindo os paratextos, exercem influência sobre a leitura e a interação do leitor com o próprio livro. Essas ações têm o poder de transformar o mercado editorial, a percepção da criança, a concepção do livro e o ato de ler, inclusive em âmbito governamental, pois como se constata:

a produção atual propõe aos estudos literários: a necessidade de incluir o uso de recursos não verbais [...] na descrição e na avaliação das obras infantis e o debate sobre a possibilidade de incorporar características próprias do que se chamou “literatura pós-moderna”, aos livros destinados as crianças (COLOMER, 2003, p. 104)

A autora ao mencionar esse novo jeito de fazer literatura diz de livros que não têm mais como principal fim a leitura do texto, mas a experiência do leitor ao interagir dentre os tantos recursos que possam fazer parte da construção, que não só como suporte de leitura, mas por vezes se organizará em suas materialidades para se voltar a narrativa em consonância. Essa discussão pode também imbricar-se a resposta dada por diversos campos ao tão temido fim do livro com a ascensão tecnológica, e que consequentemente tem alcançado as produções e os estudos literários infantis.

Dentro então desse novo paradigma, espera-se principalmente suscitar a presença material do livro com referência ao códice para além de um suporte de leitura, reconhecendo nele uma expressão de objeto artístico, não só por via da palavra, mas também por seu virar de páginas significativa (GIRÃO, 2021).

Nesse contexto, entender como um livro é representado dentro de outro livro corresponde à tentativa de compreender como o autor o enxerga, assim como o professor e, por extensão, como o próprio Programa pôde percebê-lo. Para o leitor, isso proporciona uma oportunidade adicional de explorar o objeto de uma nova perspectiva, atribuir significados e reconhecer os papéis que ele desempenha, seja como meio de leitura, símbolo ou recurso em contextos educacionais e bibliotecas.

Neste contexto não por acaso,

A literatura se associa então à leitura [...] A experiência da leitura decorre das propriedades da literatura enquanto forma de expressão, [...] Esse universo, da sua parte, alimenta-se da fantasia do autor [...] o texto concilia a racionalidade da linguagem, de que é testemunha sua estrutura gramatical, com a invenção nascida na intimidade de um indivíduo; [...] a literatura não deixa de ser realista, documentando seu tempo de modo lúcido e crítico; mas revela-se sempre original, não esgotando as possibilidades de criar, pois o imaginário empurra o artista à geração de formas e expressões inusitadas (ZILBERMAN, 2009, p. 17).

No cerne desse contexto encontra-se a presença da leitura literária, a qual oferece ao leitor a oportunidade de liberar a imaginação, transcendendo a lógica e os paradigmas. Isso propicia uma leitura de descobertas e encontros.

Diante desse panorama, é importante destacar novamente a ênfase enfatizada por Candido (1995^a), como já mencionamos, em relação à função da literatura, a qual está intrinsecamente ligada à sua complexidade e paradoxos. Igualmente, é necessário reconhecer as transformações que ocorrem no suporte literário.

Em conclusão, os livros literários e os paradidáticos possuem papéis distintos no contexto educacional e na formação de leitores. Os livros literários são obras que primariamente buscam explorar a estética, a subjetividade e a criatividade, proporcionando uma experiência rica em significados, emoções e reflexões. Eles se baseiam na liberdade artística do autor e na interação sensível com o leitor, promovendo o desenvolvimento da imaginação e a compreensão das complexidades da vida humana.

Por outro lado, os livros paradidáticos são recursos didáticos que têm como objetivo auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. Eles podem ser utilizados nas escolas para abordar conteúdos curriculares de maneira mais acessível e atraente, buscando engajar os estudantes de forma educativa e pragmática. Os livros paradidáticos podem ser escolhidos especificamente para complementar os temas abordados em sala de aula, tornando o aprendizado mais contextualizado e interdisciplinar.

Enquanto os livros literários focam na expressão artística e na conexão emocional, os paradidáticos enfatizam a utilidade educacional e a aplicação de conhecimentos. Ambos os tipos de livros desempenham papéis importantes na formação dos indivíduos, mas suas abordagens e objetivos diferem substancialmente. Reconhecer essa diferença é essencial para uma abordagem eficaz tanto no ensino quanto na apreciação da literatura, permitindo que os leitores se beneficiem plenamente das experiências oferecidas por ambas as categorias de livros.

4.2 O Contexto do PNLD Literário: Reflexões sobre Diretrizes, Seleção e Contexto das Obras

Após delinear os conceitos fundamentais de livro literário e paradidático, direcionaremos nossa atenção para a contextualização do PNLD Literário dentro do sistema educacional brasileiro. Isso será feito ao examinar suas características centrais, através de uma análise crítica do decreto nº 9.099, dos editais de 2018 e do Guia Digital Literário. Esses documentos desempenham um papel crucial, pois constituem as primeiras diretrizes oficiais desse programa. A seguir, procederemos a uma análise mais profunda com base nas informações presentes nesses documentos. Nosso objetivo é compreender como ocorreram os processos de avaliação e seleção das obras aprovadas, visando oferecer ao leitor uma compreensão abrangente do contexto das obras literárias que serão objeto de análise. Para tanto, serão considerados os seguintes aspectos: o contexto de surgimento do programa e as principais mudanças na transição PNLD para PNLD - Literário, em relação ao PNBE programa que lhe antecedeu na aquisição de obras literárias. Desse modo, discutiremos mais especificamente nos próximos pontos: tipos de materiais abarcados pelo programa e os trâmites que envolveram a seleção, os livros distribuídos até o momento, definição de livro literário no edital.

Mediante nossa já anunciada preocupação com o livro de literatura a ser acessado na escola pública, refletir sobre as predeterminações do recente PNLD Literário é imprescindível, porque, como desvela Morais (2010) através do resultado de sua pesquisa de Mestrado, em que

compactou análises de uma política de leitura, da instituição escolar e sua gestão em relação ao livro e o direito social do estudante,

A democratização material do livro nos espaços escolares de leitura pode ser compreendida sobre diversos olhares. Assim, [...] podem compreender que a simples entrega de acervos nas escolas públicas cumpre a acessibilidade aos livros. De outro modo, os gestores e os professores [...] podem conceber que a preservação do objeto livro deve ser a prioridade[...] De fato, as lutas para tornar o livro um objeto acessível e comum à vida dos estudantes das escolas públicas têm sido marcadas por descontinuidades e contradições, pois as ações políticas sobre a democratização do livro mostram-se recentes, descontínuas e fragilizadas. Os governos formulam programas que favorecem a leitura, mas os implementadores não se mostram preparados para assegurar o cumprimento da diretriz de democratização do acesso aos livros. (MORAIS, 2010, p. 68)

Em contexto temporal, a pesquisadora evidencia dessa forma que o problema da instabilidade da experiência dos estudantes com o livro ainda não está no passado, seja devido às inconsistências das ações políticas voltadas ao livro, seja pelos processos de mediação instaurados diretamente na escola. Além disso, ela afirma em seu trabalho que o direito ao acesso desses bens culturais é ainda muito restrito, ainda que assegurados legalmente (MORAIS, 2010).

Em vista disso, analisaremos o PNLD 2018, para compreender como o programa concebe o livro destinado à escola, como o professor pode ser levado a trabalhar e como se pode perceber a função do livro. Com a análise, poderemos esclarecer, também, como o programa separa os diversos atos de leituras em virtude da abrangência de diferentes tipos de materiais como livros didáticos, literários e materiais de apoio, avançando na discussão do trabalho com o texto literário em sua função estética, e assegurando o acesso a livros desse gênero. Do mesmo modo, ao passo que analisamos o programa, temos embasamento para ponderar possíveis caminhos na análise dos livros selecionados pelo programa e escolhidos como corpus deste trabalho. Posto isso, as obras foram escolhidas pela hipótese de que a presença do livro infantil em obras direcionadas às crianças influenciam na concepção de estudantes e professores do livro literário em suas práticas sociais de leitura, podendo ou não preencher seus vazios.

4.3 O PNLD e a incorporação do PNLD Literário 2018

A partir dessa introdução dos programas até a implementação do PNLD, Cosson (2021, n.p.)² nos esclarece que:

o INL é criado na ditadura de Getúlio Vargas. Logo, os livros publicados e enviados às bibliotecas passavam pela censura ou precisavam estar alinhados com a política do governo. Depois, na década de 1960, é criado o Serviço Nacional da Biblioteca, com o objetivo de organizar bibliotecas e desenvolvê-las no Brasil. A Comissão de Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) que distribuía, mas também controlava e censurava rigidamente a circulação das obras, visto que estávamos mais uma vez sob regime ditatorial. Mais adiante, nos anos 1970, vem a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), que se transformará na Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que, por sua vez, muda para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985.

Com base nessa afirmativa, podemos dizer que o PNLD é, por essência, o Programa Nacional do Livro e do Material *Didático*, iniciado em 1985 no Brasil. Ao longo do tempo se consolidou como uma das políticas mais duradouras empreendidas pelo MEC no campo do livro, estando em vigência até os dias atuais. Como o próprio nome sugere, as seleções e distribuições do programa são destinadas a difundir livros prioritariamente didáticos para as escolas públicas. No entanto, no mês de julho de 2017, foi instituído por meio do decreto presidencial nº 9.099, assinado pelo então presidente em ocupação temporária do cargo, Michel Temer, uma nova faceta do programa: a implementação nomeada de *PNLD Literário* (BRASIL, 2017, grifo nosso).

Tal implementação, segundo, (MOTA, 2012), (COSSON, 2020), (TOLENTINO, 2020) e (BRANDÃO, 2021), não se deu de forma harmônica e bem planejada, ao contrário, foi marcada por uma anunciada crise econômica com contingenciamentos de gastos pelo governo, além de uma densa instabilidade no cenário político brasileiro, seguido do pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Tal realidade ocasionou a descontinuidade nas etapas de aprovação e distribuição das obras do programa vigente - PNBE 2015, que, inclusive, já havia iniciado a fase de inscrição das editoras nesse entremeio.

Em face da interrupção do PNBE, é no mandato de Michel Temer, em um contexto em que o governo começou a encarar uma grande pressão advinda dos próprios cidadãos, representados por esferas políticas e socialmente preocupados e mais ainda esperançosos com

² Entrevista ao Letra A 54 da Universidade Federal da Paraíba in: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/temos-que-nos-preocupar-com-as-condicoes-dadas-para-a-formacao-de-leitores-na-escola-1.html>

a retomada iminente do PNBE, como as editoras, que o principal responsável pela distribuição das obras literárias nas escolas, que estava sem funcionar desde 2015, chegou ao fim e se estabeleceu o novo PNLD.

Com a nova concepção do programa, surge uma problemática crucial: o aligeiramento em sua elaboração, implementação e execução.

Em linhas gerais, o programa tomou aquilo que o PNBE tinha de bom, pois era inevitável não cunhar suas referências, mas não resolveu os problemas que ele apresentava, acentuando-os ainda mais, como, por exemplo, a falta de formação docente para o uso do livroliterário em sala de aula. Como argumenta Cosson (2020), a implementação do PNLD Literário, que simplesmente incluiu a aquisição de obras literárias em um programa do livro didático, é resultado de uma improvisação, derivada, em princípio, das críticas e divergências na finalização do PNBE, programa que esteve oficialmente em vigência por 20 anos.

Apesar das críticas estruturais existentes ao PNBE, ele havia se consolidado como a política mais duradoura no perfil de distribuição de obras literárias no país. Devido aos pedidos insistentes para a retomada do programa educacional, o governo federal decidiu, em 2018, reger um processo de aquisição e distribuição de livros de literatura para as escolas. No entanto, não retoma o PNBE, ao contrário, abruptamente ele é substituído pelo PNLD Literário, acrescentando uma adjetivação importante: para além da incumbência da seleção e distribuição de materiais de leituras referenciais e de pesquisa para estudantes e professoras (es) do Ensino Básico, agora ele também se torna um programa de distribuição de livros de literatura infantil.

Diante do exposto, o MEC é o órgão coordenador oficial do programa e através da SEB (Secretaria de Educação Básica) e da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), como também do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), se torna o responsável pelos trâmites de aquisição e distribuição dos livros.

O texto disponível no site do portal do MEC informa que, a partir do Decreto nº 9.099 de 18 de julho de 2017, houve uma unificação das ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários antes efetivadas pelo Programa Nacional do

Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Segundo o comunicado, essa nova faceta do programa demonstra a ampliação dos objetivos anteriores, a partir da inclusão de materiais como: “obras pedagógicas, softwares e jogos

educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros”³.

Até agora, ao abordarmos o campo das políticas públicas voltadas ao livro, não podemos negar seu desenvolvimento, e que, embora complexas e com atrasos significativos, de alguma forma abrangeram a população de modo e possibilitou a diversos estudantes a garantia de seu direito ao acesso aos livros. As políticas públicas, portanto, exercem um papel fundamental na distribuição dos acervos e no acesso à leitura de literatura. Cabe, assim, avaliar sua finalidade, garantir a continuidade das políticas públicas, transparecer suas ações e garantir que seja de qualidade, ou seja, que compreenda formas coerentes de atingir os objetivos traçados. Delimitado, pois, a nova coordenação do gerenciamento dos livros literários para a Educação Básica pública Brasileira, mudanças foram feitas e algumas serão abordadas a seguir.

4.4 Mudanças pontuais na transição do programa e características da nova iniciativa

4.4.1 O decreto de implementação do PNLD Literário

O decreto que implementou o PNLD literário é uma das primeiras medidas de confirmação da nova edição do programa e de sua continuidade na distribuição dos livros, concebido como a materialização do Estado em sua implementação do modelo de sociedade idealizado, seja ele qual for. Ao levar isso em consideração, ele, do mesmo modo que o edital, caracteriza-se também como fonte de dados sobre como o PNLD Literário 2018 foi concebido e incorporado desde suas instâncias balizadoras. No caso desse tipo de determinação civil, especifica-se, indispensavelmente, como deve ocorrer os processos de: inscrição; avaliação pedagógica; habilitação; escolha; negociação; aquisição; distribuição; monitoramento e avaliação; conforme editais de convocação (BRASIL, 2017).

Em relação à objetividade central, o revogado decreto N° 7.084, de janeiro de 2010, estabelecia o funcionamento do PNBE e, diferentemente do atual que o substitui (decreto n° 9.099), trazia em seu Capítulo III no Art. 8° que “O Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE”, pretende “prover as escolas públicas de acervos formados por obras de referência, de literatura e de pesquisa, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa”. (BRASIL, 2010, art. 8°, grifo nosso). Em comparação, o novo decreto n° 9.099, que unifica as ações do PNBE e do PNLD, no Art. 2°, dispõe que seus **objetivos** são:

³ Texto de apresentação no site do MEC in: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>

- I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
- II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica; III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura; IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;
- V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e
- VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular.** (BRASIL, 2017, art. 2º, grifo nosso).

Observamos que na sessão dos objetivos, não é especificado qual acervo será objeto de leitura nas escolas, nem ao menos há uma menção a *literatura*, mas evidencia que se refere a um “material de apoio”, deixando de forma muito abrangente a ideia de uma mesma função para todos os objetos de leitura que serão selecionados. Talvez em uma leitura forçosa, seja possível ter a impressão de que tais objetivos alcancem o livro literário, ao passo que declara se prontificar a *democratizar o acesso à fonte de cultura*, embora possa estar falando de outras fontes de cultura que não o livro de literatura. Em contrapartida, de forma clara, o vigente documento traz o objetivo do programa em apoiar a implementação da BNCC.

Ainda no texto do decreto, chamamos a atenção para um breve levantamento feito, cujas palavras didático (s) / didática (s) aparecem 38 vezes, a começar pelo artigo 1.º que mantém os vocábulos **livro** e **material didático**, ou seja, prioriza a nomeação como: “Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD [...]” (BRASIL, 2017, Art. 1º). Por outro lado, a palavra literária (s), pode ser vista apenas 6 vezes e a especificação *livro literário*, ou a expressão *literatura*, não aparecem no decreto, o que consta é a abrangente expressão “*obras literárias*” na identificação do acervo literário; além disso, ainda no Art. 1º do decreto, destaca-se que o programa “será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais”. Nesse sentido, a publicação inclui as obras literárias como objeto de distribuição do PNLD e, em vários momentos, trata os materiais como coisas diferentes, isto é, o *didático*, o *literário* e o *pedagógico*. No entanto, a partir de uma leitura mais atenta aos eixos de avaliação, a forma de enquadramento dos livros em categorias, distancia-se, consequentemente, da abordagem literária, e o conteúdo solicitado, em si, corresponde mais às características do livro didático, como pode ser visto no Art. 10, quando se estabelece, dentre outros, os seguintes critérios de avaliação das obras a serem inscritas a partir dos editais:

- III - a coerência e a adequação da abordagem teórico- metodológica; IV - a correção e a atualização de conceitos, informações e procedimentos;

- V - a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor;
- VII - a adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico; e
- VIII - a qualidade do texto e a adequação temática. (BRASIL, 2017, Art.10)

Os itens III, IV e V, em relação a eles, sugerem uma análise que se assemelha à avaliação de um livro didático, possivelmente de caráter conceitual, em oposição a um livro artístico. Já os tópicos VII e VIII não parecem levar em consideração a singularidade da criação literária, especialmente no caso dos livros infantis que têm, nos últimos tempos, intensificado sua exploração no âmbito gráfico e editorial, como exemplificado pelos livros ilustrados. Nesse contexto, o artigo exerce uma função crucial na própria experiência de leitura e na percepção do leitor. Portanto, torna-se questionável impor uma adequação gráfico-editorial específica que possa limitar a autenticidade da narrativa.

O decreto em questão, à primeira vista, não estabelece distinções substanciais entre obras de caráter didático-pedagógico, aquelas direcionadas à leitura e àquelas de natureza literária. Isso promove uma complexidade na categorização dessas instâncias, uma vez que o documento normativo não delimita tais nuances. De acordo com Azevedo, essa falta de discriminação provoca uma ambiguidade na classificação destes âmbitos, visto que o decreto não contempla devidamente tais disparidades visto que:

[...] os livros didáticos e paradidáticos são escritos por alguém que, em graus diferentes, pretende ensinar o leitor. São, portanto, comprometidos com a “lição”. Em oposição, os livros de literatura infantil colocam questões humanas vistas no plano da expressão pessoal (e não da informação baseada no conhecimento consensual e objetivo) através da ficção e da linguagem poética. São, em outros termos, ligados à “especulação” [...]. (AZEVEDO, 1999, p. 5)

Nesse contexto, torna-se evidente que as motivações subjacentes à criação desses materiais distintos também se diferenciam, o que, por consequência, influencia as abordagens adotadas. Embora essa discussão seja um tema há décadas, mesmo no âmbito brasileiro, o programa escolar estabelece uma gradual priorização dos livros didáticos nas salas de aula, ou até mesmo, na abordagem dos livros literários, a aplicação dos mesmos procedimentos em ambos os contextos educacionais, sem muitas vezes levar em consideração as particularidades inerentes ao objeto impresso (literário) e ao leitor engajado em uma situação de leitura literária na esfera social.

Em virtude da junção dos programas (do livro didático e do literário), pensamos ser necessário, desde o decreto, uma delimitação clara na especificidade do trato com os diversos

materiais a serem avaliados, selecionados e distribuídos pelo governo, como o livro de literatura, objeto constituído a partir de uma tradição, consenso de linguagem e estrutura que se difere de outros materiais de leitura, tal solicitação é importante, porque tais disposições legitimam a garantia do campo literário no âmbito da educação brasileira. Partiremos agora para a discussão dos editais.

4.4.2. Novos sujeitos na aprovação dos livros que chegam na escola

As importantes ações concretizadas acerca dos programas evidenciam a preposição da democratização da leitura, procurando verticalizar as ações conjuntas que objetivam a distribuição universal de acervos dos livros de literaturas em todo seguimento de ensino, por outro lado, essas ações, embora imprescindíveis, muitas vezes não se consolidam em políticas públicas de leitura, por permanecerem na esfera de distribuição dos acervos que, na maioria das vezes, permanecem encaixotados na escola. Posto isso, além de analisar os preceitos da política, é necessário fomentar a formação de mediadores de leitura, ação vital para que as *políticas públicas de leitura literária* se concretizem de fato (PAIVA, 2008; 2012).

Com o propósito de englobar as dimensões da leitura literária, o livro de literatura e a atuação do corpo docente, tendo como base o texto do decreto divulgado em 2017, delinearam-se alterações que assinalaram uma ruptura com a dinâmica preexistente estabelecida pelo programa antecedente (PNBE), inaugurando um novo escopo. Nesse ponto, uma das transformações mais significativas será abordada a seguir.

Apresentada como uma inovação, é plausível considerar que a discrepância fundamental em relação ao programa prévio reside na transição da entidade colaborativa, o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), previamente responsável pela condução das etapas de avaliação e seleção dos materiais, para uma equipe de avaliação designada pelo Ministério da Educação (MEC). Além disso, ocorre uma mudança no processo de escolha, que passa a ser fundamentada na avaliação efetuada por professores atuantes no âmbito da educação básica.

Retornemos um pouco no tempo para compreender melhor essas alterações. Desde 2005 iniciou-se uma cultura de parceria com os centros de ensino superior para a escolhas das obras literárias, quando o PNBE “[...] passou a descentralizar o MEC e a atribuir o processo de avaliação e seleção dos livros à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)” (MONTUANI, 2009; PAIVA, 2008; 2010; ARAÚJO, 2013 apud BRANDÃO,

2021, p. 87), posteriormente estendida ao CEALE, que assume tal posição atuando na composição dos acervos escolares de 2006 até 2015, quando da paralisação do programa.

O CEALE esteve representado pela professora Aparecida Paiva e durante todo o período de atuação, no que podemos chamar de curadoria dos livros, delineou-se um espaço-tempo democrático que contou com a participação de pesquisadores de todas as regiões do Brasil, bem como de uma diversidade de instituições públicas e privadas. Para garantir a chegada de livros de qualidade ao professor e, conseqüentemente, aos alunos, além da constante preocupação com a diversidade autoral e editorial, a equipe mantinha o principal foco da avaliação na qualidade das obras que envolvia uma acurada seleção, considerando: a qualidade do texto, o tema e o projeto gráfico editorial das obras.

Já com as novas diretrizes designada pelo MEC para o PNLD Literário 2018, essas atribuições passaram a ser tarefa de uma equipe de avaliação, com seus componentes a serem aprovados individualmente em chamada pública e não mais representados por um grupo correspondente a uma instituição de ensino, como era o caso do CEALE na UFMG.

A equipe de avaliação, representante do MEC, no PNLD Literário é constituída por: comissão técnica, equipe responsável pela avaliação de recursos, coordenação pedagógica, coordenação adjunta e avaliadores (profissionais da Educação, Linguística e Literatura). Esses sujeitos são os primeiros a validarem os livros que poderão ser escolhidos pelo professor responsável da turma correspondente à categoria (faixa-etária) em que atua no ensino básico (FREITAS; et. al I., 2020).

Ou seja, além da alteração na composição da comissão técnica, também houve mudanças nas etapas atribuídas a essa comissão, de modo que, no programa anterior, ela ficava responsável por avaliar e escolher as obras que seriam destinadas às escolas e, agora, sua incumbência restringe-se a fase da avaliação dos livros que comporão o Guia das obras aprovadas, conforme critérios do edital, ficando a cargo dos professores a definitiva escolha do acervo que vai para a sua referida escola.

Posto isso, abordaremos, nos dois próximos tópicos, os critérios postulados no edital e evocados no Guia, para inscrição e avaliação das obras, no intuito de compreender melhor o pano de fundo da formulação desses critérios e, conseqüentemente, as dimensões e os procedimentos próprios dessa fase de avaliação. Neste sentido, tendo em vista os objetivos já delimitados na gênese do programa, nos perguntamos: quais critérios fazem parte da avaliação a qual as obras necessitam estar subordinadas? e qual o pano de fundo que sustenta a ação de escolha dos professores?

4.4.3 Os trâmites da avaliação das obras literárias como pano de fundo das escolhas

Iniciamos esse tópico, apontando que os documentos balizadores do PNLD Literário, que socialmente conforma uma identidade ao programa governamental, parece seguir uma perspectiva da didatização do livro literário, buscando ressaltar, a cada sessão e artigos, essa destinação das obras, tal observação é possível, por exemplo, a partir do Edital de Convocação 02/2018 (PNLD 2020), fica claro o objetivo do PNLD Literário 2018, que define-se em:

“contribuir com o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes, em conformidade com a Base Nacional Curricular Comum [sic] - BNCC” (BRASIL, 2018b, p. 2).

Como mencionamos anteriormente, antes dos professores efetivarem suas escolhas dos livros a serem recebidos nas escolas, essas obras necessitam ser aprovadas mediante uma avaliação que será realizada pelo MEC, por meio de Comissão Técnica determinada.

Continuemos, então, descrevendo e refletindo algumas das diretrizes apresentadas no edital e no Guia a respeito da proposição dos critérios de avaliação das obras inscritas e o pano de fundo desse estabelecimento. Lembramos, neste ponto, que não é possível delimitar separadamente o pano de fundo e os critérios, pois, na realidade, o pano de fundo se confirma a partir dos critérios e, numa espiral, os critérios refletem o pano de fundo.

Sobre a justificativa dos fundamentos elaborados para a execução da avaliação pedagógica, assim podemos encontrar no edital:

A avaliação pedagógica analisará a adequação da obra literária e a categoria na qual foi inscrita, considerando a respectiva faixa etária. Para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental será analisada a **consonância com a BNCC** e, para o ensino médio, a consonância com as **Diretrizes e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. (BRASIL, 2018b, p. 32, grifo nosso).

Podemos identificar que a elaboração dos critérios orientadores da avaliação do MEC, tem como embasamento fundamental as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM), ou seja, a implementação dos critérios de avaliação parte e, em simultâneo, objetivam a concretização dessas orientações. Essa prerrogativa se confirma tanto no edital quanto na apresentação do Guia Digital PNLD - 2018 Literário das obras já aprovadas, que considerando o professor como principal destinatário deste último documento, sinaliza a ele o que o programa teve como escopo meritório das obras que poderão formar seus acervos, os dois principais documentos normativos da escolarização básica brasileira.

A propósito, a BNCC e a DCNEM fazem parte do conjunto de iniciativas que corroboram políticas públicas educacionais brasileiras. Essas políticas possuem um caráter que pretende uma uniformidade curricular visando estabelecer a equidade do ensino para os estudantes. Desse modo, tanto a BNCC como a DCNEM, atuam em um panorama que visa a resolução de descompassos de ordem político-social-educacional, via poder público.

Delimitada a função desses documentos que estabelecem os princípios fundamentais do PNLD Literário, prosseguiremos com a exposição de como essa caracterização é desenvolvida com base nos critérios de avaliação e seleção das obras.

Daremos continuidade à explicitação do procedimento adotado para a seleção, o qual se estrutura mediante a categorização das obras e a observância das dimensões avaliativas do programa. Em seguida, procederemos à análise do Guia Digital, um documento que, à semelhança do edital, desempenha um papel crucial como portal essencial para a contextualização e compreensão dos elementos relacionados ao programa. Seu propósito é orientar o professor na escolha do livro literário. Posteriormente, mediante uma análise dessas proposições, buscaremos refletir sobre a representação subjacente delineada tanto para o professor quanto para o livro de literatura dentro do âmbito do programa.

A partir deste ponto, avançaremos para a exploração detalhada de cada critério e dimensão de avaliação de maneira específica.

4.4.4 Os critérios de avaliação e a seleção das obras pelo PNLD 2018

Neste tópico faremos uma descrição reflexiva sobre a delimitação de um dos pressupostos cruciais para a aprovação dos livros dentro do programa. Esta delimitação está relacionada à definição dos livros que serão aceitos, sendo que a prioridade recai sobre a concordância entre a faixa etária e o tema - denominado como Adequação de Categoria e Tema. Essa orientação busca manter a coerência com a ampla gama de conteúdos estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Consequentemente, as categorias são segmentadas conforme as distintas etapas do ensino básico, como pode ser observado nos quadros em apêndices deste trabalho. Dessa forma, são estabelecidas as seguintes categorias: Creche I e II (para crianças de 0 a 1 ano e seis meses, e crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), Pré-Escola (para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses), crianças do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental e do 4º aos 5º anos do Ensino Fundamental, cujo enfoque é delineado pela pesquisa.

Posteriormente, serão apresentados de forma individualizada os critérios que compõem o processo de avaliação. É relevante destacar que o edital de 2018, intitulado "literário", é direcionado exclusivamente à seleção de livros literários. Nesse contexto, além da categorização, os livros devem abordar o tema correspondente. A seguir, serão discutidas as considerações sobre as informações encontradas na delimitação dos temas e categorias, referentes até a edição do programa de 2022.

Como exemplo, elaboramos um quadro que se refere ao edital que conduziu a seleção do corpus de pesquisa. De forma excepcional, neste quadro, elucidamos os enfoques de um tema específico conforme descrito no documento. Isso tem como propósito ilustrar como a organização dessas obras foi delimitada, sendo que os demais exemplos estão detalhados nos apêndices.

Iniciamos essa discussão pelo quadro que se refere ao edital que promoveu a seleção do nosso corpus de pesquisa e por isso excepcionalmente neste explicitamos os enfoques de um determinado tema descrito no documento, como forma de fazer conhecer como se delimitou a organização dessas obras.

Quadro 1 - Os critérios de avaliação para a escolha do acervo do PNLD

CATEGORIA	TEMA	ENFOQUE DE ALGUNS DOS TEMAS
Categoria 1 (Creche 1): obras literárias voltadas para as crianças de 0 a 1 ano e seis meses.	a. Descoberta de si; b. A casa e a família; c. O mundo natural e social; Outros temas.	Das descobertas e relações pessoais a esferas mais amplas, como a escola, a cidade, o meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo. Considerando-se a adequação à faixa etária, devem ser destacados temas que estimulem o respeito ao outro e o reconhecimento da diferença.
Categoria 2 (Creche II): obras literárias voltadas para crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses.	a. Descoberta de si; b. Família, amigos e escola; c. O mundo natural e social; d. Diversão e aventura; Outros temas.	Das descobertas e relações pessoais, à cidade, ao meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo. Considerando-se a adequação à faixa etária, devem ser destacados temas que estimulem o respeito ao outro e o reconhecimento da diferença.

Fonte: BRASIL, 2018b.

Direcionando nossa atenção exclusivamente ao quadro 1, é necessário esclarecer que nesta edição inaugural do programa, foi estabelecido um enfoque específico para cada tema. No entanto, optamos por reproduzir somente o enfoque do tema "O mundo natural e social", visto

que essa abordagem é recorrente desde a Educação Infantil até os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ressalta-se que nossa intenção não é realizar uma análise aprofundada desses enfoques.

Nesta seção, portanto, é apresentado ao leitor um exemplo ilustrativo que destaca a similaridade de enfoques, mesmo considerando a diferenciação das faixas etárias. Isso é evidenciado através de pequenas variações nas palavras, como podemos observar na descrição da categoria 4.

Como podemos observar, o tema *Descoberta de si* está presente até a quarta categoria, na quinta aparece como *Autoconhecimento, sentimentos e sensações*; todos os temas buscam abordar de forma generalizada a sociedade, mas não traz assuntos concretos, como podemos ver também no Edital de 2020, a partir da opção *b*, quando pela primeira vez o programa traz a palavra *conflito*, destinado aos estudantes do 8º e 9º ano:

2.2.10. Temas da Categoria 2 (8º e 9º anos):

- a. Cultura digital no cotidiano do adolescente;
- b. *Conflitos* da adolescência;
- c. Encontros com a diferença;
- d. Sociedade, política e cidadania;
- e. Diálogos com a história e a filosofia
- f. Ficção científica, mistério e fantasia;
- g. Outros temas (BRASIL, 2020, p.5)

No que concerne aos estudantes do Ensino infantil e fundamental, o edital não aborda de forma profunda esses assuntos, a cada categoria se acrescenta uma opção, e modifica outra que já estava presente, mostrando a mudança gradativa de enfoques que se correlacionam, por exemplo: os temas da categoria 1, mudou para a categoria 2 de, *b) A casa e a família* para *b) Família, amigos e escola* e acrescentou *d) Diversão e aventura*, os abordados na categoria 4 permanecem iguais, a modificação ocorre na categoria 5, do 4º ao 5º ano do Ensino Fundamental com a inclusão da opção de *Encontros com a diferença* e modificação para *Autoconhecimento, sentimentos e emoções* (BRASIL, 2018).

Assim, o que se percebe é que mesmo que o programa esclareça que as faixas etárias se diferem e que assume a responsabilidade de escolher livros determinados por isso, a partir do quadro é notável que o que acontece é uma generalização para todos os seguimentos do ensino, em busca de ensinar o convívio em sociedade. Ao não abordar em específico no ensino fundamental, do mesmo modo abordado nos anos do Ensino fundamental II, o programa busca sugerir que temas conflitantes não são para abordar na faixa etária mais nova, considerando, consequentemente, a criança como passível desses conflitos ou que, embora passem por

vivências semelhantes e que memórias reverberam até a adolescência, crianças dessa faixa não possuem maturidade cognitiva suficiente para compreender tais aspectos.

O que pode ser visto no Edital de 2018, dessa forma, é que embora o programa traga esclarecimentos como “4.11. As obras literárias poderão ter outros temas, além dos sugeridos neste edital” ou “4.12. As obras literárias poderão ser inscritas em mais de um tema” (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p. 5), há o enrijecimento nas ações, assim como uma falta de esclarecimentos de quais seriam esses outros temas, que, aliás, devem estar “nomeados, definidos e justificados, pela editora, para fins de avaliação” (BRASIL, 2018, p. 5).

É possível notar, desse modo, um lento e gradativo aumento na complexidade no enfoque dos temas, permitindo inferir sobre o contexto de inscrição e seleção das obras nos primeiros editais, que parece caminhar na compra de livros com o mesmo enfoque, mas com a linguagem diferenciada a cada faixa etária.

No entanto não se restringindo, por exemplo, aos livros investigados aqui, dentro do grande acervo aprovado é possível encontrar muitas obras que ultrapassam essa perspectiva desenvolvendo temas mais polêmicos, ou conflitantes.

Para Zilberman (2009, p.16) “Atualmente não mais compete ao ensino da literatura a transmissão de um patrimônio já constituído e consagrado, mas a responsabilidade pela formação do leitor”, o que se difere com o que o programa propõe, pois seus assuntos de interesses são aqueles que “estimulem o respeito ao outro e o reconhecimento da diferença”, sem considerar os vários brasis existentes, assim como a diversidade literária, aparentando que o programa ainda está enraizado com as problemáticas levantadas nos anos de 1970 e 1980 em que “a literatura encarnava a utopia de uma escola renovada e eficiente, de que resultavam a aprendizagem do aluno e a gratificação profissional do professor.” (ZILBERMAN, 2009, p. 13).

O que deixa transparecer, além disso, é que em busca de proteção aos materiais que chegam às escolas e à própria concepção de infância, elencando critérios diversos sobre as formas de editoração e abordagem sobre temas, por exemplo, acabam por privar à criança o universo plural que, complexamente, buscou apresentá-la.

Em relação à dificuldade de trazer assuntos multifacetados às crianças multifacetadas, Azevedo (2005, p.7) destaca:

Creio que uma das razões que levam a escola a lidar com dificuldade com os temas humanos concretos, portanto não informativos nem passíveis de didatização, pode ser o treinamento dado aos professores. Estes costumam ser condicionados a estabelecer uma relação unilateral, de mão única, essencialmente não dialógica com seus alunos: professores “sabem” e alunos “não sabem”. Cabe aos primeiros transmitirem seu conhecimento aos

segundos. Diante do currículo escolar oficial, esse tipo de relação parece fazer sentido. Diante dos temas humanos concretos ela não se sustenta. Como pretender dar lições objetivas e exercícios sobre a “busca do autoconhecimento”, a “mortalidade” ou a “paixão”? Estamos, naturalmente, frente a assuntos subjetivos e dialógicos que podem gerar opiniões, emoções, depoimentos, discussões, especulações e confissões, mas não lições objetivas e consensuais. Em assuntos como esses, pode até ocorrer que uma criança tenha mais experiência do que um adulto.

Nestes aspectos, é levantado também a problemática das ações que emergem ao ensino médio, momento em que o ensino de literatura é confundido com o didático, como pode ser visto na preocupação da Base Comum Curricular, que deixou margens a essa interpretação ao, salientar que,

Em relação à literatura, a leitura do texto literário, que ocupa o centro do trabalho no Ensino Fundamental, deve permanecer nuclear também no Ensino Médio. Por força de certa simplificação didática, as biografias de autores, as características de épocas, os resumos e outros gêneros artísticos substitutivos, como o cinema e as HQs, têm relegado o texto literário a um plano secundário do ensino. Assim, é importante não só (re) colocá-lo como ponto de partida para o trabalho com a literatura, como intensificar seu convívio com os estudantes (BRASIL, 2017, p. 491).

Além de constataremos a ênfase direcionada à leitura do texto literário em detrimento do foco na obra de literatura em si, o trecho em análise também sugere que tem emergido uma abordagem dos elementos literários de forma análoga à abordagem empregada nos materiais didáticos, conferindo-lhes uma função paradidática. Isso levanta a suposição de que o ensino de literatura no contexto do ensino médio está mais voltado para a análise das transformações literárias e suas características do que para a experiência efetiva da leitura literária.

Com a implantação de um programa como o PNLD, em um país como o Brasil, considerar essas questões deveriam ser fundamentais, todavia, podemos perceber que há um interesse mantido em se propor a presença da literatura em sala de aula a partir de textos mais complexos, mas sem aprofundar nesses aspectos, esperando ações modelares e, aparentemente, inflexíveis.

No entanto, mesmo que nosso corpus literário de análise só se restrinja aos livros do guia dos títulos aprovados a partir do edital de chamada 2/2018 (PNLD 2018) e apontado no quadro anterior, apresentamos a seguir a delimitação de todas as categorias abarcadas em alguns dos editais posteriores para fins de uma contextualização, e em certa medida atualização da abrangência do programa, conforme descrevem os documentos, finalizando com os últimos dados do PNLD – 2022. Desse modo a intencionalidade é explicitar uma das principais

dimensões avaliativas do PNLD Literário, que designa critérios para a escolha dos livros nos editais referente a Adequação de Categoria e Tema.

Em comparação, o segundo edital diz respeito ao edital intitulado 01/2018 (PNLD 2020). No mesmo ano, ou seja, em 2018, foi elaborado um outro edital que não se restringiu unicamente às obras literárias, nem abrangeu todas as faixas etárias do ensino. Esse documento está intrinsecamente ligado à seleção das obras que serão disponibilizadas nas escolas públicas destinadas aos anos finais do ensino fundamental, com a previsão de distribuição a partir do ano de 2020.

Todavia, é notável que, a partir desses editais iniciais, a prática de detalhar os enfoques das temáticas não continuou. Contudo, perdura a inclinação para uma abordagem superficial por meio das temáticas. O terceiro, o EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2019 (PNLD 2021), voltado para a entrega no ano de 2021, direcionou-se ao segmento da educação infantil, mantendo coerência na estruturação geral dos temas, com mínimas variações entre as diferentes faixas etárias.

Ao analisar o último edital abordado neste contexto, o EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL 02/2020 (PNLD 2022), em comparação com os editais precedentes, é possível discernir uma aparente ampliação do enfoque direcionado à literatura infantil dentro do programa. Isso se materializa, por exemplo, na ênfase conferida à incorporação de elementos literários, como fábulas, mitos e lendas de âmbito local, nacional e universal.

Entretanto, em uma avaliação abrangente dessas diretrizes, endereçadas aos editores, escritores, avaliadores e, por último, aos professores - este último desempenhando o papel final na conexão entre o livro e o estudante - emerge a proposta subjacente de que, ao transmitir conhecimentos formalizados, a inclusão do livro de literatura seja efetuada como um canal para acessar tais conhecimentos, os quais igualmente poderiam ser comunicados por meio de outras ferramentas.

De maneira sucinta, o livro de literatura infantil parece ser interpretado como um meio concreto para a disseminação de conteúdos didáticos, visando proporcionar uma abordagem alternativa para o ensino dos temas curriculares. Nesse contexto, o foco parece estar mais direcionado ao próprio texto do que ao livro enquanto artefato material imbuído de significados. Isso implica que o próprio texto, mesmo de caráter literário, adquira um papel secundário destinado a um propósito específico.

Marisa Lajolo, ao discutir tal problemática, mesmo levando em conta o fato da inevitável escolarização da literatura no meio escolar, defende que é preciso “assumir com os alunos, perante o texto, uma perspectiva que o violento o menos possível. Uma perspectiva que respeite

sua natureza específica de texto, qual seja, o constituir ponto de encontro entre autor e leitor” (LAJOLO, 1982, p. 53). Diante disso, considerando uma produção literária em sua pluralidade e diversidade de assuntos que podem ser abordados, facilmente poder-se-ia identificar os temas solicitados pelo programa, no entanto, praticamente condena-se o texto a violação de seu motivo de existir, condicionando suas possibilidades de alcance a temas.

Nesse cenário, ao enquadrar um texto sob um enfoque essencial, ou seja, ao abordar uma obra realçando um enfoque específico determinado, pode surgir uma contradição em relação à intenção do seu autor. Isso se deve à complexidade de identificar o que o autor de um texto literário pretendia estabelecer como foco principal em uma obra. Além disso, é ainda mais problemático reduzir essa obra a uma abordagem única e exclusiva, meramente em função de um tema específico, negligenciando a riqueza da experiência que a exploração mais profunda da sua leitura pode proporcionar. Prosseguindo, avançamos para a subdivisão detalhada de cada dimensão e seus critérios particulares.

4.4.5 Avaliação de Livros Literários no PNLD 2018: Um Enfoque nas Dimensões de Qualidade

O programa quando anuncia seu direcionamento como programa de livros literários para os primeiros acervos a serem selecionados em 2018, elucida que “[...] a avaliação pedagógica das obras literárias deste edital está ancorada em quatro dimensões: 1.1. Qualidade do texto; 1.2. Adequação de categoria, de tema e de gênero literário; 1.3. Projeto gráfico-editorial; 1.4. Qualidade do manual do professor digital.” (BRASIL, 2018b, p.31).

Desse modo, essas dimensões avaliativas englobam o projeto gráfico-editorial, a qualidade literária do texto, a adequação do tema (categoria, gênero literário, e a linguagem) e a qualidade do material de apoio ao professor, também chamado de manual do professor, sendo que esta última dimensão se soma a uma das principais mudanças em relação ao programa anteriormente responsável pela aquisição das obras literárias (PNBE).

No antigo programa também se dividia os “critérios postos pelos editais em quatro dimensões: material, literária, pedagógica e *estatal*” (MOTA, 2012, p. 310). Ou seja, a diferença é que, neste caso, a dimensão da *qualificação do material direcionado ao professor*, à qual será abordada mais adiante, passa a substituir a dimensão *estatal* que tinha como objetivo a exclusão “[...] do processo seletivo daquelas obras que apresentam discriminação na forma de preconceitos e estereótipos”, no entanto, tomando o cuidado de reconhecer a “importância da memória histórica e cultural construída pela literatura ” evitando assim “[...] julgamentos apressados sobre o caráter preconceituoso de obras do passado” (MOTA, 2012, p. 316).

Chamamos a atenção, devido ao interesse dessa pesquisa pelo livro, o fato de que também não há menção da dimensão material como pré-requisito da avaliação, o que confirma a ideia já suscitada, da importância relegada à materialidade do livro em detrimento do foco ao que determinada narrativa possa alcançar em relação às temáticas que por sinal se estabelecem considerando documentos balizadores do ensino pedagógico escolar, como a BNCC.

A partir deste ponto, avançaremos na análise detalhada de cada uma das dimensões mencionadas, as quais constituíram o arcabouço organizacional dos procedimentos adotados pelos editores que submeteram os livros de literatura infantil para o edital PNLD 2018 Literário (02/2018). Esse edital, por sua vez, orientou os critérios de avaliação e, conseqüentemente, a seleção do conjunto literário que é objeto de análise nesta pesquisa.

Primeira dimensão: Qualidade de texto

Na caracterização da dimensão, os editais postulam que:

as obras literárias, tanto em língua portuguesa em suas múltiplas variantes (nacional, regional, europeia e africanas), quanto em língua inglesa em suas múltiplas variantes, devem contribuir para ampliar o repertório linguístico dos estudantes e, ao mesmo tempo, propiciar a fruição do uso singular da linguagem que as caracteriza (BRASIL, 2018b, p. 31).

Nesse sentido, evidencia-se que os livros serão analisados a partir da “exploração de recursos expressivos; consistência das possibilidades estruturais do gênero literário proposto; adequação da linguagem aos estudantes; e o desenvolvimento do tema em consonância com o gênero literário em questão” (BRASIL, 2018b, p. 31). Deixam claro, desse modo, que não serão selecionados livros com “teor doutrinário, panfletário, didático ou religioso”. Por outro lado, colocam à literatura a função de ampliação do repertório linguístico e, ao levar isso em consideração, mais do que possibilitar o encontro com vocábulos novos, para alguns autores a literatura, por sua essência estética, na verdade deve mediar ao leitor associações, levando-o a prestar atenção em seus sentimentos, nas atitudes e ideias que o texto desperta (ROSENBLATT, 2005).

Em sua vertente educativa, Meireles (2001a, p. 120) esclarece que, o livro literário, em sua qualidade, se caracteriza como aquele que é “[...] capaz de estimular todas as faculdades do leitor;” avançando inclusive na ampliação do olhar para além do texto afinal, por exemplo, “a ilustração não serve apenas para reproduzir o que vem escrito” (MEIRELES, 2001a, p. 120).

Um texto que não contava com olhos do leitor para além dele na página, é duradouro e atravessou séculos formando nossas listas de clássicos, porém fizeram parte de um outro momento histórico, o qual não dispunham de tamanhos recursos de atração ou publicidade, deixando a sedução a cargo da narrativa, motivo pelo qual existia o livro. Esse texto não possuía cartongens vistosas ou mil recursos tipográficos, “que hoje solicitam adultos e crianças fascinando-os antes de se declararem, como um amor à primeira vista” (MEIRELES, 1979, p. 33).

Nesse contexto, mesmo diante da possibilidade de acesso a um mercado vasto e diversificado, onde a própria materialidade do livro possui sua relevância, as políticas governamentais parecem distantes das aspirações de incorporar as evoluções e diversidades desse campo. Contudo, é evidente que é possível produzir obras literárias de extrema simplicidade, negligenciando essa interconexão, que, ao se materializar tanto no aspecto físico quanto no ficcional, dá vida a um sabor de poesia que deveria ser uma fonte ininterrupta para a infância. Nesse sentido, na sociedade contemporânea, encontramos livros que se apoiam exclusivamente no texto, assim como livros que entrelaçam texto e ilustrações, bem como exploram sua própria materialidade.

O programa, em relação à qualidade, não deixa claro como os aspectos literários e as características infantis serão considerados, já que, “para que o texto possa funcionar de um modo determinado, não basta que esteja organizado, é preciso que a possibilidade dessa organização esteja prevista na hierarquia dos códigos da cultura” (LOTMAN, 1982, p. 345-346), e isso se torna mais complexo se considerarmos a literatura para as crianças,

primeiro, porque a sua recepção vincula códigos e representações culturais sobre arte e literatura a códigos e representações sobre infância e juventude e, segundo, porque essas obras normalmente possuem um duplo endereçamento: as crianças e jovens, e, também, a adultos mediadores. Assim, para que um texto possa funcionar como literatura infantojuvenil, é necessário não apenas que os códigos sobre arte e literatura, mas também sobre infância e juventude, mobilizados pelo autor em sua obra, sejam compartilhados, em alguma medida, por seus potenciais leitores (KIRCHOF; SOUZA, 2019, p. 28).

Nisto, parece que o programa tem o enfoque maior em garantir determinados tipos de textos que chegará para a escolha do professor a partir das temáticas privilegiadas em seu enquadramento para uma correspondente aquisição dos conteúdos escolares, do que sobre a literatura e o leitor em suas características e relações. Para Cecília Meireles (2001a.), autora de literatura infantil no Brasil, escrever para crianças era, em simultâneo, um exercício de “ciência” e “arte”, sendo necessário que o escritor conhecesse as íntimas condições, como as

características e as possibilidades de compreensão para escolher e organizar tecnicamente o assunto em um livro, e ter o dom de fazer um pequeno e delicado escrito transformar-se em uma completa obra de arte, o que se exigia técnica. Somente unindo o conhecimento acerca do público infantil, o compromisso em produzir uma obra literária de qualidade e o fazer artístico em si, é que o escritor, verdadeiramente, produziria o livro adequado ao leitor infantil (MEIRELES, 2001b).

O que parece mais difícil aqui, é a discussão acerca da qualidade do texto, uma discussão teórica e subjetiva, tendo em vista que cada autor pode considerar a sua própria qualidade, fundamentado nos paradigmas existentes. Isto é, a literatura passou por transformações e essas se constituem em paradigmas, que estabelecem um novo foco para se olhar a literatura, seja em relação ao texto, autor ou leitor, nisso, imerso nesse meio, o autor, ao escrever, pode se constituir de diversos paradigmas em sua escrita, do mesmo modo o programa, que pode considerar a qualidade do texto a partir de quesitos próprios. Neste caso, o que guia o PNLD é a sua noção de qualidade a partir de um paradigma literário, que, de vez considerar qualidade à imagem e ilustrações, à relação entre texto, autor e sociedade, às lacunas deixadas, assim como as várias possibilidades de leitura e humanização, relacionada com a discussão sobre os temas e conhecimento vocabular.

O programa, sendo assim, possui expectativas sobre o que se espera alcançar com essa qualidade, considerando em última instância e sem aprofundar, os paratextos do livro, desconsiderando do mesmo modo as conexões, inferências, questionamentos e sensações que podem ser produzidas pelos elementos ao redor do texto em uma obra, aspectos essenciais a serem percebidos no ato de leitura de literatura infantil atualmente. Para Azevedo, há “uma importância relevante na chamada literatura infantil e juvenil: com ela, o jovem leitor e cidadão, dentro ou fora da escola, pode ser introduzido, através da ficção e do discurso poético, à abordagem dos temas humanos da vida concreta não idealizada, portanto necessariamente relacional, diversificada e complexa. Isso não é pouco” (AZEVEDO, 2005, p.8). Sendo assim, mais do que as características modelares e conteudistas, ao encontrar com o texto, significa, simbolicamente,

entrar em contato com o Outro e sua subjetividade. Em graus diferentes, essa marca permeia todos os textos literários. Mesmo quando lemos um conto de fadas, sentimos que por trás de tudo está a voz de um contador de histórias e está implícito que a mesma narrativa seria necessariamente alterada e resignificada caso fosse contada por outra pessoa (AZEVEDO, 2005, p. 9).

Além do outro que pode ser acessado no desenrolar de uma narrativa, ou nos personagens a serem apresentados, há também o contato do leitor com esse outro “autor” que

inscreve na obra uma forma de comunicação com seu leitor ao introduzir determinados elementos que acompanhe ou prolongue o texto.

Aquilo que não é considerado qualidade, por seu modo, pode considerar “livros oferecem lugares comuns, personagens estereotipados, sentimentos tópicos e motivações unívocas. (COLOMER, 2017, p. 253). A citação de Colomer se assemelha muito à luta de Monteiro Lobato, em 1920, quando publicou o livro “A menina do nariz arrebitado”, após ter se preocupado com os livros que estavam chegando às crianças, transformando o local rural em um lugar agreste e selvagens, propícios a conflitos humanos. Dessa forma, neste cenário em que Lobato vivenciou,

A presença de um protagonista criança é um dos procedimentos mais comuns da literatura infantil. Via de regra, a imagem de criança presente em textos dessa época é estereotipada, quer como virtuosa e de comportamento exemplar, quer como negligente e cruel. Além de estereotipada, essa imagem é anacrônica em relação ao que a psicologia da época afirmava a respeito da criança. Além disso, é comum também que esses textos infantis envolvam a criança que os protagoniza em situações igualmente modelares de aprendizagem: lendo livro, ouvindo histórias edificantes, tendo conversas educativas com os pais e professores, trocando cartas de bons conselhos com parentes distantes (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007, p. 32).

Colomer, a respeito da qualidade literária, acresce que sua firmação “se baseia na comparação e na apreciação de seus distintos elementos” (COLOMER, 2017, p. 254) como: a escolha do tipo de narrador e como isso ele relaciona com a história, espaço e personagens, a linguagem que se apresenta, no que ela designa de “textura” das palavras, essencial ao valor literário, como também a precisão e riqueza das imagens, intenção de não informar apenas um acontecimento, considerar o conflito gerador, os paratextos e a própria materialidade do livro. Para Magnani, sobre o considerado literário, coloca que:

[...] o que o caracteriza como literário não é apenas o assunto ou seu conteúdo. E, se queremos oferecer condições de avanço com a literatura, é necessário levar em conta que se lida com o todo de um texto: o que, como, quando, quem, onde, por que, para que, para quem se diz. É nessa unidade que o leitor se movimenta quando lê; é esse conjunto de relações que forma e não a moral da história ou as lições de comportamento, ou os conteúdos revolucionários... (MAGNANI, 1992, p. 104).

A noção de qualidade, nesse ponto, também engloba a análise de se um livro é considerado literário ou não, não se restringindo a uma avaliação de bom ou ruim. A qualidade, ademais, pode também ser uma apreciação subjetiva do leitor, referindo-se ao livro que o cativou e estabeleceu conexões mais significativas, sendo fundamentalmente influenciada pelo gosto pessoal e prazer estético, resultantes da experiência da leitura literária. Dessa forma,

torna-se evidente que, a questão da qualidade envolva várias direções, seja ao explorar as personagens, suas ações, a linguagem empregada, o autor, as afinidades com o leitor, bem como as interações entre todos esses elementos.

No Edital, no que lhe concerne ao quesito qualidade, os objetivos do PNLD são explicitados de forma geral, mas que possuem um bom fundamento, como podemos ver em: “2.1.2 Apoiar a formação dos acervos das escolas públicas, ampliando as oportunidades de uso individual dos estudantes de literatura de qualidade durante o ano letivo;” (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018) ou em “2.1.3 Contribuir com o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes, em conformidade com a Base Nacional Curricular Comum-BNCC.” Porém, pensando nas ações e o que se espera com a leitura do livro literário, estes objetivos parecem não estar inclusos nos critérios, ou que tais critérios não conseguem dar conta dos objetivos à que se propõem.

Na ficha de avaliação das obras, encontramos questões que podem estar relacionadas à qualidade:

- 1.2 Critérios da qualidade do texto verbal
- 1.2.2 O texto verbal emprega com qualidade figuras de linguagem, como metáforas, metonímias, antíteses, hipérboles e/ou elipses, entre outras?
() Sim () Parcialmente () Não () Não se aplica
- 1.2.3 O texto está isento de clichês que prejudiquem a qualidade estética da obra?
() Sim () Parcialmente () Não () Não se aplica
- 1.2.4 O texto, caracterizado pela polissemia, permite que os alunos elaborem diferentes leituras, permitindo que o professor conduza um debate sobre as diferenças entre seus pontos de vista?
() Sim () Parcialmente () Não () Não se aplica
- 1.2.5 O texto verbal está escrito em acordo com um gênero da tradição literária (caso a resposta para essa pergunta for "sim" ou "parcialmente", obrigatoriamente, a resposta será "não" tanto para a pergunta 1.2.7 quanto para 1.2.8)?
() Sim () Parcialmente () Não () Não se aplica
- 1.2.6 A construção do texto corresponde de modo adequado a convenções desse gênero (questão 1.2.5), consolidando ou ampliando um repertório de formas literárias do aluno?
() Sim () Parcialmente () Não () Não se aplica (GUIA DIGITAL PNLD LITERÁRIO, 2018).

A ficha de avaliação contempla questões deliberadas para avaliar a qualidade, destacando principalmente os critérios do texto verbal e também abordando os critérios do texto visual. No âmbito dos critérios do texto verbal, a ficha procura identificar elementos que obedeçam aos critérios citados acima. Quanto aos critérios do texto visual, a ficha analisa a integração entre imagens/ilustrações e o texto verbal, buscando enriquecer a experiência estética

do leitor. Além disso, questiona o uso de recursos visuais, como luz, sombras, proporções e enquadramento, para aprimorar a dimensão estética e literária do conteúdo. Consequentemente, uma ficha de avaliação, conforme o "GUIA DIGITAL PNLD LITERÁRIO, 2018," avalia a qualidade do texto verbal e visual.

Merece um adendo, a menção dessa prescrição avaliativa, quando se especifica “texto visual” como aquele que evidencia a interação das imagens e ilustrações, parece que estão falando de um tipo de livro específico que pode se assemelhar com o livro ilustrado, porém, não fica claro essas especificações, já que não foi esclarecido pelo programa. Neste sentido, entenderemos os livros que possuem interação de ilustrações com o texto verbal como livro ilustrado, já que carrega essas características pontuadas pelo PNLD.

Além das questões de qualidade e avaliação verbal e visual, há os critérios eliminatórios,

1.6 Critérios eliminatórios

A obra:

1.6.1 A obra é literária (não se caracteriza como didática)?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica

1.6.2 Apresenta texto de qualidade estética e literária que contribui para a formação do leitor?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica (GUIA DIGITAL PNLD LITERÁRIO, 2018).

Nota-se que é importante para o guia delimitar e separar os tipos de textos e gêneros que chegam às escolas, assim como acontece com o literário, que não deve ser confundido com o didático. Em relação à isso, os critérios continuam o mesmo para a avaliação dos materiais de 2020.

Segunda dimensão: Adequação de categoria de tema e de gênero literário

Nesta dimensão, “a obra literária deverá vincular-se, necessariamente, a uma categoria, a um ou mais temas claramente especificados e a um gênero literário” (BRASIL, 2018b, p. 32). Considera-se aqui a vinculação à faixa etária e à temática dessas obras que, neste caso, o edital aponta essa divisão e os delimita, alertando, inclusive, para o enfoque que precisam ser abordados em cada categoria.

Em relação à escolha de um gênero literário, os livros precisam corresponder à classificação dentre as seguintes opções: “poema; conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular; romance; memória, diário, biografia, relatos de experiências; obras clássicas

da literatura universal; livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos; livro-brinquedo” (BRASIL, 2018b, p. 32 - 33).

Neste sentido, as situações que podem ser desenvolvidas com esses gêneros são muitas: um teatro, uma declamação, uma roda de leitura, uma leitura silenciosa, uma leitura compartilhada ou uma dramatização. Além disso, mostra-se a intenção de apresentação de diversos gêneros às crianças, visando a sua formação cultural.

Na escola, a literatura de forma inevitável precisa ser entrelaçada com os conteúdos sistematizados, avaliados como importante aspecto para apreensão do ser humano em seu processo educacional. Assim, dentre as necessidades escolares, a leitura de literatura pode ser abordada para discutir os assuntos temáticos como um recurso para o processo de escolarização de outras disciplinas ou para praticar a sua leitura e, a partir dela, atribuir sentidos aos diversos temas propostos, ensinando seu próprio ato, considerando, além dos temas, a estrutura do texto, o autor, o leitor, a linguagem e sentimentos provocados.

Sobre os temas, este também é inevitável não estar presente na literatura, pois via simbologias, metáforas, situações e linguagem, os autores trazem os assuntos de forma diferente, tendo em vista a função literária. Neste sentido, nos importa como o tema e a ideia principal do livro é descrita.

No livro “A literatura infantil e juvenil hoje: múltiplos olhares, diversas leituras” organizado por Filho; Pina e Michelli (2009), se discute a literatura infantil na contemporaneidade, levando em conta suas transformações históricas. Nisto, o primeiro texto escrito por Filho (2009), busca discutir a literatura infantil em seu percurso pela expressão artísticas. Isto posto, podemos através de sua leitura, conhecer exemplos da discussão sobre o tema na literatura em sua história.

Ao buscar abordar sobre as temáticas presentes nos textos literários, percebe-se que por muito tempo a literatura esteve entrelaçada com recursos pedagógicos, endurecendo os valores dos contextos, como o respeito pelas instituições que “governam” a vida do sujeito, seja a família a escola ou a pátria. Podemos perceber tais aspectos via livros brasileiros como o de Tales de Andrade, Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida, que embora autores de renome e que descreveram sobre os conflitos humanos, traziam no livro literário concepções diferentes da idealizada hoje e essa concepção se distancia do pensamento ufanista, isto é, deixa de glorificar a pátria, por exemplo, para nos levar a questionar esses mesmos aspectos e instituições, que antes precisavam de preservação. Como exemplo, temos a obra de cunho didático-moralizante “Coração”, escrito pelo italiano Edmondo de Amicis em 1886 e que leva a geração iniciada no século vinte aprender sobre trabalho, patriotismo, virtude e generosidade:

Eu amo a Itália porque minha mãe é italiana, porque o sangue que me corre nas veias é italiano, porque é italiana a terra onde estão sepultados os mortos que minha mãe chora e que meu pai venera, porque a cidade onde nasci, a língua que falo, os livros que me educam, porque meu irmão, minha irmã, os meus companheiros, e o grande povo no meio do qual vivo, e a linda natureza que me cerca, e tudo o que vejo, que amo, que estudo, que admiro é italiano. [...] Ânimo, ao trabalho! Ao trabalho com toda a alma e com todos os nervos! Ao trabalho que me tornará o repouso doce, os divertimentos agradáveis, o jantar alegre; ao trabalho que me restituirá o bom sorriso do meu professor e o beijo abençoado de meu pai (MAGALHÃES, 1891, p. 74- 81 apud FILHO, 2009, P.13)

Após a primeira grande guerra, com a situação de valores profundamente abalados, abre-se o caminho pela literatura diante da vida rural, em que a sua tendência era para a valorização da paz e justiça social, em que o ambiente do campo auxiliava trazendo a nostalgia da vida simples (FILHO, 2009). Essa foi a trilha da educação e leitura literária no Brasil até o século XIX, que começou a tomar outra forma com as publicações de Monteiro Lobato, que partiam de propostas inovadoras de literatura infantil: a criança que antes era passiva e passava por momentos edificantes e construtivos, alicerçados no nacionalismo, intelectualismos e tradicionalismo cultural passa a ter vez e voz, sobretudo na voz de Emília, alter-ego de narizinho, que representava a criança idealizada (SOUZA, 2009).

Lobato apresenta características até então não exploradas no universo literário para crianças: apelo a teorias evolucionistas para explicar o destino da sociedade; onipresença da realidade brasileira; olhar empresarial e patronal; preocupação com problemas sociais; soluções idealistas e liberais para os problemas sociais; tentativa de despertar no leitor uma flexibilidade face ao modo habitual de ver o mundo; relativismo de valores; questionamento do etnocentrismo e um outro ponto importante: a religião, como resultado da miséria e da ignorância (FILHO, 2009, p. 17).

Ao considerar tais aspectos, percebe-se uma diferença de abordagens que carrega uma nova concepção, modificando os escritos que começavam a fumegar conflitos infantis, diferentes contextos sociais e culturais, além de sua diversidade e dificuldades.

Desse modo, mais precisamente após a década de setenta, encontra-se uma produção literária/artística para as crianças que não nasce apenas da necessidade de se transformar em recurso pedagógico, mas cujas principais funções são o lúdico, o catártico e o libertador, além do pragmático e do cognitivo (FILHO, 2009, p. 17).

Nisto, a forma em que a criança é vista passa a ser diferente e seus conflitos começam a ser considerados. Por outro lado, a literatura ainda não possuía de forma demarcada as discussões sobre temas transversais e este aspecto começa a mudar principalmente depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394 de 20 de dezembro de 1996), que institui os Parâmetros Curriculares nacionais e que este trouxe, em seu desenvolvimento, os temas transversais para serem trabalhados em sala de aula. Com isso, para atender ao mercado editorial impulsionado por novas propostas, os livros começaram a abordar os temas a fim de garantir a inclusão e planejamento (FILHO, 2009).

O debate acerca da inclusão e aceitação das diversidades, seja em termos sociais, culturais ou de gênero, por exemplo, tem sido uma temática recorrente em livros procurados para crianças e jovens, conforme apontado por Filho (2009), como evidenciado na obra intitulada "O pintinho que nasceu quadrado":

O que surpreende na obra *O pintinho que nasceu quadrado* é exatamente o contrário. Suas autoras, por meio da construção de um universo ficcional com raízes plantadas pela fábula, enriquecem a discussão de modo a garantir múltiplas intertextualidades nas linguagens verbal e visual do livro. A sociedade tradicional é mostrada neste contexto literário por meio da figura de um galinheiro e todos os seus aspectos discutidos de maneira metafórica: o machismo é mostrado na figura do galo na primeira página e na figura de um outro galo cuja função é ser o juiz, sendo a autoridade que organiza o galinheiro e traça o destino de suas dominadas; o ato de viver sem grandes reflexões e a vida assujeitada das classes dominadas é figurativizada no ato de botar ovos, ato esse tido como obrigação do sexo feminino. Nada pode ser questionado. Nada deve mudar a ordem estabelecida (FILHO, 2009, p. 20)

Dessa forma, ao abordar a aceitação das diferenças e a autoaceitação, o livro carrega uma narrativa sensível que oferece não apenas essa perspectiva, mas também outras várias, visto que a figura do leitor também se transformou ao longo do tempo. Consequentemente, torna-se aparente que as temáticas podem ser tratadas pela literatura, mas o foco contemporâneo reside na fusão entre a literatura e as temáticas, sem comprometer a literariedade e a participação ativa do leitor diante das obras.

Terceira dimensão: Projeto gráfico-editorial

Ao abordar essa importante dimensão na obra literária infantil os editais definem que:

O projeto gráfico-editorial deverá apresentar equilíbrio entre texto principal, textos complementares e intervenções gráficas, como as ilustrações, quando

houver. [...] Garantir condições de legibilidade do ponto de vista tipográfico quanto ao formato e tamanho da (s) fonte(s) utilizada(s); do espaçamento entre letras, palavras e linhas, do alinhamento do texto, qualidade do papel e impressão. (BRASIL, 2018b, p. 38).

Mais uma vez retomando a necessidade da adequação da categoria, acentua-se que “Como essas informações têm por objetivo a ampliação das possibilidades de leitura dos estudantes, elas devem ser relevantes e consistentes, porém, em *linguagem apropriada à faixa etária* esperada para os estudantes [...]” (BRASIL, 2018, p. 38).

Neste aspecto editorial, é importante o adendo de que, embora o programa proponha limitações às editoras e autores sobre como esperam que o livro literário seja apresentado à criança. Por outro lado, todos os aspectos do objeto livro pode influenciar na leitura e trazer lacunas para serem preenchidas, isso acontece, por exemplo, através da materialidade, do tamanho, da diagramação ou mesmo pela forma como as páginas são colocadas e suas texturas que podem estar ali, mas não por acaso. Essa ação simbólica vai para além dos paratextos e do próprio texto verbal, isto é, o livro em si, voltado para o códice, pode ser um componente para a leitura, formando um leitor não só de palavras e imagens, mas consciente dessa materialidade. Alguns exemplos de livros que consideram essa potencialização, são por exemplo: “O carteiro chegou do autor Allan Ahlberg, impresso pela editora Companhia das Letrinhas que faz uso das páginas como envelopes de onde o leitor pode retirar as cartas que o protagonista leva a cada personagem durante suas entregas.

Pensando nos aspectos humanizadores da literatura, esses elementos se tornam essenciais para provocar o leitor e para produzir uma leitura ativa, até por isso, o guia salienta que

procura fornecer subsídios para essa tarefa, pois o trabalho de seleção dos livros literários que serão utilizados em sua escola é uma ação de grande importância, se pensarmos especialmente no impacto que essa escolha terá em sua(s) prática(s) docente(s) com o texto literário e, especialmente, no contato dos(as) estudantes com esse livros. Isso nos alerta para a necessidade de efetivação de uma escolha qualificada dos livros literários que chegarão à sala de aula (GUIA PNLD LITERÁRIO, 2018, p. 9).

Todavia, ao considerar os livros disponibilizados pelo PNLD, são rasos os usos dos aspectos que potencializam essa leitura literária que considera o livro como objeto de sentidos a partir de sua materialidade; no que diz respeito ao nosso objeto de pesquisa, este também carrega essas limitações, não tendo nenhum livro que trabalha com esses elementos, por exemplo no uso de abas, texturas que fazem parte da narrativa, ou solicitação de movimentos

específicos para dar seguimento na leitura. Portanto, restrito ao PNLD literário, precisamos adequar nossa análise ao considerar apenas os paratextos, que também refletem na leitura, mas é de destaque que o programa poderia, por ser uma política pública, produzir uma diversidade maior sobre os objetos, para que a leitura literária de qualidade ocorra, assim como ele almeja.

Na ficha de avaliação, por sua vez, possui perguntas que remetem à diversidade:

1.5.2 Favorece a leitura (diagramação, relação texto e imagens; escolha da fonte e corpo; espaçamento entre linhas; as ilustrações são legíveis para o público-alvo, entre outros)?

1.5.3 A capa e/ou contracapa e/ou orelha da obra contribui(em) para a mobilização do interlocutor à leitura?

1.5.4 Quanto ao livro brinquedo: permite interação entre a criança e o texto, viabilizando o alcance aos temas desde a abertura convencional à abertura súbita de páginas (em 3D, por exemplo), giros, trilhos e animações?

1.5.5 Quanto ao livro brinquedo: oferece materialidade objetual para a ação brincante?

1.5.6 Quanto ao livro brinquedo: traz efeitos de inventividade gráfica, disposição dos elementos, sensorialidades, montagens bi e tridimensionais e diversidade de junção multimeios?

1.5.7 Quanto ao livro brinquedo: é resistente ao manuseio direto e lúdico?

Como podemos observar, não há uma menção direta à possibilidade de tamanhos, de texturas das folhas ou material da capa, neste último apenas a pergunta se ela é resistente. Assim, caso o professor avaliador não tenha conhecimento dessas potencialidades, ao avaliar ele pode não considerar essas questões, não ponderando todos os sentidos que podemos fazer valer do quesito “disposição dos elementos, sensorialidades, montagens bi e tridimensionais e diversidade de junção multimeios”. No entanto isso só parece ser especificamente voltado ao livro brinquedo, que por sua vez não recebe definição do edital 2/2018 nem no glossário nem no texto.

Portanto, percebe-se que, por mais as perguntas e propostas do PNLD carregam o sentido da literatura como potencialidade, o programa não disponibiliza acervos que estejam realmente entrelaçados com esses aspectos, limitando o acesso pelos alunos de livros literários com essa dimensão estética.

Quarta dimensão: Qualidade do manual do professor digital

Na última, e uma das mais controversas dimensões do programa, temos:

Para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, o conteúdo do manual do professor digital será avaliado quanto à consonância com a BNCC. Para o ensino médio, o conteúdo será analisado quanto à consonância com as

Diretrizes e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio. (BRASIL, 2018, p. 39).

Os documentos não deixam claro se o professor tem autonomia para utilizar os livros literários para além das atividades propostas, pois essas não poderiam ser colocadas como “receita”, mas como sugestões que deveriam ser acrescidas no planejamento pessoal de cada docente. Neste sentido, acaba-se imprimindo uma limitação/delimitação ao que a obra consegue propiciar e, mais ainda, de como o professor poderá aproveitá-la.

Assim descrevem os editais:

2.2.20. O material digital do manual do professor deve estar em consonância com a BNCC e ser composto por: 2.2.20.1. Material de apoio no formato pdf com informações que: (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura/escuta e (3) justifiquem a pertença da obra aos seus respectivos tema (s), categoria e gênero literário; e (4) subsídios, orientações e propostas de atividades para a abordagem da obra literária com os estudantes. 2.2.20.2. Material de apoio no formato pdf com orientações para as aulas de língua portuguesa ou língua inglesa (conforme idioma da obra literária) que preparem os estudantes antes da leitura das respectivas obras (material de apoio pré-leitura), assim como para a retomada e problematização das mesmas (material de apoio pós-leitura). 2.2.20.3. Material de apoio no formato pdf com orientações gerais para aulas de outros componentes ou áreas para a utilização de temas e conteúdos presentes na obra, com vistas a uma abordagem interdisciplinar. (BRASIL, 2018b, p. 23).

O Glossário do Edital 02/2018, também explica que o material “Não se refere a um conjunto de regras sobre como interpretar e utilizar a obra”, mas que se trata de “recursos extras, facultativos, que devem servir como auxílio para o trabalho docente” (BRASIL, 2018b, p. 23). Apesar da retórica, as determinações do edital parecem mostrar o oposto. Na verdade, a própria denominação do manual já sugere a natureza desse material e o que o programa espera dele.

A escolha de vocabulário nesse merece um destaque por ser simbólica. Além da ideia de “manual de instrução” evocada pelo nome, o texto determina que o material deve oferecer aos docentes orientações (e não sugestões) para o trabalho com os livros literários nas aulas de língua portuguesa e nas demais disciplinas (o que o programa caracteriza como abordagem interdisciplinar). As orientações devem abranger tanto as discussões antes da leitura quanto o debate seguinte.

Segundo o edital, trata-se de material *complementar* em formato digital (PDF) produzido pelas editoras que, se inscrito, passa a ser considerado parte integrante da obra literária. O objetivo do manual, consoante ao programa, é auxiliar o trabalho docente, dando

“suporte para uma maior contextualização e problematização da obra literária” (BRASIL, 2018b, p. 23). A princípio esse Material do Professor pode conter o manual e videoaula referente ao livro inscrito e direcionado ao docente, sob a justificativa de que, para além de delimitar temas, é importante destacar tópicos e conteúdos e sugerir atividades, frisando que tais materiais foram desenvolvidos sobretudo, para contextualizar autores e obras, inspirando os alunos a lerem.

No caso da videoaula, referente ao material audiovisual, se constitui como facultativo, não implica aprovação ou reprovação, sendo que se for organizado, a avaliação será feita para ponderar se será disponibilizado ou não.

Nesse sentido, pontuam que:

Serão analisadas a consistência e a coerência do conteúdo e da forma audiovisual das informações apresentadas que (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura e (3) justifiquem a pertença da obra aos seus respectivos tema (s), categoria e gênero literário; (4) subsídios, orientações e propostas de atividades para a abordagem da obra literária com os estudantes. (BRASIL, 2018b, p. 39).

Feito a explanação dos critérios e dimensões para a avaliação de escolha das obras, é importante salientar que o programa sofreu mudanças como, por exemplo, a encontrada no edital 01/2021 - PNLD 2023, destinada aos anos iniciais do ensino fundamental, tendo em vista não haver mais de forma explícita a delimitação para as obras de literatura a respeito dos temas e sua relação com as categorias estabelecidas.

No entanto, isso se dá sem tantas explicações, evidenciado por uma breve menção em um dos itens dos critérios de avaliação “adequação de categoria, de tema e de gênero” (BRASIL, 2021, p. 57), e depois no anexo III, quando volta a aparecer de forma mais deliberada nas considerações dos critérios gerais para a avaliação de todas as obras, ficando expresso que:

Os componentes Língua Portuguesa e Matemática recebem destaque do ponto de vista da política pública, já que são cruciais para a aquisição de todos os demais conhecimentos. Nesse sentido, **os livros e materiais didáticos** de todas as disciplinas, **bem como as obras literárias e pedagógicas**, no âmbito dos anos iniciais do ensino fundamental, **devem**, à sua própria maneira e respeitando suas características e finalidades, **contribuir de forma planejada e intencional** para uma sólida **aprendizagem de conhecimentos e experiências ligadas à alfabetização e à matemática**. **Garantem-se**, portanto, todos os **conteúdos previstos** em todas as disciplinas ao mesmo tempo em que se oportuniza atividades **ligadas à literacia, à numeracia e ao desenvolvimento do raciocínio, da imaginação e da criatividade**. (BRASIL, 2021, p. 38, grifo nosso).

Com este trecho, nossa intenção é esclarecer quaisquer dúvidas ou incertezas que possam ter surgido para o leitor em relação à validade das críticas feitas ao programa, especificamente em relação à sua edição de 2018, considerando que, em 2022, ele possa ter evoluído em suas propostas. No entanto, é evidente que, apesar das diferenças, o cerne subjacente continua ancorado desde os primeiros editais e, mais especificamente, no decreto que oficializa a abordagem utilitária e didática dos livros literários.

A abordagem das dimensões e critérios de avaliação dos livros literários se mostrou necessária, pois o próprio edital endossa a noção de que tais elementos constituem as características das obras a serem distribuídas nas escolas públicas do Brasil. Uma vez que essas especificações sugerem a identificação das obras a serem aprovadas, e considerando que nosso foco de pesquisa é exatamente o livro de literatura infantil, é crucial entender como esses critérios moldam a concepção do livro e, de maneira objetiva, qual é a definição que o programa estabelece para esse objeto. Afinal, trata-se de um programa cujo foco principal é o próprio livro de literatura.

4.4.6 Definição de livro de literatura no programa

Não encontramos no edital a definição sobre o termo *livro de literatura* especificamente, mas de *obra literária*, que, para se encaixar nesse critério, os livros precisam possuir de 48 até 64 páginas, além de serem dotados de uma capa, miolo e lombada que pode ser costurada com linha ou receber uma costura de cola. Dessa forma, o que queremos evidenciar é que existe uma exigência mínima de especificações para a publicação da obra, como a gramatura e as medidas dos papéis a serem usados (BRASIL, 2018b).

Em termos de conceituação, dentro do Anexo I (Glossário), no item 22, está contida a seguinte concepção: “obra literária: obra com predomínio de linguagem e forma literária.” (BRASIL, 2018b, p.23). Assim, o edital define o verbete sem maiores explicações aprofundadas sobre o que se entende por sua linguagem e forma. O edital, ainda define que as obras consistem em *livros impressos do aluno, podendo incluir materiais digitais para auxiliar os professores* e tais materiais são disponibilizados pelas editoras e considerados parte integrante da obra literária (BRASIL, 2018b).

Também no Anexo II “ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS OBRAS” (BRASIL, 2018b, p. 32 - 33), se estipula como parte *obra literária: primeira capa*, onde estarão presentes: título e subtítulo e se for o caso, editora e autor (a), *folha de rosto*: nela ou em seu verso estão localizados a ficha catalográfica e número de ISBN (BRASIL, 2018b). Quanto às

características físicas das obras propriamente ditas, há uma subdivisão que determina aquelas direcionadas à educação infantil, ao Ensino Fundamental e Médio. Sendo que, no primeiro caso, os livros devem, essencialmente, se *adequarem à faixa-etária* e serem “confeccionados em material atóxico (p. ex.: papel, cartonado, tecido, EVA, plástico) de forma a possibilitar o manuseio por crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, podendo ser apresentados em diferentes tamanhos” (BRASIL, 2018b, p.26).

Apesar de não haver uma definição do termo “*livro literário*”, “*livro de literatura*” ou “*livro*” sem adjetivo, o documento recorre ao termo livro 65 vezes, mas, de fato, nomeia-se como *obra literária*, sem mais respaldo teórico ou conceitual sobre o conceito adotado, parecendo desconhecer e incluir tudo como sendo do mesmo termo.

Nestes aspectos, notamos que o objeto de leitura parece tornar-se uma “entidade”: a começar pela própria nomeação que busca pontuar sobre a ideia principal do *livro*, ou mesmo durante todo o texto, quando o termo é usado para designar o que o documento define como *obra literária*.

Encontramos no Glossário “uma variedade de definições para o verbete:

Livro do Estudante: aquele utilizado pelo aluno para acompanhar as aulas do professor; estudar; realizar as atividades na sala de aula ou em casa. *Livro consumível*: aquele que permanece, em caráter permanente, com o estudante, sendo desnecessária sua devolução à escola após o fim do período letivo correspondente. *Livro reutilizável*: aquele que permanece, em caráter provisório, com o estudante ou o professor durante o ano letivo correspondente, devendo ser devolvido para a escola após esse período para posterior utilização por outro estudante/professor. *Coleção*: o conjunto organizado de livro (s) do aluno e manual (ais) do professor, em volumes por ano ou únicos, inscrito sob um mesmo título, ordenado em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada com o (s) respectivo (s) componente (s) curricular (es) para o período de vigência do edital. (BRASIL, 2018b, p. 23, grifo nosso).

Por outro lado, em relação à concepção de literatura para estudiosos da área na contemporaneidade, Coutinho (1978, p. 9) esclarece que:

A Literatura, como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as fôrmas que são os gêneros e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver outra vida, autônoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde proveio. Os fatos que lhe deram às vezes origem perderam a realidade primitiva e adquiriram outra, graças à imaginação do artista. São agora fatos de outra natureza, diferentes dos fatos naturais objetivados pela ciência ou pela história ou pelo social.

Neste sentido, de vez transmitir informações sobre temas e buscar formar a criança, assim como era previsto no século XVII e XVIII, a literatura agora assume outra funcionalidade, que é a de humanização, isto é, formação de um leitor que considera os aspectos do texto, seus sentimentos, ideias e sensações, auxiliando a organizar seu entendimento sobre o mundo e si mesmo.

Após a compreensão de cada dimensão, pelas quais perpassam o livro literário antes de ser aprovado para compor o guia on-line, constatamos, também, sua definição: ao invés de *livro*, a designação de *obra* literária é apresentada de forma sucinta no edital. Aliás, é possível perceber uma série de definições para os diferentes tipos, no entanto, nenhuma compreende de forma clara à concepção de *livro literário*, objeto primordial para a própria existência da edição do programa.

Por fim, como já informamos, da mesma forma que o edital trouxe as informações sobre o processo de avaliação e aprovação dos livros de literatura conforme as dimensões, categorias e temáticas, o guia também segue o mesmo princípio, diferenciando-se deste item do edital apenas por não inserir os enfoques dos temas a serem abordados. Assim, fica evidente a preocupação dos enfoques, mais demandada aos editores e autores do que aos professores, restando, a estes últimos, o fator da escolha já enquadrada na perspectiva do programa e aprovados pela equipe de avaliação proposta pelo MEC, o que não deveria ser considerado um problema, mas solução.

4.4.7. A distribuição de livros pelo PNLD Literário

Em 2018, o PNLD foi destinado a atender os alunos do ensino médio e repor os livros consumíveis para todas as séries do Ensino Fundamental, EJA, Campo, além de enviar livros adicionais, consumíveis e reutilizáveis, reservados para os casos de matrículas acrescidas durante o período letivo, contemplando, assim, os alunos de todas as séries do Ensino Fundamental e Campo.

Quadro 2 - Livros para todos os anos do ensino público

PNLD 2018				
Anos Escolares Contemplados	Quantidade de Escolas Contempladas	Quantidade de Alunos Contemplados	Exemplares Entregues	Custos (R\$)
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	39.465	9.569.765	26.359.755	R\$ 239.238.536,30

Anos Finais do Ensino Fundamental	46.312	9.818.107	27.615.896	R\$ 251.757.569,09
Ensino Médio	19.921	7.085.669	89.381.588	R\$ 879.770.303,13
PNLD Campo	55.619	2.588.165	7.167.788	R\$ 50.305.263,29
Educação de Jovens e Adultos EJA	28.488	2.075.973	3.374.120	R\$ 46.160.440,28
Total do PNLD 2018	117.566	31.137.679	153.899.147	R\$ 1.467.232.112,09

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do FNDE (BRASIL, [2018] – [2020]).

Em 2019, o PNLD contemplou os docentes da Educação Infantil e docentes e discentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Também neste ano, realizou a reposição dos livros consumíveis para os discentes e docentes dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de, como no ano anterior, entregar livros adicionais consumíveis e reutilizáveis para cobrir acréscimos de matrículas para os alunos de todas as séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Quadro 3 - Livros distribuídos pelo PNLD Literário 2019

PNLD 2019				
Anos Escolares Contemplados	Quantidade de Escolas Contempladas	Quantidade de Alunos Contemplados	Exemplares Entregues	Custos (R\$)
Educação Infantil	74.409	5.448.222	646.795	R\$ 9.826.136,60
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	92.467	12.189.389	80.092.370	R\$ 615.852.107,23
Anos Finais do Ensino Fundamental	48.529	10.578.243	24.523.891	R\$ 224.516.830,94
Ensino Médio	20.229	6.962.045	20.835.977	R\$ 251.830.577,40
Total do PNLD 2018	147.857	35.177.899	126.099.033	R\$ 1.102.025.652,17

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do FNDE (BRASIL, [2019] – [2020]).

Houve também distribuições entre o fim do ano letivo de 2019 e início de 2020, que teve como foco os estudantes e os professores de todas as etapas da educação básica do Brasil. Destinado ao ano letivo de 2020, realizou-se a aquisição completa das obras dirigidas aos anos finais do Ensino Fundamental. Nesta edição, foram feitas reposições para os estudantes e professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental (sendo esta integral), do Ensino Médio e da Educação Infantil.

Quadro 4 - Livros distribuídos pelos PNLD Literário 2019-2020

PNLD 2019 -2020				
Anos Escolares Contemplados	Quantidade de Escolas Contempladas	Quantidade de Alunos Contemplados	Exemplares Entregues	Custos (R\$)
Educação Infantil	17.069	3.204.748	28.407	R\$ 749.606,65
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	88.674	12.337.614	71.816.715	R\$ 458.638.563,27
Anos Finais do Ensino Fundamental	48.213	10.197.262	80.528.321	R\$ 696.671.408,86
Ensino Médio	19.249	6.270.469	20.198.488	R\$ 234.141.456,77
Total do PNLD 2018	123.342	32.010.093	172.571.931	R\$ 1.390.201.035,55

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do FNDE (BRASIL, [2019] – [2020]).

Em relação ao investimento realizado pelo governo na compra dos materiais adquiridos e entregues às escolas, não se pode negar o Brasil como um grande pilar do mercado editorial. Neste sentido, damos um destaque ao fato de que, dentre esses materiais, são significativamente altos o número dos livros literários distribuídos. Sendo assim, concordamos com Lajolo (2010) ao se referir sobre essa abundância de livros ao falar do programa anterior (PNBE), que esse tipo de programa impacta diretamente o mercado editorial brasileiro e, conseqüentemente, na própria literatura que chega na escola e o seu uso por alunos e professores.

Contudo, vale uma crítica pontual: do mesmo modo que no edital não aparece a clara diferenciação nas definições de livros literários e suas caracterizações, ao consultarmos os dados disponíveis à população via site do FNDE sobre as quantidades dos materiais, não encontramos delimitação nomeadamente descrita, como, por exemplo: didáticos, literários, do professor, dentre outros que o programa abrange.

Por isso, a seguir discutiremos mais especificamente os critérios considerados por alguns professores da rede pública de ensino no momento da escolha dos livros literários; em simultâneo, refletiremos sobre os riscos afetam a qualidade das obras, quando submetidas ao viés estabelecido no programa e ao tipo de aderência que a escola pode fazer, especialmente na etapa da escolha.

Como já mencionado na metodologia, sobre a seleção dos livros literários aprovados e validados pela equipe técnica do MEC, encontramos o trabalho de Freitas et. al. (2020), que relata a investigação dos critérios que professores de escolas básicas utilizaram para escolherem livros direcionados os anos iniciais do Ensino Fundamental, disponibilizados pelo PNLD literário através do Guia.

Entretanto, antes de entrar na discussão dos critérios usados pelos professores propriamente ditos, gostaríamos de salientar sobre a etapa de escolha, que, embora à primeira vista essa novidade pareça ser um movimento democrático, pois dá às escolas autonomia para escolher seus próprios livros, um olhar mais atento revela os problemas velados dessa decisão.

É possível encontrar no próprio site do FNDE, a carta aberta redigida pela Liga Brasileira de Editores Independentes (LIBRE), contestando que tal modelo favorece as maiores editoras do vasto mercado editorial, que investem intensivamente na publicidade que visa intervir nas decisões da escola. Tal preocupação não é descabida e nem mera antipatia, pois como aponta a pesquisa de Freitas et. al. (2020, p.605), algumas escolas até chegaram a receber amostras dos livros, infringindo as “Normas de Conduta” contidas no guia em orientação.

Antes de adentrar esses dados, em uma rápida busca na internet, pode-se validar a importância dessa preocupação, principalmente porque constata-se a publicidade empreendida por algumas editoras em suas páginas on-line, dirigidas especialmente para facilitar e propagar ao professor os livros selecionados pelo novo PNLD, como podemos observar nas imagens abaixo. Sobre o livro literário o site da editora descreve brevemente a obra, assim como apresenta a capa e um vídeo explicativo. Também têm as informações sobre a categoria, isto é, a idade indicada de leitura. percebemos que o site traz explicações sobre o programa, deixando transparente suas ações e objetivos com a sociedade, mesmo que na prática ela pode variar.

Também encontramos as perguntas frequentes com esclarecimentos às escolas e sociedade sobre o PNLD e sua implementação. Desse modo é possível visualizar como o livro está presente no site.

Imagem 01 – Site da Editora

The image consists of two screenshots of the L&PM Editores website. The top screenshot shows the product page for the book "O abraço" by Eoin McLaughlin. The page includes a book cover, a synopsis, a video tutorial for teachers, and a list of metadata. The bottom screenshot shows the "DÚVIDAS FREQUENTES" (Frequently Asked Questions) section, which lists common questions about the PNLD 2022 process.

Top Screenshot: Product Page for "O abraço"

L&PM EDITORES PNLD 2022

O abraço
Eoin McLaughlin

O ouriço estava muito triste e queria um abraço. Porém, ninguém conseguia abraçá-lo. A tartaruga também estava muito triste e, por isso, também queria um abraço. Porém, da mesma maneira, ninguém aceitou abraçá-la. O ouriço e a tartaruga não se conheciam e, por essa razão, não sabiam que desejavam a mesma coisa. Foi a coruja...

Meus favoritos

0287P220202000000

Material de divulgação - versão em processo de avaliação

L&PM EDITORES

Categoria: Creche II/1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses

Especificação de uso: Para que professor leia para crianças bem pequenas

Gênero: Narrativo

Temas: Animais da fauna local, nacional e mundial; Relacionamento pessoal e desenvolvimento de sentimentos de crianças nas escolas, nas famílias e na comunidade

Tradutor: Caroline Chana

Bottom Screenshot: DÚVIDAS FREQUENTES

Pesquisar:

- + O que é o PNLD?
- + Como faço para acessar as obras aprovadas do PNLD 2022 – Educação Infantil na íntegra?
- + A L&PM Editores e os selos editoriais parceiros têm livros literários aprovados neste PNLD 2022 para a Educação Infantil?
- + Os livros literários do PNLD 2022 - Educação Infantil e seus materiais digitais estão de acordo com a BNCC?
- + O que são os modelos de escolha (ou a unificação da escolha)?
- + Quais escolas participam da escolha do PNLD 2022 – EI?
- + Como receber os livros acessíveis do PNLD 2022 – EI?
- + Como faço para conhecer a proposta do edital do PNLD 2022 – EI?
- + Há sites ou kits de divulgação disponibilizados para conhecermos os materiais na íntegra?
- + Quando será a escolha das obras literárias do PNLD 2022?

Meus favoritos

Fonte: site L&PM Editora (2022)

Neste exemplo, é indicado que o professor leia a obra para crianças bem pequenas. Neste ponto, é importante discutir sobre a adequação de idade, porque embora ele possa ser lido por crianças menores, ele também pode ser objeto de leitura por outras crianças ou até por adultos, já que antes de ser literatura destinada às crianças é literatura, não possuindo idade adequada para a leitura conforme nossa concepção. Não obstante, em virtude da orientação delineada pelo programa, o educador poderia confrontar-se com a restrição da oportunidade de apresentar o

conteúdo a um grupo restrito de alunos, potencialmente limitando, por consequência, a diversidade de materiais literários acessíveis. Esses materiais, em diferentes contextos, poderiam abranger uma variedade de faixas etárias e níveis escolares, fomentando, assim, uma experiência educacional mais ampla e enriquecedora.

Como reitera Cecília Meireles (2016, p. 15)

[...] são as crianças, na verdade, que o delimitam, com a sua preferência. Costuma-se classificar como Literatura Infantil o que para elas se escreve. Seria mais acertado, talvez, assim classificar o que elas lêem como utilidade e prazer. Não haveria, pois, uma Literatura Infantil ‘a priori’, mas ‘a posteriori’.

Nesse contexto, ao invés de se considerar apenas a idade, alguns autores optam por classificar a literatura com base na competência do leitor, entendido nesse contexto como os diferentes níveis de habilidade de leitura. Esses níveis não seriam necessariamente vinculados à idade do leitor, mas seriam identificados como pré-leitor, leitor iniciante, leitor autônomo, leitor fluente, leitor crítico, entre outros. Segundo Coelho, trata-se de uma classificação baseada na relação entre “idade cronológica, nível de amadurecimento biopsíquico-afetivo-intelectual e grau ou nível de conhecimento/domínio do mecanismo da leitura” (COELHO, 2000, p. 32).

Através das imagens, dessa forma, podemos observar toda a organização da página com a capa do livro, a categoria a qual pertence, os temas que se podem trabalhar, o gênero, além dos botões de acesso à obra completa, ao manual e ao vídeo do professor. Além disso, também podemos constatar as dúvidas mais frequentes e os anseios dos professores.

Diante disso, dois pontos se evidenciam: primeiro, uma abordagem das obras com preocupação primária em atender aos requisitos dos campos de experiências por meio do livro de literatura infantil, e, um segundo, a partir do investimento de editoras de maior porte em recursos da informação, possibilitando um alcance maior de acessibilidade e divulgação, criando maiores chances de terem seus livros selecionados pelos professores mediante a facilidade do acesso ao livro literário e aos materiais complementares.

Voltemos, então, para o início dessa discussão, lembrando que o PNLD Literário é fruto da transição da responsabilidade da seleção e distribuição antes executada pelo PNBE. Desse modo:

Essa mudança trouxe algumas alterações na seleção e distribuição das obras, como: composição de acervos para as turmas e bibliotecas, distribuição de dois

títulos para as turmas de 4º e 5º anos, divulgação de guia online, seleção nas escolas feita pelo professor responsável pela turma e acompanhamento de material pedagógico de apoio para cada obra literária, impresso e em vídeo, para orientar e subsidiar o trabalho do professor. (FREITAS et. al., 2020, p. 600).

Nos deteremos, no entanto, sobre a discussão dos dados encontrados especificamente sobre o processo de escolha realizado pelos professores, e começaremos observando as confusas informações quanto ao acesso aos livros a serem selecionados. Por esta razão, Freitas et. al. (2020, p.605) destacam “a incongruência entre as respostas dos professores, o edital e o guia quanto ao acesso integral das obras literárias durante o processo de escolha”, isso porque no edital (BRASIL, 2018, p. 15) consta que as obras serão disponibilizadas integralmente, enquanto no Guia, a informação é de que serão disponibilizadas apenas as resenhas.

Em relação a essas divergências, os pesquisadores relatam que, quando os professores respondem sobre os critérios usados, nota-se:

[...] que algumas descrições sugeriam a leitura de algumas obras durante a seleção, mas não temos como confirmar se foi das resenhas ou das obras integrais. A princípio, acreditamos que se tratasse das resenhas, pois o guia online seria o principal meio de informação no processo de escolha.” (FREITAS et. al., 2020, p. 605).

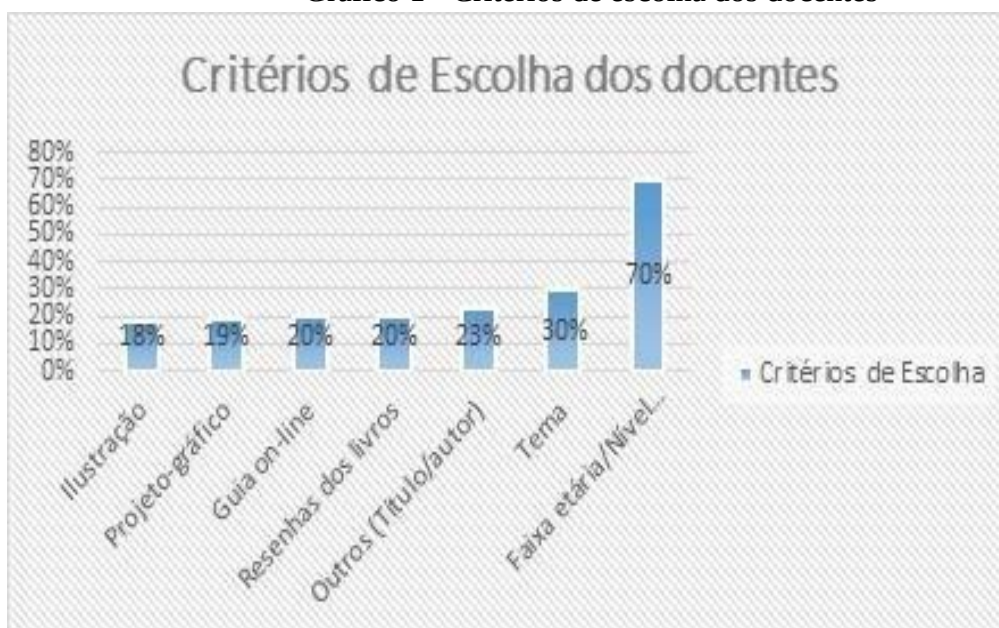
Porém, algumas descrições coletadas dos questionários da pesquisa de Freitas et. al (2020) contrariam essa afirmação, por exemplo, a partir das respostas de dois professores quando descrevem como ocorreu o processo de escolha dos livros:

Professor (a) 38. Resposta - Em reunião pedagógica com a supervisora, que expôs o material que a escola recebeu, kits de livros e uma ficha para efetivar a devida escolha. Conforme roteiro oficial. Professor (a) 128. Resposta – Houve reunião na escola nos falando sobre a escolha dos livros literários. Foi nos dado algumas amostras e pediram para que conhecêssemos o autor, quem ilustrou, etc. (FREITAS et. al., 2020, p. 608)

Dando continuidade, algumas outras circunstâncias que ocasionam as imprecisões quanto a uma resposta assertiva de como os livros foram acessados nas escolas podem ser encontradas na escolha a partir da temática feita pelos professores “que pode nos revelar que os *critérios acerca dos temas* descritos pelos professores foram de fato observados a partir da *leitura integral das obras*” (FREITAS et al., 2020, p. 609, grifo nosso).

Desse modo, temos claro que o desencontro das informações nos dois documentos se reflete também na escola, ainda mais sob a pressuposição de ter ocorrido de forma variada em cada escola, já que as respostas analisadas pela referida pesquisa, são de professores de escolas diferentes. Agora passaremos discutir os dados trazidos pela pesquisa de Freitas et al. (2020), segundo as respostas dos professores sobre os critérios que mais usaram na seleção dos livros, para tanto abaixo segue um gráfico ilustrativo, desse recorte.

Gráfico 1 - Critérios de escolha dos docentes



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022);

Calculamos os números apresentados no gráfico com a quantidade de professores participantes do questionário sobre o uso de determinados critérios de escolha dos livros aplicado em mais de uma escola na pesquisa de Freitas et al. (2020) que demonstra os dados de cálculos percentuais da pesquisa, o critério mais citado em disparada foi *Faixa etária/Nível de Turma* com 70%, seguido do *Tema* com 30%.

Notamos que os critérios selecionados pelo programa em relação às categorias e temas para a aprovação dos livros, foram também os mais apontados pelos professores. No entanto, ficam dúvidas sobre a escolha em virtude da adequação da Faixa etária/ Nível escolar, já que o próprio Guia organiza os livros no enquadramento desse critério na lista de livros aprovados:

Já temos a indicação considerando a faixa etária; tal seleção é feita, como vimos, tanto no momento da inscrição das obras, quanto no momento da avaliação pela equipe do MEC, ou seja, os livros já estavam catalogados a partir desse critério. Além do mais, é possível crer que os professores tenham dado essa resposta pelo fato de que a lista disponibilizada dos livros se referia

aos alunos do 1º ao 5º ano e, mesmo que a escolha tenha sido feita em conjunto (professores da escola), como orienta o guia, os professores deveriam escolher os livros referente a sua turma específica. O segundo ponto é que tal resposta pode ter sido dada por outros motivos, como por exemplo o fato de terem lido as resenhas disponibilizadas ou os livros na integralidade – como disse o edital – e, por mais que o guia tenha sido seu ponto de partida, o docente preferiu dizer que diante das suas leituras ele utilizou o critério em questão. Outra hipótese é que o docente poderia estar com pressa para responder o questionário e esquecendo-se dos critérios que utilizou, preferiu responder de um modo amplo, uma vez que tal critério faz parte de um método geral para seleção de obras, quando pensamos na Literatura Infantil e Juvenil [...] (FREITAS et al., 2020, p. 606).

Como podemos perceber, esse dado do critério com maior porcentagem parece questionável quanto a real intencionalidade dos professores ao sugerirem como sendo o principal na escolha. Já o segundo, sobre a escolha baseada no *Tema*, se tomarmos o contexto em questão, que será explanado adiante, nos parece mais plausível de ter sido intencionalmente usado para selecionar o livro, e sobre ele nos alerta Freitas et al. (2020, p. 606), que:

esse critério não é simples, posto que deve ser analisado em conjunto com os demais. Logo, podemos entender que, se os professores se utilizaram desse critério, é porque possivelmente analisaram a obra, o que nos sugere a hipótese de que tiveram acesso a essas obras, de maneira integral, ou que já as conheciam.

Porém, continua Freitas et al. (2020, p. 609), que se fazem “[...]incoerentes quando pensamos que mesmo tendo acesso integral à leitura, os professores só analisaram o tema pelo tema, com vista ao encaixe da literatura em projetos, conteúdos”.

Pelo fato do critério do tema só ser eficaz para a literatura quando conciliado aos demais fatores a serem analisados em uma obra, como: linguagem, projeto gráfico, ilustrações, etc., é expressamente contraditório a discrepância da quantidade de professores que responderam considerar esse em detrimento dos demais critérios.

Por esses e outros motivos, os pesquisadores advertem que:

o critério foi utilizado de maneira equivocada por alguns professores, visto que o assunto abordado teve importância maior na utilização do critério, do que a literariedade das obras. Outras respostas semelhantes foram descritas, como por exemplo, o tema precisar ser mais simpaticamente pela escola/comunidade, serem temas atuais com relação a prática pedagógica, entre outros. Ou seja, o tema foi escolhido somente por seu assunto, com o intuito de complementar atividades e/ou projetos realizados pela escola que, em sua maioria, como vimos, é de pura conscientização, portanto, uma

literatura utilitária, pretexto de outros conteúdos escolares que não a próprio trabalho de formação de leitores. (FREITAS et al. 2020, p. 608).

Os autores trazem essas, e ainda outras respostas dos professores que validam dadas interpretações em relação à forma como usaram esse critério do tema, pois houve professor que objetivou trabalhar a autoestima, outro o interesse dos alunos, e ainda outro voltou-se para as questões étnico raciais. Isso infelizmente aponta para a desconsideração significativa dos demais critérios, e uma exacerbada importância do “tema pelo tema”, conformando a literatura ao utilitarismo do livro de literatura infantil que se anuncia desde o decreto, editais, Guia e se vê materializado na escola.

No caso do critério da *Ilustração*, foram apenas 18% dos professores que o usaram e 19% declararam ter recorrido ao critério do Projeto Gráfico. O primeiro é um critério que se encontra tanto no guia como no edital e o “segundo é um critério que atravessa duas dimensões: qualidade de texto e projeto gráfico, aparecendo no edital e também no guia” (FREITAS et al., 2020, p.609).

Mesmo sendo esses, importantes critérios na seleção, e ainda que os professores tivessem selecionado as obras com o equilíbrio necessários entre eles, os próprios documentos não viabilizam tal abordagem. Isso pode ser constatado quando se propõe no Guia, por exemplo, apenas a leitura das resenhas. Ou mesmo:

Se pensarmos na leitura online, que segundo o edital é disponibilizada, teremos uma melhor condição de usar esses critérios. Contudo, ainda de maneira limitada, mesmo porque não poderíamos ver a qualidade do papel, da impressão, nem a riqueza de detalhes de um livro. Por esse motivo é preciso acentuar que os critérios descritos pelos professores são coerentes quanto aos métodos de seleção e avaliação das obras, entretanto, são incoerentes se analisarmos os critérios em confronto com a disponibilidade das obras que o programa oferece no processo de escolha. (FREITAS et al., 2020, p. 611).

Sendo assim, não poderiam os docentes avaliarem a qualidade das imagens e sua coerência com o texto verbal sem o acesso à toda a obra, isto é, não poderiam analisar se o suporte gráfico, o formato, ou espessura foram elaboradas de maneira harmônica se não tiverem o livro físico em mãos (FREITAS et al., 2020)

Ainda sobre o último critério citado:

É importante ressaltar que, quanto ao projeto gráfico, o edital trouxe um modelo padronizado para os livros, tanto no que diz respeito ao tamanho, quanto ao papel, acabamento, miolo, etc. Contudo, tais restrições atrapalham

o processo de compreensão da leitura e também empobrecem a proposta original da obra, uma vez que são afetadas pela necessidade de se encaixarem no edital. (FREITAS et al., 2020, p. 609).

Vemos assim, que os livros terminam por serem condicionados a critérios limitantes, desde as recomendações para as inscrições no programa, bem como no momento de sua escolha final, via escola. Feita a crítica, não podemos deixar de dizer que será opção do professor seguir tais materiais, já que, evidentemente, eles podem questionar ou se recusar a seguir esses protocolos de leitura. No entanto, se trouxermos as deficiências na formação inicial desse docente, percorridas em pesquisas, por exemplo, como a de Freitas (2021, p.7), os professores usarão os livros literários como um suporte na educação, assim como sugere as orientações do programa, assim:

Os resultados mostram que, apesar de existir uma mudança positiva quanto ao olhar do professor/mediador do ensino básico sobre a literatura infantil, ainda assim, persistem em um ensino pedagógico e/ou utilitário. Além disso, concluímos que ainda falta uma maior inserção dessas professoras enquanto sujeitos leitores, pois o hábito da leitura de livros teóricos e literários ainda é consideravelmente pequena, o que pode ser um dos principais causadores na persistência do ensino/mediação equivocada da literatura.

Contudo, podemos identificar que o programa tenta esboçar uma imagem do professor, que aparentemente tem seu valor reconhecido quando lhe é designada a tarefa de escolher os livros que usará em sala de aula. Por outro lado, na realidade, essa etapa apenas compõe um plano de execução de um projeto educativo esvaziado da necessária reflexão sobre a literatura infantil.

Seguido a esse fato consideramos que o “Manual do professor digital” é um dos principais itens em que fica evidente um projeto que pouco contribui para a autonomia do professor. Podemos inferir, mediante aos dados apresentados na pesquisa de Freitas et al. (2020), que grande parte do professorado brasileiro, ao se distanciar de uma escolha mais criteriosa defendido, por exemplo, pelos estudos literários do livro infantil, tende a seguir o material de apoio que poderá acompanhar o livro infantil.

No entanto, ao considerar os aspectos supracitados por outro prisma, nota-se que fica por responsabilidade da escola divulgar os materiais de apoio, como também fazer valer sua implementação e possíveis mudanças. Além disso, é ela quem cuidará de formações continuadas sobre as ações com os livros literários, já que os materiais divulgados podem não chegar nas mãos dos professores, assim como não serem divulgados, como aconteceu no caso dos Guias, apontado pela pesquisa de Freitas et al. (2020). Tais ações, consequentemente,

problematizam ainda mais a discussão e ação do professor mediador. Nisto, embora as indicações do programa tenham elementos contraditórios, eles garantem uma formação que pode levar à transformação, se bem apreendida e refletida pelo docente, papel importante nesse processo, pelo poder de determinação e escolha de procedimentos metodológicos.

Assim, somado as próprias modificações do PNBE para o PNLD, que já facilitam a ligação dos livros com características pedagógicas, pode-se reduzir as práticas de leitura literária no contexto escolar, seja por meio do favorecimento de determinados temas e do descarte de outros, seja pela insistente utilização para trabalhar os conteúdos didáticos escolares.

Neste sentido, o referido Guia é um documento disponível ao professor, em versão *on-line*, no período de escolha das obras (fora desse período pode ser encontrado em PDF na web) e disponibilizado pelo FNDE via Programa Direto na Escola (PDDE) Interativo/SIMEC elaborado pelo MEC junto à Secretaria de Educação, que visa orientar a análise e seleção dos livros que mais se "adequem" ao seu projeto em sala de aula, ou propósito de ensino conforme o contexto da comunidade escolar em que atua.

Logo no texto introdutório, na sessão de apresentação do Guia, encontramos as seguintes recomendações:

Para contribuir com **escolha de obras** que melhor atendam aos objetivos e necessidades de sua escola, de sua(s) turma(s), alinhadas ao seu planejamento pedagógico e em **conformidade** com a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** para o Ensino Fundamental e as **Diretrizes e Orientações Curriculares para o Ensino Médio**, este Guia apresenta: a) os **critérios de avaliação** que orientaram a seleção das obras, b) uma breve descrição dos aspectos técnicos dessas obras e c) as resenhas das obras aprovadas. (BRASIL, 2018, p.7, grifo nosso).

Como podemos observar, o texto reafirma aos professores (destinatários primários) o que o edital já sustenta, cujo fio condutor de todo o processo de avaliação desenrola-se em concomitância às normas e diretrizes elencadas na BNCC e DCNEM.

Por conseguinte, assim como no Edital, o Guia também evidencia seu ponto de partida e as finalidades no encaminhamento do modelo de avaliação exposto e, para isso, organiza uma sessão dirigida às dimensões e critérios da avaliação pedagógica, dessa forma, anuncia que:

O PNLD Literário apresenta, a partir desta edição, algumas inovações no processo de avaliação e seleção de obras literárias para a Educação Básica. Uma delas diz respeito aos **critérios** empregados **para avaliação** das obras inscritas no Edital de Convocação 02/2018 – CGPLI,⁴ todos eles propostos

⁴ Coordenação-Geral dos Programas do Livro

para que se possa **qualificar**, cada vez mais, o processo de **seleção de obras literárias** e que se possa também, a partir dos resultados desse processo, **ampliar o acesso a obras literárias** por nossos(as) estudantes, **de acordo com critérios alinhados** às políticas públicas vigentes, **à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. (BRASIL, 2018, p.12).

De modo mais objetivo, diferente dos editais que parecem mais direcionados aos editores ou à equipe de avaliação, o Guia vai ao encontro direto com o professor na figura de um dos últimos e mais importantes crivos para a chegada do livro às crianças da rede pública de educação, e pondera que ele não só deve alinhar suas escolhas em consonância com o seu contexto e objetivos de ensino, mas deve, principalmente, ter como referência os preceitos pautados nos documentos que embasam os critérios.

Seguindo a logística das etapas do programa, os professores só terão acesso ao Guia após a fase avaliativa das obras instaurada pela Equipe Técnica. Realizada a aprovação das obras conforme os parâmetros estipulados, o acesso ao Guia on-line é disponibilizado aos professores que farão a escolha final das obras a serem solicitadas ao MEC. Visando, então, uma coerência na avaliação dos atributos que os livros necessitam apresentar, o programa faz questão de explicar que:

A avaliação pedagógica analisou a adequação de cada obra literária à categoria na qual foi inscrita, considerando a respectiva faixa etária. Para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi analisada a consonância com a BNCC e, para o Ensino Médio, com as Diretrizes e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio. (BRASIL, 2018, p.14).

Desse modo, o Guia assegura aos professores a validade das obras aprovadas, explicando que seguiram os indicadores da BNCC e DCNEM como filtro. Essa postura, além de buscar justificar a qualidade dos acervos a serem escolhidos e usufruídos, ainda revisita, mais uma vez, os dois documentos que se caracterizam como o pano de fundo para a escolha do livro literário do programa. Nesse sentido, esses documentos parecem sugerir ao professor qual deve ser o fio condutor de suas escolhas.

Abordados os pressupostos demarcados pelos documentos que justificam a validade dos critérios e etapas da avaliação que aprovam e determinam se é obra literária ou não, fica evidente a vinculação dessas obras a conteúdos e objetivos pré-estabelecidos pelos documentos oficiais que corroboram o pano de fundo do processo de avaliação, estando estritamente ligado às disciplinas e conteúdos bases da educação e a idade de seus destinatários corroborando a ideia

dos aspectos educativos e da compreensibilidade como condições da presença da literatura infantil como um subsistema literário (COLOMER, 2003).

4.5 Inferências sobre os papéis dados ao professor nos editais de 2018 e 2020

Expostas às características gerais do PNLD Literário 2018, propomos, a seguir, nossas inferências para a discussão do programa, na tentativa de compreender qual o perfil de professor que se concebe segundo os documentos investigados, e quais concepções de literatura podem ser suscitadas mediante as características apresentadas.

Consideramos que os editais parecem delinear um perfil docente ao propor orientações voltadas a esse profissional, principalmente quando realiza a modificação da última dimensão prevista antes no PNBE como *estatal*, para uma nova: a da *qualidade do manual do professor*. Por conseguinte, se imbricam as questões em torno da literatura e do livro de literatura infantil, regidos por critérios de avaliação e qualidade e que, mediante a escolha final dos docentes, irão para as escolas ou não.

Em relação à importância dessas discussões, contribuem Freitas et. al. (2020, p.616), ao tratar que:

[...] principalmente quando se trata de seleção de obras e mediação da leitura literária, uma vez que esta não busca educar complementando atividades, projetos de conscientização, discussão e conteúdos disciplinares. A realização da **leitura literária é suficiente em si**, basta-se. Entretanto, **no ambiente escolar, no processo de formação inicial do leitor, o mediador é fundamental**; pois oportuniza a compreensão da obra, o acesso a leituras e discussões, o encontro entre obra e leitor. (FREITAS et. al., 2020, p. 616, grifo nosso).

Seguindo esse pensamento, fica claro que dois aspectos são inevitáveis nos processos relacionados à literatura no ambiente de ensino, são eles a *escolarização da literatura* e a *mediação*, e esses dois processos envolvem dois elementos-chave: o *livro literário* e o *professor*. Em consideração, os documentos do PNLD Literário de 2018 parecem estar cientes quanto a essas particularidades e por isso elaborou as diretrizes, as quais demarcam em seus documentos o que se espera dos livros de literatura e de seus mediadores.

Ao considerar esses aspectos, levantamos aqui nossa primeira observação: a possibilidade de uma certa influência na criação estética do livro inscrito, visto que ele é solicitado a se adequar aos objetivos didático-pedagógicos da sala de aula. Essa eventual

influência pode ser entendida dentro do contexto do programa, onde a literatura caminha em paralelo com a educação para a formação integral do estudante. No entanto, a forma como essa influência se manifesta pode levar a uma abordagem mais pragmática, influenciada por usos tradicionais, começando pela delimitação de categorias e temas específicos dentro de temas gerais que devem ser considerados. Essa preocupação persiste, já que encontramos uma avaliação com critérios fortemente ligados a um enfoque de conteúdo.

Junto a essa problemática, mais voltada ao campo editorial, está também a visão de professor, que igualmente ao modelo direcionado às obras, é caracterizado como didático e instrucional, sendo incumbido a ele explicitamente uma prática pré-estabelecida por meio, até mesmo, de vídeo aulas, recursos produzidos por uma editora como parte do material de apoio ao corpo docente, que segundo o programa, tem o propósito de ajudar os professores a usarem os livros literários em sala de aula. Além disso, a proposição de orientações em um *manual*, dirigidas aos professores prediz uma descaracterização da identidade autônoma de planejadores e desenvolvedores de suas próprias atividades e de usos diversos de procedimentos metodológicos, considerando, por exemplo, as características da sala e dos estudantes.

Diante do exposto, percebemos que o professor fica em uma posição difícil frente ao material, e sua própria importância no papel que exerce como sujeito da mediação da literatura. Ademais, em nenhum momento os editais mencionam que o material de apoio ao professor deve, de alguma maneira, abordar a formulação estética das obras ou sua “literariedade”. Todas essas constatações, refletem a visão que se tem do trabalho do professor como aquele que, apesar de poder “escolher” uma obra, já aprovada pela comissão geral, necessita de prescrições para trabalhar com o livro em sala de aula.

Labaree (2003, apud Nóvoa, 2013, p. 200), afirma que a retórica progressista é dominante na área da formação de professores, mas que as práticas progressistas são bem mais difíceis de encontrar”. Essa fala reflete exatamente o contexto da relação que o programa estabelece com o professor, mesmo que não sendo um programa de formação de professores, apresenta semelhante retórica, pois em alguns momentos, o edital insere trechos que fazem menção ao senso estético das obras e até esclarecem que o manual é um auxílio ao professor, mas, por outro lado, seu enredamento direciona a ação para uma prática pedagogizante do trabalho com literatura. Ao levantar esse questionamento, entendemos, portanto, que o sentido atribuído ao termo “ensino da literatura” deveria estar,

em consonância com o ponto de vista segundo o qual, assim como a educação (escolar), a literatura é um direito humano e desempenha papel fundamental na formação humana. O ensino da literatura é um momento didático-

pedagógico do ensino escolar formal, intencional e organizado, que, por sua vez, integra o processo de formação (integral), com a finalidade de contribuir para o processo de emancipação humana. Assim, na expressão “ensino da literatura”, tem-se, simultaneamente, a indicação de objeto de ensino escolar e de um momento específico de ensino e aprendizagem, que integra o processo educativo e que se refere ao lugar e à contribuição da literatura para a educação, por meio do ensino (MORTATTI, 2014, p.29).

Mas que, por outro lado, o que acontece na escola é que a literatura acaba assumindo o papel igual ao do livro didático, o que acarreta a forma como a editora enxerga o livro, em como o professor o recebe e a criança o lê,

Em síntese, observa-se que a literatura infantil continua intimamente ligada à questão pedagógica e a escola a trata de forma a banalizar sua função literária e artística, o que interfere profundamente na mudança de concepções que a sociedade tem desse campo literário (SILVA, 2009, p. 141).

Diante disso, a composição de um guia ou material didático, para o uso das obras literárias em salas da Educação Básica, está longe de ser a ação mais eficaz, não obstante a base do trabalho com literatura em sala de aula, além dos livros, decorre da formação dos professores, que poderia ser bem planejada e antecipada pelo MEC. Em uma perspectiva de abordagem da real função da literatura hoje e os diversos procedimentos metodológicos existentes, a leitura do livro de literatura infantil, sua compreensão e ensino, não deve depositar em um manual a solução do trabalho desenvolvido nessa área.

Infelizmente essa e outras proposições fazem parte de uma visão que permeia a profissão do professor, muito fundada em um discurso demagógico, que segundo Nóvoa (2008), corresponde ao senso comum de que a educação é a coisa sobre a qual muitos sabem e:

Criaram-se, assim, várias ilusões. A ilusão da racionalização do ensino, da pedagogia por objetivos, do esforço para prever, planificar e controlar. Depois, nos anos 1980, a ilusão das grandes reformas educativas, centradas na estrutura dos sistemas escolares e, muito particularmente, na engenharia do currículo. Nos anos 1990, a ilusão da gestão e da administração das escolas; e, mais recentemente, a ilusão das tecnologias. Todas essas ilusões tinham um denominador comum: a ideia de que era possível substituir os professores ou, pelo menos, compensar a sua menor preparação. (NÓVOA, 2008, p.201).

Nessa lógica, se reconhece as defasagens na formação do professor e aproveita-se, via escola, lançar toda sorte de artifício que com a demagogia de *sugestões* tentam se resguardar de “desprovidas” atitudes do professor, por meio de certo controle de suas ideias e, conseqüentemente, a substituição de sua própria aula. Neste sentido, assim como o uso recorrente e exclusivo de livros didáticos tornou-se o guia do professor para o ensino dos

conteúdos, os manuais e vídeos instrucionais podem se tornar os guias do ensino de literatura.

Nesse caso:

Este fato merece ser assinalado, pois coincide, historicamente, com um aumento das expectativas sociais sobre os professores e, ao mesmo tempo, com uma diminuição das possibilidades práticas dos professores. Abre-se, assim, uma fenda entre o tudo que se pede aos professores e o nada (ou pouco) que se lhes dá. O meu argumento principal passa pela necessidade de fechar esta fenda, reforçando os professores no seu papel e na sua capacidade de decisão e de ação. (NÓVOA, 201-202).

Ao que parece, dessa forma, é que se cobra do professor um trabalho com a literatura visando uma formação de leitor autônomo e crítico, mas apenas lhe oferece os livros com uma rápida orientação rasa, com livros didáticos, videoaulas ou manuais, para sanar questões que estão muito aquém, enquanto dever-se-ia propor formações continuadas, bibliotecas equipadas, tempo para ler na escola etc. Aos professores, o programa em nossa análise parece declarar o que devem trabalhar sobre literatura na escola, indicando as funções que os livros devem ocupar nas bibliotecas e nas salas de aulas.

Ao prever a escolarização da literatura, o referido programa elaborou procedimentos alinhados às categorias e temas, delimitando o que deve ser oferecido e de que forma, além de propor um guia de livros pré-selecionados e um manual para o professor. Neste caso, a questão se volta, então, para o campo editorial e, ao mesmo tempo, para o ensino, considerando como as prescrições dos editais estão mais voltadas para a cadeia de criação do livro que envolve sujeitos como os autores e os editores, e como as do guia e manual estão mais voltadas aos docentes, respectivamente.

Para Soares (2001), a escolarização adequada da literatura requer também a autonomia do professor em relação aos projetos pedagógicos e do aluno, mutuamente em relação à recepção das obras, respeitando os detalhes da matéria literária e vinculando-a à finalidade pedagógica do ensino. Desse modo, discussões de a partir de quando se estabelece essa ideia acentuada de uma pedagogização da literatura infantil se fizeram importantes para que pudéssemos observar as influências de tais ideias? se puseram a permear os questionamentos sobre a pesquisa.

Nesse contexto, é importante resgatar a perspectiva de diversos investigadores, incluindo Azevedo (1999, p.5), que abordam a natureza da literatura. Ele sustenta que a literatura é impulsionada por motivações estéticas, ou seja, sua finalidade principal reside na busca pelo belo, pelo poético, pelo lúdico e pelo prazer do leitor. Dessa forma, ela não pode ser

primordialmente considerada utilitária e, por consequência, não deve ser utilizada exclusivamente como um pretexto para ensinar outros conteúdos que não estejam intrinsecamente ligados à própria experiência de sua leitura.

Portanto, quando se cria um livro de literatura, sua intenção primordialmente é que o leitor, por exemplo, conheça as aventuras de *Dante*, entre no guarda-roupa de *Nárnia*, imagine a melodia da música que soa durante jornada de *Bilbo Bolseiro*, ou que experimente a dor de ter uma mãe tão desnaturada quanto *Maria* em *Jardim Secreto*.

5. O LIVRO DENTRO DO LIVRO LITERÁRIO: RELAÇÕES E ANÁLISES

5.1 O Livro: uma significação no contexto desta pesquisa

Ao procurar no dicionário Houaiss, via *on-line*, a palavra “livro” carrega algumas informações:

substantivo masculino

1 coleção de folhas de papel, impressas ou não, cortadas, dobradas e reunidas em cadernos cujos dorsos são unidos por meio de cola, costura etc., formando um volume que se recobre com capa resistente 2 livro (cap. 1) considerado tb. do ponto de vista do seu conteúdo: obra de cunho literário, artístico, científico, técnico, documentativo etc. que constitui um volume [Segundo as normas de documentação da ABNT e organismos internacionais, o livro é a publicação com mais de 48 páginas, além da capa.] cf. folheto ('publicação não periódica') 2.1 livro (cap. 2) em qualquer suporte (no sentido de 'base física'), em forma impressa ou eletrônica.

Segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), um livro precisa conter pelo menos 49 folhas, caso contrário, será considerado um folheto.

As autoras Faria e Pericão (2008) no “Dicionário do Livro”, do mesmo modo, oferecem centenas de adjetivações para o livro, são aproximadamente doze páginas de verbetes, além da definição geral, incluindo desenhos esquemáticos das partes que esse objeto precisa compor:

Conjunto de cadernos, manuscritos ou impressos, costurados ordenadamente e formando um bloco • obra, científica ou literária, que forma ou pode formar um volume • cada uma das partes principais em que se dividem os textos dos livros • documento impresso ou não-impresso • transcrição do pensamento por meio de uma técnica de escrita em qualquer suporte com quaisquer processos de inscrição. O livro supõe um suporte, signos, um processo de inscrição, um significado. Integra-se num processo de criação, reprodução, distribuição, conservação e comunicação. Dirige-se a um leitor, possui uma finalidade: a reflexão, o ensino, o conhecimento, a evasão, a difusão do pensamento e a cultura • segundo a agência portuguesa para o ISBN (International Standard Book Numbering), é toda publicação não-periódica com um mínimo de quarenta e cinco páginas e que esteja sujeita a depósito legal • segundo a ISO (International Standard Organization), é publicação impressa não-periódica, com mais de quarenta e oito páginas, sem incluir as da capa, que constitui uma unidade bibliográfica; monografia • exemplar a partir do qual o editor faz a impressão. (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 458-459).

Vemos aqui a definição e características do conceito de livro, que engloba tanto aspectos físicos e técnicos quanto sua finalidade e função na sociedade, considerando a sua relação com o leitor e a transmissão de conhecimento.

Outro aspecto considerado ao livro é o suporte: “Em vários casos, as definições de livro o consideram suporte. Em outros, o material que confere materialidade ao objeto é que é considerado o suporte (papiro, cera, papel, tela (?), etc.” (RIBEIRO, 2012, p. 337). Assim, o processo da produção do livro é pensar desde o texto até o suporte mediador, que se tornam dispositivos de leitura com foco primordial na experiência do leitor. Dessa forma,

Questiona-se aqui, se sendo os processos editoriais de livro impresso e e-book em parte diferenciados, além de terem e propiciarem formato e experiências bastante diferentes, caberia considerar o livro apenas como metáfora do novo produto editorial produzido para ser lido em novos dispositivos (RIBEIRO, 2012, p. 336).

Por outro lado, Chartier (1994) faz uma diferenciação entre os procedimentos de produção de textos e os de produção de livros. Segundo ele, autores não escrevem livros, “eles escrevem textos que se tornam objetos escritos, manuscritos, gravados, impressos e, hoje, informatizados”.

Historicamente, o livro tem passado por várias mudanças significativas ao longo dos séculos, seja na sua forma física, no suporte utilizado (do manuscrito ao livro impresso e, mais recentemente, ao livro digital), ou nos processos de produção e distribuição.

Essas mudanças podem ser consideradas como "revoluções do livro", pois impactaram profundamente a forma como a informação é registrada, compartilhada e acessada. A invenção da prensa de tipos móveis por Gutenberg, por exemplo, é frequentemente citada como uma das revoluções mais importantes na história do livro, pois possibilitou a produção em massa de livros e o acesso mais amplo à informação (MELOT, 2012).

Para Melot, a discussão é:

Servir como suporte de um texto não é próprio do livro, menos ainda se nele se inclui a escrita e a imagem. Bem ao contrário, tanto para a escrita, quanto para a imagem o livro é uma prisão. A verdadeira razão de ser do livro reside no seu corpo. Somente o livro foi adaptado para a escrita, colocar-lhe um termo e reunir os pedaços esparsos em uma totalidade, bloqueada e aparelhada como um muro. (MELOT, 2012, p.34).

Segundo Melot, ainda, o livro não é apenas a embalagem de um conteúdo. A dobra dele, por exemplo, possui uma forma, não estando restrita à sua “geometria perfeita”, mas denotando um modo de funcionamento, isto é, uma engrenagem. Em suas palavras, “a forma do livro pensa antes de ser escrita” (MELOT, 2012, p. 61)

A caracterização apresentada pelo autor para o objeto pode, por vezes, soar demasiadamente rígida. É certo que uma obra segue regras para o que nele se inscreva ou

imprima, mas seu conteúdo e a leitura, por outro lado, podem estabelecer uma relação tensa com essa tal “pequena fortaleza” podem desafiá-la e talvez, ao menos em alguma medida e de forma instável, conseguir subvertê-la e nesta contradição, “a forma do livro preenche os vazios dos discursos, os quais, sem ela, se desintegrariam” (MELOT, 2012, p. 48).

É inegável que, desde a seleção do livro original até a etapa final da distribuição do produto pronto, são realizadas diversas operações e intervenções executadas por uma equipe de profissionais em colaboração com o editor, com o objetivo de transformar um texto em um objeto cultural comercializável. Dentre essas operações, a área do design gráfico ganha destaque, pois nela são minuciosamente examinados os elementos que compõem uma publicação impressa, como o tipo de papel, a tipografia, o tamanho da página e a disposição dos textos e imagens.

Esses aspectos desempenham um papel determinante na configuração estética e estilística do livro, influenciando sua apresentação visual e apelo comercial, tornando-se uma criação capaz de suscitar múltiplos sentidos. Vale ressaltar o status que o livro alcançou ao longo dos séculos e sua evolução desde que surgiu em sua forma inaugural, “encadernada do códice, [...] como a melhor garantia contra as interpolações, as falsificações e as variantes, além de se mostrar como meio mais seguro para a transmissão de uma mensagem integral” (Melot, 2012, p. 36).

No âmbito cultural, o livro transcende sua mera função de produto e adquire relevância simbólica no imaginário humano, contribuindo para a construção e redefinição de seu próprio conceito. Apesar de ter enfrentado períodos de adversidades, como queimas e censuras, o livro foi protegido por seus defensores, possibilitando sua sobrevivência ao longo do tempo e sua transmissão às gerações futuras. O investimento e a distribuição de livros para escolas brasileiras são estratégias bem fundamentadas, dada a importância atribuída a esse objeto desde tempos remotos, inclusive antes da invenção da imprensa de Gutenberg, quando já era reverenciado por seu valor, representatividade do sagrado e da sabedoria.

Em geral, como podemos observar, o livro traz o conceito de obra literária, científica ou de qualquer tipo de extensão que forma um volume. Considerando tais aspectos, os livros também podem ser classificados conforme a área de conhecimento ou podem ter diferentes gêneros: comédia, terror, aventura, romance, drama etc. Atualmente, com o avanço da tecnologia, temos os livros eletrônicos, chamados de e-books, como produto marcado por um processo editorial diferenciado do livro impresso, por exemplo (RIBEIRO, 2012).

No caso dos livros literários que possuem relação com o estudo e que trazem livros descritos em sua narrativa ou abordam esse objeto desde o título, temos o exemplo de “O livro

inclinado” de (NEWELL, 2012), “É um livro” (SMITH, 2010), “É um livrinho” (SMITH, 2013), “*O Livro estreito*” (CAULOS, 2010), “O livro Comprido” (CAULOS, 2010), “Livros” (McCAIN, 2014): todos esses livros com suas especificidades e propostas, pode-se perceber que de alguma forma ocorre o que (GIRÃO, 2021, p. 64) destaca como:

[...] uma fusão de textualidades (verbal, visual e do códex), ora nos formatos ora nos recortes de páginas. O projeto gráfico [...] pensando na dialética de uma página frente à outra assim como de uma página anterior e/ou posterior à outra, no virar dessas folhas, criando uma tridimensionalidade na superfície bidimensional de uma página, de uma capa, pelos movimentos previstos na proposição à leitura que não se resume aos olhos do Leitor.

Essa descrição refere-se a um tipo de proposta que envolve uma intencionalidade e um projeto de criação colaborativo com diversos profissionais na editoração de um livro. Considera-se desde a materialidade do livro, como formato, tamanho e espessura das folhas, até a composição das páginas, o enquadramento das imagens, as cores e efeitos e a tipografia textual, buscando uma unidade a ser apresentada. Dessa forma, o objeto literário proporciona ao leitor uma experiência diversificada, seja pela postura corporal durante a leitura, seja pela compreensão das possibilidades linguísticas, artísticas e materiais que o livro traz consigo, mantendo ainda sua referência ao códice tradicional.

Sendo esse, portanto, um objeto cultural e que está exposto às transformações ao mesmo tempo que modifica, necessita do leitor uma determinada ação, fazendo a engrenagem funcionar. No entanto como em outro momento pontuamos ao leitor mediante ao corpus selecionado, também foi necessário a adequada abordagem do tipo de obra analisada, o que nos delimitou a abordagem com vistas ao livro ilustrado.

5. 2 Alguns formatos e características do livro ilustrado

Como já pontuado, são diversos os elementos que chamam a atenção num livro, a partir do verbal e não verbal: o tamanho, a textura, as cores e o formato, que devem estar coerentes com o conjunto, isto é, com a capa, folha do miolo e guardas, chamados também de paratextos e (NICOLAJEVA E SCOTT, 2011). No contexto do romance, os paratextos desempenham um papel de relevância, porém, nos livros ilustrados, sua importância é ainda maior, uma vez que se integram à própria narrativa, chegando ao ponto de a narrativa, por vezes, iniciar-se já na capa do livro (NICOLAJEVA E SCOTT, 2011).

O formato, sendo assim, estimula diversas possibilidades de abordagens, regulares ou não, aparecendo nas formas horizontais, verticais e quadradas contando inclusive com os irregulares que, por sua vez, são livros em formatos de animais ou objetos diferentes formas (LINDEN, 2011).

Além do formato, o tamanho pode ser intencional, o que Linden (2011) aponta três principais categorias sobre o assunto: os abertos, como o de bolso; os fechados, que normalmente necessitam de duas mãos para a leitura e manuseio; e, “[...] livros que pegamos com as duas mãos e devem ser lidos com algum suporte” (LINDEN, 2011, p. 55), contendo aproximadamente 90 páginas e 28,5 de comprimento por 23, 5 de largura.

No quesito textura, essa diversificação aparece sobretudo em livros destinados aos bebês, já que o material favorece o contato através do banho, podendo ser explorado pela boca e tato. Dessa forma, podem ser livros de pano, brochura ou os chamados livros de banho.

O projeto gráfico de um livro, por sua vez, é “um elemento que define a materialidade do impresso. [...] Um livro pode não possuir texto escrito ou ilustrações, mas jamais deixará de apresentar um projeto gráfico.” (PINHEIRO *et al.*, 2019, p.41- 42).

Ramos (2011), ainda destaca que na leitura visual o projeto gráfico “indica como está construído o livro. Pode ser inovador já na materialidade do objeto, apresentando um formato diferente, que requer cortes especiais. Ou sua identidade pode estar definida apenas no tratamento interno das páginas”. (RAMOS, 2011, p.145). A autora também aponta que no quesito ‘tipologia’, “a forma do texto também é uma comunicação por imagem” conhecida por “enunciação gráfica” (RAMOS, 2011, p.145), e por paratextos.

Os paratextos são elementos que se encontram nas margens da obra literária, oferecendo informações adicionais que contextualizam o livro e auxiliam o leitor na sua compreensão e fruição. Esses elementos podem ser encontrados tanto na capa quanto nas páginas iniciais e finais do livro, e desempenham um papel fundamental na construção do significado da obra (LINDEN, 2011).

Assim, o título, a capa, a guarda e a folha de rosto fazem parte dos paratextos do livro literário e podem carregar sentidos para alcançar potencialidades na leitura. A seguir discutiremos uma pouco mais pontualmente alguns desses elementos como foco naqueles que nos interessam para as análises do corpus aqui presente.

Os títulos

Os títulos, de modo geral, são parte importante das obras, como afirma Nicolajeva e Scott (2011), considerado os responsáveis pela escolha ou abandono de um livro pelo pequeno

leitor. Existem algumas formas populares de encontrarmos os títulos nos livros: títulos nominais (Ex: “Ursinho Pooh”, “Pedro Coelho”), existem alguns nominais que já apontam características ou conflitos da história (Ex: “Uma lagarta muito comilona”, “Fulano, o curioso”) esses títulos podem indicar um fator didático, provavelmente de um narrador adulto. Também existem os títulos “narrativos” que frequentemente indicam a essência da história (“A viagem de Guto”, “Maria vai ao passeio”).

Nos livros ilustrados, em específico, o título pode tanto esclarecer como contradizer a narrativa. Alguns títulos são metafictícios e dão ao leitor uma estratégia interpretativa, como, por exemplo, em “Linha vermelha” que é o único texto escrito do livro, o qual, “manipulando a leitura”, parece nos dizer: “siga a linha vermelha”. Outros títulos, por outro lado, são nominais, sobretudo em um livro ilustrado, mas nem sempre irá apontar para o protagonista ou para a narrativa, na verdade, pode até contradizer a “coerência” de tal título. Alguns autores também trabalham com títulos topográficos (“Onde vivem os monstros”/ “Ali do lado de fora”) que são lugares imaginários, ou transformados por mágicas e que neste caso não revelam o enredo nem o conflito da narrativa, o que os torna extremamente simbólicos e muitas vezes desconcertantes. Isso pode ser observado, por exemplo, quando os textos são traduzidos, e a depender de como o título foi traduzido pode gerar essas “incoerências”. Assim, segundo Nicolajeva e Scott (2011, p. 312) “os títulos de livros ilustrados são uma parte “muito importante da interação texto-imagem, e contribuem para todos os tipos de interação que observamos dentro dos próprios livros”.

A capa

Um dos paratextos que recebe considerável atenção por parte dos editores é a capa, dado que é o primeiro elemento com o qual o leitor entra em contato ao se deparar com o livro. Nesse sentido, as capas podem ser classificadas em duas categorias distintas: documental ou conceitual. A primeira frequentemente incorpora uma imagem ou fotografia que se reflete no interior da obra, enquanto a segunda adota elementos como alegorias ou trocadilhos, buscando representar de alguma maneira o conteúdo textual.

A capa, objeto central de atenção no âmbito do marketing, possui um papel primordial como um dos espaços fundamentais onde o compromisso da leitura é estabelecido. Através dela, são transmitidas informações que possibilitam a compreensão do tipo de narrativa, estilo de ilustração, gênero e outros elementos, situando, desse modo, o leitor em uma determinada expectativa. Essas indicações podem tanto introduzir o leitor ao conteúdo corretamente quanto desviá-lo para uma interpretação contraditória (LINDEN, 2011).

As capas, para além de sua função estética, são também a expressão visual externa dos livros e desempenham um papel fundamental na proteção do próprio texto. Elas surgem em conjunto com a página de título e, posteriormente, com a introdução das capas impressas e coloridas especialmente a partir da industrialização da produção de livros.

Além disso, essas criações contribuem para a valorização daquilo que compreende uma encadernação de qualidade, como exemplificado pelas folhas de guardas que sustentam o miolo do livro de capa dura. Em conjunto, todos esses elementos reforçam a importância das capas não apenas como elementos visuais, mas também como parte essencial da experiência do livro enquanto objeto físico e cultural.

As guardas

No livro comercial, as guardas são apenas uma folha colorida ou com alguma textura agradável ao toque, e funcionam como a separação entre o livro e o mundo externo. Apenas em edições de luxo ou nos livros ilustrados para crianças é que se encontram guardas elaboradas especificamente para o livro, retomando algum elemento do texto, um personagem ou aspecto relevante e as narrativas podem ser iniciadas nas guardas.

Algo comum são as guardas apresentarem os mesmos esquemas, no início e no final. Assim, no início antecipam a história e na última, volta-se a essa antecipação, enquanto outras podem enfatizar as mudanças ocorridas ao longo da história. No caso dos livros ilustrados, a narrativa pode iniciar na própria guarda (LINDEN, 2011).

A folha de rosto

De modo geral, nos livros infantis, as folhas de rosto apresentam informações como o título, o nome do autor, do ilustrador e da editora, acompanhadas de uma imagem emoldurada que reflete um detalhe de uma ilustração interna. Essa folha segue convenções editoriais e, portanto, pode influenciar a leitura ou sugerir uma interpretação ao leitor. Os ilustradores podem tentar reduzir seu caráter paratextual, integrando-a ao corpo da narrativa tanto quanto possível, mas ainda assim ela pode manter sua natureza convencional de paratexto. A folha de rosto constitui um estágio convencional que precede a narrativa, fazendo com que qualquer elemento que se assemelhe a uma narrativa e intervenha antes dessa página seja percebido como uma espécie de "pré-narrativa", de forma semelhante aos "pré-créditos" no cinema, estabelecendo-se uma comparação evidente em alguns casos (LINDEN, 2011).

As páginas

Para Linden (2011), o livro, em sua forma atual, consiste em um conjunto de folhas com movimentação limitada, cuja abertura ocorre em uma página dupla. Devido à brevidade dos textos, ao tamanho das imagens e à limitada quantidade de páginas sequenciais geralmente propostas, o livro ilustrado estabelece uma estreita relação com a página dupla. Nesse contexto, a maneira como os textos e as imagens são dispostos nesse espaço é de extrema importância.

Os criadores desse tipo de livro podem se valer da encadernação para estabelecer um sistema de correspondências ou ecos entre uma página e outra. A dúvida quanto à divisão por página ou não acaba por gerar um jogo visual. O criador, por vezes, mantém de forma consciente a indecisão, especialmente ao representar o cenário, o que pode criar uma unidade espacial e personagens repetidas em cada uma das páginas (LINDEN, 2011).

Nos livros ilustrados, as páginas podem ser transformadas em tema central das obras, recuperando-se em suas diversas criações literárias. Dessa forma, as páginas há muito deixaram de ser um mero elemento aleatório em grande parte desses livros e passaram a ser elementos constituintes da narrativa, de acordo com os elementos que as compõem e sua própria organização.

O Formato

Se fomos considerar a história da literatura, os livros confeccionados para o público infantil sempre lançaram mão de signos visuais como parte da composição, sobretudo nas ilustrações e projeto gráfico (SOUZA, KIRCHOF, 2016), isso é possível também, pelos diferentes formatos que a editoração dos livros pode se fazer valer. Nisto, ao aparecer formatos diferenciados foi necessário categorizar o tipo de livro diferenciando, dessa forma, os termos “livro com ilustração x “Livro ilustrado” e “Texto sem imagens” x “livro imagem”.

Livro com ilustração, são livros que as imagens apenas acompanham o texto verbal, podendo existir de forma independente. Livro ilustrado, por sua vez, são livros que existe uma relação interdependente e indissociável entre imagem e palavra, ora se complementam, ora se contrapõem ou ora contam sobre o mesmo tema de forma distinta. De acordo com Kirchof e Souza (2016, p. 33), os melhores livros ilustrados “são aqueles em que há uma verdadeira complementaridade ou interdependência entre a imagem e a palavra, propiciando o surgimento de lacunas de sentido, as quais encorajam o leitor a exercer sua criatividade no ato da leitura e da interpretação”. Nos extremos da dinâmica entre texto visual a verbal, existe o texto sem imagem, que o próprio nome já sugere sua composição e o livro imagem “cuja narrativa é encadeada exclusivamente através de imagem” (KIRCHOF; SOUZA, 2019, p. 33).

Para as autoras Nikolajeva e Carole Scott (2011, p. 308), o “formato, assim, não é acidental, mas participa da totalidade estética do livro”. Dessa forma, ele é uma característica extremamente importante, principalmente nos livros ilustrados e pode variar muito mais que nos romances, por exemplo, os formatos “deitados”, ou seja, horizontais, “[...] possibilitam uma composição horizontal, particularmente útil para retratar espaço e movimento. Ele é semelhante tanto a um palco de teatro como a uma tela de cinema”.

Conhecemos o fato de que a configuração física de um livro e a maneira como o texto é materializado nesse objeto seguem normas editoriais. Contudo, para o autor do livro, o formato é de suma importância, uma vez que os meios físicos pelos quais o texto é entregue ao leitor influenciarão na construção de significado (CHARTIER, 1994).

Desse modo, as convenções editoriais são usadas para suscitar diversos sentidos no leitor desde prepará-lo para o que encontrará no livro até mesmo para confundi-lo ou provocar falsas expectativas. De qualquer forma, a configuração do formato representa uma característica de extrema relevância, revelando uma notável diversidade nos livros ilustrados (NICOLAJEVA E SCOTT, 2011).

Diversos criadores optam por imitar técnicas e a estética empregadas nos meios de comunicação de massa, com o intuito de criar poesia ou, em outras ocasiões, de realizar uma crítica sutil através da ironia. Em contrapartida, a maneira pela qual um tema é abordado é o fator distintivo que determina quais obras literárias são consideradas de alta qualidade no âmbito acadêmico. Apesar das restrições impostas à literatura, os autores desenvolvem maneiras de levar os leitores a visualizar e se conectar de formas que variam desde as mais simples até as mais elaboradas. Esse aspecto está intrinsecamente relacionado à apresentação do livro, ao desenvolvimento do enredo e à abordagem dos temas.

Portanto, em termos gerais, ao efetuarmos uma categorização desde a revolução cognitiva, estamos igualmente categorizando livros que se enquadravam nos padrões de qualidade daquela época. Nesse contexto, um programa governamental voltado para a promoção da leitura e a distribuição de obras literárias também pode definir quais livros eles consideram apropriados, utilizando critérios previamente estabelecidos. Esses livros, por sua vez, são avaliados pela sociedade como sendo de qualidade, destacando o papel de responsabilidade que as políticas públicas exercem em uma nação.

A Temática do livro

Em relação à qualidade, ela está muito imbrincada com o tema do livro, baseado em interesses fundamentais da sociedade, que dizem respeito à ética, à pluralidade cultural e o meio

ambiente, ao conhecimento de si e dos outros etc. Em alternativa, a discussão de um tema no livro literário se apresenta com potencialidades, sendo diferente e, por vezes, prazeroso. A diferença entre o trabalho da literatura com os outros textos sobre os temas pode ser considerada a característica essencial do livro literário, já que embora atenda ao mercado editorial abordando os temas transversais, os desenvolvem de maneira sensível.

Segundo Filho (2009, p. 19), muitos livros que tratam de temas transversais e são incluídos nos planejamentos pedagógicos não abordam esses assuntos de maneira literária, mesmo que o façam de forma direta, e em muitos casos, não apresentam características literárias mínimas. Isso ocorre porque essas obras estão mais focadas em atender às demandas do mercado editorial e são impulsionadas pelas novas propostas no campo educacional.

Ao lado das temáticas se coloca a questão apontada por Colomer (2017, p. 293) que “Os livros infantis e juvenis costumam ter muito presentes seus destinatários ajustando seus recursos ao que a experiência social considera adequado para umas ou outras idades”. Esses pontos são sempre consideráveis na literatura infantil porque está relacionado principalmente com os princípios morais e éticos que uma sociedade pretende transmitir à sua futura sociedade adulta.

Ao considerar os aspectos discutidos, seja a política pública do PNLD, a título de exemplo, que estabelece que os critérios são fundamentados na Base Comum Curricular, ou, pensando no texto fora da circulação escolar, o autor que quiser adentrar ao espaço editorial, e consequentemente o educacional, acaba por ter que tentar encaixar a obra através dos assuntos da infância e educação, já que como coloca Colomer, nestes aspectos, é preciso que a literatura infantil e juvenil cumpra ambos os objetivos: o educativo e o literário, o que “pode ser sancionado pelos adultos como literatura infantil e juvenil de qualidade” (COLOMER, 2003, p. 164). Sob a linha entre literatura x educação, a autora complementa dizendo que apesar dos diferentes graus de equilíbrio adotados, devem-se aderir aos dois princípios, “ou ao menos não pode violá-los, se pretende ser aceito no subsistema literário dirigido às crianças e jovens” (COLOMER, 2003, p. 164).

Após abordarmos alguns aspectos fundamentais que são relevantes para as reflexões e avaliações relacionadas ao livro, à literatura e à prática da leitura de obras literárias, a próxima etapa consistirá na análise dos livros literários distribuídos pelo programa PNLD literário. Nesse contexto, examinaremos principalmente o papel desse programa na formação completa do estudante, considerando-o não apenas como leitor, mas também como beneficiário final da abordagem educacional proposta.

5.3 O papel do livro dentro do livro literário: o que as análises nos dizem

Dentre as várias definições, gêneros e utilização dos livros podemos encontrar o livro literário, que em sociedade representa a catártica cultural. Para Azevedo, “Os livros de literatura infantil colocam questões humanas vistas no plano da expressão pessoal (e não da informação baseada no conhecimento consensual e objetivo) através da ficção e da linguagem poética. São, em outros termos, ligados à “especulação” “(AZEVEDO, p. 5)⁵.

Nos livros de literatura infantil abordados neste contexto, categorizados como livros ilustrados, são considerados diversos elementos, incluindo a sua materialidade, os paratextos e a linguagem verbal e não verbal. Além disso, a figura do leitor também é central e passou por transformações ao longo do tempo, emergindo como um elemento crucial na literatura contemporânea. O leitor, que anteriormente era muitas vezes visto como passivo ou não tão enfocado, agora assume uma posição ativa. Enquanto antes apenas o autor e o texto em sua linguagem eram enfocados, agora o leitor também desempenha um papel importante, atribuindo significados com base em suas experiências e se aproximando, ou não, dos temas e ideias centrais do autor.

No ambiente escolar, a prática da leitura literária requer um planejamento cuidadoso para que os três elementos - autor, livro e leitor - possam interagir e se transformar de maneira significativa.

Considerando que:

No caso do leitor, essa modificação ocorre quando se observa a historicidade por qual ele passou: as transformações de suas práticas em se apropriar dos objetos impressos corroborou para novas produções e maiores alcances de significados na leitura (TRAGINO, 2013, p. 27).

Dessa forma, quando algum elemento: autor, livro/texto, leitor se modifica, essa mudança afeta e transforma os outros, que passam a ser enxergados por várias perspectivas diferentes. Assim, se o conceito de autor, texto e leitor se transformaram, o mesmo ocorreu para a leitura literária, já que com tantos aspectos a serem considerados, passa-se a enxergar seu modo de leitura como um ato único e diferente dos outros, que precisa de um planejamento e de uma atitude diferente desse leitor.

Para Cosson, que produziu procedimentos metodológicos para a leitura literária, a leitura “consiste em produzir sentidos por meio de um diálogo, um diálogo que travamos com o

⁵ www.ricardoazevedo.com.br 1 A didatização e a precária divisão de pessoas em faixas etárias: dois fatores no processo de (não) formação de leitores1 Ricardo Azevedo Disponível em: <https://www.ricardoazevedo.com.br/wp/artigos/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

passado enquanto experiência de outro, experiência que compartilhamos e pela qual nos inserimos em determinada comunidade de leitores” (COSSON, 2014, p. 36). O mesmo autor ainda acrescenta trazendo mais um elemento: “a leitura é uma competência individual e social, um processo de produção de sentidos que envolve quatro elementos: o leitor, autor, o texto e o contexto” (COSSON, 2014, p.36)

Neste sentido,

Dúbia, a literatura provoca no leitor um efeito duplo: aciona sua fantasia, colocando frente a frente dois imaginários e dois tipos de vivência interior; mas suscita um posicionamento intelectual, uma vez que o mundo representado no texto, mesmo afastado no tempo ou diferenciado enquanto invenção, produz uma modalidade de reconhecimento em quem lê (ZILBERMAN, 2009, p. 17)

Possuindo sua pergunta, tema, sentido e respostas, acontecendo também quando a imaginação é convocada ao trabalho com o intelecto, a leitura literária, segundo Zilberman,

constitui uma atividade sintetizadora, permitindo ao indivíduo penetrar o âmbito da alteridade sem perder de vista sua subjetividade e história. O leitor não esquece suas próprias dimensões, mas expande as fronteiras do conhecido, que absorve através da imaginação e decifra por meio do intelecto. Por isso, trata-se também de uma atividade bastante completa, raramente substituída por outra, mesmo as de ordem existencial. Essas têm seu sentido aumentado, quando contrapostas às vivências transmitidas pelo texto, de modo que o leitor tende a se enriquecer graças ao seu consumo (ZILBERMAN, 2009, p. 17)

Inegável, assim, que o trabalho com a literatura também deve

contar com um professor apto à escolha de obras apropriadas ao leitor infantil; ao emprego de recursos metodológicos eficazes que estimulem a leitura, suscitando a compreensão das obras e a verbalização, pelos alunos, do sentido apreendido. (ZILBERMAN apud COSTA, 2007, p. 41)

Para alcançar nosso objetivo de pesquisa, é essencial relacioná-lo com as considerações até agora apresentadas, garantindo assim uma abordagem atualizada do tema em estudo. Para a seleção das obras a serem analisadas, estabelecemos critérios específicos: a) a análise será restrita a livros destinados à educação infantil e aos primeiros anos do ensino fundamental, distribuídos pelo programa público PNLD, visto que nosso foco é o livro voltado para esse público-alvo; b) delimitaremos a pesquisa a livros literários que contenham a palavra "livro" nos títulos; c) a análise abrangerá os livros literários do PNLD literário de 2018 que apresentam

a referência ao termo "livro" no título e que exploram esse objeto narrativamente, investigando o seu papel representativo na trama.

É importante retomar, a partir dessas premissas, o objetivo do programa e dos objetos de avaliação.

De acordo com o PNLD, no Art. 2º, seus **objetivos** são:

- I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
- II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica; III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura; IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;
- V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e
- VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular.** (BRASIL, 2017, art. 2º, grifo nosso).

No art. 10, por sua vez, há os seguintes critérios de avaliação das obras a serem inscritas:

- III - a coerência e a adequação da abordagem teórico- metodológica; IV - a correção e a atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- V - a adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor;
- VII - a adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico; e VIII - a qualidade do texto e a adequação temática. (BRASIL, 2017, Art.10).

Sendo assim, os livros *O livro dorme* escrito por Vincent Bourgeau e Cédric Ramadier, “*Procura-se! Carlinhos Coelho, o ladrão de livros*”, Emily Mackenzie, *Um livro para Bart*, de Judith Koppens e *O livro que lê gente* de Alexandre de Castro Gomes, foram avaliados e podem ser escolhido pelos professores, considerando esses critérios ao responder às questões da ficha de avaliação que diz respeito às dimensões e categorias consideradas essenciais para o programa.

Neste sentido, a nossa seleção de livros será analisada descritivamente fundamentada nessas premissas. Aliás, os livros literários foram escolhidos pelos títulos, por eles serem “parte importante do texto como entidade, e, por outro lado, porque muitos estudos [...] mostram que jovens leitores frequentemente escolhem (ou rejeitam) livros por causa dos títulos” (NIKOLAJEVA e SCOTT, 2011, p. 308). Sendo assim, o título, ao nomear uma história, reporta-se sobre um determinado assunto e personagem, convidando o leitor para escolhê-lo ou rejeitá-lo. Além disso, pressupõe-se uma caracterização para que determinados leitores possam se interessar pela narrativa e pelos assuntos que a compõem, assim, “na função geral, os títulos

de livros ilustrados não diferem radicalmente dos títulos de romance” (NIKOLAJEVA e SCOTT, 2011, p.308).

Nikolajeva e Scott (2011) ainda salientam que os títulos mais comuns a serem encontrados são os nominais, aqueles que ora com os nomes das personagens principais - ou a combinação do nome e do epíteto (uma qualificação da personagem) – e ora que indicam o conflito central da história, assim como a combinação de nome da personagem com um lugar em que se passará à história. Isto posto, a prática de ter o nome do protagonista no título é, “pelo menos na literatura infantil, um dispositivo narrativo didático, dando ao leitor jovem algumas informações diretas e honestas sobre o conteúdo do livro, seu gênero [...] e seu público [...] (NIKOLAJEVA; SCOTT, 2011, p. 310).

Um dado interessante sobre os fatores que influenciam na escolha de um livro também foi encontrado na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2019, em que o título aparece como terceiro fator influenciador, muito próximo aos aspectos como: a capa, dicas de outras pessoas e dicas de professores.

Desse modo, como primeiro passo optou-se por fazer a busca pelos títulos, pois em se tratando da LIJ (Literatura Infantil e Juvenil) e o crescimento da abordagem dessa temática nos últimos tempos como já mencionado anteriormente, muito provavelmente encontraríamos as narrativas correspondentes. De fato, foi o que aconteceu. Em uma filtragem geral no Guia Digital PNLD 2018 Literário, que contém a relação de livros aprovados, encontramos o total de 10 títulos com a palavra *livro*, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Vale ressaltar, que os livros literários escolhidos por nós e pelo programa pertencem a categorias, delimitando as faixas etárias destinadas: Categoria 2 (Creche II): obras literárias voltadas para crianças de 1 ano 7 meses a 3 anos e 11 meses; Categoria 3 (Pré-escola): obras literárias voltadas para crianças de 4 a 5 anos 11 meses; Categoria 4: obras literárias voltadas para as estudantes do 1º ao 3º anos do ensino fundamental; Categoria 5: obras literárias voltadas para as estudantes do 4º e 5º anos do ensino fundamental.

Além disso, é no Edital de 2018 que o programa foi nomeado claramente como PNLD – *Literário*, assim, os livros literários não só pertencem a uma categoria e tema, mas como também se direciona ao enfoque do que devem abarcar dentro de cada categoria pertencente.

Neste sentido, são diversos os temas que envolvem as categorias e que podem ser trabalhados de formas distintas, já que um livro pode contar com mais de um tema, embora precise ressaltar a temática principal.

Essa relação também ocorreu com os livros literários que serão analisados, que como um recurso aprimorado, a linguagem almeja a comunicação de algo e, como comunicação,

sempre pressupõe uma mensagem a ser veiculada, neste caso, uma mensagem do livro sobre o próprio livro.

Dessa forma, em busca de estabelecer uma relação direta com o leitor, o objeto livro dentro do livro, a partir do recurso metalinguístico, pode influenciar na ação com esse objeto ou na formação da imaginação e humanização. Nesse sentido, é de nosso interesse analisar esse objeto cultural e o papel que ele atribui na narrativa, considerando as linguagens e potencialidades.

Com esse propósito, as próximas seções do presente trabalho se dedicarão à exposição de nossas análises, as quais se estruturam em duas partes distintas: Na primeira seção, conduziremos uma análise descritiva dos dois títulos que identificamos, os quais foram disponibilizados nas escolas por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Literário de 2018. Nesse contexto, enfatizaremos as diferenças observáveis entre os livros selecionados pelos editais do programa e aqueles disponíveis no mercado aberto. Nosso foco recairá especialmente sobre os elementos materiais que estão sujeitos a adaptações de acordo com as diretrizes da política analisada.

Na segunda parte do estudo, voltaremos nossa análise para os dois títulos remanescentes, para os quais não tivemos acesso às formas como chegaram às escolas. Concentrar-nos-emos na discussão das obras circulantes, abordando os mesmos aspectos explorados na seção anterior (narrativa verbal e visual, adequação de temas, projeto gráfico e paratextos). No entanto, excluiremos a análise das diferenças materiais. É importante salientar que, mesmo nesse segundo grupo, é plausível supor que passaram por modificações similares às observadas nos dois primeiros títulos.

5.3.1 O livro *dorme*

O primeiro livro a ser analisado será *O livro dorme*, escrito e ilustrado por Vicent Bourgeau e Cédric Ramadier, a tradução foi realizada por Lígia Azevedo, possui 32 páginas, com dimensões em “15,5 cm” de largura por “21 cm” de altura.

Pertencente à categoria 2, é destinado para as crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses. Abaixo, os temas pertencentes à categoria:

Quadro 5 - Categoria 2 (Creche II)

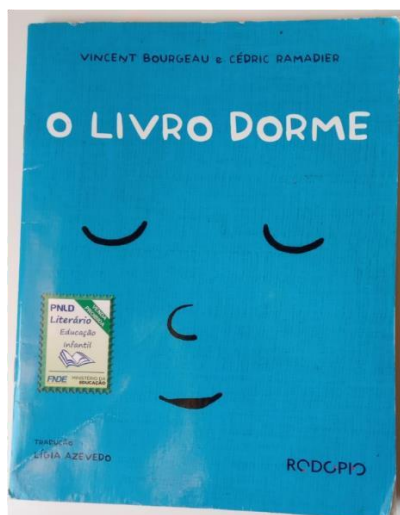
TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Descoberta de si	Percepção do corpo (sentidos, movimentos e gestos), explorando suas diferentes formas, necessidades, limites, habilidades e suas relações com o outro.

Família, amigos e escola	Primeiras experiências interpessoais e sociais das crianças, permitindo a exploração de sentimentos, o encontro com a diversidade e a construção de percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro.
O mundo natural e social	Das descobertas e relações pessoais à cidade, ao meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo. Considerando-se a adequação à faixa etária, devem ser destacados temas que estimulem o respeito ao outro e o reconhecimento da diferença.
Diversão e aventura	Ir além da realidade imediata da criança e estimular a imaginação e o envolvimento com a leitura, tanto pelo trabalho com a linguagem quanto pelo desenvolvimento da narrativa.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

Fonte: Guia, PNLD, 2018.

A editora é a Rodopio LTDA (0747118606 cat. 2), do grupo SM; o livro literário é indicado para pré-leitores, Educação Infantil, 2-5 anos. A Editora Rodopio também publicou outros livros selecionados pelo PNLD 2018: “O dom da infância: memórias de um garoto africano”, “Uma história” e o “O Pequeno Paulo”.

Imagem 02 - O livro dorme



Fonte: (BOURGEAU;
(RAMADIER, 2016)

O livro dorme é narrado por um ratinho e pode discutir tanto o tema sobre a descoberta de si, porque o pré-leitor poderá se reconhecer e descobrir sua rotina noturna, quanto Família, amigos e escola, já que diz respeito a um momento familiar, produzindo a sensação de segurança e conforto. A leitura pode ser um costume familiar antes de dormir para algumas crianças, para outras, pode ficar o convite e a motivação. Escrita em letras maiúsculas, sua sinopse que comumente se encontra da contracapa do livro, revela:

É HORA DE PÔR O LIVRO PARA DORMIR. SERÁ QUE ELE FEZ XIXI? ESCOVOU OS DENTES? ACONCHEGADO NA CAMA, O LIVRO ESPERA UMA HISTÓRIA. SEUS OLHOS VÃO FECHANDO... É SÓ O TEMPO DE APAGAR A LUZ E... (BOURGEAU; RAMADIER, 2016)

Isto posto, o enredo guia o leitor que acompanha um livro com sono pelo ritual da hora de dormir, comum para muitas crianças pequenas. Durante a narrativa, a criança-leitora precisa conferir se o objeto está seguindo as etapas da rotina noturna, sem esquecer de ler uma história para ele. Esta foi a única obra de nossa análise inscrita na categoria 2, ou seja, destinada aos leitores da creche. Ao considerar essas premissas, o livro busca estabelecer comunicações através das linguagens verbais e visuais, todavia, há um adendo importante que interfere no efeito estético do livro, influenciando no acesso qualitativo e incentivo da leitura literária: a diferença principalmente na materialidade entre o livro literário disponibilizado pelo PNLD - Literário 2018 com o livro literário idealizado pelo autor, ilustrador e editora e que está disponível no mercado aberto sem editais.

Levando isso em consideração, estabeleceremos a análise relacionando os dois objetos, já que a interpretação sobre a função exercida pode fazer mais sentido se comparado ao que pode ser comprado. Ao assumir essa crítica, entendemos sobre os custos da editoração, mas também nos questionamos sobre o investimento qualitativo em escolas públicas brasileiras e na dificuldade do acesso integral de livros literários. Vale ressaltar, que essa retirada de paratextos, mediante a delimitações válidas para todas as obras aprovadas, ocorreu com dois dos livros analisados, ou seja, perderam aspectos importantes e que oportunizam uma leitura mais elaborada e sensível, para se transformar em um livro que possivelmente não considera as potencialidades dos textos verbais e visuais e do próprio leitor.

Neste sentido, a materialidade entre os dois livros se difere (aquele que pode ser comprado diretamente no mercado aberto sem editais x aquele que é comprado e distribuído pelo programa a partir dos editais), assim como a sua forma de encadernação e qualidade dos papéis, proposição dos paratextos, cores e redução de páginas que conferem sentidos. No quesito materialidade, enquanto no disponibilizado pelo PNLD o material segue a mesma premissa de todos os outros escolhidos dada a padronização estabelecida pelo programa, sem diferenciação no toque ou elementos significantes, o que pode ser adquirido fora do segmento escolar tem uma capa mais grossa, com aspecto fosco e que transmite, através da cor azul, a sensação de tranquilidade e relaxamento, o que combina com o momento da narrativa, isto é, a hora de dormir.

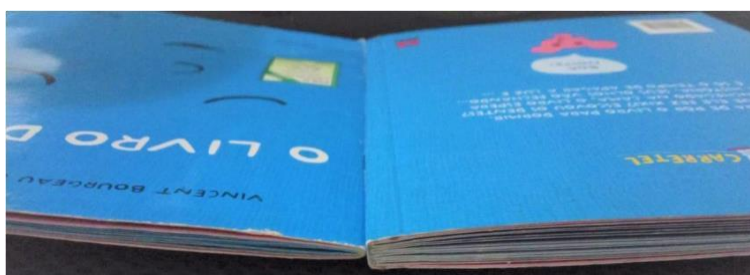
Imagem 03 - Capas *O livro dorme*

Fonte: (BOURGEOU; RAMADIER, 2016)

A forma de encadernação também se difere. O publicado pela SM, que diz respeito aos que podem ser comprados em livrarias ou sites, foi encadernado de um jeito proposital para que os paratextos deixassem lacunas para o leitor produzir sentido, uma sensação estética que não pode ser produzida pelo livro adquirido e distribuído pelo PNLD da editora Rodopio, em que foi grampeado.

O tamanho também denuncia a redução de sua dimensão, assim como há uma diferença na tipografia do título, em que na edição do PNLD preferiu-se a letra bastão ou de imprensa. Isto posto, o livro disponibilizado pelo programa possui a mesma quantidade de páginas que o da editora SM com o total de 32, no entanto, devido a gramatura do papel percebemos a diferença da espessura entre os dois livros: o livro literário do programa tem “15,5 cm” de largura por “21 cm” de altura, já o outro possui “17 cm” de largura por “21cm” de altura. Ou seja, a relação do peso da página e sua interferência no ato de virá-la no livro da editora SM é considerada maior do que o livro distribuído pelo PNLD Literário.

Imagem 04 - Espessuras e encadernação



Fonte: (BOURGEOU; RAMADIER, 2016 - 2018)

Ao manusear os exemplares, também se torna evidente a presença de algumas discrepâncias entre eles. No livro literário da editora SM, observamos uma capa mais espessa e

uma abordagem cromática que alterna matizes de azul e rosa, presentes no próprio texto. Já no livro proveniente do acervo do PNLD, a materialidade se distingue, apresentando capas mais finas e uma redução nos elementos paratextuais. Ao abrir o exemplar da editora SM, notamos a presença de um paratexto em tonalidade rosa desde a segunda capa, bem como na folha de guarda subsequente, estabelecendo uma ligação com o narrador ratinho, cuja cor é representada na narrativa.

Imagem 05 - Paratexto dos livros *O livro dorme*



Fonte:(BOURGEOIS; RAMADIER, 2016 - 2018)

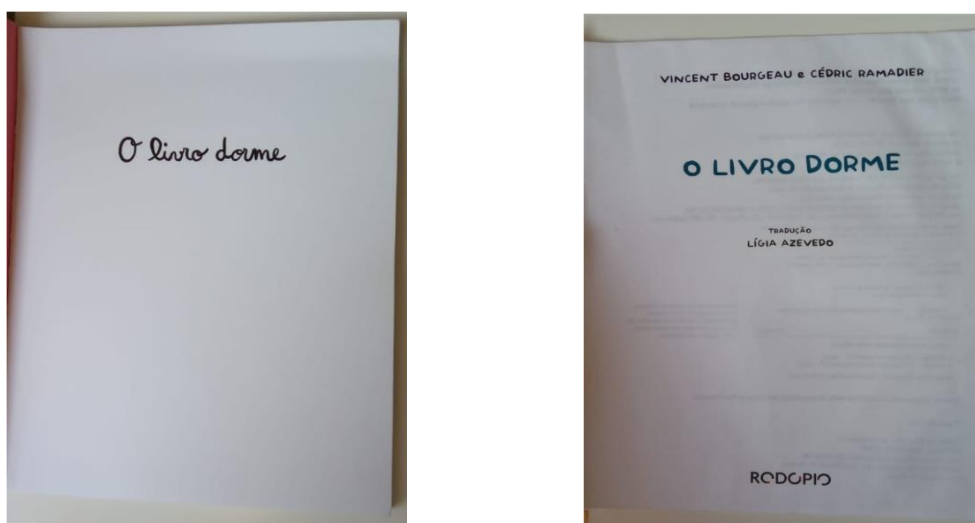
A página seguinte à folha de guarda exibe a folha de rosto, onde o título *O livro dorme* emerge sobre um fundo branco, transmitindo uma atmosfera de quietude, que reflete o sono do livro. De acordo com Linden (2001), esse tipo de paratexto desempenha funções de contextualização, orientação e fornecimento de pistas ou contradições em relação ao conteúdo a ser lido. Nesse contexto, verificamos que neste livro específico esse elemento é empregado para estabelecer uma conexão com o leitor, transmitindo-lhe uma mensagem particular, uma espécie de comunicação prévia sobre os sentidos da narrativa que se desdobrará.

É relevante ressaltar esses elementos, uma vez que, embora a página em questão tenha sido mantida no contexto do PNLD, ela sofreu modificações que também impactaram seu significado. Em comparação com a edição original, o segundo projeto gráfico concebido para a inclusão no programa parece não considerar a página em branco que adquiriu uma função específica no exemplar da editora SM. Consequentemente, no livro presente no programa, o espaço em branco na segunda capa interrompe o efeito visual criado pelo uso da cor rosa, que

se estende até a falsa folha de rosto, gerado em uma percepção diferenciada, ampliada pela página dupla rosa.

Linden (2011) postula que a página dupla é um campo fundamental e privilegiado de registro, oferecendo aos criadores a oportunidade de se expressarem por meio dela. Esta extensão e esse campo privilegiado de registro são particularmente evidentes em minha leitura. Mesmo quando ausente qualquer registro de imagem ou texto verbal, e mesmo na ausência de construções imagéticas, a página dupla ainda desempenha um papel significativo. Nessesentido, Linden aponta para a conexão das ilustrações, as quais, no meu contexto de análise, possuem um sentido intrínseco dentro do texto, mesmo que elas próprias "não possuíam" um registro. Elas têm a capacidade de se comunicar por si mesmas, sem necessidade de elementos adicionais.

Ainda devido a gramatura mais baixa do papel não temos no livro que vai para as escolas a mesma sensação de calma gerada pelo livro da imagem esquerda abaixo, já que a folha possui uma transparência que deixa vazar as informações catalográficas postas do outro lado. Um segundo ponto, são as inscrições com o nome do autor, ilustrador e editora incluídas nesta segunda edição, que em comparação com a outra acabam poluindo a página e quebrando o efeito de silêncio suscitado no fundo branco em contraste apenas com o título em preto. E deste, já chegamos ao terceiro ponto que é a mudança na tipografia usada na página em branco, que no primeiro caso aparece em uma fonte que se diferencia do texto interno e lembra uma letra cursiva na cor preta, que em contraste com o fundo branco resulta em uma fixação e pausa do olhar, podendo suscitar, ainda, a impressão de que alguém deixou um recado manuscrito de que o “O livro dorme”, modificando até mesmo a função de referência direta ao título da história. Enquanto isso, no caso do livro da imagem da direita temos o uso da letra bastão, a mesma fonte tipográfica da usada no interior da narrativa na cor azul, que apesar de se destacar das outras inscrições da página não suscitam os mesmos efeitos, e ao contrário do primeiro remete-se diretamente ao título do livro até pelo uso da mesma cor do objeto.

Imagem 06 - Folha de rosto *O livro dorme*

Fonte: (BOURGEOU; RAMADIER, 2015)

Para contar a história de como é o ritual desse objeto ao dormir, igualmente, os autores utilizaram do paratexto na atribuição de sentido, já que após a folha de rosto é repetida a imagem presente na primeira capa, como se fosse a capa de outro livro que está presente neste livro maior, então, há o título acima em um fundo azul em um tom mais escuro e também há a representação dos olhos com o semblante fechado para mostrar que ele está dormindo, oportunizando a leitura de que dentro do livro há literalmente outro livro que irá contar a história de como é esse ritual da hora do sono. ~~Nisto~~, além do livro contar a história de um livro que dorme, ele também possui, pela materialidade do paratexto, um livro dentro do livro maior para enredar, introduzido por uma perspectiva diferente, a metalinguagem.

Por outro lado, esses elementos paratextuais não são vistos no livro literário do acervo do PNLD. Neste sentido, o livro distribuído para as escolas públicas não apresenta ter a capa do livro dentro do livro maior, já que não possui a duplicidade de representação das capas em primeiro e segundo plano, e possui somente a falsa folha de rosto em cor rosa; assim, falta o paratexto da folha de rosto, que nesta edição não vem mais sozinha e com a mesma qualidade dos papéis. Por outro lado, esses elementos (ou a falta deles), mesmo que simples, podem interferir no efeito estético e na atribuição de sentidos coerentes.

Imagem 07- O livro dentro do *O livro dorme*

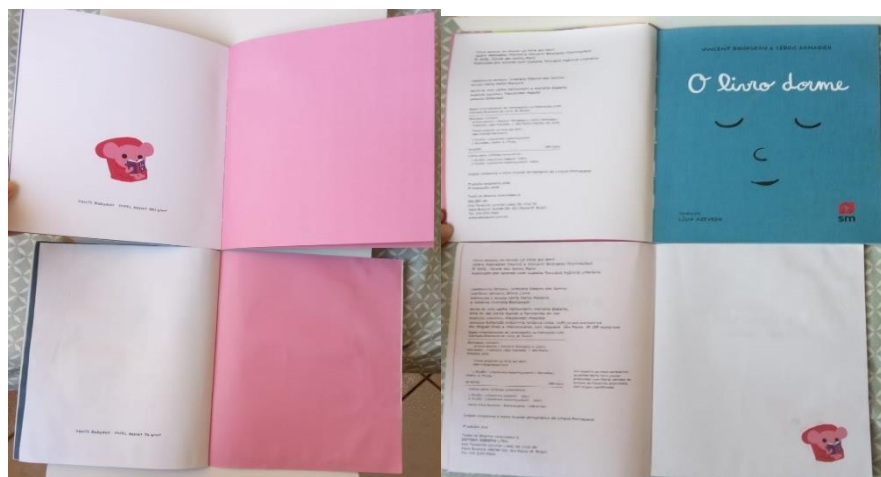
Fonte: BOURGEAU; RAMADIER, 2016)

Além disso, a presença do ratinho narrador também muda de lugar conforme as duas edições do livro. No disponibilizado pelo PNLD, em uma página em branco que substitui a capa fictícia interna do livro, por exemplo, o narrador aparece no começo com o “livrinho” que ele lê para o livro durante a história, indicando que ela se inicia, já que não há os outros paratextos para complementar o enredo. No livro da SM, por outro lado, o ratinho aparece ao final, indiciando novamente a perceber o livro menor dentro do livro maior, como se a história estivesse terminando e aquele livro que ele está lendo sentado é o mesmo que foi apresentado para o leitor infantil, um livro de boa noite.

Seguindo da abertura para o fechamento do livro, na edição para o PNLD manteve-se a página representativa da quarta capa ficcional do livro que está dentro do livro com seu tom de azul mais escuro, se diferenciando do azul usando no interior, no entanto, nesse contexto a presença desse elemento se torna incoerente já que não existe a primeira a página que simboliza capa repetida pela imagem como na edição da SM. Isso aponta a ausência de uma compreensão

dos sentidos dados aos paratextos conforme a organização do projeto gráfico desse objeto, esvaziando-se alguns dos significados de sua elaboração.

Imagem 08 - Posição do narrador



Fonte: (BOURGEAU; RAMADIER, 2018)

Embora com essas diferenças paratextuais importantes, a narrativa se inicia igualmente, assim como todo o texto verbal será idêntico: em folha dupla, de um lado há o ratinho que narra a história, do outro, em fundo azul, há a representação do livro que possui olhos, nariz e boca.

Ao longo da história, o narrador, do lado esquerdo, vai verificando com o leitor as etapas da hora do sono, como se fosse o próprio leitor que estivesse fazendo o livro dormir; para fazer essa indicação o ratinho orienta: “pergunte se já fez xixi”, “conte uma história para ele”, “faça um carinho nele”, “e dê um beijinho bem gostoso” (BOURGEAU; RAMADIER, 2015).

A cada recomendação de ação o narrador muda de posição na página, seja segurando um papel higiênico ao perguntar se ele já foi ao banheiro, apagando a luz quando o livro está quase dormindo, ou dando um beijinho no livro quando solicita ao leitor fazer o mesmo. A figura do livro, presente do lado direito da folha dupla, vai fechando os olhos enquanto as ações são feitas. O azul toma a folha dupla quando o ratinho diz “boa noite”, indicando que o personagem principal adormeceu e que é para o leitor fazer o mesmo, fechando o livro bem devagar. Com os olhos fechados, do mesmo modo que aparece na capa, o livro termina.

Imagem 09 - O jogo nas posições



Fonte:(BOURGEAU; RAMADIER, 2016 - 2018)

Dessa forma, a partir da narrativa o estudante pode reconhecer, através da representação do livro como personagem principal, a sua rotina noturna, mesmo que as situações narradas não sejam as mesmas que ele vivência no dia a dia, tal como reconhecer a atuação de seu responsável, já que a ação feita pelo leitor sobre o livro representa a ação que o responsável tem com ele ao dormir. Neste sentido, o livro, a partir da metáfora, exerce um papel de ser humano na narrativa, buscando produzir no leitor o reconhecimento de si e dos outros.

Ressalta-se que no texto verbal ou nas ilustrações não há menções sobre o tipo de livro que está sendo usado, isto é, se este livro que dorme é um livro literário ou não, todavia, não deixa de produzir sentidos ou de influenciar na leitura, já que ao ler o texto o livro se torna específico, como se ele não fosse para o uso da leitura, mas como se reproduzisse ações humanas como o leitor, produzindo o efeito da metáfora. A partir disso, o estudante pode perceber seu corpo e sentimentos, tal qual reconhecer suas necessidades e relações com os outros a partir de experiências interpessoais e sociais. Por outro lado, em relação ao efeito estético, a percepção sobre esses direcionamentos pode mudar ou não dar margem à interpretação ao considerar a retirada dos paratextos. Assim, ao reduzir a qualidade do livro, o objetivo do programa, de “aprimorar o processo de ensino e aprendizagem com a consequente melhora da qualidade da educação” (BRASIL, 2017) fica comprometido, porque o material está comprometido, do mesmo jeito que não garante o padrão de qualidade do texto e o fomento da

leitura pelo estímulo da atitude investigativa do estudante, tendo em vista que a parte investigativa de perceber o livro dentro do livro maior não vai acontecer por haver uma desconsideração nesse quesito com a retirada paratextual.

A temática abordada neste contexto é a caracterização dos personagens, onde o narrador assume a persona do próprio leitor, agindo como se estivesse colocando o livro para dormir. No entanto, é o rato que desempenha essa função e conduz a história; desse modo, o narrador e o ratinho são entidades duplas, com o ratinho também assumindo o papel de narrador. O cerne desse aspecto reside na interligação entre os dois personagens, evidenciando um duplo papel do ratinho enquanto narrador. Esse fenômeno ilustra a abordagem central do conteúdo, onde, apesar da atratividade estética e da concepção que envolve o livro como uma entidade personificada, o núcleo do enredo é de natureza pedagógica. A obra busca instruir a criança nas etapas do processo de dormir, delineando um modelo comportamental. A reflexão de Perrot (1986) sobre a dualidade entre o aspecto estético e as intenções subjacentes é pertinente nesse contexto, onde a estética superficial do envolvimento pode camuflar uma intenção pedagógica subjacente. Em essência, o livro não se limita à sua estética superficial, mas procura transmitir um conteúdo específico à criança, orientando-a sobre as ações necessárias para que o livro durma. Agora, vamos considerar esses aspectos dentro dos critérios e dimensões:

Crítérios da qualidade do texto verbal

A linguagem verbal se restringe ao uso de palavras utilizadas no cotidiano e que são empregadas na função referencial, dessa forma, embora possua a metáfora que pode levar o leitor a se perceber como o responsável pelo ritual noturno do personagem livro pelo texto visual, o texto verbal busca transmitir dados da realidade de uma maneira direta e objetiva, por considerar a faixa etária. O texto, aliás, se considerar a ação do mediador, permite interpretações sobre as diferenças e semelhanças dos rituais noturnos de cada aluno, mas ao considerar o texto verbal empregado, esse não deixa lacunas para interpretação, por considerar, igualmente, a faixa etária estabelecida. Por esses motivos também, apresenta um vocabulário predominantemente compreensível para os estudantes.

Vale ressaltar, que a escolha da fonte em maiúscula, não é coincidência, já que considerando, novamente, a faixa etária, os estudantes estão em processo de alfabetização. Ao perceber esse aspecto, a educação escolar promove a inserção de letras maiúsculas, para ter relação com o processo de alfabetização. Por outro lado, ao sair da escola, ou acessar a um jornal, ou qualquer tipo de texto e gênero, dificilmente o leitor encontrará escritos em letra maiúscula, se distanciando o que se usa na sociedade com o que se aprende na escola. A letra

maiúscula no texto possui sentido, seja ao indicar começo de frase ou para indicar nome, mas que só vai ser considerado pelo aluno após alfabetizado.

Por fim, percebe-se que o texto verbal conduz o leitor a se reconhecer e reconhecer ação dos seus pais ou responsáveis, mas restringe o vocabulário e a qualidade do material, reduzindo, por consequência, o efeito estético que poderia ser percebido pelo pequeno leitor.

Crítérios de avaliação do texto visual

O texto visual (imagens e/ ou ilustrações) mostra a interação com o texto verbal, e explora recursos como a combinação de cores, mas ao considerar a experiência estética do leitor, ela é reduzida pela retirada dos paratextos, já que este estabelece, quando incluso, a relação entre a cor rosa da segunda capa e falsa folha de rosto com o narrador.

Ao analisar os efeitos gerados pelo componente visual em obras literárias, é importante notar que, embora o livro "O Livro Dorme" não apresente ilustrações explícitas que induzam a múltiplas interpretações, um efeito semelhante é alcançado pela ação progressiva do fechamento dos olhos do livro a cada virada de página, ao seguir a narrativa ritual. Esse recurso pode se assemelhar à ideia de Linden (2011) de que ao fornecer um espaço dedicado à imagem, sua valorização é promovida. Consequentemente, o leitor se envolve alternadamente na observação da imagem e na leitura do texto, ocorrido em uma interação interativa entre os elementos visuais e textuais. Esse encontro entre imagem e texto durante a leitura é uma característica que se destaca na obra em análise.

Ainda corroborando na análise visual de o “O livro dorme”, evocamos Linden (2011, p.68), que expõe a caracterização das imagens do tipo sangrada, que ocupam a página nobre da direita, espaço onde o olhar se detém. Em casos de textos curtos, nas passagens da história, como é o que estamos analisando neste tópico, a autora continua dizendo que “aliás, fica difícil definir se são as imagens que suscitam pausas na leitura do texto ou ao contrário. Resulta daí um ritmo de leitura um tanto vagaroso”.

Crítérios de adequação e tratamento dos temas

Ao considerar a adequação dos temas, “O livro dorme” está apropriado à categoria de faixa etária a que se destina, porém, também estaria adequado a outras faixas etárias dos anos iniciais, já que cada pessoa, independentemente da idade, possui seu ritual na hora de dormir e que pode ser reconhecido pela leitura, por exemplo. Vale ressaltar sobre esses aspectos, por outro lado, que a função literária considerada não seja essa, já que se espera, além da ampliação

de conhecimento sobre os temas baseados na BNCC, uma sensibilização e conhecimento de si e dos outros.

O projeto gráfico editorial

No último item de avaliação, emerge a consideração de que no contexto do livro, a presença tanto de componentes físicos quanto de elementos representativos, abarcando aspectos tanto externos quanto internos ao código, exerce influência notória na configuração formal, mediante a incorporação de temas, motivos e manifestações que repercutem sobre os atributos intrínsecos, inseridos nas páginas do livro (GIRÃO, 2021). Em síntese, a materialização tangível de um livro, mediante a inclusão de seus elementos paratextuais ou a adoção de uma determinada materialidade, representa a concretização de um empreendimento que busca, em certa medida, assegurar a efetiva transmissão das intenções autorais ao leitor no interior da obra.

Dentro dessa perspectiva, atenção é direcionada para o projeto gráfico editorial priorizado pelo programa, em contraposição ao que está disponível no mercado aberto para o público em geral. No entanto, tal elaboração se distancia das expectativas associadas a um livro literário. Isso ocorre devido à falta de atenção aos elementos paratextuais, bem como às escolhas relacionadas aos materiais, tamanho das páginas e sua espessura. Essas decisões afetam a aparência física do livro, afetando a experiência do leitor.

Vale notar que, ao experimentar o design, a organização dos elementos paratextuais desempenha um papel fundamental, não apenas na apresentação convencional do livro, mas também na sua presença e proteção, garantindo assim a sua recepção e consumo. Isso se alinha ao ponto destacado por Genette (2009, p. 9, grifos do autor), pois tais elementos serve “exatamente para apresentá-lo, no sentido habitual do verbo, mas também em seu sentido mais forte: para torná-lo presente, para garantir sua presença no mundo, sua ‘recepção’ e seu consumo, sob a forma, pelo menos hoje, de um livro.”.

Num contexto mais amplo, ao seguir os critérios do programa e considerar as orientações fornecidas na avaliação, o livro é classificado como literário e visto como capaz de enriquecimento humano, apesar da exclusão de partes que contribuiriam para uma compreensão literária mais profunda. No entanto, o programa parece não integrar efetivamente a perspectiva do leitor que pertence à categoria 2, aquele que se envolve ativamente e é capaz de apreender o texto em sua totalidade. Além disso, a influência do professor na abordagem da obra também pode moldar a interpretação da mesma, alterando a compreensão do papel do livro dentro do contexto literário, passando de uma representação metafórica da condição humana para uma interpretação mais literal.

É importante destacar que, além das características inerentes à obra que enfatizam sua qualidade literária tanto no aspecto textual quanto no visual, o papel do professor exerce influência semelhante. Nesse sentido, ao considerar os pontos discutidos acima, surge uma preocupação significativa sobre o potencial aumento das desigualdades sociais entre estudantes de escolas públicas. Esses alunos conseguem acessar a um produto de qualidade inferior em comparação com os livros disponíveis no mercado, comercializados por editoras fora do programa, provavelmente adquiridos por uma parcela mais privilegiada da população.

5.3.2 O livro que lê gente

O próximo livro literário é “O livro que lê gente” do autor Alexandre Castro Gomes e ilustrado por Cris Alhadeff. Publicado pela Editora Cortez, possui 24 páginas com 21x 28 de dimensão e foi encadernado em brochura. Está incluso na categoria 5, momento em que as temáticas se ampliam, pois se trata de livros destinados a alunos maiores, dos anos finais do Ensino Fundamental I. Assim, temos os seguintes temas:

Quadro 06 - Categoria 5 (4º e 5º anos do Ensino Fundamental)

TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Autoconhecimento, sentimentos e emoções	Percepção do corpo, construção da identidade e processos de amadurecimento, bem como a relação de personagens/sujeitos líricos com suas emoções e sentimentos, tais como o amor, a alegria, o luto e a dor.
Família, amigos e escola	Personagens que estejam em interação com o mundo que lhe é imediato, na relação com família, amigos e professores, permitindo a construção de percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro
O mundo natural e social	Das descobertas e relações pessoais a esferas mais amplas, como a cidade, o meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo. Devem-se destacar contextos regionais e locais.
Encontros com a diferença	A descoberta e o contato entre diferentes esferas culturais, sociais, geográficas etc., bem como entre indivíduos de diferentes etnias, raças e/ou o encontro com pessoas com deficiências. Na interação com a diferença, deve-se destacar a necessidade de atitude respeitosa e convívio pacífico.
Diversão e aventura	Ir além da realidade imediata da criança e estimular a imaginação e o envolvimento com a leitura, tanto pelo trabalho com a linguagem quanto pelo desenvolvimento da narrativa.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

Fonte: Guia, PNLD, 2018.

Além de ser escolhido pelo PNLD Literário 2018, ele recebeu o Selo Distinção Cátedra 10, de excelência em Literatura infantil e juvenil, sendo uma premiação que contempla os 10 melhores livros infantis e juvenis lançados no Brasil em 2016, como também foi selecionado

para compor o acervo básico da FNLIJ e para o kit 2021 da Prefeitura Municipal de Rio Largo, Alagoas.

Imagem 10 – Capa *O livro que lê gente* - Editora Cortez



Fonte: (GOMES, 2016)

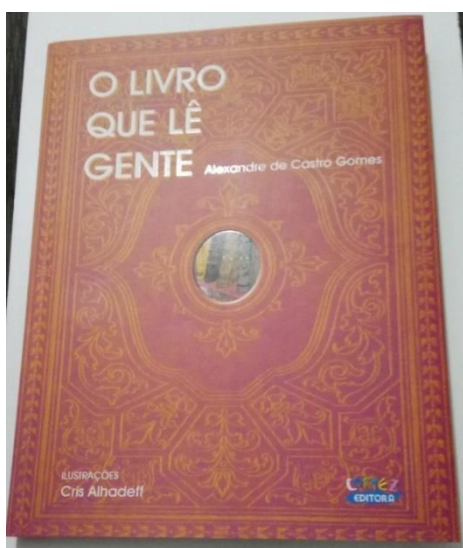
Em *O Livro que lê gente* (1073L18602-ct. 5), a narrativa é formada em uma biblioteca pública, num lugar muito comum aos livros: a prateleira. Dessa forma, o enredo versa sobre um livro considerado velho e que de tanto ele ficar parado na prateleira, em uma inversão de papéis, começa a ler as pessoas que chegam à biblioteca, enxergando a diversidade de cada um e descobrindo as histórias que elas têm para contar.

A história, ao fazer esse enredo, toca em diferentes estilos de leitura, bem como discorre sobre a passagem do tempo e o envelhecimento. Interessante notar, aliás, que coincidência ou não, encontramos um livro para cada categoria/idade do ensino fundamental da edição de 2018. Assim, no intuito de levar o professor/ mediador a perceber as potencialidades desse objeto físico de leitura, começaremos abordando a capa, um dos primeiros aspectos a serem considerados em um livro, já que nela pode conter informações que guiará o leitor e atribuir sentidos, ora permitindo a narrativa começar por este elemento (NIKOLAJEVA, 2011).

A capa do livro de Alexandre de Castro Gomes, a partir da brochura, possui uma materialidade que dialoga com o texto, mas, por outro lado, é diferente do que é distribuído pelo PNLD. O próprio livro “O livro que lê gente”, assim, poderia ser evocado no momento da leitura que o estudante percebesse a materialidade dos livros que estão sendo apresentados na narrativa, isto é, seu suporte, tamanho e material, tendo em vista que a materialidade escolhida para o livro físico acessado pelo leitor provoca a sensação de que o livro é antigo e grande, à semelhança dos livros encontrados no miolo, algo que não ocorrerá pelo livro distribuído, já que eles não consideraram esses elementos para compor a história.

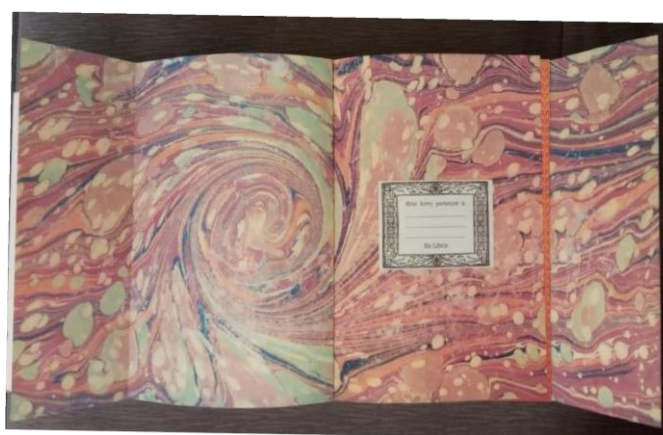
Ainda sobre a capa, no livro que pode ser adquirido fora do ambiente escolar, podemos observar que o papel fosco utilizado na capa entra em contraste com um elemento no centro da folha que contém uma textura diferenciada lembrando uma plastificação e que se parece com uma espécie de lupa ou espelho, que nos convida a perceber como um lugar para “espiar” “olhar” o que vai ser contado dentro desse livro, já que nesse reflexo há dois livros que vão ser encontrados no miolo, antecipando a leitura e oportunizando inferências. Também as letras do título, nomes do autor, ilustrador e editora estão em sutil alto-relevo podendo ser sentido pelo toque se diferenciando da textura da capa fosca e lisa. Porém, pelo programa ter modificado a materialidade da capa, o que antes provocava um reflexo, no livro distribuído isso não é percebido, ficando apenas como uma imagem para ser visualizada e não tocada.

Imagem 11: Capa do livro



Fonte: (GOMES, 2016)

Imagem 12: Paratextos dos livros *O livro que lê gente*



Fonte: (GOMES, 2016)

Os paratextos do livro, também carregam sentidos que podem ser suscitados, começando pela segunda capa e falsa folha de rosto que está pintada de vermelho vinho, assim como a capa (ou primeira capa), acompanhado das orelhas que além de contar com informações sobre o autor

e ilustrador, quando abertas contribuem para uma experiência visual que pode ser vista como um chamado a imergir no interior do livro, a propósito as cores usadas são as tonalidades das imagens apresentadas durante a narrativa. O que não é mantido na edição do PNLD como vemos nas imagens comparativas abaixo.

Imagem 13 - Mudanças dos paratextos *O livro que lê gente*



Fonte: (GOMES, 2016)

Imagem 14 – Capas com e sem orelhas



Fonte: (GOMES, 2016)

Antes de começar, aliás, na folha de rosto há a imagem de um gato que ao invés de ter pelos e listras, seu corpo é feito de papel numa cor acinzentada que pode lembrar um papel jornal, ou livros antigos; esses elementos, inclusive, vão se alternando, modificando a escrita disposta no corpo do felino, sugerindo uma passagem na história ou de vários livros; a imagem, neste sentido, convida o leitor a entrar no livro, assim como os paratextos em vermelho vinho.

O animal, por sua vez, irá aparecer mais vezes na narrativa, podendo suscitar alguns sentidos diferentes, ou seja, pode ser percebido como narrador, percebido como um livro que fora reciclado e que agora toma outra forma, ou mesmo como Aladim, que narra e acompanha a sua história nesse ponto lembra também o narrador ratinho de “O livro dorme”. No caso da obra inscrita no PNLD, esse paratexto se mantém e parece indicar que o gato é o elemento virador da página.

A narrativa se inicia em uma biblioteca, na mais alta prateleira da maior estante, lugar em que repousam alguns livros. Estar no patamar mais alto de uma estante no caso deles não é

nada bom, já que não está ao alcance dos olhos e das mãos das personagens crianças representadas pelo texto visual, e se não está ao alcance, serão dificilmente emprestados e lidos. Este é o caso de Pinóquio e Aladim, dois livros que se encontram nesse patamar e que agora dividem sua história. Um deles estava bem usado: capa solta, com traças, bordas das páginas amareladas, estava ali há muito tempo. O outro, por mais que não era tão velho assim, também não era novo, mas não pensava que fosse terminar na última prateleira tão cedo. “O mais velho chamava-se Aladim e o mais novo, Pinóquio” (GOMES, 2016, p. 7).

A partir desse encontro, Pinóquio, o recém-chegado, questionou o mais velho sobre o que iria acontecer com ele, como também qual era a rotina que seguiam. As respostas podem não ter sido o que ele esperava, embora tenha ficado aliviado já que uma vez lhe contaram que os livros foram queimados em fogueiras: “Bem, segundo um velho dicionário que conheci, ficamos um tempo por aqui até sermos levados para reciclagem. Novas histórias são impressas, e voltamos como livros novos”; [...] “Bem, nós aqui não saímos muito. Eu e meus colegas - apontou Aladim com o olhar para os livros que cochilavam - contamos nossas histórias uns para os outros antes de dormir.” (GOMES, 2016, p. 7-8).

Pela forma como a narrativa é contada, além de ser possível a visualização mental dos acontecimentos a partir da descrição dos movimentos, é possível fazer a conexão entre os livros velhos ou velhos livros. O próprio design de *O livro que lê genteremonta* a abordagem relativa ao livro de caráter antigo está intrinsecamente relacionada à concepção de um exemplar que se destina à leitura de livros físicos. Este exemplar é meticulosamente projetado como um livro que reflete características de antiguidade, sendo dotado de lombada e guarnições elaboradas a partir de um processo de impressão singular, onde cada exemplar é feito de maneira única e não repetitiva. Vale ressaltar que os livros considerados velhos na narrativa podem ser chamados de clássicos da literatura infantil, aproximando do público-alvo leitor, ao mesmo tempo que possibilita conexões e o pensar sobre. Nisto, são os livros como de Aladim, Pinóquio, Saci, Cinderela, Alice e Pequeno Príncipe que estão acima de todos nas prateleiras superiores. Essa situação, embora evidencie o descaso com os livros, também abre uma oportunidade na narrativa: a da experiência sobre a leitura, nesse caso, leitura sobre pessoas.

[...] Mas durante o dia? O que há para fazer?

Eles cochilam. Eu gosto de ler.

Livros?

Não. Eu gosto de ler gente. Cada um que entra nesta biblioteca. E daqui de cima podemos ler todo mundo.

Ler pessoas? Como? Não dá! Elas não têm palavras escritas nem páginas para virar (GOMES, 2016, p. 8)

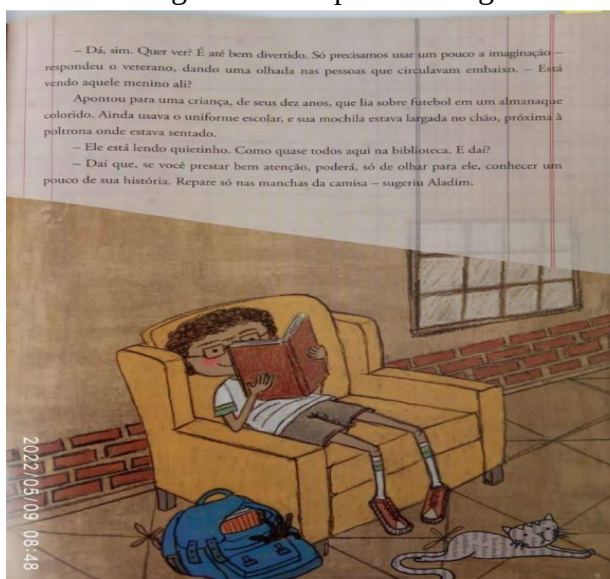
E é dessa forma que Aladim ensina a Pinóquio a perceber as pessoas, suas características e histórias que elas têm para contar a partir do que carregam, vestem e expressam. A leitura, sendo assim, seja de livros ou gente, é vista como algo que você pode observar, ler diversas vezes, que pode ser divertido e te levar para reinos distantes. Na narrativa, podemos perceber esses detalhes quando Aladim começa a ensinar seu novo amigo, seja ao apontar e ler uma criança de dez anos, a perceber a bibliotecária que ama alguém que está distante, ou ao observar a menina que gosta de vampiros.

Imagem 16 - O livro lendo



Fonte: (GOMES, 2016)

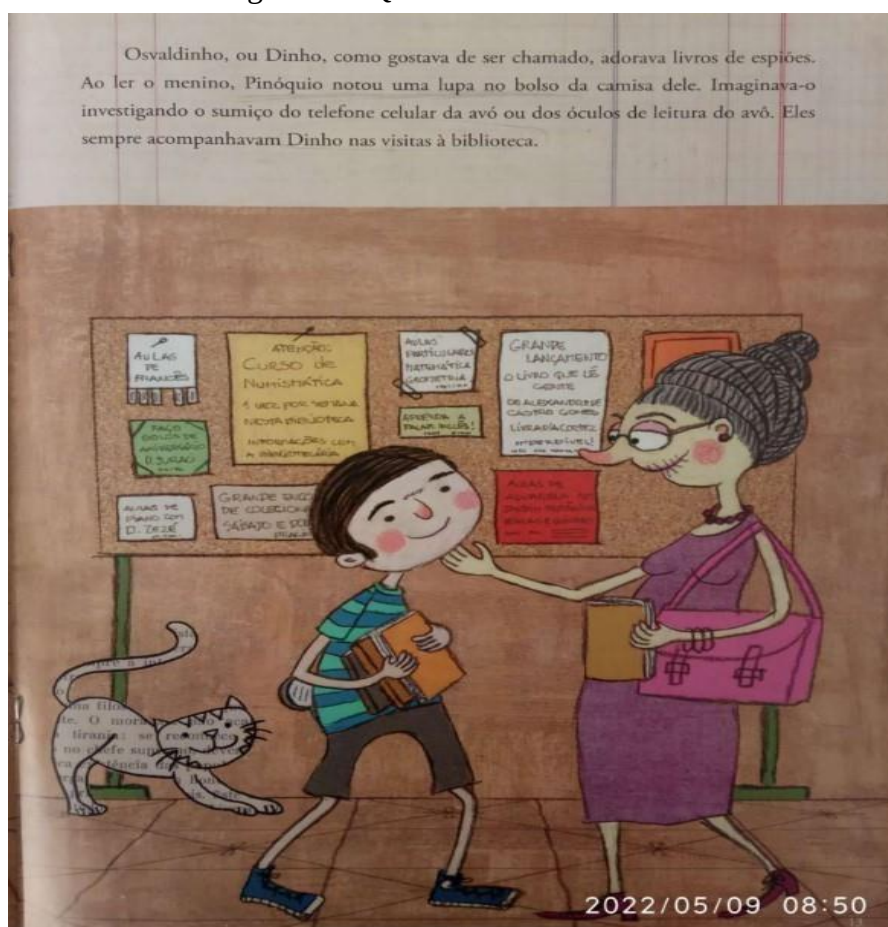
Imagem 17 – Expressão do gato



Fonte: (GOMES, 2016)

Dessa forma, o texto verbal e visual ora contam a mesma história e hora se contrapõem e isso pode ser observado pela imagem do gato, que muda de lugar pelas páginas (canto inferior direito), assim como sua expressão ou mesmo pelos recados que estão presentes na biblioteca. Vale o adendo que este ambiente está sendo representado de formas diferentes dos outros livros literários analisados, já que enquanto as outras traziam pelo texto visual imagens de crianças, animais e pais lendo, aqui nós vemos uma biblioteca que não contém essas características, mas possui um quadro de informações que dialogam com a história e que remete à vida social dos seres humanos; nisto, podemos ver recados como: “Aulas de Francês”, “Faço bolos de Aniversário”, “Aulas de Piano”, “Grande lançamento: O livro que lê gente de Alexandre Castro Gomes, livraria Cortez, imperdível!” (GOMES, 2026, p. 13).

Imagem 18 - Quadro de avisos na biblioteca



Fonte: (GOMES, 2016)

No decorrer das narrativas (visual e verbal), chega um momento que Aladim é retirado da prateleira, seu amigo o espera, mas anos se passam e ele não voltou; pouco a pouco, Pinóquio

foi se despedindo de outros amigos, e a partir de agora, em contato com os novos livros velhos que chegavam, passa para frente o que aprendeu com Aladim e ensina todos a lerem gente. Mas o tempo também foi passando por ele e ele se viu ficando amarelado, os grampos enferrujados e as traças em seu miolo.

À vista disso, podemos dizer que o tema escolhido para esse livro pode transitar por quase toda categoria 5: seja ao considerar a construção da identidade e processos de amadurecimento, ao permitir a construção de percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro ou ao estimar a imaginação e o envolvimento com a leitura. Nesse âmbito, o papel desempenhado pelo livro na narrativa assume a função de uma representação metafórica, simbolizando tanto indivíduos quanto o próprio objeto de leitura, os quais são caracterizados por terem sido percebidos como obsoletos ou ultrapassados. Por outro lado, a prática da leitura, enquanto ação, é concebida como algo suscetível a ser revisitado, examinado, fonte de prazer e capaz de adquirir uma natureza mutável ao longo do tempo.

CrITÉRIOS da qualidade do texto verbal

O texto, que está escrito consoante ao gênero literário narrativo, não se restringe a palavras utilizadas no cotidiano na ênfase referencial, apresentando um vocabulário compreensível, como também emprega com qualidade algumas figuras de linguagem como a metáfora e hipérbole, seja ao empregar a comparação implícita com o ser humano ou conter passagens “Na mais alta prateleira da maior estante”, o texto pode ser caracterizado pela polissemia, permitindo aos estudantes elaborarem diferentes leituras e ao professor conduzir um debate sobre as diferenças de pontos de vistas.

CrITÉRIOS de avaliação do texto visual

No que diz respeito à avaliação do texto visual, as ilustrações e imagens presentes contribuem com a experiência estética do leitor, do mesmo modo que oportuniza a interação das imagens, por outro lado, poderia haver mais aprofundamento nas ilustrações, já que normalmente a imagem vem para representar o texto escrito, enquanto poderia contrapor, dizer uma história diferente ou complementar, vale ressaltar, aliás e novamente, que a remoção dos elementos como os paratextos como o reflexo na capa, tem um certo impacto nas maneiras pelas quais os estudantes podem se envolver com o livro em si. Acredito que isso pode levar a abordagens de leitura diferentes, embora não necessariamente menos enriquecedoras. Apesar das omissões, é importante considerar que a narrativa principal continua intacta. Portanto, o

texto verbal e visual ainda mantém sua significância, especialmente quando comparado a outras obras.

O texto também aborda, em parte, os elementos visuais, incluindo a aplicação de recursos como a combinação de cores e enquadramentos. Um exemplo do uso do recurso de enquadramento pode ser observado na página 19, em que é retratada a tristeza de Pinóquio devido à partida de seus amigos, bem como na página 14, ao abordar Dona Anita, a bibliotecária.

Em relação às ilustrações e suas possibilidades interpretativas, a obra destaca parcialmente a figura do gato que se transforma à medida que as páginas são viradas, isso, de forma limitada, ressalta a interação das imagens que estimulam a imaginação do leitor. Entretanto, é importante notar que essa abordagem é parcial, visto que apenas alguns elementos visuais podem efetivamente fornecer essa multiplicidade de significados.

Critérios de adequação e tratamento dos temas

A abordagem dos temas presentes na obra, que se caracteriza como um livro literário, demonstra uma orientação ao público ao qual se destina. Da mesma forma, ao contemplar a presença de uma variedade de livros e ao fundamentar a narrativa em torno do conceito de "antigo", são criadas oportunidades para o embate entre perspectivas divergentes. Nesse contexto, a visão infantil se contrapõe à concepção de obsolescência. Além disso, a capacidade da obra em explorar múltiplos temas contribui para a solidificação e expansão do conhecimento prévio do aluno em relação ao tópico em questão.

O projeto gráfico editorial

O projeto gráfico editorial contém prefácio e apresentação que contextualiza o autor e obra, assim, igualmente, também favorece a leitura, já que sua forma de diagramação, relação texto e imagens, capa e contracapa (quarta capa) contribuem significativamente com as atribuições de sentido.

Vale ressaltar, que o programa na ficha de avaliação, considera apenas a capa e/ou contracapa como elementos que contribuem com a mobilização do interlocutor, não direcionando nenhuma pergunta ou menção acerca dos outros paratextos como a falsa folha de rosto, a dedicatória, orelhas, guardas ou folha de rosto. Neste caso, apesar de perder muito de seu significado potencial na edição que pode ser comprada no mercado aberto fora do edital, o livro do PNLD carrega potencialidades, que são empregadas e auxiliam na compreensão do

texto, ideia principal e tema, do mesmo modo que contribuem para a produção de diversos sentidos e relações.

Esta obra destaca-se por oferecer uma maior abertura à análise a partir da perspectiva da narrativa, que é feita de maneira a fornecer espaços estéticos destinados aos envolvimento ativos por parte do leitor. Isso se diferencia das demais obras, que apresentam uma abordagem mais direta e instrutiva.

5.3.3 Procura-se! Carlinhos Coelho, o ladrão de livros

O próximo livro: “Procura-se! Carlinhos Coelho, o Ladrão de Livros” (0266118602-cat. 3), contemplado pela Editora VR, essa descrição refere-se ao livro físico que pode ser acessado pelo público no mercado aberto. Cumpre ressaltar que estamos cientes da existência de diferentes volumes presentes em outra edição. No entanto, vale a pena observar que a dificuldade em acessar esses dois exemplares pode ser atribuída a eventual ausência de seleção por parte dos docentes de nossa região, visto que a escolha foi mediada pela Guia. Além disso, é pertinente mencionar a presença de uma versão mais adaptada ao público brasileiro (particularmente aquela disponível para o público em geral, excluindo-se a distribuição por meio dos editais do programa).

No Guia ele é destinado à categoria 3, pré-escola, nesta categoria, algumas temáticas se repetem da categoria 2 e outras são inseridas. Vejamos:

Quadro 07- Categoria 3 (Pré-escola):

TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Descoberta de si	Percepção do corpo (sentidos, movimentos e gestos), explorando suas diferentes formas, necessidades, limites, habilidades e suas relações com o outro.
Família, amigos e escola	Primeiras experiências interpessoais e sociais das crianças, permitindo a exploração de sentimentos, o encontro com a diversidade e a construção de percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro.
O mundo natural e social	Das descobertas e relações pessoais à cidade, ao meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo. Considerando-se a adequação à faixa etária, devem ser destacados temas que estimulem o respeito ao outro e o reconhecimento da diferença.
Diversão e aventura	Ir além da realidade imediata da criança e estimular a imaginação e o envolvimento com a leitura, tanto pelo trabalho com a linguagem quanto pelo desenvolvimento da narrativa.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

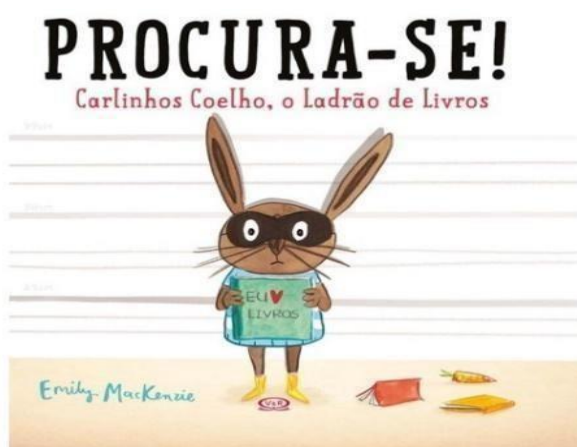
Fonte: Guia, PNLD, 2018.

A história de Carlinhos pode referir-se tanto ao tema “Diversão e aventura”, como a outros temas, considerados livres. Assim, o texto que pode ser escolhido pelo professor, possui o objeto de ir além da realidade imediata do estudante, estimulando sua imaginação e envolvimento com a leitura, considerando o respeito ao próximo e a linguagem destinada pela faixa etária.

Assim sendo, trata-se de uma história de um coelho leitor, que, enquanto as pessoas dormiam, aproveitava para entrar nas casas para ler, o problema é que Carlinhos ama livros de uma forma tão descontrolada que logo não se contentava em somente realizar a leitura e começou a levar os livros para casa.

Certo dia ele encontrou o lugar dos sonhos: as estantes de Arthur. Arthur era um menino que também adora ler e que começou a perceber os sumiços de seus livros preferidos. Após uma emboscada do menino, Carlinhos é pego e indiciado por captura de romances, saques de dicionários, furtos de poesias e desvio de livros de culinária e de histórias em quadrinhos. Carlinhos Coelho, foi preso, se livra dos crimes cometidos após Arthur se compadecer; para a surpresa de todos, ou não, ao retirá-lo da prisão vão direto para a biblioteca.

Imagem 19 - Procura-se! Carlinhos Coelho, o Ladrão de Livros



Fonte: Mackenzie, 2014

Na capa (ou primeira capa), observamos um coelho segurando um livro físico com uma frase que deixa claro que ama livros: “Eu <3 livros”, oportunizando inferir que este é o Carlinhos que está sendo procurado. No que se refere a esse aspecto e àquilo que o título da obra sugere, o destaque conferido à expressão “Procura-se” imediatamente evoca a conexão com a possibilidade de um delito ter sido perpetrado. Contudo, torna-se evidente que o título desempenha um papel mais substancial nesse contexto, não somente por servir como um

preâmbulo para a narrativa, mas também por conferir um epíteto ao próprio objeto material do livro.

Consequentemente, surgem oportunidades para a expansão semântica, exemplificadas na capa que suscitam a dedução de uma cena em uma delegacia onde Carlinhos é registrado. Notavelmente, ao optar por segurar um número, um símbolo tradicionalmente associado aos detentores, ele empunha um livro, o qual o identifica simultaneamente como um ladrão de livros, acentuando a alusão ao título da criação de Mackenzie e como um apreciador da leitura.

Carlinhos Coelho não é um ladrão comum, que rouba celulares, joias, dinheiro, notebooks, computadores ou tablets, trata-se de um ladrão específico, ou, melhor dizendo, especial, cujo crime é roubar livros; nisto, ele não esboça querer apenas um tipo de livro: pode ser de receita, de literatura, dicionário e muitos outros. Assim, ao assumir gostar dos livros ao ponto de roubá-los, surge a ideia de valoração, isto é, de que cada suporte tem seu valor, tal qual como objeto de consumo.

Imagem 20 -Sonhos de Carlinhos



Fonte: Mackenzie, 2014

Isto posto, a narrativa conta sobre um coelho que diferente de outros coelhos que sonham “[...] com alfaces e cenouras, [...] campos floridos e suculentos dentes-de-leão”, sonha com livros. Ao considerar esses aspectos o protagonista, ao “sonhar com livros” pode ser compreendido de forma literal ou figurativa na história, o fato é que para ele o livro é bem mais do que apenas um suporte de leitura onde ele acessa textos e histórias, ampliando a figura do leitor, que remete aquele que coleciona obras raras, o bibliófilo, ou remeter-se à ideia de bibliofilia.

Nesse sentido, a narrativa coloca o livro como um objeto de valor considerável, a ponto de justificar um ato de roubo que impulsionou o enredo em direção a um incidente policial,

culminando na denúncia e detenção de um coelho por furto. Embora o Coelho tenha roubado vários tipos de livros e gêneros, a emboscada acontece porque não se trata de qualquer livro, se postula uma possível áurea de sacralidade incitando o conflito da história por ser um livro grande, tanto no físico, como na importância que ele tem para o dono/menino.

A leitura está totalmente associada às relações que se estabelecem em torno do livro, já que para o protagonista não é importante a diferenciação entre “ele ama ler ou ama livros”. Os objetos de leitura são apresentados como preferencial, não vemos um coelho que se detém a leitura de placas, jornais, livros digitais, e-mails etc., ou seja, à leitura em outros suportes, mas ele é destacado como leitor de apenas um suporte, como “vício”, correspondente com o amor excessivo que ele tem por livros.

Carlinhos tem o hábito de organizar e classificar as leituras que já fez, que precisa ou que quer fazer. Esse ponto da narrativa nos mostra sua ação de dar uma função para cada livro que ele lê. Observa-se nas listas, por exemplo, referências à literatura infantil considerada clássica “Alice no país das cenourilhas”, “Reinações de Coelhoinho”, “A volta ao campo em 80 dias” o que nos sugere o direcionamento da atenção do leitor, seja ao atualizar o conhecimento prévio para que em próximas leituras possa conhecer os livros citados e fazer uma conexão, ou para uma exaltação à geração que leu os textos em livros físicos, trazendo à memória do leitor a demarcação de um tempo histórico anterior.

Essa primeira parte da história explicita a funcionalidade das leituras que o Carlinhos faz. Nota-se que geralmente essas leituras são individuais, oportunizando evocar a questão da leitura silenciosa junto à escrita, como um dos avanços, favoráveis à ascensão do livro tornando-se um suporte privilegiado nesse aspecto, mas principalmente tornando sua presença física totalmente ligado ao indivíduo em uma relação de intimidade (MELOT, 2012).

Para Chartier (2009, p. 131) sobre a leitura silenciosa, por sua vez,

Para quem pode praticá-la, a leitura silenciosa abre horizontes inéditos. Primeiro transformou radicalmente o trabalho intelectual, que na essência se tornou um ato de intimidade individual, uma confrontação pessoal com textos sempre mais numerosos, uma memorização e um sistema de remissivas visualmente assinalada nos livros. Depois permitiu um fervor mais pessoal, uma devoção mais privada, outra relação com o sagrado além daquela regulamentada pelas disciplinas e mediações eclesiais.

Carlinhos é, portanto, um leitor solitário, isto é, que ganha autonomia quando tem um livro na mão e que se caracteriza como autônomo já que cria as próprias listas com as necessidades específicas, como: “para falar com a mamãe”; essa ação nos leva a perceber que

não é a mãe que faz a leitura para o filho, mas o próprio Carlinhos que após ler silenciosamente tem uma coleção de textos para conversar com ela.

Vale ressaltar, além disso, que poderia ter-se escolhido qualquer adjetivo como “adorava ou gostava” para representar sua feição pelos livros, mas o autor escolhe dar destaque ao verbo amar, do começo ao fim do livro, situando uma relação íntima de afeto, muito mais do que uma relação de interesses e aquisição de conhecimento, assim, o que Carlinhos desenvolve com os livros caracteriza-se em uma relação de amor.

Imagem 21- As listas de leitura do Carlinhos



Fonte: Mackenzie, 2014

Sem entrar nas discussões das concepções de leituras em sua amplitude, reconhecemos o fato de o texto nos dizer que o Coelho “amava aprender palavras novas”, o texto também deixa claro que “Ele amava o cheiro dos livros e o barulho das páginas virando”.

Se refletirmos na caracterização de um assíduo leitor, basta-lhe o domínio da linguagem escrita e seu desejo por devorar textos independentes de seu suporte, pois o que lhe importa é o acesso à escrita, o que se difere do caso de Carlinhos, cuja relação amorosa com o objeto livro, não se constitui apenas por meio das palavras, mas também por meio do tato, da audição e até do olfato, exigindo a forma física do livro contendo suas páginas e seu cheiro.

Imagem 22 - Carlinhos lendo sozinho



Fonte: Mackenzie, 2014

A partir desse ponto, o autor vai deixando de lado esse foco no leitor e nas relações mais direcionadas à leitura, ao passo que se voltará ao que podemos chamar de uma exaltação ao livro físico através do dilema que Carlinhos viverá devido a seu amor, que começa a se tornar proibido. O marco dessa passagem de perspectiva da narrativa ocorre com a revelação de que “O Carlinhos não só lia livros. Ele levava os livros para casa!” (MACKENZIE, 2014). Destaca-se, então, o ato de “levar”, “pegar”, ter o livro em mãos como princípio essencial na culminância da experiência de Carlinhos com o livro, o qual não concentra sua importância por conteúdo ou texto que carrega, mas principalmente pela possibilidade de uma relação íntima de afeto.

Outro ponto, é que durante a narrativa evidencia-se que Carlinhos não se prende apenas à leitura de literatura, pois o texto deixa claro que Carlinhos “saía de mansinho com histórias em quadrinhos, livros de culinária, dicionários, capturava romances, surrupiava poesias”. Com certeza, importa para ele o conteúdo, afinal ele dá funcionalidade às suas leituras, contanto que esses conteúdos estejam preferencialmente em um livro físico e isso se comprova no fato de que em nenhum momento Carlinhos ou outros personagens aparecem lendo em outro suporte. Carlinhos é aquele que se precisar de uma receita provavelmente buscará um livro de culinária ao invés de acessar *on-line*, contradizendo a realidade onde o acesso à essas informações estão a um clique.

Outro aspecto são expressões como: “O Carlinhos nunca teve *tantos* livros para ler, e estava muito orgulhoso de si mesmo.” cuja palavra *tantos* aparece mais uma vez com destaque na fonte, para chamar a atenção para a quantidade de livros, o motivo da felicidade e orgulho

por estar cercado de montanhas de objetos empilhados ou espalhados, considerando, igualmente, os não lidos, como pode ocorrer com muitos portadores desses suportes (MELOT, 2012). Por outro lado, Carlinhos é apresentado como um eufórico por ler na mesma rapidez que come uma cenoura, manifestando a inquietude criada pela paixão de acumular e a obsessão da leitura, se diferenciando dos outros coelhos, já que não comia cenoura, “comia” livros.

Ao entrar em cena um novo personagem, o “Arthur”, um garoto que possui “prateleiras *despencando*” e “estantes *lotadas*” de livros, será pela quantidade de livros diminuindo de suas prateleiras que ele verificará algo de errado, até que finalmente descobre que seu “livro favorito de todos os tempos” desapareceu.

Nessa passagem se inicia o conflito central da narrativa, no qual Arthur tenta descobrir quem roubou o tal *O Maior Livro de Monstros de Todos os Tempos*, que não era o maior só pelo título, mas por considerar, do mesmo modo, o aspecto emocional e material. Assim, nota-se que o objeto do conflito da história é propositalmente um livro físico de fato grande, provavelmente de capa dura pelo modo como Carlinhos o segura; ainda na capa temos um efeito elaborado para causar a impressão de que os monstros estavam saindo do livro e os detalhes nos cantos da capa na cor amarela imitam um dourado, nos remetendo a cantoneiras ou protetores de livro em metal. Ao que parece, além disso, o grande livro possui uma lombada detalhada em um corte de tecido vermelho, separado pela linha do retângulo amarelo que compõe o centro da capa e que se estende até a quarta capa (contracapa) recobrindo-a. Sobre esses aspectos, vale ressaltar que,

No passado, as encadernações dos livros eram mantidas por um sistema complicado de fios cosidos sobre os cadernos, o que os deixava salientes no dorso. Estas saliências dos nervos marcaram linhas horizontais paralelas, deixando-as bem visíveis sob a cobertura de couro. As técnicas de encadernação há muito tornaram desnecessárias estas saliências, as quais, entretanto, continuam marcadas por aquilo que os encadernadores chamam “falsos nervos”. Os falsos-nervos são elementos decorativos sem função utilitária (pois não se pode crer que sua única justificativa seja a de proteger a peça de título que eles enquadram) aos quais os bibliófilos são curiosamente apegados. Eles guardam vida longa pelo simples fato de acentuar a unidade física do livro. (MELOT, 2012, p. 57)

Todos esses elementos nos fazem crer que o livro desaparecido nada mais é do que uma edição de luxo muito valiosa para Arthur e que nos faz lembrar de edições muito singulares, como os livros sagrados.

Imagem 23 - O maior livro de monstros de todos os tempos

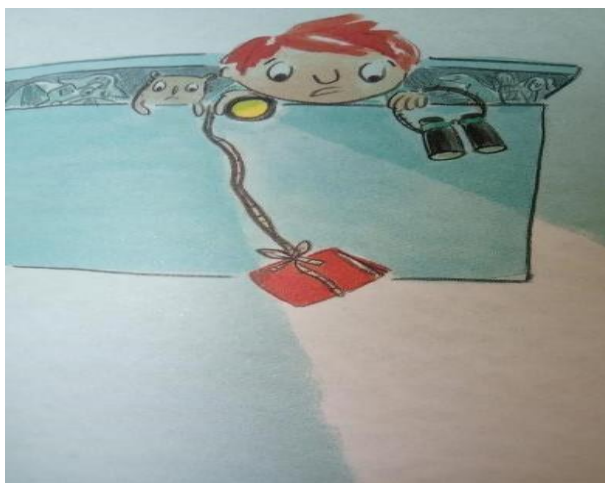


Fonte: Mackenzie, 2014

Arthur, o personagem que ajuda avançar a narrativa, decide investigar quem anda roubando seus livros, e dentre os materiais de investigação, além de seu binóculo, lanterna, câmera, se prepara com uma isca para atrair o ladrão para sua armadilha: um livro. Temos aqui uma imagem de certa forma emblemática, em que o livro é usado como uma isca para pegar um amante de livros.

Arthur consegue descobrir quem é o ladrão, porém, não tem sucesso na empreitada de capturá-lo, decidindo contar a sua mãe e a sua professora, as quais não acreditam que um coelho esteja envolvido em um roubo de livros.

Imagem 24 - Um Livro de isca para Carlinhos



Fonte: Mackenzie, 2014

Só resta ao menino fazer o que se faz quando somos roubados: uma denúncia na delegacia. Ao registrar a queixa, assim como sua mãe e professora, inicialmente Pomposo, o policial, não acredita na história. Entretanto, naquela mesma noite para a surpresa da autoridade que acabara de rir de Arthur, e para a infelicidade de Carlinhos que acabou de encontrar “[...] outra casa cheinha de livros”, a denúncia se confirmou e o coelho ladrão foi pego no flagra surrupiando os livros de Pomposo, algo que ele não esperava. O policial liga para Arthur avisando-o do procedimento de reconhecimento do “meliante”. Arthur estava muito feliz, pois pensava ser “Moleza” encontrar um coelho com uma camisa dizendo que ama livros.

É importante atentar novamente para o fato de a casa do Policial Pomposo estar “cheinha de livros”, sendo que a aparição de lugares do livro (estantes, prateleiras) são frequentemente evocadas durante toda a narrativa, que mais tarde ganhará um lugar específico e conclusivo que é a biblioteca.

Imagem 25 - A emboscada



Fonte: Mackenzie, 2014.

No entanto, contrariando suas expectativas, tal reconhecimento não foi tão simples, pois havia muitos coelhos com a mesma camiseta. Podemos inferir aqui, que todos os coelhos pertenciam a alguma comunidade leitora cuja camiseta lhes era comum e que existem muitas pessoas que amam livros, que valorizam a leitura em si, mas que existem aqueles mesmo que em uma minoria (Carlinhos), que de uma maneira muito peculiar amam estar em contato com o livro físico, apreciam e preferem essa relação intrapessoal com esses objetos.

Imagem 26 - Na prisão



Fonte: Mackenzie, 2014.

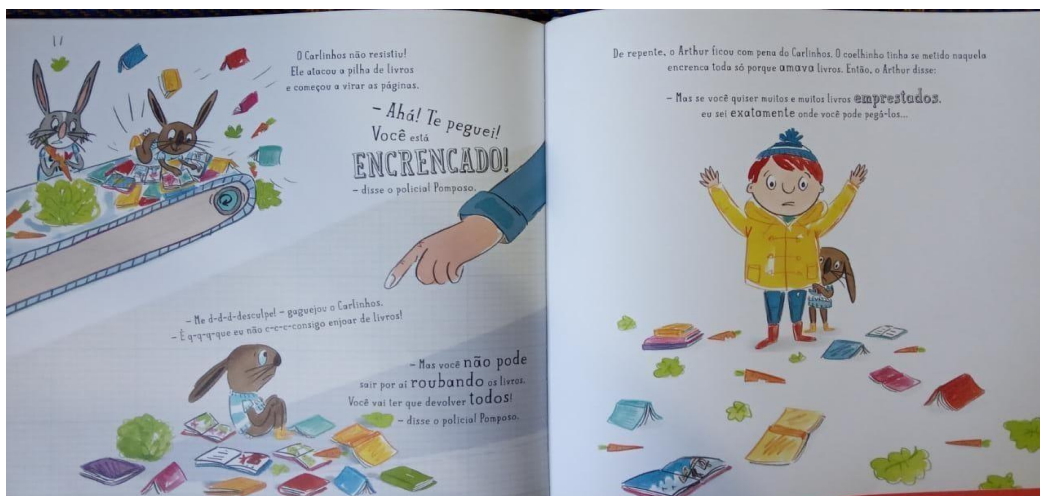
Para resolver o problema e pegar o criminoso, o policial colocou diante deles uma esteira rolante com muitas guloseimas (alfaces, cenouras, rabanetes), ao passo que a maioria dos coelhos avançou sobre todas aquelas delícias, Carlinhos foi a exceção demonstrando que "não estava interessado", se rendendo apenas a um agradinho especial. Após a passagem dos vegetais, chegamos ao clímax da narrativa, quando, na página 17, passa a mesma esteira, mas, agora, com livros: "O Carlinhos não resistiu! Ele atacou a pilha de livros e começou a virar as páginas" (MACKENZIE, 2014, 17) sendo, finalmente, descoberto. Ao se ver nessa situação, ele pede desculpa e justifica seu crime dizendo que não consegue enjoar de livros, porém, é advertido pelo policial de que não pode sair por aí roubando: "Você vai ter que devolver todos!".

Imagem 27- A vegeteira



Fonte: Mackenzie, 2014.

Imagem 28 - Carlinhos sendo descoberto



Fonte: Mackenzie, 2014

Tal advertência produz um gancho para o desfecho da história que conduz o leitor a inferir sobre o final. Nesse sentido, Arthur decide redimi-lo, afinal, ele “tinha se metido naquela encrenca toda só porque amava livros” (MACKENZIE, 2014, p.18) e, ademais, amar livros é uma coisa boa e mesmo sendo um crime, é um crime justificável. Assim, Carlinhos é levado pela primeira vez a uma biblioteca, o lugar que se ele “[...] quiser muitos e muitos livros emprestados. [...] pode pegá-los”. A biblioteca representada é um espaço amplo e arejado lotado de livros, plantas e puffs pelo chão; crianças estão conversando, procurando livros, lendo sentadas, ou deitadas no próprio chão. Também chama a atenção, o cartaz no canto esquerdo superior da página de uma mãe urso e seu filhote, nos remetendo a ideia de ser um espaço público aberto para toda família.

Imagem 29 - A biblioteca



Fonte: Mackenzie, 2014

Por fim, agora Carlinhos e Arthur, não são somente amigos, eles são “amigos de livro”, afinal de contas “amam ler juntos”. Arthur também possui uma camiseta com a frase “eu amo livros” e provavelmente passou a fazer parte daquela comunidade. A biblioteca, passou a ser o lugar favorito dos dois.

Imagem 30 -Arthur e Carlinhos lendo

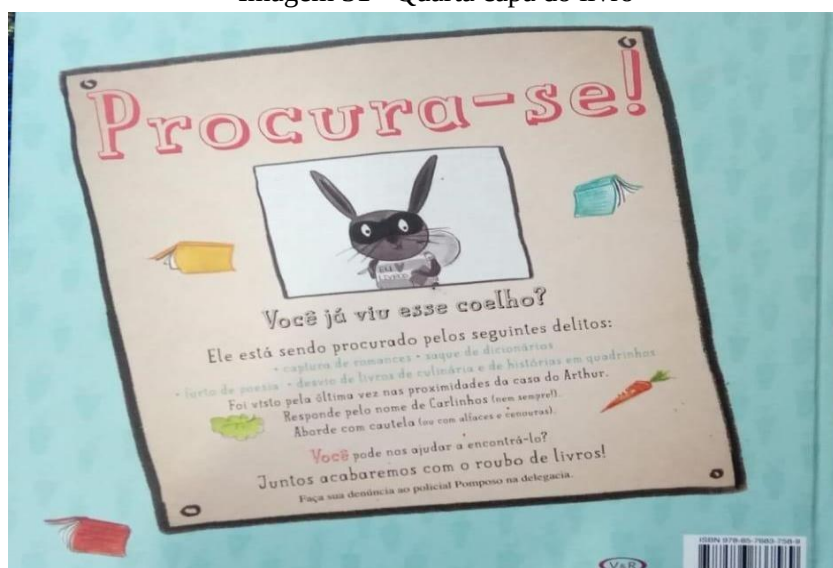


Fonte: Mackenzie, 2014.

E desse modo termina o livro, incentivando a leitura, a amizade e o uso da biblioteca. Parafraseando Melot (2012), Mackenzie traz guardada dentro de duas capas uma verdade. Sua verdade é sobre livros e amantes de livros, assim, o livro busca suscitar o sentimento de amor através da forma do livro com suas folhas, capas, pesos, tamanhos, cores e cheiros, igualmente, se esforça em suprimir qualquer dúvida sobre o valor inegociável desse objeto para alguns. Além disso, conclui recomendando a biblioteca como o lugar onde se pode encontrar muitas opções de livros com livre acesso e aberto à experiência do ato de ler.

A seguir, a quarta capa e assim o livro se fecha.

Imagem 31 - Quarta capa do livro



Fonte: Mackenzie, 2014

E em seu fechamento confirma-se o ideal de biblioteca, diferentemente do que encontramos na realidade das bibliotecas de nosso país, tanto públicas como escolares, que ainda enfrentam a realidade da ausência de uma estrutura adequada para receber a comunidade e até mesmo realizar a guarda dos livros.

Dentro dessa mesma perspectiva, os livros presentes na história protagonizados por Carlinhos Coelho desempenham papéis multifacetados. Eles podem ser vistos como veículos para a leitura, tanto esteticamente cativantes quanto informacionalmente enriquecedores. Além disso, os livros também podem ser interpretados como instrumentos pedagógicos, responsáveis pela transmissão de conhecimentos. Alternativamente, a obra também sugere a possibilidade de enxergar os livros como objetos preciosos, comparáveis a joias raras. Assim, dependendo da abordagem da narrativa, o objeto livro dentro do livro pode evocar diversos sentidos; vale, por outro lado, considerar a adequação ao tema escolhido para o livro que é justamente ir além da realidade imediata da criança e estimular o envolvimento com a leitura, tanto pelo trabalho com a linguagem quanto pelo desenvolvimento da narrativa.

A narrativa presente neste texto exibe um caráter mais instrutivo e orientador em sua abordagem, embora se destaque pela incorporação de um tom humorístico na condução da história por meio das imagens. A seguir analisamos as dimensões verbais e visuais.

Crítérios da qualidade do texto verbal

O texto incorpora novas palavras que Carlinhos aprendeu, incentivando o aprendizado de listas e categorias por meio da narrativa. O texto verbal, frequentemente destacado, se relaciona com a narrativa, podendo representar ações ou locais. Essas ações se encaixam em situações modelares que usam um episódio de roubo para transmitir uma lição: a importância de emprestar livros em vez de roubá-los, com um exemplo na biblioteca. No entanto, a moralidade apresentada é subjetiva e a lição é comunicada com toques de humor, seja através das palavras ou das ilustrações.

Assim, embora possua passagens metafóricas, metonímicas e antíteses, como ao como no caso da substituição dos títulos dos livros pelo termo "Cenoura", ou na ênfase dada à afeição de Carlinhos pelos livros com a repetição da expressão "gostava muito, muito", assim como a utilização do coelho como uma representação humana, o texto não abre espaço para interpretações diversas. Isso possivelmente ocorre devido à consideração da idade do público-alvo.

Crítérios de avaliação do texto visual

A presença do elemento visual no livro salientou, de maneira parcial, a interação entre as imagens ou ilustrações e o texto verbal. Contudo, vale ressaltar que, embora ambos coexistam, não se estabelece uma dinâmica de oposição ou diálogo substancial entre o texto verbal e o texto visual. No que tange ao aspecto visual, são exploradas a combinação de cores e os enquadramentos, embora haja uma restrição de exploração de características como luz, volume ou sombra. Nesse cenário, é possível observar que o componente visual não aprofunda a incorporação de imagens que possam evocar múltiplos significados ou incitar o imaginário do leitor por meio de efeitos estéticos mais complexos.

Crítérios de adequação e tratamento dos temas

Em relação à adequação dos temas, condiz com a categoria (faixa etária) do público a que se destina, sobre a consolidação e ampliação do repertório sobre temas, o livro proporciona o conhecimento de diversos livros considerados clássicos, podendo gerar conversas com leitores a respeito do assunto, sugerindo que “há pessoas que gostam de livros” e há “Carlinhos Coelho, o devorador”.

O projeto gráfico editorial

Aprimoramentos poderiam ser implementados no livro para otimizar a experiência de leitura, levando em consideração sua diagramação e seleção da fonte tipográfica. Além disso, é digno de nota que a ausência de um prefácio ou introdução que um breve contexto sobre o autor e a obra se justifica pelo fato de tal componente não ser compulsório para a Educação Infantil (categorias 1, 2 e 3) pelo Programa. Não obstante, tal inclusão poderia contribuir para a amplificação das qualidades da interação entre o texto e o leitor.

De todo modo, ao avaliar os parâmetros estipulados pelo programa, torna-se evidente que uma obra é classificada como pertencente ao domínio literário.

5.3.4 Um livro para Bart

Na sequência, *Um livro para Bart* (0980L18602-cat. 4), escrito por Judith Koppens e ilustrado por Marja Meijer, publicado pela editora Saber e Ler, possui 28 páginas, por dimensões de 28.2 x 20.6 x 0.4 cm. Neste ponto, delineamos de maneira explícita os substratos disponíveis para a fundamentação da análise. A escolha de comparar as primeiras edições em detrimento das segundas se justifica pelo fato de não termos tido acesso às edições secundárias, as quais foram distribuídas através dos programas, nas escolas localizadas em nossa localidade, ao contrário do que ocorreu com os dois primeiros livros dessas análises. *Um livro para Bart*,

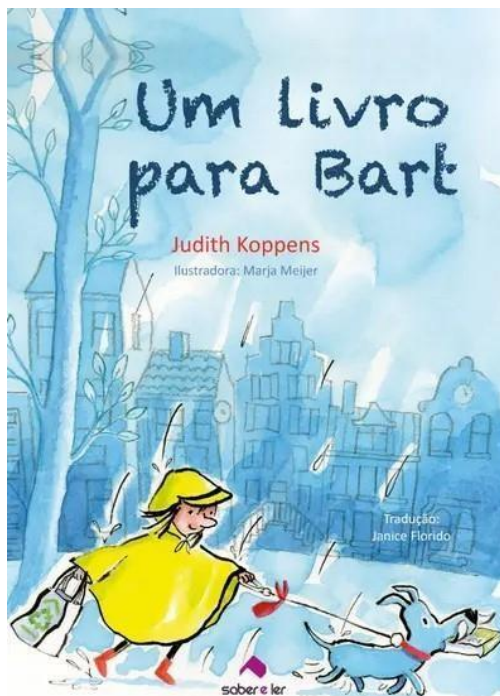
foi inscrito para os anos iniciais do Ensino Fundamental I, categoria 4 do Edital PNLD Literário de 2018. As temáticas para essa categoria são:

Quadro 08 - Categoria 4 (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental)

TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Descoberta de si	Personagens/ sujeitos líricos vivenciando a percepção do corpo, dos sentimentos, das ações e da linguagem.
Família, amigos e escola	Primeiras experiências interpessoais e sociais das crianças, permitindo a construção de percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro.
O mundo natural e social	Das descobertas e relações pessoais a esferas mais amplas, como a escola, a cidade, o meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo. Devem ser destacados temas que abordem contextos regionais e locais e que estimulem o respeito ao outro e o reconhecimento da diferença.
Diversão e aventura	Ir além da realidade imediata da criança e estimular a imaginação e o envolvimento com a leitura, tanto pelo trabalho com a linguagem quanto pelo desenvolvimento da narrativa.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

Fonte: Guia, PNLD, 2018

Imagem 32 - Capa de *Um livro para Bart*



Fonte: Koppens, 2017

Um Livro para Bart conta a história de Gabi, uma criança que adora ler enquanto seu cãozinho Bart gosta de brincar! Mas Gabi tem uma ideia: “Vamos a uma biblioteca, escolher um livro para Bart”; e assim começa a trajetória dos dois para encontrar o que interessa seu amigo cão. Depois de muitas recusas, um livro de receitas com a ilustração de uma deliciosa linguiça na capa encanta Bart, que o leva para casa. Já na residência, Gabi continua sua leitura e o cachorro “tira” uma soneca, agarrado ao que lhe encantou.

Neste sentido, através do texto verbal e visual, a história vai se desenrolando, na busca de experiências leitora. Gabi é quem apresenta os objetos para Bart e alguém, por sua vez, apresentou para Gabi que se entrelaçou e agora pode ser o exemplo leitor e incentivar Bart a encontrar um livro.

Estes aspectos podem ser percebidos desde o começo do texto, na ilustração e texto da p. 4, em que “Gabi está sentada no sofá lendo um livro divertido”. Aqui já vale o primeiro adendo: ao pensarmos nas concepções de livros, um questionamento pode surgir: o que é um livro divertido e para quem? Observa-se que ela tem em mãos o livro intitulado “Alice na Panela”, o qual pode levar o leitor mais experiente a estabelecer conexão com o clássico “Alice no país das Maravilhas” de Lewis Carroll, ou mesmo atualizar o conhecimento, já que não temos certeza se a criança leitora terá como referência ao clássico em menção. Vale o adendo, de que Gabi se interessa por literatura.

Imagem 33 – Bart querendo passear



Fonte: (KOPPENS, 2017)

Na página 6, por sua vez, a protagonista faz alusão às “riquezas” conceituais da leitura “Ler é muito interessante, sabia? A gente fica sabendo de muitas coisas do mundo inteiro” “[...] tenho certeza de que, se você começar a ler, não vai querer parar nunca mais [...]” (KOPPENS, 2017, p. 6). Podemos dizer, a partir das observações desse trecho, que a leitura é vista como um símbolo de interesse e aquisição de conhecimento.

A menina vai com o livro aberto em direção a Bart e podemos observar a expressão de relutância do animalzinho, que salta do sofá correndo de perto. No mesmo instante, para contornar a situação, ela tem uma ideia: “Vamos, Bart. Vamos para a biblioteca. Vamos pegar um livro só para você!” (KOPPENS, 2017, p. 6). Bart, neste caso, pode ser concebido como leitor relutante, que de acordo com Jobe e Sakari (1999), este tipo de leitor reconhece haver boas razões para ler, mas não o fazem, alegando que são leitores que demoram a terminar a leitura, estão sempre ocupados, é algo desinteressante e às vezes difícil se comparado à passividade da televisão. Neste sentido, consideram que a leitura tem uma velocidade, não julgando a necessidade, seja ao ser inflexível ou inferencial, a partir da intencionalidade e material de leitura (QUADROS, SOUZA, TREVIZAN, 2014).

Em seguida, o texto afirma que: “[...] Bart, alegre, sacode o rabo. Ele está muito, muito feliz em sair com Gabi.” (KOPPENS, 2017, p. 6), nisto, ao perceber as ações do cachorro, que exerce o papel de animal na narrativa, assim como possui a na sociedade a simbologia do companheirismo e ser fiel, sua felicidade se apresenta ser em poder sair para passear, não em buscar um livro, embora também sirva como motivação a ida à biblioteca. Então, Gabi e seu cachorro dirigem-se ao local que idealizado pela menina será o lugar preferido de Bart. Neste cenário, dá-se destaque à palavra biblioteca, tanto pelo seu tamanho quanto pela cor. A tonalidade das páginas, dessa forma, oscila entre matizes frias – azul e verde – e a palavra biblioteca, com a capa de chuva da protagonista, rompe com a composição harmônica do conteúdo visual.

A protagonista impõe ou reconhece a biblioteca como um lugar correto para o cachorro que por sua vez não quer ler. Em virtude disso, a protagonista exclama: “Mas Bart quer um livro – diz Gabi orgulhosamente. – Só para ele!” (KOPPENS, 2017, p. 10). Podemos notar que a protagonista gera uma posição impositiva ao colocar palavras para o cachorro, assim como que um amigo gostaria de compartilhar momentos agradáveis, Gabi, assim, quer que Bart tenha a mesma experiência leitora que ela, isto é, que goste do livro do mesmo modo que a agrada para poderem compartilhar dessa experiência juntos, por outro lado, Bart está relutante com os livros apresentados pela menina e precisa de um livro dele e só para ele, a partir do conhecimento de seu perfil leitor.

Imagem 34 – A chegada na biblioteca



Fonte: Koppens, 2017

A biblioteca passa a ser um lugar que Bart precisa conhecer e por mais que não possa entrar, ela provoca conhecimentos sobre esse universo, assim, após o conflito do cão não poder entrar na biblioteca, a menina precisa escolher um livro para ele e não mais com ele; ressalta-se que no caso dessa história, na biblioteca há cartazes que podemos perceber um bebê aprendendo o ABC e imagens de livros espalhados por toda parte, evocando sentidos sobre o que é ler um livro, significado de leitura e gêneros.

A protagonista em busca de um livro para Bart faz referências sobre cavaleiros como uma temática com alto grau de complexidade, no qual pode suscitar no leitor uma percepção negativa sobre obras dessa que versam sobre o assunto. A ilustração, por sua vez, permite estabelecer uma conexão direta com a reconhecida obra “Dom Quixote” de Miguel de Cervantes, mas o cachorro não fica “nada interessado”.

Na página 16, podemos observar livros sobre indígenas e “cavaleiros” no chão enquanto a protagonista busca um livro de “circo” assimilando-o a uma alternativa de diversão para interessar seu amigo cão. Nas cenas posteriores, infere-se que são apresentados uma série de contos clássicos seja pelos títulos ou pela ilustração, entre os quais se destacam os livros *Princesa*, o reconhecido *Chapeuzinho Vermelho* e *Uma lagarta muito comilona*, *Eu amo você*. Em virtude disso, é possível identificar uma tentativa de intertextualidade, talvez em uma contraposição dos clássicos e desconhecidos, literários e didáticos.

Imagem 35 – Livros apresentados pela narrativa visual



Fonte: Koppens, 2017

Nos parágrafos seguintes, finalmente a protagonista encontra um livro que parece despertar a atenção do cachorro, na verdade, trata-se de uma imagem de comida: “Ela pega o livro e procura uma foto bem bonita para mostrar a Bart.” (KOPPENS, 2017, p. 22) ele lambe a janela, e na página 24 é apresentado o título do livro: “*101 receitas com salsicha fresca.*” O livro literário, por fim, finaliza a história com a expressão: “Os dois vão para casa muito felizes.” Apresentando uma cena na qual Gabi e seu cachorro estão no sofá: ela olhando para ele com uma nova história em mãos e ele dormindo placidamente abraçado ao livro das receitas.

Para Gabi, dessa forma, os livros que mais a interessavam eram de literatura, mas para Bart, além de ter acesso a diversos tipos de livros, ele se interessou por um de receitas, aquele que mais lhe chamou atenção pela imagem. Nisto, o que para Gabi a palavra escrita e imagens importam, para o cachorro, o que lhe interessa é a imagem da salsicha que poderia ser seu alimento, mostrando objetivos diferentes de leitura.

Ao considerar os aspectos supracitados, o papel do livro nesta história é ser objeto de leitura e apreciação em algumas formas variadas, já que evidencia suportes, gêneros e temas, do mesmo jeito que pode gerar questionamentos sobre a relação do leitor com o livro e sua ação no momento da leitura, embora a representação desses objetos careça de diversificação, talvez por ser considerado livro infantil.

Neste sentido, este livro pode se enquadrar tanto no tema Descoberta de si, já que Bart precisa escolher algo que lhe agrada, se tornando um momento de autoconhecimento, assim

como entra em Família, amigos e escola, pela relação de amizade e companheirismo da menina com o cachorro. Essa história possui semelhança de com a de Carlinhos, pelo protagonismo dos animais nas relações com os livros, no entanto, a narrativa não rompe com a realidade como na narrativa em comparação, mantendo o cachorro em suas limitações de ser não racional. Isso se apresenta no conflito, desde seu abanar de rabo para sair, já que nesse momento da história narrativa verbal e visual se contradizem.

Crítérios da qualidade do texto verbal

Embora a linguagem verbal se restrinja a palavras utilizadas no cotidiano, elas não são empregadas com ênfase na função referencial, além disso, o texto verbal não emprega muitas figuras de linguagem como a metáfora, metonímias, antíteses, hipérboles e/ou elipses, já que podemos enxergar a metáfora, por exemplo, apenas ao relacionar o Bart como um irmão mais novo, o leitor relutante ou um amigo fiel que não gosta de ler. Se considerarmos as possibilidades de leitura, não são muitas que podem ser suscitadas, tendo em vista que caminhará sempre por “companheirismo”, “amizade”, “importância da biblioteca”, por outro lado, o texto está escrito conforme o gênero narrativo, que corresponde de modo adequado a convenções desse gênero, dessa forma, com uma linguagem predominantemente compreensível, a história conta sobre Bart e sua escolha que lhe interessa.

Crítérios de avaliação do texto visual

O texto visual explora de recursos visuais como a combinação de cores e enquadramento e evidencia imagens que interagem e contrapõem com o texto verbal, por outro lado, não há exploração da luz e sombra, assim como volume e proporção. Em alguns momentos a ilustração provoca a história, estimulando a observação, embora não contenha imagens que sugerem múltiplos sentidos, o que chega próximo a essa ação, é, por exemplo, a aparição silenciosa da bolsa *ecobeg*, evidenciando a importância pelo meio ambiente, assim como podemos notar uma lagarta leitora na imagem, isto é, ações que adultos consideram importantes as crianças conhecerem e praticarem, utilizando desse recurso como propulsor para atitudes modelares.

Por fim, vale ressaltar que há uma redundância entre o texto verbal e visual na capa, isto é, a imagem transmite a mesma mensagem que o título, não oportunizando contraposições, relações ou interdependência.

Crítérios de adequação e tratamento dos temas

Em relação à adequação e tratamento dos temas, o texto está adequado à faixa etária estabelecida, por esse mesmo motivo, ele não está isento de abordagens simplificadoras e superficiais, já que espera uma ação modelar da criança, assim como se apodera de vocabulário simples, mas apropriado para a abordagem do tema, conseqüentemente, possibilita,

parcialmente, confrontos entre diferentes perspectivas ou visões de mundo. Dessa forma, são em pequenas passagens, como a percepção de que cada leitor pode gostar de livros diferentes e que o bom livro diz respeito ao gosto, que se pode a partir da mediação proporcionar uma discussão de preferências diferentes.

O projeto gráfico editorial

O projeto gráfico contém a apresentação que contextualiza o autor e da obra, possibilita conexões com outros livros que podem ser lidos. E embora não possua grandes inovações nos paratextos, a forma de diagramação e a relação texto e imagens favorecem a leitura, por serem legíveis e trabalharem, parcialmente, com o jogo de cores, assim, por mais que a autora utilize de imagens que se assemelham aos desenhos animados, partindo de uma proposta estilizada, são cenas comuns, mas que são conjuntos de enredos correlatos. A capa, por sua vez, chama atenção pelas cores azul e amarelo que tomam a visão do leitor, o que pode contribuir, parcialmente, com a escolha e mobilização do interlocutor.

Por fim, através da personagem principal criança, para se aproximar do público destinado, assim como com o uso do cão como companheiro e personagem secundário, a narrativa se desenvolve para Gabi encontrar um livro *para* Bart.

5. 4 Conclusões após análises

Ao considerar as análises descritivas, percebemos que os livros seguem o mesmo projeto gráfico editorial, não possibilitando uma diversidade. Isso acontece, e os livros se tornam tão comuns, porque exceto os títulos destinados à Educação Infantil, todas as obras literárias inscritas no PNLD Literário 2018 e 2020 devem apresentar um dos três tamanhos e formatos prescritos: 205 mm x 275 mm, 270 mm x 270 mm ou 135 mm x 205 mm.

Do mesmo modo, o papel utilizado na capa deve ser o mesmo para todos os livros, enquanto o papel do miolo varia conforme a categoria em que o livro foi inscrito. Por exemplo, para as categorias 4 e 5 do Edital 02/2018 (PNLD 2018), deverá ser utilizado “Papel revestido couchê fosco branco de gramatura entre 76,8 g/m² e 83,2 g/m²” (BRASIL, 2018b, p. 27), já para a categoria 6, o documento indica “Papel branco de pasta química ou pasta de alto rendimento de gramatura entre 72 e 78 g/m²” (BRASIL, 2018b, p. 27).

Quanto à encadernação, os documentos estabelecem os possíveis acabamentos consoante com o número de páginas das obras. Assim, livros literários com até 48 páginas deverão apresentar lombada tipo canoa e grampeamento, já os livros com mais páginas devem ter lombada quadrada e devem ser costurados ou colados. Os editais chegam a descrever até mesmo o tipo de grampo, cola e linha a serem utilizados.

Por outro lado, o que Linden propõe, está alinhado com o que era aguardado ocorrer. Ele sugere que os livros literários induzem o leitor a um novo encontro com o códice,

[...] novos confrontos com o códex, e o levam num tomar distância crítico à sua própria leitura. Encontramos aqui uma questão sobre o próprio livro, sistematicamente representado ou num mis-en-abyme. [...] Nesta forma artística realizada que pode ser o livro ilustrado, a relação da palavra e da imagem surge, cada vez menos, em termos de equilíbrio, de distribuição ou mesmo de prioridade. O desafio é, cada vez mais, a meu ver, perceber o livro ilustrado numa dinâmica: aquela de um sistema global e coerente, cujos funcionamento e evolução devem ser compreendidos para que o possamos apoiar e acompanhar. (LINDEN, 2009, s.p., tradução nossa, apud GIRÃO, 2021, p.46)

Nesse âmbito de investigação, nos livros examinados, bem como em muitas outras publicações infantis, não prevaleceu a ênfase na consideração do componente visual como um elemento potencializador da leitura. Especialmente para crianças que ainda não são alfabetizadas, a imagem assume o papel do primeiro texto a ser lido e interpretado. Consequentemente, o ilustrador se torna o primeiro autor a se comunicar com as crianças. Diante disso, a expectativa é que a imagem evolua de um mero adorno para se converter em algo que atraia a atenção, orientando a criança a desenvolver um senso estético. Isto é, ela começa a discernir entre o que lhe agrada e que rejeita, tomando consciência dos elementos que influenciou suas compulsivas e rejeições.

Ao considerar esses fatores, notadamente a capa, deveria ser o primeiro ponto de conexão com o leitor e os significados, eliminando qualquer redundância entre título e imagem. A capa, em semelhança ao livro literário plurissignificativo, atua como a porta de entrada para o leitor estabelecer uma ligação afetiva, visto que as sequências narrativas, visuais e verbais proporcionam uma jornada de descoberta e motivação, que orientam a leitura e nutrem a afeição.

Por outro viés, caso essas intenções não sejam levadas em consideração, o leitor pode enfrentar dificuldades ao discernir entre diferentes categorias de obras à sua disposição, comprometendo a sua habilidade de crítica, reconhecimento ou engajamento em uma transformação ativa, onde o texto influencia-o enquanto simultaneamente ele modifica a interpretação daquilo que foi lido.

Nesse contexto, ao considerar a seleção da faixa etária, a análise do programa sugere claramente que os documentos orientadores para a edição dos livros direcionam a atenção para o fato de que os leitores mais jovens não possuem o mesmo nível de capacidade de compreensão em relação aos leitores mais maduros. Isso aponta para a compreensão de que a literatura não

se destina primordialmente a crianças muito jovens, já que muitos dos elementos textuais que são responsáveis por conferir sentido e criar espaços vazios de interpretação foram deliberadamente omitidos. Em relação aos temas, note-se que quando um livro apresenta efetivamente qualidade estética, ele não se limita a explorar um único tema, mas, ao contrário, abrange uma gama de assuntos. Esse atributo é considerado fundamental no contexto da literatura, já que a capacidade de produzir múltiplos significados é uma característica intrínseca. Portanto, é perceptível que não se adota uma abordagem que considere o livro, por exemplo, como uma unidade indivisível que intrinsecamente sugere sentidos em seu material de configuração.

Ao considerar esses elementos com o professor e a orientação que costuma ser passada,

O treinamento dado aos professores, estes costumam ser condicionados a estabelecer uma relação unilateral, de mão única, essencialmente não dialógica com seus alunos: professores “sabem” e alunos “não sabem”. Cabe aos primeiros transmitirem seu conhecimento aos segundos. Diante do currículo escolar oficial, esse tipo de relação parece fazer sentido. Diante dos temas humanos concretos ela não se sustenta. Como pretender dar lições objetivas e exercícios sobre a “busca do autoconhecimento”, a “mortalidade” ou a “paixão”? (AZEVEDO, 2005, p. 7)

Portanto, ao conceituar a citação sobre o condicionamento dado ao professor, corrobora-se justamente com a "impressão" que: na ficha de avaliação dos textos literários até aparece determinada preocupação com a forma e conteúdo literários, além da consideração do leitor numa perspectiva estética, porém, o professor da sala de aula como se apontou neste trabalho pode não tem acesso, ou considerar essa ficha, tendo o guia somente como uma lista de livro, e quando olhamos para o programa, seu contexto, diretrizes, critérios e dimensões que se estabeleceram, nota-se que até pode haver "bons" livros, mas há um condicionamento primordial do professor que evidencia, na verdade, esse livro como pretexto, assim como pode haver retiradas de elementos que carregam sentidos, mas que não são considerados como importantes para o PNLD.

Em relação aos livros analisados, os livros dentro dos livros sempre vão aparecer em dois lugares: prateleiras e biblioteca. Embora tenham os lugares em comum, em cada narrativa ele usurpará de um papel diferente, que pode deixar ou não lacunas para serem preenchidas pelos leitores.

Por fim destacamos a obra "O Livro que Lê Gente" surge como um exemplar que se destaca e se diferencia dentro do panorama marcado pelo diretismo e pedagogismo prevalente

em certos materiais literários destinados ao público infantil. Ao observar com maior acuidade os elementos que permeiam essa obra, torna-se evidente que ela transcende as restrições frequentemente restritas a essa abordagem, confiante para uma experiência de leitura mais ampla e enriquecedora.

Em um contexto em que muitas obras aderem ao diretismo, buscando transmitir conhecimentos e valores de maneira unidimensional, "O Livro que Lê Gente" adota uma abordagem mais sofisticada. Ao explorar a metáfora da relação entre o leitor e o livro, a obra se eleva além da simples transmissão de conteúdo. Por meio de sua trama envolvente, o livro explora a ideia de que os livros têm a capacidade de moldar como ocorreram, desejos e atitudes das pessoas, ressaltando a importância da leitura como um processo ativo e reflexivo.

Enquanto muitas obras pedagógicas se fixam em uma abordagem instrucional, "O Livro que Lê Gente" adota uma postura mais sutil e sofisticada. Através da personificação do próprio livro, a obra estabelece um diálogo mais profundo com o leitor, convidando-o a explorar e refletir sobre suas próprias reflexões com a literatura. A narrativa habilmente entrelaçou elementos lúdicos e reflexivos, permitindo que o leitor seja instigado a questionar, a imaginar e a se engajar com a história de maneira mais autônoma.

Além disso, essa obra aborda a complexidade das relações entre leitores e livros, desafiando uma abordagem direcionada e proporcionando uma reflexão sobre a interação humana com a literatura. Ao fazer isso, ela se eleva acima do padrão pedagógico que frequentemente busca transmitir mensagens unilaterais e claras.

Diante desse cenário, a presença de "O Livro que Lê Gente" no panorama literário infantil se destaca como uma lufada de ar fresco. A obra ilustra como é possível harmonizar o ensino e o estímulo à reflexão, criando uma experiência de leitura que vai além da mera instrução. Por meio dessa abordagem, a obra ressalta a riqueza e a diversidade que a literatura infantil pode oferecer, desafiando as restrições impostas pelo diretismo e pelo pedagogismo.

A presente pesquisa teve como objetivo primordial compreender como o livro é representado e discutir seu papel nas narrativas de obras de literatura infantil bem como a investigar políticas públicas que se referem à literatura infantil no contexto das instituições de ensino público. A partir dessa perspectiva, empreendemos uma análise abrangente que teve seu ponto de partida no exame do programa em questão (PNLD – Literário 2018)), incluindo sua gênese, objetivos e trajetória histórica. No transcorrer de nossa investigação, exploramos diversas questões intrínsecas ao universo da literatura, leitura e dos livros. Nossa jornada nos acompanhou por uma variedade de discussões, permitindo-nos compreender o papel crucial do livro e do professor como mediador entre a obra literária e o público leitor. Nesse sentido,

retomamos agora nossa atenção ao livro em si, reconhecendo-o como o epicentro tanto de nossa análise quanto das considerações que emergem deste estudo. Essa reflexão se aprofunda na descrição da realidade material e estética dos objetos de leitura contemporâneos, notadamente os distribuídos no ambiente escolar. Tal abordagem também destaca a importância de um olhar sensível para a materialidade artística, uma faceta que se entrelaça com a presença do código, materializada no formato impresso do livro.

Uma consideração de suma importância é a capacidade do professor de exercer um olhar crítico e discernimento em relação às diversas variáveis que se apresentam. Isso inclui a análise criteriosa desta pesquisa, a avaliação das ações delineadas pelo programa e a avaliação dos livros disponibilizados e presentes no acervo da biblioteca escolar. Tal prática se revela imperativa, uma vez que o acervo do programa pode conter obras de literatura infantil que, como observamos na maioria dos casos examinados, nem sempre atendem a critérios de qualidade alcançados. Essa disparidade frequentemente advém de diretrizes que subestimam a concepção de que um livro literário ultrapassa a função de mero suporte textual e leitura, assumindo um papel essencial na construção de significados.

Portanto, é pertinente que o programa direcione seu foco para obras que possibilitem análises e interpretações aprofundadas, especialmente quando inseridas em um contexto educacional voltado à literatura. Diante disso, a habilidade do professor em escolher cuidadosamente as obras assume grande valor, já que sua seleção deve estar orientada à promoção do acesso e à formação de leitores capazes de apreender a complexidade intrínseca à literatura.

A análise do papel do professor como mediador, em conformidade com as diretrizes, critérios e guia, insinua a orientação para que, ao abordar os conteúdos sistematizados, ele incorpore o livro infantil não tanto em relação ao acesso à literatura enquanto forma artística, poética ou estética, mas, contrariamente, no âmbito de sua função didática que visa o aprendizado do estudante ao se aproximar do livro literário. Esta abordagem sugere que, ao explorar o livro, o professor se depare com situações exemplares em que as crianças estejam engajadas em leituras edificantes, envolvidas em diálogos construtivos e ações exemplificadoras e desse modo, tal abordagem pode orientar na percepção de leitura do aluno e na compreensão do objeto, impactando diretamente suas ações e o ato de ler literatura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprе destacar que esta pesquisa demandou uma delimitação temática em consonância com seus objetivos. Não obstante, ao abordarmos de forma introdutória um fragmento deste vasto campo investigativo, emerge a construção de conhecimento em relação a uma cultura intrínseca ao objeto livro desde seu estágio de códice, atualizando, por conseguinte, a compreensão do professor, figura crucial no processo de transformação. Inicialmente, o livro transcendeu sua concepção primordial de papiro ou rolo, evoluindo para a configuração de dobras de folhas e páginas, modificando, ao longo do tempo, sua essência e a expectativa depositada no leitor. Nesse contexto, o objeto que outrora servia unicamente como suporte textual assume um caráter simbólico, adquirindo relevância na sociedade e reconfigurando as interações entre materialidade e texto. Essa dinâmica se manifesta em obras que enfatizam o próprio códice, buscando engajar o leitor de forma ativa e resgatar a importância de ter o livro em mãos.

Prosseguindo, adentramos nas décadas de 70 e 80, marcando a evolução do próprio campo da literatura infantil, que passou a valorizar e incorporar a materialidade dos livros, considerando também os paratextos e desenvolvendo uma sinergia de diversas linguagens como uma expressão artística que enriquece a narrativa. Da mesma forma, ao contemplarmos como viver nos critérios pelo programa, é premente engajar-se em sessões contínuas. A necessidade de pesquisas direcionadas a essa temática torna-se notória, visto que as diretrizes e delimitações exercem impacto direto na produção literária destinada aos estudantes. Notavelmente, os objetos de leitura que mais tangenciam a preservação do simbolismo inerente à materialização do códice infantil, em conformidade com os editais aqui priorizados, são os denominados "livros brinquedo", cuja avaliação está intrinsecamente ligada às suas características materiais. Entretanto, enfatizamos, neste ponto novamente, a necessidade de pesquisas dedicadas a analisar esses livros, uma vez que nossa pesquisa não os contempla.

Dessa maneira, é imprescindível os referenciais que embasam a análise do tipo de livro presente no programa, bem como compreender o papel que desempenham nas narrativas, considerando tanto sua dimensão visual quanto verbal, e ponderando sobre a materialidade e os paratextos sempre que possível. No contexto da análise dos livros, nossa abordagem envolveu a compreensão da maneira como os livros são tratados dentro do próprio enredo, a partir das narrativas e dinâmicas priorizadas pelo programa. Para isso, foi necessário avaliar a própria representação do livro com essa temática específica, mantendo a abordagem direcionada ao corpus selecionado para atender às nossas questões de pesquisa.

Observamos, assim, que restringindo-se às obras "O livro dorme", "Procura-se! Carlinhos Coelho o ladrão de livros", "Um livro para Bart" e "O livro que lê gente" incorporam o código como um meio de representar o próprio objeto livro. Isto é, a materialidade do livro mantém-se como um elemento marcante no imaginário coletivo, especialmente nas narrativas infantis, onde a ausência de representação do livro em formato digital é notória. Entretanto, é válido ressaltar que, em relação à concretização deste objeto pelo programa que se propõe a distribuir livros físicos às escolas, essas obras permanecem predominantemente no âmbito narrativo, sem explorar plenamente a materialidade ou a manipulação especial, aspectos que confirmam a presença tangível do código.

De qualquer modo, essas representações influenciam na interpretação e na produção de significados, como exemplificado pelos livros analisados. Através dos títulos, é possível perceber que essas obras exploram o tema do próprio livro, retratando-o de diferentes formas e atribuindo-lhe sentidos variados. Ele pode ser considerado uma metáfora do ser humano, um objeto de leitura, um elemento valorativo ou um veículo de aquisição de conhecimento. A pluralidade desses papéis é anunciada e ampliada também pela materialidade, pelas características físicas e pelos paratextos que acompanham o ato de leitura.

Considerando os livros analisados como exemplificação, pode-se observar nos livros sobre livros do PNLD Literário de 2018 a presença de leitores autônomos, muitas vezes solitários, mesmo que compartilhem o mesmo espaço. Além disso, essas obras frequentemente transmitem mensagens edificantes, evitando conflitos reais que as crianças podem enfrentar, participando da faixa etária. Tal abordagem se alinha à proposta do programa, o que confere a essas obras selecionadas.

Ao nos depararmos com os livros sobre livros do PNLD 2018, percebemos uma discussão de um objeto material altamente significativo, que não pode ser escolhido aleatoriamente. Nesse sentido, as relações e experiências que Carlinhos, Bart, os leitores da biblioteca ou mesmo do bebê leitor de *O livro Dorme* estabelecem com o livro, só poderiam ser aquelas expressas majoritariamente pelo texto verbal, e que mesmo em sua relação com as ilustrações, não expandem nas linguagens verbais e não verbais a suscitação lacunas que os leitores necessitam preencher, conseqüentemente, não potencializa o preenchimento de vazios que podem ser provocados no leitor, pois isso exigiria outras relações na narrativa, pressuporia outro suporte carregado de outros significados e possibilidades.

Isto posto, se o programa quer se adequar a literatura que ele propõe, é preciso adequar os critérios para tal e fomentar aos professores mediações condizentes, do mesmo modo que assumir os referenciais e as nomenclaturas diferenciando, por exemplo, um livro ilustrado

tradicional, de um livro de imagens e livro de artista para serem considerados, garantindo para todas as idades, o cuidado com linguagem visual e verbal, paratextos e materialidade nas obras recebidas.

Simbolicamente, interpretamos essa desmaterialização a partir, por exemplo, dos pontos levantados nos livros aqui investigados, como o reflexo de um descompromisso do Estado com a educação para os pequenos, privando-os de experiências estéticas em uma dimensão material artisticamente elaborada, além de contribuir para um tipo de confirmação da divisão de classes sociais que possui acesso a certos tipos de bens materiais e outra que não.

Estamos de acordo quanto à centralidade do livro enquanto objeto, no entanto, é imperativo enfatizar que a literatura transcende a materialidade do livro. No contexto desta pesquisa, é preciso destacar que a associação indiscriminada do livro de literatura a outros materiais de leitura, desprovida de uma avaliação atenciosa, pode continuar da ausência de consciência crítica e da influência do senso comum em especial ao que seja literatura para criança. Curiosamente, na sociedade, o livro é amplamente reconhecido como um bem de valor, o que, de forma paradoxal, pode gerar uma ilusão perceptiva. Este fenômeno é ilustrado pelo fato de um mesmo título, quando apresentado com material de qualidade superior e, por consequência, precificado de maneira mais elevada, inadvertidamente obstaculizar o acesso a um segmento da população que poderia se beneficiar do mesmo conteúdo em uma edição de qualidade inferior e preço mais acessível. Isso acaba criando uma camada de acesso secundário, particularmente entre as classes menos privilegiadas, podendo ser mediada pelo ambiente escolar.

O programa de literatura, que embasa as obras literárias, é fundamentado em abordagens didáticas e pedagógicas. A visão atribuída aos livros de literatura infantil é delineada pela consideração da sua aprendizagem material, avaliação mediante critérios específicos e aprovação com base em categorias etárias, temas e abordagem. Esse processo é especialmente guiado pelos campos de desenvolvimento e conteúdos retirados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Ensino Médio (DCNEM), que definem as perspectivas que os livros devem abranger. Nesse contexto, emerge uma desigualdade: embora as questões dirigidas aos avaliadores dos livros sugiram considerar a literatura como uma manifestação estética, partindo de sua caracterização como arte, percebe-se a partir das predefinições uma ideia de uniformização das obras. Lajolo chama atenção para essa situação, alertando que “o necessário rigor da seleção operada, pautada por critérios rígidos preestabelecidos, atenta a minúcias, corre o risco tanto de pasteurizar o gênero

quanto de torná-lo uma espécie de refém de expectativas talvez alheias à literatura” (LAJOLO, 2010, p. 107-108).

Essas premissas são persistentes e até mesmo o guia do programa enfatiza nas primeiras palavras que o material de apoio digital destinado aos professores também foi avaliado quanto à concordância com a BNCC e DCNEM. Assim, embora o guia justifique a aprovação das obras com base em sua obediência aos respectivos gêneros, categorias e temas, ele continua reforçando, na escolha final, os princípios defendidos pelo programa, que favorecem uma abordagem didática das obras e, desse modo, corroboram a falta de priorização da estética dos livros aos quais as crianças terão acesso.

Destaca-se ainda o empenho do programa, que se desdobra em suas múltiplas orientações detalhadas, tais como a busca por "consistência e coerência no que diz respeito às orientações pré e pós-leitura", bem como a alinhamento com a BNCC (no contexto da Educação Infantil e do Ensino Fundamental) e com as Diretrizes e Orientações Curriculares do Ensino Médio (BRASIL, 2018a, p. 53). Da mesma forma, ao requisitar a justificação da "a pertença da obra ao seu respectivo tema" (BRASIL, 2018a, p. 38; 2018b, p. 52).

Assim, é possível perceber que os fundamentos assumidos pelo programa em relação aos livros de literatura infantil contradizem muitos estudos literários. Cultura e artisticamente, concebe-se esse gênero de leitura como um fim em si mesmo, e não como um meio para ensinar determinado conteúdo temático. Portanto, quando o tema precisa emergir na narrativa, o foco reside na maneira como ele é retratado, e, no contexto escolar, é ainda mais relevante compreender a mediação da obra como um ato distintivo. Considerando todos esses aspectos delineados, o panorama prescritivo do programa e sua direção quanto ao que as obras devem incorporar – desde sua materialidade até o conteúdo que devem abordar – sugere uma distância em relação à experiência social de ler literatura infantil. Essa abordagem influencia a percepção da criança sobre a função dos livros literários, bem como o modo e propósito de se engajar com esse gênero literário.

6.1 Conclusão e suas reticências

No final deste estudo, emerge uma sensação acerca de diversos pontos cruciais no contexto da literatura infantil nas escolas públicas, ancorando-se em três dimensões fundamentais. Primeiramente, reconhece-se a importância dos programas governados no contexto da literatura infantil de qualidade, que se tornou um fator determinante para a presença dessas obras nas instituições educacionais. Esses programas desempenham um papel essencial

ao possibilitar o acesso de crianças a materiais literários que enriquecem suas vivências educacionais e culturais.

Contudo, é crucial destacar o caráter cíclico e inevitável das políticas públicas para o setor literário. O histórico marcado por descontinuidades e mudanças políticas resultou na extinção do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) e, consequentemente, na necessidade de uma fase prolongada para aprimorar o Programa Nacional do Livro e do Material Didático Literário (PNLD Literário). Esta conjuntura revela a complexidade de manter uma estrutura constante e consistente para promover o acesso à literatura de qualidade nas escolas públicas.

Além disso, reforça-se a distinção entre os livros de natureza literária e pedagógica, explicando suas diferenças essenciais. Os livros literários, alicerçados na estética e na narrativa, procuram oferecer experiências ricas e envolventes aos leitores, com ênfase na emoção e interpretação do texto. Por outro lado, os livros pedagógicos, embora possam compartilhar elementos literários, têm como finalidade principal o ensino e a instrução, conduzindo os leitores a uma compreensão mais direcionada do conteúdo.

No contexto de nossas análises, torna-se evidente que os livros examinados revelam uma natureza pedagógica marcante. Ao explorar temáticas como o ato de dormir, a valorização dos clássicos literários e o papel do livro na vida das pessoas, essas obras intrinsecamente incorporam um forte componente de ensinamento. Embora avancem em termos de formato estético do objeto livro, essas obras carregam consigo uma carga pedagógica substancial. E, em última instância, ressalta-se que o papel fundamental do livro transcende a mera narrativa, assumindo a responsabilidade de educar e transmitir conhecimento aos leitores.

Com destaque, a presença da obra "O Livro que Lê Gente" no corpus de análise se destaca de maneira notável, ao contrapor-se e sobressair-se em relação aos elementos de direcionamento excessivo e pedagogismo evidenciados nas outras obras. Nela, resgatou-se uma abordagem mais aberta e criativa, permitindo que o leitor explore de forma autônoma e estimulante a relação com o objeto livro. Esta obra transcende os padrões didáticos frequentemente observados nas produções investigadas, oferecendo uma perspectiva que se alinha com uma abordagem menos restrita e mais enriquecedora no contexto da literatura infantil.

A análise detalhada realizada ao longo deste estudo oferece insights valiosos sobre as complexas interações entre os elementos literários, educacionais e culturais no contexto dos livros de literatura infantil. O subtítulo "Conclusão e suas Reticências" adquire um novo significado ao contemplarmos as diversas lacunas que permeiam a relação entre a abordagem

didática e a riqueza estética dessas obras. A visão delineada pelo programa revela uma preocupação direcionada ao conteúdo temático e às exigências curriculares, muitas vezes relegando a segundo plano a experiência autêntica e sensorial da leitura literária. As reticências simbolicamente expressam a incompletude desse cenário, apontando para a necessidade de um diálogo contínuo entre a pedagogia e a arte literária.

É inegável que o programa busca estabelecer diretrizes que promovam o desenvolvimento educacional, ao mesmo tempo que a essência da literatura infantil como forma de expressão artística e cultural é tangenciada. As implicações dessa abordagem ressoam na maneira como os jovens leitores interagem com os livros, moldando suas percepções sobre a literatura e sua relação com a aprendizagem. O equilíbrio entre a função didática e a potência estética é um desafio que demanda atenção, pois a literatura infantil não pode ser reduzida a um veículo instrucional, mas deve preservar seu papel enriquecedor na formação da imaginação, sensibilidade e pensamento crítico das novas gerações.

Diante dessa conjuntura, é necessário abrir espaço para uma discussão mais profunda, que abarque as múltiplas dimensões da literatura infantil. Reconhecer o valor intrínseco das narrativas, bem como a importância da mediação pedagógica sensível e consciente, é um passo fundamental para equilibrar a missão educativa com a essência artística desses livros. Assim, as reticências que pairam sobre a conclusão desse estudo se transformam em um convite para uma contínua investigação e um diálogo aberto entre a pedagogia e a literatura infantil, em prol do enriquecimento da experiência de leitura das crianças e jovens, garantindo um futuro em que a educação e a arte convivam em harmonia.

Em síntese, as considerações finais deste estudo destacam a importância dos programas governamentais para a difusão da literatura infantil nas escolas públicas, ao mesmo tempo em que sublinham as restrições históricas e os desafios enfrentados pelas políticas públicas relacionadas ao livro. Adicionalmente, a distinção entre livros literários e pedagógicos é realçada, consolidando a compreensão de suas naturezas distintas. No contexto da análise das obras investigadas, fica claro que a carga pedagógica é uma característica intrínseca a esses livros, demonstrando que o papel educativo do livro perdura como um dos seus principais atributos.

Encerramos, portanto, a nossa exposição em consonância com a perspectiva de COLOMER (2017), a qual enfatiza a coerência de considerar o objeto livro no contexto escolar. A autora sugere que, dado o tempo limitado disponível para leitura nesse ambiente, é imperativo priorizar a inclusão de obras literárias de alta qualidade. Por outro viés, reconhecendo a crítica de que, na maioria das vezes, o livro literário não é tratado como literatura efetiva na escola,

seja devido à restrição de formação ou à limitação de acesso a livros que abordam sua materialidade, linguagem e interação com o leitor, acaba-se por incluir leituras de qualidade questionável, tanto por parte dos educadores quanto dos discentes. Nesse contexto, a função da escola, através, por exemplo, de políticas como o PNLD, reside em apresentar uma diversidade de obras literárias, permitindo assim que o leitor vivencie distintas expressões linguísticas e experiências de leitura. Com a mediação do docente, o leitor é guiado para aprofundar sua compreensão da trama, enredo e elementos que lhe despertam interesse ou curiosidade diante da proposta intrínseca a cada obra.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T.A.; BELMIRO, C.A. Livro Ilustrado e as Narrativas Metaficcionais para Crianças (é uma revista). PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 36, n. 1, p.151-171, jan./mar. 2018.

ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
AZEVEDO, R. Aspectos instigantes da literatura infantil e juvenil. In: Ricardo Azevedo : escritor, ilustrador, pesquisador. [S. l.], 2005. Disponível em: <https://www.ricardoazevedo.com.br/wp/artigos/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

AZEVEDO, R. Livros didáticos e livros de literatura: chega de confusão! Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 5, n. 25, jan./fev. 1999.

BAJARD, É. Eles leem, mas não compreendem. Onde está o equívoco. São Paulo: Cortez, 2021.

BARROS, S.; JAMBEIRO, O; BORGES, J. Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro.

BATTISTI, C.A. O método de análise cartesiano e o seu fundamento. Scientiæ Zudia; São Paulo, v. 8, n. 4, p. 571-96, 2010.

BERENBLUM, A. S.; PAIVA, A. Leitura e democracia cultural. In: PAIVA, A. et al. (Orgs.). Letramento – um tema em três gêneros. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2006.

BRANDÃO, H.M.B. MACHADO, M.Z.V. (Orgs.). A escolarização da leitura literária: O jogo do livro infantil e juvenil. 2.ed. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2001. Cap. 1, p. 17-48.

BRASIL (2018). PISA 2020. Relatório Nacional. Brasília, DF: INEP/MEC.

BRASIL. Decreto 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 19.402. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. 14 de novembro de 1930. Rio de Janeiro/Capital Federal: 1930.

BRASIL. Decreto nº 91.144. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. 15 de março de 1985. Brasília/DF: 1987.

BRASIL. Lista dos títulos do PNBE no Relatório de atividades do FNDE (1999, p. BRASIL. Relatório Brasil no PISA 2018. INEP, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/resultados>>. Acesso em: 10, de janeiro de 2022.

BORBA, M. A. J. de O. Literatura e teoria do efeito estético. In: _____. Tópicos de teoria para o discurso literário. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004, p. 137-176

CADÔR, A. B. O signo infantil em livros de artista. PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, [S. l.], p. 59–72, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15430>. Acesso em: 2 fev. 2023.

CANDIDO, A. A formação da Literatura Brasileira. V1. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

CANDIDO, A. Na sala de aula: caderno de análise literária. 8. ed. São Paulo: editora ática, 2011.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: Vários escritos. 3.ed. São Paulo: Duas cidades, 1995.

CARVALHO, F. A Literatura Infantil na literatura brasileira. Literatura Infantil na literatura brasileira, Araraquara, 1992.

COELHO, N.N. Leitura: Porta aberta para o saber. In: SOUZA, R.J. Caminhos para a formação do leitor. São Paulo: DCL, 2004.

COLOMER, T. Introdução à literatura infantil e juvenil atual. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2017.

COSSON, R. Entrevista: Políticas públicas federais de leitura e formação literária. Letra A – Jornal do alfabetizador. Ano 16, nº 54, 2020, p. 12 -17.

COSSON, R. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2019.

COSSON, R. Literatura: modos de ler na escola. In: XI Semana de Letras. Anais [...]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

COSSON, R. O PNBE e o desafio do leitor escolar. In: SILVA-CARVALHO et al (org.). Políticas públicas de formação e avaliação de leitores, ensino de literatura e leituras. Campina Grande: EDUFCG, 2015. p. 13-26.

COSSON, R. Paradigmas do ensino da literatura. São Paulo: Contexto, 2020.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CHARTIER, R. A aventura do livro: do leitor ao navegador. Tradução Reginaldo de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Edunesp, 1998.

CHARTIER, R. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. Estudos Avançados [online]. 1994, vol. 8, n. 21, p. 185-199. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000200012>. Acesso em 20 jun. 2022

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. Não contem com o fim do livro. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FAILLA, Z. (Org). Retratos da Leitura no Brasil. 5.ed. Instituto Pró-livro, 2020. Disponível em: < 5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf>. Acesso em: 12, de maio de 2020.

FERRARO, J. L. S. O conceito de vida: uma discussão à luz da educação. Educação e realidade, [s. l.], 2019.

FILHO, J. N. G. A literatura infantil: um percurso em busca da expressão artística. In:

FILHO, J. N. G.; PINA, P. K. da C.; MICHELLI, R. S. A literatura infantil e juvenil hoje: múltiplos olhares, diversas leituras. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2011. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002416465>. Acesso em: 6 out. 2022.

FOUCAMBERT, Jean. A leitura em questão. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREITAS, A. M. P. de - O papel do professor na seleção de obras literárias nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 2020. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21580> Acesso em: 18 out. 2018

GERALDI, J. W. O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 2011. ISBN e-ISBN 9788508149278.

GERALDI, J.W. A produção dos diferentes letramentos. Bakhtiniana; São Paulo, 9 (2): 25-34, ago./dez. 2014.

GIROTTI, C. G. G. S.; SOUZA, R. J. Estratégias de leitura: para ensinar alunos a compreender o que leem. SOUZA, Renata Junqueira [et al.] Ler e compreender: estratégias de leitura. Campinas: Mercado das Letras, 2010, p. 45-114.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE - Revista de Administração de Empresas; São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GRANATO, F. F.; SCHWARTZMANN, M. N. A capa do livro paradidático: discursos editorial e didático em uma obra da FTD. Travessias Interativas, [s. l.], 2019.

Globo Cidadania. (2013). Brasil é apontado como o 9º maior mercado de livros. Entrevista com Zoara Failla, organizadora da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globocidadania/noticia/2013/04/brasil-e-o-9-maior-mercado-de-livros-gracas-compra-de-material-didatico.html#:~:text=Apesar%20de%20n%C3%BAmeros%20pouco%20otimistas,estudantes%E2%80%9D%2C%20explica%20Zoara%20Failla.>>. Acesso em: 12, de maio de 2020.

HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HUNT, P. Crítica, Teoria e Literatura Infantil. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Cosacnaify, 2010. (p.1-38) disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ZN-hDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&ots=DCgZBpHOZu&sig=rwbIS815RSWvsJ5yXQcey_84cp4&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false> acesso em 12 de agosto de 2022.

ISER, Wolfgang. O ato da leitura: uma teoria do efeito estético. Tradução de

JOBE, Ron; SAKARI, Mary Dayton. Reluctant Readers: connecting students and books for successful reading experience. Ontario: Pembroke Publishers, 1999. Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996a, 1 v.

KIRCHOF, E. R.; SOUZA, R. J. de. Literatura para crianças e jovens: temas contemporâneos. Em Aberto, Brasília, 2019. DOI <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.32i105>. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/408>. Acesso em: 7 fev. 2023.

KLEIMAN, Â. Oficina de Leitura: Teoria e Prática. 16. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

KLEIMAN, A.B. Formação do professor: Retrospectivas e perspectivas na pesquisa. In:

KLEIMAN, A.B. (Org.). A formação do professor: Perspectivas da linguística aplicada. Campinas-São Paulo: Mercado de Letras, 2016[D1] . p.13-38.

LAJOLO, M. Do mundo da leitura à leitura do mundo. São Paulo: Ática, 2001.

LAJOLO, M. O texto não é pretexto, in Leitura em Crise na Escola. As Alternativas do Professor. Regina Zilberman (org.), Porto Alegre: mercado Aberto, 1982.

LAJOLO, M. O texto não é pretexto. In: Leitura em crise na escola: as alternativas do Professor. TEIXEIRA, V. A. [e outros]org. ZILBERMAN, R. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1991.

LAJOLO, M. ZILBERMAN, R. Literatura Infantil Brasileira. História & Histórias. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. Literatura Infantil Brasileira: história e histórias. São Paulo: Ática, 2017.[D2]

LAKATOS. E. M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de Metodologia Científica. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, L. C. A literatura e o leitor: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LINDOSO, Felipe. O Brasil pode ser um país de leitores?: política para cultura/ política para o livro. São Paulo: Summus Editorial, 2004

LOTMAN, Y. M. Estructura del texto artístico. Madrid: Ediciones Istmo, 1982.

LOWI, T. Arenas of power. Paradigm Publishers: Bolder, 2009.

MACHADO, J. L. Os adutores da gravata, 1992.

MAGNANI, M. R. M. Leitura e formação do gosto (por uma pedagogia do desafio do desejo). Idéias (FDE/SEE/SP), n. 13, p. 101-106, 1992.

MELOT, M. Livro,. Trad. Marisa M. Deaecto e Valéria Guimarães. Cotia: Ateliê Editorial, 2012.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ:

MORAIS, L. G. O. de. Política de leitura: a gestão do programa federal Literatura em minha casa. 2010. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, UNB, Brasília, 2010.

MOREIRA, M. G. B. A formação de leitores e a perspectiva de políticas públicas para a leitura em Manaus. Orientador: Iraildes Caldas Torres. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2300>.

MORTATTI, M. do R. L. Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas e possibilidades para o século XXI. Educar em Revista, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Sfw6w7jqDz4nrJpVxLPCFrn/>. Acesso em: 19 out. 2022.

MOTA, R. J. C. Avaliação pedagógica de obras literárias. Educação, v. 35, n. 3, p.308318, set./dez., 2012.

MUNAKATA, K. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. Tese (Doutorado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 1997.

NIKOLAJEVA, M.; SCOTT, C. Livro ilustrado: Palavras e Imagens. Trad. Cid Knipel, São Paulo: Cosac Naify, 2011.

PAIVA, A. Literatura na infância: imagens e palavras. In: BRASIL (Coord.). Literatura na infância: imagens e palavras. Brasília: SEB/FNDE/MEC, 2008.

PAIVA, A.; SOARES, M. (orgs.). Literatura infantil: políticas e concepções. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PAIVA, J; BERENBLUM, A. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. In: BRASIL (Coord.). Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Brasília: SEB/FNDE/MEC, 2008.

PERROTTI, Edmir. O texto sedutor na literatura infantil. São Paulo: Ícone, 1986. IN:https://alb.org.br/arquivomorto/edicoes_antiores/anais16/sem02pdf/sm02s_s01_04.pdf

PUC, 1997. (Tese de doutorado em História e Filosofia da Educação)

ROSENBLATT, D. E. Making meaning with texts: selected essays. Portsmouth, NH: Heinemann, 2005.

SCHRITTER, I. La Otra Lectura. La ilustración en los libros para niños. Buenos Aires, Lugar, 2005.

SECCHI, L. Introdução: percebendo as políticas públicas. In: _____. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERRA, E. D. Políticas de promoção da leitura. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001.[D4] São Paulo: Global, 2003. p. 65-85

SILVA, A. L. **Trajetória da Literatura Infantil**: da origem histórica e do conceito mercadológico ao caráter pedagógico na atualidade. Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM, [s. l.], v. 2, ed. 2, 2009.

SOARES, I. C. G. Programas Nacionais de Leitura no Brasil: o Proler e o Pró-Leitura (19952000). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2002.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy; BRINA, Heliana; MACHADO, M. Zélia (Orgs.). A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil. 2.ed. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2001, p. 17-48.

SOUSA, M. M. A. C de S. **Emília**: potencialidade transgressora na formação de um novo conceito de infância. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2009. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP-7RCJPQ/1/disserta_o_de_mestrado.pdf. Acesso em: 8 dez. 2022.

SOUZA, R. J. de. **Literatura infantil e primeira infância**: políticas e práticas de leitura. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/fronteraz/article/view/28941>. Acesso em: 12 out. 2022.

SOUZA, R. **Leitura literária na escola**: por uma didática da implicação. Public Knowledge Project, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/sededeler/article/download/29127/16903>. Acesso em: 12 abr. 2023.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002[D5] . Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 18 out. 2018.

TEIXEIRA, L. Livro-Ativo: A materialidade do objeto como fundamento para o projeto do livro infantil em forma de códice. Orientador: Giorgio Giorgi jr. 2010. Dissertação (MestradoÁrea de Concentração: Design e Arquitetura) - **FAUUSP**, São Paulo, 2010.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-26052010-150112/pt-br.php>. Acesso em: 3 abr. 2023.

TOLENTINO, J.M.A. **A literatura para crianças e jovens sob coerções**: uma análise crítica do PNLD Literário. 2020. 129f. Dissertação (Mestrado) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens. Belo Horizonte, 2020.

ZILBERMAN, R. A literatura infantil na escola. 4 ed. São Paulo: **Global**, 1985.

ZILBERMAN, R. **O papel da literatura na escola**. Via Atlantica, [s. l.], 2009.

APÊNDICES

Apêndice 1. Edital do PNLD Literário de 2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 (PNLD 2020)	
CATEGORIA	TEMAS
Categoria 1: obras literárias voltadas para os estudantes do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental.	a. Autoconhecimento, sentimentos e emoções; b. Família, amigos e escola; c. O mundo natural e social; d. Encontros com a diferença; e. Diálogos com a história e a filosofia; f. Aventura, mistério e fantasia; g. Outros temas
Categoria 2: obras literárias voltadas para os estudantes do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.	a. Cultura digital no cotidiano do adolescente; b. Conflitos da adolescência; c. Encontros com a diferença; d. Sociedade, política e cidadania; e. Diálogos com a história e a filosofia; f. Ficção científica, mistério e fantasia; g. Outros temas.

Fonte: Dados organizados pela autora a partir do edital do PNLD - 2018a.

Apêndice 2. Edital do PNLD Literário de 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2019 (PNLD 2021)	
CATEGORIA	TEMAS
1 (Creche 1): obras literárias voltadas para as crianças de 0 a 1 ano e seis meses.	a. Descoberta de si; b. A casa e a família; c. O mundo natural e social; d. Outros temas.
Categoria 2 (Creche II): obras literárias voltadas para crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses.	a. Descoberta de si; b. Família, amigos e escola; c. O mundo natural e social; d. Diversão e aventura; e. Outros temas.
Categoria 3 (Pré-escola): obras literárias voltadas para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses.	a. Descoberta de si; b. Família, amigos e escola; c. O mundo natural e social; d. Diversão e aventura; e. Outros temas

Fonte: Dados organizados pela autora a partir do edital do PNLD - 2019

Apêndice 3. Edital do PNLD Literário de 2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL 02/2020 (PNLD 2022)	
CATEGORIA	TEMAS
Creche I: obras literárias voltadas para as crianças de 0 a 1 ano e seis meses. Creche II: obras literárias voltadas para crianças de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses. Categoria Pré-escola: obras literárias voltadas para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses.	a. Cotidiano de crianças nas escolas, nas famílias e nas comunidades (urbanas e rurais); b. Relacionamento pessoal e desenvolvimento de sentimentos de crianças nas escolas, nas famílias e nas comunidades (urbanas e rurais); c. Animais da fauna local, nacional e mundial; d. Fábulas e lendas locais, nacionais e universais; e. Parlendas e músicas locais, nacionais e universais; f. Meios de transportes e máquinas urbanas e rurais; g. Profissões urbanas e rurais; h. Jogos, brincadeiras e diversão; i. Aventuras em contextos imaginários ou realistas, urbanos, rurais, locais, internacionais; 2.4.3.10. Corpo humano e suas características; 2.4.3.11. Mundo natural, meio ambiente, plantas, Biologia e Ciências; j. Adaptações de obras feitas para outras idades e públicos (tais como biografias de personagens famosos, obras clássicas, mitologia, textos científicos); e k. Outros temas

Fonte: Dados organizados pela autora a partir do edital do PNLD - 2020

ANEXOS

Anexo 1: EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO

PNLD 2018 LITERÁRIO

A União, por meio do Ministério da Educação (MEC), representada pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com base no art. 208, VII, da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394/1996 e no Decreto nº 9.099/2017, faz saber aos interessados que se encontra aberto o processo de inscrição e avaliação de obras literárias no âmbito do PNLD.

1 Do Objeto

1.1 Este edital tem por objeto a convocação de detentores de direitos autorais para participar do processo de inscrição e avaliação de obras literárias, em língua portuguesa e língua inglesa, destinadas aos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos) e do Ensino Médio (1º ao 3º anos) das escolas públicas federais e as que integram as redes de ensino federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal e aos estudantes da Educação Infantil (creche e pré-escola), das escolas da educação básica pública, das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal e das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

1.1.1 Para efeito do provimento das obras e materiais voltados à educação infantil, serão consideradas as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, conforme o disposto no §1º do art. 8º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

1.2 As obras destinadas à educação infantil, aos anos iniciais do ensino fundamental serão inscritas em língua portuguesa.

1.3 As obras destinadas ao ensino médio poderão ser inscritas em língua portuguesa ou em língua inglesa.

2 Dos Objetivos

2.1 Em conformidade com o definido pelo Decreto nº 9.099/2017, O PNLD 2018 Literário tem como objetivos:

2.1.1 Avaliar obras literárias para uso em sala de aula pelos estudantes da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e ensino médio até o final dos seus respectivos ciclos de atendimento especificados neste edital.

2.1.2 Apoiar a formação dos acervos das escolas públicas, ampliando as oportunidades de uso individual dos estudantes de literatura de qualidade durante o ano letivo;

2.1.3 Contribuir com o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes, em conformidade com a Base Nacional Curricular Comum-BNCC.

2.2 O PNLD 2018 Literário tem caráter transitório, possibilitando o processo de inscrição e avaliação de obras literárias para estudantes da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental e do ensino médio no ano vigente.

2.2.1 Novos processos de inscrição e avaliação de obras literárias para educação infantil, para anos iniciais do ensino fundamental e para o ensino médio poderão ser previstas nos próximos editais do PNLD, de forma a atender as respectivas etapas de ensino com obras literárias e obras didáticas, conjuntamente.

3 Dos Prazos

3.1 A etapa de pré-inscrição para o PNLD 2018 Literário ocorrerá no período das **9 horas do dia 07 de maio às 18 horas do dia 11 de maio de 2018**.

3.2 A etapa de inscrição no PNLD 2018 Literário ocorrerá no período das **9 horas do dia 14 de maio às 18 horas do dia 25 de maio de 2018**.

3.3 A etapa de inscrição do material audiovisual do professor ocorrerá no período de das **9 horas do dia 14 de maio às 18 horas do dia 30 de maio de 2018**.

4 Das Características Gerais das Obras Literárias Destinadas à Educação infantil, aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio

4.1. A obra deverá apresentar-se em volume único e só poderá ser inscrita individualmente, ainda que faça parte de coleção.

4.1.1 Caso a obra contenha anexos ou similares indispensáveis à sua adequada utilização, esses materiais deverão, obrigatoriamente, ser parte integrante do corpo da obra, não podendo constituir volume em separado e nem ser consumíveis;

4.2. As obras literárias serão compostas pelo livro do estudante impresso e poderão conter material digital de apoio ao professor.

4.2.1. O material digital de apoio ao professor é facultativo e sua avaliação não condiciona a aprovação ou a reprovação da obra impressa à qual esteja vinculado.

- 4.2.2. O material digital de apoio ao professor, se disponibilizado pela editora, será considerado parte integrante da obra literária destinada ao professor;
- 4.2.3. A disponibilização do material digital de apoio ao professor é condicionada a avaliação pedagógica.
- 4.2.4. Na hipótese de a editora disponibilizar o material digital de apoio ao professor, o material deverá seguir os ditames expostos no item nº 4.21.
- 4.2.5. O material digital de apoio ao professor deverá ter tamanho máximo de 4,5 GB e ser disposto em um único DVD.
- 4.3. A obra a ser entregue no momento da inscrição deverá pertencer à mesma edição e ter as mesmas características informadas na pré-inscrição.
- 4.4. Não poderão ser inscritas obras literárias:
- 4.4.1. Em domínio público, originalmente escritas em língua portuguesa;
 - 4.4.2. Acompanhadas de caderno de atividade ou que contenham anexos em separado;
 - 4.4.3. Com lacunas ou espaços que possibilitem ou induzam a criança a realizar atividades no próprio livro, inviabilizando o seu uso coletivo.
 - 4.4.4. Que, tanto na etapa de inscrição como na etapa de aquisição e distribuição, não atendam às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, à Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008, ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008, e ao Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012.
- 4.5. No ato da pré-inscrição e na inscrição os detentores de direitos autorais deverão indicar:
- a. O idioma (língua portuguesa ou língua inglesa nos casos de obras para o Ensino Médio);
 - b. A categoria;
 - c. O(s) tema(s);
 - d. O gênero literário.
- 4.6. Será excluída do processo a obra que for inscrita concomitantemente em mais de uma categoria.
- 4.7. Serão aceitas para participar do processo de aquisição obras literárias voltadas para os estudantes da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) e ensino médio, conforme especificações nos Anexos II e III deste edital.
- 4.8. Cada obra deverá ser inscrita em apenas uma das 6 (seis) **categorias** abaixo especificadas:
- a) **Categoria 1** (Creche I): obras literárias voltadas para as crianças de 0 a 1 ano e seis meses;
 - b) **Categoria 2** (Creche II): obras literárias voltadas para crianças de 1 ano 7 meses a 3 anos e 11 meses;
 - c) **Categoria 3** (Pré-escola): obras literárias voltadas para crianças de 4 a 5 anos 11 meses;
 - d) **Categoria 4**: obras literárias voltadas para as estudantes do 1º ao 3º anos do ensino fundamental;
 - e) **Categoria 5**: obras literárias voltadas para as estudantes do 4º e 5º anos do ensino fundamental;
 - f) **Categoria 6**: obras literárias voltadas para os estudantes do 1º a 3º anos do ensino médio.

4.9. As obras literárias deverão ser adequadas às faixas etárias, respectivamente, da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental e do ensino médio, estando em consonância, conforme o caso, com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou as Diretrizes e Orientações Curriculares para o Ensino Médio.

4.10. As obras podem contemplar as seguintes sugestões de temas ou outros:

4.10.1. Temas da **Categoria 1** (Creche I):

- a) Descoberta de Si;
- b) A casa e a família;
- c) O mundo natural e social;
- d) Outros temas.

4.10.2. Temas da **Categoria 2** (Creche II):

- a) Descoberta de si;
- b) Família, amigos e escola;
- c) O mundo natural e social;
- d) Diversão e aventura;
- e) Outros temas.

4.10.3. Temas da **Categoria 3** (Pré-Escola):

- a) Descoberta de si;
- b) Família, amigos e escola;
- c) O mundo natural e social;
- d) Diversão e aventura;
- e) Outros temas.

4.10.4. Temas da **Categoria 4** (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental):

- a) Descoberta de Si;
- b) Família, amigos e escola;
- c) O mundo natural e social;
- d) Diversão e Aventura;
- e) Outros Temas

4.10.5. Temas da **Categoria 5** (4º e 5º anos do Ensino Fundamental):

- a) Autoconhecimento, sentimentos e emoções;
- b) Família, amigos e escola;
- c) O mundo natural e social;
- d) Encontros com a diferença;
- e) Diversão e aventura;
- f) Outros temas;

4.10.6. Temas da **Categoria 6** (1º ao 3º ano do Ensino Médio):

- a) Projetos de vida;
- b) Inquietações das Juventudes;

- c) O jovem no mundo do trabalho;
- d) A vulnerabilidade dos jovens;
- e) Cultura digital no cotidiano do jovem;
- f) Bullying e respeito à diferença;
- g) Protagonismo juvenil;
- h) Cidadania;
- i) Diálogos com a sociologia e a antropologia;
- j) Ficção, mistério e fantasia;
- k) Outros temas.

4.11. As obras literárias poderão ter outros temas, além dos sugeridos neste edital, desde que sejam nomeados, definidos e justificados, pela editora, para fins de avaliação.

4.12. As obras literárias poderão ser inscritas em mais de um tema.

4.13. As obras literárias poderão ser inscritas nos seguintes gêneros literários:

- a. poema;
- b. conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular;
- c. romance;
- d. memória, diário, biografia, relatos de experiências;
- e. obras clássicas da literatura universal;
- f. livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos.
- g. livro-brinquedo.

4.14. A correspondência entre a obra, a categoria, o tema e o gênero literário é critério de avaliação.

4.15. Serão aceitas traduções de obras literárias desde que atendam as características das obras especificadas neste edital.

4.15.1. A adequação da tradução é critério de avaliação.

4.16. Serão aceitas adaptações de obras literárias para todas as categorias.

4.17. Serão aceitas antologias desde que se explicitem, em prefácio, introdução ou apresentação, o(s) critério(s) que justifica(m) a organização.

4.17.1. A organização da antologia é critério de avaliação.

4.17.2. Para fins deste edital, considera-se antologia a reunião de textos de um ou mais autores, organizados em torno de uma proposta editorial consistente.

4.18. Para a educação infantil, as obras deverão ser confeccionadas em material atóxico (p. ex.: papel, cartonado, tecido, EVA, plástico) de forma a possibilitar o manuseio por crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, podendo ser apresentados em diferentes tamanhos.

4.19. As obras que possuem brinquedos deverão, obrigatoriamente, conter o selo do Inmetro.

4.20. Cada obra literária inscrita deverá incluir, no próprio volume, informações paratextuais que contextualizem brevemente o autor e a obra;

4.20.1. A obrigação supracitada não se aplica às obras da educação infantil.

4.21. Para os anos iniciais do ensino fundamental e para o ensino médio, o material digital de apoio ao professor, facultativo, deve estar em consonância, conforme o caso, com a BNCC ou as Diretrizes e Orientações Curriculares para o Ensino Médio e ser composto pelos itens nº 4.21.1 a 4.21.3:

4.21.1. **Material de apoio no formato pdf** com informações que: (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura/escuta e (3) justifiquem a pertença da obra aos seus respectivos tema(s), categoria e gênero literário; e (4) subsídios, orientações e propostas de atividades para a abordagem da obra literária com os estudantes.

4.21.2. **Material de apoio no formato pdf** com orientações para as aulas de língua portuguesa ou língua inglesa (conforme idioma da obra literária) que preparem os estudantes antes da leitura das respectivas obras (**material de apoio pré-leitura**), assim como para a retomada e problematização das mesmas (**material de apoio pós-leitura**).

4.21.3. **Material de apoio no formato pdf** com orientações gerais para aulas de outros componentes ou áreas para a utilização de temas e conteúdos presentes na obra, com vistas a uma abordagem interdisciplinar.

4.21.4. **Material audiovisual tutorial/vídeo-aula facultativo** que ofereça, aos professores, informações que (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura e (3) justifiquem a pertença da obra aos seus respectivos tema(s), categoria e gênero literário; e (4) subsídios, orientações e propostas de atividades para a abordagem da obra literária com os estudantes.

4.21.4.1. O material audiovisual deverá ter no mínimo 5 minutos e no máximo 10 minutos;

4.21.4.2. Por ser facultativo, o material audiovisual não é critério de aprovação ou reprovação.

4.21.4.3. A disponibilização do material audiovisual é condicionada a avaliação pedagógica.

4.21.4.4. Caso a avaliação pedagógica considere pertinente o material audiovisual, será destacado no Guia Digital do PNLD que a obra dispõe no manual do professor de tal recurso.

4.22. Para a **educação infantil**, o manual digital de apoio ao professor, facultativo, a ser apresentado de acordo com o item **4.21**, deve estar em consonância com a BNCC ser apenas composto pelos materiais descritos nos itens **4.21.1** e **4.21.4**.

4.23. As obras literárias serão compostas por livros reutilizáveis.

4.24. Não será permitida a reinscrição de obras **aprovas** em outros editais literários.

4.25. A obra deverá ter um único editor.

4.26. Somente será aceita obra literárias cujo(s) autor(es) seja(m) pessoa(s) física(s).

4.27. As obras literárias avaliadas no PNLD 2018 Literário terão ciclos de **quatro anos** para educação infantil, **cinco anos** para os anos iniciais do ensino fundamental e **três anos** para o ensino médio.

5. **Da Acessibilidade**

5.1. Em atendimento à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, somente poderão participar dos certames do MEC os editores cujas obras inscritas estejam em formato acessível, conforme especificado neste edital.

- 5.2. Os estudantes e professores com deficiência receberão as mesmas obras distribuídas às suas escolas em formato acessível EPUB3, salvo demandas específicas por obras em Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- 5.3. A remuneração pelas obras acessíveis será objeto de negociação específica, que levará em consideração os custos tanto da geração do conteúdo digital quanto de reprodução das cópias físicas, se for o caso.
- 5.4. O atraso ou o não atendimento do fornecimento de obras digitais e/ou físicas acessíveis resultará na aplicação de multa, nos termos e condições a serem definidos no contrato de aquisição.
- 5.5. Para as obras aprovadas, os editores deverão, até dez dias após a publicização no Guia Digital do PNLD 2018 – Literário, carregar, no SIMEC, arquivos em DOCX linearizado para produção em Braille e o arquivo da imagem da 1ª capa das obras em extensão CDR com a resolução mínima de 300 dpi. Esses arquivos ficarão sob guarda e responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI para disponibilização aos Centros Públicos de Produção de Material Didático Braille e a outras entidades produtoras de livros em Braille.
- 5.6. Os editores ficam autorizados a realizar a produção e a distribuição das suas obras aprovadas, no formato digital acessível – Libras/Língua Portuguesa, diretamente ou mediante contratação de instituição parceira, para aquisição do FNDE no âmbito do PNLD 2018 Literário, sujeita a regulação e contratação específicas.
- 5.7. O Livro Digital Acessível deverá ser apresentado em formato EPUB 3.0.1, disponível em <http://www.idpf.org/epub/301/spec/epub-overview.html>, conforme normas do IDPF - *International Digital Publishing Forum*, ou das normas ISO/IEC TS 30135, partes 1 a 7, ou versões posteriores, desde que compatíveis com as características apresentadas neste edital.
- 5.8. O MEC ficará responsável pela indicação do beneficiário do material em formato EPUB3 e a forma de distribuição será definida no contrato de aquisição.
- 5.9. O livro digital acessível – EPUB3 deverá corresponder à obra impressa e apresentar as características constantes do Anexo IV.

6. Das Condições de Participação

- 6.1. Pessoas jurídicas interessadas em participar deste certame deverão observar as condições de participação no programa, regulamentadas pelo Decreto nº 9.099/2017 e pela Resolução CD/FNDE Nº 42/2012.
- 6.2. Os editores que tiverem obras literárias aprovadas deverão observar também a Portaria Ministerial nº 07/2007, ou outra que vier a substituí-la.
- 6.3. Poderá inscrever obras literárias toda e qualquer pessoa jurídica estabelecida no país e que atenda às exigências previstas neste edital e na legislação específica, inclusive quanto à documentação.
- 6.4. Não poderá participar do presente processo de aquisição a empresa:
- 6.4.1. declarada inidônea;
 - 6.4.2. suspensão de licitar em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal;
 - 6.4.3. punida com impedimento de contratar com o Poder Público;

6.4.4. estrangeira que não funciona no país.

6.5. A partir de notificação ou convocação específica do Ministério da Educação, o editor se compromete a alterar a obra aprovada em caso de identificação de correções ou atualizações necessárias.

6.6. O editor poderá propor alteração e aprimoramento de conteúdos durante o ciclo de atendimento, caso em que o Ministério da Educação avaliará a pertinência da alteração do conteúdo proposto.

6.7. As alterações de que tratam o subitem 6.5 serão submetidas à aprovação ou avaliação de profissionais ou equipes designadas pelo MEC.

6.8. Se as notificações e convocações de que tratam o subitem 6.5 não forem atendidas ou se os respectivos objetos não forem aprovados, o MEC e o FNDE poderão suspender a compra e a distribuição das obras escolhidas, caso em que serão distribuídas às escolas as obras em outra opção, conforme estabelecido na legislação vigente.

7. Das Etapas de Inscrição

Do Cadastramento dos Editores

7.1. Para cadastrar-se no SIMEC, o interessado deverá solicitar login e senha pelo e-mail preinscricao@fnde.gov.br acessar o sistema exclusivamente por meio do endereço eletrônico www.simec.mec.gov.br.

7.2. Será aceito somente o cadastramento de editores que o formalizem por meio de um responsável, pessoa física, devidamente identificada no SIMEC, com nome completo e CPF, além do CNPJ e da razão social da empresa.

7.2.1. Para evitar problemas na comunicação por meio de correio eletrônico com o FNDE, recomenda-se que se efetuem configurações de liberação de modo a permitir o recebimento de mensagens provenientes do domínio “@fnde.gov.br” ou “@mec.gov.br”.

7.2.2. Caso possua recursos de AntiSpam (ou filtros de segurança) ativos em seu sistema de e-mail, esses recursos deverão ser desbloqueados para o recebimento de mensagens cujo remetente tenha os domínios mencionados.

7.2.3. Os editores deverão disponibilizar um endereço eletrônico para comunicação com o FNDE.

7.2.4. Os dados dos editores deverão estar permanentemente atualizados no FNDE, por intermédio de solicitação formalizada no endereço eletrônico preinscricao@fnde.gov.br.

7.2.5. Deverão ser registrados no SIMEC a razão social da empresa, o nome fantasia e marcas/selos, quando houver.

7.2.5.1. Entende-se por razão social a denominação jurídica da empresa registrada nos órgãos públicos competentes.

7.2.5.2. Entende-se por nome fantasia a denominação pela qual a empresa se identifica no mercado, ou seja, designação popular de título de estabelecimento utilizado pela empresa, sob a

qual ela se torna conhecida do público, que deve constar no cadastro do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

7.2.5.3. Entende-se por marca/selo todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifique e distinga produtos e serviços de outros análogos.

7.2.6. A inscrição apenas poderá ser concretizada com a inserção no SIMEC dos dados cadastrais, o carregamento dos arquivos, no SIMEC, para avaliação, bem como da documentação especificada no Anexo V.

Da Pré-Inscrição.

7.3. A pré-inscrição é o prévio cadastramento no SIMEC dos **dados** sobre as obras literárias, editores e dos respectivos autores ou sucessores legais, bem como o **carregamento da respectiva documentação**, que atendam às disposições deste edital, devendo ser realizado pelo responsável identificado no sistema informatizado.

7.4. Ao realizar a pré-inscrição das obras, o interessado adquire o direito de participar **exclusivamente** com as obras que pré-inscreveu no processo de inscrição e avaliação para o PNLD 2018 Literário.

7.4.1. Para fins deste certame, define-se que as obras pré-inscritas ficam vinculadas ao editor que as cadastrou. Havendo impossibilidade ou renúncia do editor em prosseguir no processo, as obras serão excluídas.

7.5. Para os casos de pessoa jurídica que tenha sido incorporada ou vendida com a transferência dos bens, desde que comprovado o atendimento das condições do edital por parte da empresa adquirente, ficará permitida a mudança no cadastro do participante; mantendo-se, para o novo participante, todas as condições exigidas neste edital, inclusive quanto à atualização do material e da documentação pertinente.

7.6. Os editores poderão informar um endereço eletrônico da internet para cada obra, que constará como hiperlink no guia do livro - PNLD, no formato www.nomedaeditora.com.br/pnld2018/nomedaobra, onde os professores poderão ter acesso no momento da escolha exclusivamente às obras aprovadas, na sua totalidade ou parcialmente. Esse conteúdo estará sob responsabilidade exclusiva de cada editor.

7.7. Os dados das obras informados na pré-inscrição deverão ser os mesmos dados constantes no contrato de edição, na capa e na ficha catalográfica.

7.8. O editor deverá informar no sistema informatizado o nome de todos os autores da obra, assim identificados como pessoa física conforme constam no contrato de edição, na capa do livro e na ficha catalográfica.

7.9. No caso de autor falecido, deverão ser informados também os dados dos herdeiros/sucessores.

7.10. Somente serão pré-inscritas obras que apresentarem número de ISBN.

7.11. Os direitos autorais da obra a ser adquirida deverão pertencer a um único editor, sendo vedada a coedição.

7.12. A obra deverá ser pré-inscrita com o número da edição e o ano de edição.

7.13. Poderão ser pré-inscritas até quatro obras por editora.

7.14. No ato da pré-inscrição das obras literárias, os detentores de direitos autorais deverão indicar:

- a) O idioma (língua portuguesa ou língua inglesa no caso das obras destinadas ao ensino médio);
- b) A categoria;
- c) O(s) tema(s);
- d) O gênero literário.

7.15. Estará excluída do processo do PNLD 2018 Literário a obra cujos dados preenchidos no sistema informatizado, no período da pré-inscrição, estejam incorretos ou incompletos ou, ainda, apresentem divergência em relação à obra, salvo disposto nos subitens 8.5 a 8.6.

7.16. A obra pré-inscrita não poderá ser substituída ou mesmo alterada, salvo o disposto nos subitens 8.5 a 8.7 deste edital. Caso fortuito de divergência e inconformidade na obra ou nos dados do sistema informatizado será deliberado na etapa de Controle de Qualidade, preservando-se sempre a qualidade da obra.

7.17. Será de inteira responsabilidade dos interessados a validade das informações fornecidas ao FNDE no cadastramento dos autores. Esse cadastro deverá conter dados atualizados, tendo em vista que será utilizado pelo FNDE em etapas do processo de aquisição.

7.18. Para fins de prova de comprovação da pré-inscrição, só será aceita ficha técnica do material, impressa em PDF, do relatório emitido pelo sistema informatizado.

7.19. O FNDE não se responsabilizará pela pré-inscrição de obras não concretizada por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

7.20. O editor deverá carregar, no sistema informatizado, os arquivos das imagens da primeira e quarta capas e da ficha catalográfica de cada volume da obra, cujos dados devem estar de acordo com o que consta nos contratos de direitos autorais a serem apresentados e no sistema informatizado.

Da Entrega dos DVDs

7.21. A entrega dos DVDs das obras literárias deverá ser realizada pelo responsável identificado no SIMEC, conforme subitem 7.1 e anexo II.

7.22. O editor adquire o direito de participar exclusivamente com as obras literárias que pré-cadastrou no Edital PNLD 2018 Literário, sendo a etapa de pré-inscrição necessária à participação nas fases seguintes.

7.23. Os direitos autorais patrimoniais sobre a obra literária a ser adquirida deverão pertencer a um único editor.

7.24. No caso de obras literárias traduzidas, o tradutor é legalmente o autor da obra e seu nome deverá constar na primeira capa.

7.25. O editor deverá entregar ao FNDE ou à instituição por este indicada, em hora e local pré-agendados, durante o período de inscrição e para cada título inscrito, um DVD contendo o arquivo em PDF com as obras pré-inscritas e, se for o caso, um DVD contendo os respectivos materiais de apoio ao professor e um DVD contendo o material digital audiovisual, nos termos dos itens nº 4.2 e 4.21 e demais disposições deste edital.

- 7.25.1. Cada DVD deve vir acondicionado em embalagem plástica transparente, tipo “slim”;

- 7.25.2. Cada DVD deve trazer rótulo contendo título da obra, editora, autores, temas, categoria a que pertence e gênero literário pré-inscritos, além de especificar, se for o caso, se se trata da obra, do material digital de apoio ao professor ou do material digital audiovisual.
- 7.26. O editor também deverá entregar ao FNDE ou à instituição por este indicada uma declaração, em papel timbrado da editora e assinada pelo seu representante, indicando os títulos que estão sendo entregues e suas categorias, conforme Anexo XIV. A declaração deverá ser entregue em duas vias, sendo que uma ficará com a editora após conferência dos materiais entregues.
- 7.27. Para fins deste certame, define-se que as obras literárias entregues ficam vinculadas ao editor que as entregou. Havendo impossibilidade ou renúncia em prosseguir no processo, as obras literárias serão excluídas.
- 7.28. Para os casos de pessoa jurídica que tenha sido incorporada ou vendida, resultando na transferência dos bens, desde que comprovado o atendimento das condições do edital por parte da empresa adquirente, ficará permitida a mudança no cadastro do editor.
- 7.28.1. No caso de mudança do editor prevista no subitem anterior, as versões entregues da obra literária devem ser atualizadas quanto à razão social, marca, selo e nome fantasia, sob pena de multa quando identificada qualquer inconsistência.
- 7.29. Os dados das obras literárias informados na pré-inscrição deverão ser os mesmos dados constantes no contrato da obra, na capa e na ficha catalográfica.
- 7.30. O editor deverá informar no SIMEC o nome de todos os autores da obra literária, inclusive da obra coletiva, assim identificados como pessoa física, conforme constam no contrato da obra, na capa do livro e na ficha catalográfica.
- 7.31. No caso de autor falecido, deverão ser informados também os dados dos herdeiros/sucessores.
- 7.32. Os DVDs deverão ser entregues em edição finalizada, com todos os textos, as imagens, a diagramação, as cores e o número de páginas definitivas.
- 7.33. Somente serão aceitas obras que apresentarem número de ISBN.
- 7.34. A obra deverá ser entregue com o número da edição, inclusive quando for a primeira, e o ano de edição.
- 7.35. A obra entregue não poderá ser substituída ou mesmo alterada, salvo disposto neste edital.
- 7.36. Será de inteira responsabilidade do editor a validade das informações fornecidas ao FNDE na pré-inscrição das obras e do editor. Esse cadastro deverá conter dados atualizados, tendo em vista que será utilizado pelo FNDE para fins de aquisição.
- 7.37. Os arquivos das obras literárias fornecidos pelo editor ficarão sob responsabilidade do MEC para armazenamento institucional.
- 7.38. A não veracidade das informações prestadas acarretará a responsabilização administrativa, civil e penal do detentor de direitos autorais conforme legislação específica.
- 7.39. As obras caracterizadas como livro-brinquedo, conforme itens nº 4.18 e 4.19, deverão ser entregues em meio físico juntamente com os DVDs ao FNDE ou instituição por este indicada.

Da Inscrição

7.40. A inscrição é composta pelas etapas de pré-inscrição e da respectiva entrega dos DVDs e das obras físicas correspondentes ao livro-brinquedo ao FNDE ou instituição por este indicada, observadas as especificações técnicas do Anexo II.

7.41. Inconsistências não detectadas na etapa de inscrição poderão gerar a exclusão da obra a qualquer tempo, independente da etapa em que sejam verificadas.

8. Da Validação da Inscrição

8.1. A validação consiste na verificação dos atributos editoriais e, quando se tratar de livros-brinquedo, físicos, sendo que as obras pré-inscritas e entregues deverão atender às exigências contidas nos Anexos II e VI e aos demais requisitos desse edital, sob pena de exclusão.

8.2. As obras pré-inscritas e entregues deverão ser analisadas para verificação dos requisitos mínimos de conformidade previstos no Anexo VI e demais exigências deste edital, sob pena de exclusão.

8.3. As obras que não atenderem às exigências mínimas contidas no Anexo VI serão invalidadas, não podendo seguir para as demais etapas do processo de aquisição.

8.4. A análise visual da obra será feita em comparação às exigências dos Anexos II e VI e aos dados do contrato de edição/cessão de direitos ou similar, bem como à consistência dos registros no sistema informatizado.

8.5. Verificada a existência de falhas pontuais na obra, limitadas a 5% (cinco por cento) do total de páginas por exemplar e a 2 (dois) volumes por titular de direito autoral, o interessado poderá reapresentar a obra corrigida.

8.6. Verificada a existência de falhas pontuais no preenchimento de dados no sistema informatizado, o editor será notificado e poderá formalizar a solicitação de correção dos dados no sistema, limitadas a 5 (cinco) informações por volume e a 2 (dois) volumes por editor, correspondendo cada informação ao preenchimento de um campo do sistema.

8.6.1. Verificadas as hipóteses dos itens nº 8.5 a 8.6, o editor será comunicado **uma única vez** para saneamento das falhas pontuais detectadas.

8.6.2. A diligência será enviada por e-mail ao endereço eletrônico registrado pelo editor no SIMEC.

8.6.3. O editor terá o prazo máximo de cinco dias corridos, contados a partir da data de envio do email de notificação, para atendimento da diligência.

8.6.4. O termo inicial para contagem de prazo para cumprimento da diligência requerida será a data de envio do e-mail ao endereço eletrônico informado no SIMEC.

8.6.5. O não cumprimento do prazo ou da correção ocasionará a exclusão imediata da obra e/ou do editor.

8.6.6. Se o editor entender que, para melhores esclarecimentos, deve encaminhar algum documento, deverá fazê-lo junto com os documentos exigidos nesta etapa.

8.7. Após verificação de atendimento dos requisitos, será disponibilizado o resultado da etapa de Validação na imprensa oficial e no portal do FNDE.

8.8. Os pareceres da etapa de Validação serão disponibilizados no SIMEC a todos os editores participantes, assegurado o direito de recurso previsto na legislação vigente.

8.9. A validação de inscrição não afasta a possibilidade de exclusão da obra se verificada a existência de qualquer inconformidade detectada a qualquer tempo.

9. Da Análise dos Atributos Físicos das Obras Literárias:

9.1. Essa etapa consiste na verificação dos atributos físicos das obras entregues em comparação com os dados carregados na etapa de pré-inscrição, sendo que as obras literárias deverão atender às exigências contidas no Anexo II e aos demais requisitos deste edital, sob pena de exclusão.

9.2. Os editores participantes do PNLD 2018 Literário serão convocados em dia, horário e local previamente agendados para entrega das obras em formato físico.

9.3. Caso as obras sejam entregues por um procurador, deverão estar acompanhadas de instrumento público de procuração contendo poderes expressos de representação junto ao FNDE, com reconhecimento de firma.

9.4. Os exemplares das obras inscritas não serão devolvidos após a etapa de Análise de Atributos.

9.5. Para a análise de atributos físicos das obras literárias deverão ser entregues 02 (dois) exemplares.

9.6. Os exemplares das obras a serem entregues deverão corresponder à mais recente edição e serem exatamente iguais.

9.7. Os exemplares das obras literárias a serem entregues deverão estar embalados e identificados externamente por etapa da educação infantil, ensino fundamental ou médio e categoria em que foi inscrita e aprovada.

9.8. Os exemplares das obras deverão ser entregues em edição finalizada, com todos os textos, as imagens, a diagramação, as cores e número de páginas definitivas, inclusive com acabamento e matéria-prima definitiva (papel, etc.), e deverão, também, guardar consonância com as especificações informadas no sistema informatizado por ocasião da pré-inscrição, salvo o disposto no subitem 9.10.

9.9. Todas as características do projeto gráfico e editorial da obra inscrita deverão ser mantidas caso a obra seja selecionada.

9.10. Somente para a etapa de Avaliação de Atributos Físicos, além dos acabamentos definidos nas especificações técnicas, os livros impressos deverão ser entregues exclusivamente com o acabamento espiralado.

9.11. Será excluída a obra que apresente selos, etiquetas ou outros elementos diferentes dos especificados no edital e no contrato com o FNDE.

9.12. Todos os elementos presentes na obra devem ser impressos de acordo com as especificações deste edital, não sendo permitida a inclusão de qualquer item adesivado.

9.13. Verificada a existência de falhas pontuais na obra, limitadas a 5% (cinco por cento) do total de páginas por exemplar e a 2 (dois) volumes por titular de direito autoral, o interessado poderá reapresentar a obra corrigida.

9.14. Verificada a hipótese do item nº 9.13, o editor será comunicado uma única vez para saneamento das falhas pontuais detectadas.

9.14.1. A diligência será enviada por e-mail ao endereço eletrônico registrado pelo editor no SIMEC.

9.14.2. O editor terá o prazo máximo de cinco dias corridos, contados a partir da data de envio do email de notificação, para atendimento da diligência.

9.14.3. O não cumprimento do prazo ou a não adequação das obras ou da documentação ocasionará a exclusão imediata da obra e/ou do editor.

9.14.4. Se o editor entender que, para melhores esclarecimentos, deve encaminhar algum documento, deverá fazê-lo junto com os documentos exigidos nesta etapa.

9.15. Após verificação de atendimento dos requisitos, será disponibilizado o resultado da etapa de análise de atributos físicos na imprensa oficial e no portal do FNDE.

9.16. Os pareceres da etapa de análise de atributos físicos serão disponibilizados no SIMEC a todos os editores participantes, assegurado o direito de recurso previsto na legislação vigente.

9.17. A análise de atributos físicos não afasta a possibilidade de exclusão da obra se verificada a existência de qualquer inconformidade detectada a qualquer tempo.

10. Da Avaliação Pedagógica

10.1. A avaliação pedagógica das obras literárias será realizada de acordo com o Decreto nº 9.099/2017, orientações e diretrizes estabelecidas pelo MEC e especificações e critérios dispostos no Anexo III.

10.2. As obras literárias validadas serão avaliadas de acordo com os critérios constantes no Anexo III deste edital e receberão pareceres elaborados pelas equipes técnicas que indicarão:

10.2.1. Aprovação;

10.2.2. Reprovação.

10.3. Do Recurso da Avaliação Pedagógica das Obras Literárias

10.3.1. O parecer referente à análise da obra reprovada, hipótese prevista nos subitens **10.2.2** poderá ser objeto de recurso fundamentado por parte do editor, no prazo de dez dias, a contar da publicação do resultado prévio, vedados pedidos genéricos de revisão da avaliação.

10.3.2. O recurso deverá ser enviado, por meio do carregamento de arquivos no SIMEC, conforme especificações do Anexo II, e ficará disponível para visualização de todos os participantes durante o período recursal.

10.3.3. A decisão será proferida pela SEB em até trinta dias.

10.3.4. O recurso será encaminhado às equipes de avaliação para reconsideração.

10.3.5. Em caso de não reconsideração, a SEB poderá constituir equipes para analisar os recursos, conforme descrito no Decreto nº 9.099/2017.

10.3.6. A equipe citada no subitem anterior ficará encarregada de analisar o recurso e emitir manifestação exclusivamente sobre a procedência ou improcedência do recurso, vedada a reavaliação integral da obra didática ou literária.

10.4. A relação das obras selecionadas para o PNLD 2018 Literário será publicada no Diário Oficial da União, mediante Portaria do MEC e divulgada nos portais www.mec.gov.br e www.fnnde.gov.br.

10.5. O processo de seleção realizado no âmbito deste edital poderá ser utilizado pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em futuras aquisições, para este ou outros programas e ações.

10.6. Os pareceres referentes à análise das obras não selecionadas poderão ser disponibilizados ao editor após a divulgação do resultado, mediante requisição formal à SEB/MEC.

10.7. É vedado o uso das informações constantes dos pareceres para divulgação das obras em propagandas, catálogos ou similares.

10.8. Do Resultado da Avaliação

10.8.1. O resultado final da avaliação será publicado em Diário Oficial com listagem dos editores e das obras literárias aprovadas e disponibilizado no sistema informatizado.

11. Da Escolha das Obras literárias

11.1. A escolha das obras literárias será realizada de maneira conjunta entre o corpo docente e dirigente da escola com base na análise das informações contidas no Guia Digital do PNLD, considerando-se a adequação e a pertinência das obras literárias em relação à proposta pedagógica de cada instituição escolar.

11.1.1. O Guia Digital do PNLD estará disponível no portal www.fnnde.gov.br e trará as resenhas das obras literárias aprovadas, os princípios e critérios que nortearam a avaliação pedagógica.

11.1.2. As obras literárias aprovadas serão disponibilizadas em sua integralidade para visualização pelos professores durante o período de escolha.

12. Da Habilitação

12.1. A etapa de Habilitação poderá ocorrer a partir da publicação do resultado da etapa de análise dos atributos físicos e consiste na análise das obras literárias aprovadas e dos respectivos documentos previstos no edital, com base nos dados registrados no sistema informatizado pelo participante e de acordo com as exigências previstas na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 9.610/98 e demais legislações relacionadas.

12.1.1. A Habilitação do editor inclui consulta sobre os dados cadastrais, dados dos representantes e sobre as regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal registrados no SICAF e no Tribunal Superior do Trabalho – TST, de acordo com o previsto na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 3.722/01, Decreto 4.485/02, IN nº 02/10 – SLTI/MPOG, de 11.10.10, Lei nº 12.440/11, e respectivas alterações.

12.1.2. A Habilitação das obras literárias ocorrerá pela análise da documentação encaminhada pelo editor, de acordo com o definido no **Anexo V**, em conformidade à Lei nº 9.610/98, referente aos direitos autorais. Não haverá convocação do editor na etapa de Habilitação.

- 12.1.3. As obras literárias, se habilitadas, somente serão adquiridas, produzidas e entregues se o editor comprovar, por meio documental, que detém com exclusividade o direito patrimonial para comercializar e produzir a obra no mercado.
- 12.2. Será considerado habilitado o editor que, de acordo com as exigências previstas neste Edital e a consulta ao SICAF e ao TST, atender às condições de habilitação e qualificação exigidas por este edital.
- 12.3. Os editores deverão manter regular e atualizada a situação no TST e no SICAF como forma de comprovação cadastral e das regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal durante todo o processo de aquisição de obras literárias para o PNLD 2018 Literário.
- 12.4. Os documentos solicitados no Anexo V poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que estejam autenticadas por cartório competente.
- 12.5. A Comissão Especial de Habilitação, no curso do processo de análise da documentação, certificar-se-á da licitude, veracidade e eficácia da documentação e dos respectivos dados fornecidos.
- 12.6. Os editores serão notificados em até duas diligências, se for o caso, para certificação da licitude, veracidade e eficácia da documentação e dos respectivos dados fornecidos. O editor será notificado caso seja observada a falta de documentos e/ou inconsistências nos dados da obra ou nos documentos entregues, conforme definido no **Anexo V**.
- 12.7. As diligências serão enviadas por e-mail ao endereço eletrônico registrado no sistema informatizado pelo editor.
- 12.8. O editor terá o prazo máximo de cinco dias úteis, contados a partir da data de envio do e-mail de notificação, para atendimento da diligência.
- 12.8.1. O termo inicial para contagem de prazo para cumprimento das diligências requeridas será a data de envio do e-mail ao endereço eletrônico informado no sistema informatizado.
- 12.8.2. Para verificar se foram observados os prazos, será considerado como termo final o seguinte:
- 12.8.2.1. a data de postagem efetuada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, caso os documentos sejam encaminhados por meio de SEDEX ou carta registrada para o endereço indicado na diligência;
- 12.8.2.2. a data de recebimento, caso a documentação seja entregue pessoalmente no endereço indicado na diligência.
- 12.8.3. O não cumprimento do prazo ou a não adequação dos documentos enviados após o recebimento das duas notificações ocasionará a exclusão da obra.
- 12.8.4. Se o editor entender que para melhores esclarecimentos deve encaminhar algum documento, deverá encaminhá-lo junto com os documentos exigidos nesta etapa.

12.8.5. A análise da documentação será feita em comparação às exigências do Anexo V e aos dados do contrato da obra de direitos ou similares, bem como à consistência com os registros no sistema informatizado.

12.8.6. Toda documentação deverá ser entregue datada e assinada pelo representante do editor ou por seu procurador público.

12.8.7. Caso a documentação seja entregue por um procurador, deverá estar acompanhada de instrumento público de procuração contendo poderes expressos de representação junto ao FNDE e da cópia autenticadas do CPF e de documento oficial de identificação do(s) procurador(es).

12.8.8. Caso fortuito de divergência e inconformidade na obra ou nos dados e nos documentos carregados no sistema informatizado será deliberado na etapa de Controle de Qualidade, preservando-se sempre a qualidade da obra.

12.9. Da etapa de Habilitação poderá resultar:

12.9.1. Habilitação do editor e de todas as suas obras literárias;

12.9.2. Habilitação do editor e parcial de obras literárias;

12.9.3. Inabilitação do editor.

12.10. A habilitação do editor com exclusão parcial de obras literárias possibilitará que este prossiga nas demais etapas somente quanto às obras literárias não excluídas.

12.11. A inabilitação excluirá o editor das demais etapas previstas neste edital.

12.12. Para a etapa de Habilitação cabem recursos, conforme prevê o art. 109 da Lei nº 8.666/93.

12.13. Caso a empresa não apresente as condições exigidas nesse edital e na legislação vigente antes de finalizada a etapa de habilitação, não poderá prosseguir para as demais etapas do processo de aquisição.

13. Da Negociação

13.1. O FNDE, por intermédio de Comissão Especial de Negociação, poderá convocar os editores habilitados para procederem à negociação de preços por meio do endereço eletrônico cadastrado no sistema informatizado pelo editor.

13.2. A Negociação tem como objetivo a pactuação de preço para aquisição das obras literárias escolhidas dentre as opções realizadas pelas escolas federais e redes de ensino público.

13.3. O quantitativo de exemplares a serem adquiridos terá por base o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

13.4. O FNDE poderá solicitar planilha de custos praticados pelos editores, em formulário próprio.

13.5. A não negociação de preço para aquisição excluirá o editor das demais etapas previstas neste edital.

14. Do Contrato Administrativo

- 14.1. O FNDE poderá formalizar os contratos administrativos com os editores após a negociação dos preços.
- 14.2. O editor fica obrigado a se responsabilizar pela distribuição das obras literárias, nos casos de convocação por parte do FNDE para as contratações posteriores de reposições e complementações nos anos que compõem o ciclo de atendimento deste edital, sob pena de serem suspensos de participar do processo de aquisição subsequente no âmbito dos Programas do Livro.
- 14.3. O FNDE verificará, por meio de consulta virtual ao SICAF, a situação do fornecedor, inclusive os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) do editor.
- 14.3.1. Caso quaisquer desses índices estejam inferiores ou iguais a 1 (um), será exigida prestação de garantia em uma das modalidades previstas pelo § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e modificações posteriores.
- 14.3.2. Os títulos da dívida pública apresentados como garantia deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- 14.3.3. A modalidade de garantia a ser prestada corresponderá a três por cento do valor a ser contratado, devendo ser entregue ao FNDE até trinta dias a partir da data de assinatura do contrato.
- 14.3.4. A não apresentação da garantia no prazo previsto no subitem anterior acarretará aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo.
- 14.3.5. A liberação e a restituição da garantia somente ocorrerão ao término da vigência do contrato e do cumprimento das obrigações contratuais, em especial das cláusulas referentes ao Controle de Qualidade.
- 14.4. Caso a documentação constante no SICAF esteja vencida, tal irregularidade impossibilitará a contratação por parte do FNDE.
- 14.5. A critério e interesse da Administração Pública, o FNDE poderá prorrogar o contrato com base na Lei nº 8.666/93.

15. Da Produção

- 15.1. Após a assinatura dos contratos, os editores estarão aptos a iniciar a produção das obras literárias a serem distribuídas às escolas públicas.
- 15.2. As obras literárias adquiridas deverão apresentar os selos e outros elementos do Programa a serem fornecidos pelo FNDE.
- 15.3. Não serão aceitos qualquer elemento adesivado ou selos impressos, exceto aqueles fornecidos pelo FNDE.
- 15.4. Não serão aceitas quaisquer alterações nas obras aprovadas para o PNLD 2018 Literário. Os exemplares entregues deverão ser idênticos àqueles inscritos no programa, salvo disposição em contrário a ser comunicada pelo FNDE e divergência decorrente de atualizações cadastrais do editor.

15.5. Só serão aceitos razão social, nome fantasia e marca/selo de editor, tanto nas capas como no miolo da obra, daquele contratado pelo FNDE e detentor comprovadamente dos direitos autorais. Não será admitida outra razão social, nome fantasia e marca/selo de outro editor, ainda que pertença ao mesmo grupo econômico.

15.6. O editor contratado deverá apresentar, conforme determina o Decreto nº 7.084/2010, de 27/01/2010, a certificação de origem florestal e de cadeia de custódia da etapa de produção do papel, outorgada por terceira parte independente, acreditada em pelo menos um dos sistemas de certificação reconhecidos e acreditados internacionalmente ou no Brasil, pelo INMETRO.

15.6.1. O editor deverá apresentar uma declaração de que o papel utilizado na produção dos livros para o PNLD 2018 Literário corresponde ao papel certificado quanto à origem florestal e à cadeia de custódia da etapa de produção do papel.

15.6.2. O FNDE disponibilizará, quando da contratação, a estrutura editorial final com todos os elementos que devem constar na obra a ser produzida para atender ao PNLD 2018 Literário.

16. Do Controle de Qualidade

16.1. Por ocasião da produção das obras literárias, o FNDE ou empresa contratada para este fim poderá realizar o Controle de Qualidade, mediante amostragem definida na NBR 5426/1985 – ABNT, em nível de inspeção a ser definido em contrato, que consistirá na análise dos itens de não conformidade constantes da Resolução nº 2, de 12 de janeiro de 2011, do Conselho Deliberativo do FNDE, publicada no Diário Oficial da União, ou outra que vier a substituí-la, com vistas à verificação da qualidade do produto a ser entregue.

17. Da Distribuição

17.1. As obras literárias serão postadas diretamente pelos editores ao FNDE ou à instituição contratada para esse fim, conforme instrução operacional a ser fornecida no momento da contratação.

17.2. Atrasos na entrega que ocasionem a aplicação de três ou mais multas ao editor gera a suspensão de participar do próximo processo de aquisição no âmbito dos Programas do Livro.

17.3. Somente poderão ser postadas as obras literárias depois de efetuada a coleta do material necessário ao Controle de Qualidade feita pelo FNDE ou empresa por ele indicada.

17.4. Poderão receber obras literárias do PNLD Literário 2018 as escolas públicas federais e as redes de ensino municipal, estadual ou distrital e as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e participantes do PNLD que tenham firmado Termo de Adesão ao programa, conforme os termos da Resolução CD/FNDE nº 42, de 28 de agosto de 2012, observados os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo MEC.

17.5. Nos casos das categorias objeto de escolha pelas escolas, as escolas participantes que não acessarem ou não gravarem alguma escolha no sistema devem receber obras literárias aprovadas constantes no Guia Digital do PNLD.

17.5.1. As obras literárias a que se refere o subitem anterior serão todas adquiridas em quotas residuais iguais.

17.5.2. A distribuição às escolas participantes que não gravaram escolha priorizará as obras literárias mais distribuídas no respectivo município ou na unidade da federação, a partir das localidades com menor alunado remanescente.

18. Das Disposições Gerais

18.1. Este edital não dispensa o atendimento às exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 8.666/93, quando da celebração dos futuros contratos administrativos.

18.2. Este edital destina-se ao processo de inscrição e avaliação de obras literárias no ano vigente. As demais etapas previstas no Art. 8º do Decreto 9099/2017 (habilitação; escolha; negociação; aquisição; distribuição; e monitoramento e avaliação) ocorrerão conforme disponibilidade orçamentária.

18.3. O FNDE não se responsabilizará por problemas de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência de dados ou o cumprimento de quaisquer outras exigências desse edital.

18.4. A inscrição das obras literárias implica aceitação, pelo editor, de forma integral e irretratável, dos termos deste edital, bem como da legislação aplicável, especialmente em matéria de direito autoral, não cabendo controvérsias e impugnações posteriores.

18.5. A inscrição das obras literárias não implica qualquer benefício futuro em processos de aquisição de obras literárias no âmbito dos Programas do Livro.

18.6. O editor deve manter toda a documentação atualizada durante o período de execução do contrato, no que se refere às exigências de regularidade jurídica, econômico-financeira e fiscal no SICAF, regularidade trabalhista no TST, bem como a documentação referente às obras literárias adquiridas.

18.7. Constitui obrigação do editor informar ao FNDE, previamente ou imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolva as obras literárias adquiridas com base no presente edital.

18.7.1. O FNDE poderá, a qualquer tempo, deixar de contratar o editor da obra aprovada, quando tiver ciência de litígio sobre direito autoral ou edição da obra.

18.8. O FNDE poderá, a qualquer tempo, revogar, total ou parcialmente, o processo de aquisição das obras literárias, por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

18.9. A inscrição das obras literárias não implica na obrigatoriedade de assinatura de contrato de aquisição por parte do FNDE, tampouco confere direito a indenizações a título de reposição de despesas realizadas no cumprimento de etapas deste edital ou na produção da obra, bem como não confere direito a lucro cessante, em caso da exclusão em qualquer das etapas do edital.

18.10. Sem prejuízo da documentação exigida durante as etapas do processo de habilitação, o FNDE poderá exigir, a qualquer tempo, dos editores, a apresentação dos contratos firmados com os autores de ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra.

18.10.1. A recusa pelo editor em apresentar os contratos mencionados no subitem anterior, ou sua apresentação intempestiva ou incompleta, poderá ensejar a não contratação e/ou aplicação de multas contratuais pelo FNDE.

18.11. Não serão aceitas, após o período da inscrição, solicitações de alterações nos dados cadastrados no sistema informatizado, na obra entregue e nos documentos apresentados, salvo atualização no cadastro do editor e os casos de falhas pontuais.

18.12. As etapas do processo de aquisição de obras literárias para o PNLD 2018 Literário estarão sob a integral responsabilidade:

- a) **do FNDE:** cadastramento dos editores, pré-inscrição e inscrição das obras literárias;
- b) **do FNDE e da instituição por ele contratada:** inscrição/recepção das obras literárias e da documentação, bem como validação da inscrição e análise dos atributos físicos dos títulos inscritos;
- c) **da SEB:** avaliação pedagógica das obras literárias e elaboração do Guia Digital do PNLD;
- d) **da Comissão Especial de Habilitação/FNDE:** análise e deliberação quanto à documentação apresentada pelos editores;
- e) **da Comissão Especial de Negociação/FNDE:** negociação das obras literárias;
- f) **do Editor:** produção e postagem;
- g) **do FNDE e/ ou da instituição a ser contratada por ele:** Controle de Qualidade;
- h) **da instituição a ser contratada pelo FNDE:** distribuição;
- i) **do FNDE e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação:** acompanhamento/monitoramento da execução do Programa.

18.13. De acordo com as responsabilidades, definidas no subitem 18.12, os pedidos de esclarecimentos sobre o teor deste edital deverão ser feitos, exclusivamente e formalmente, pelos e-mails cogeam@mec.gov.br ou coher@fnde.gov.br.

18.14. Será de inteira responsabilidade dos editores a validade das informações fornecidas ao FNDE.

18.15. Em nenhuma hipótese serão devolvidas aos editores, a documentação, as obras literárias, inclusive CDs e DVDs, apresentadas para fins de cumprimento das etapas descritas neste edital, independentemente do resultado da seleção.

18.16. Situações não previstas neste edital serão analisadas pelo FNDE e pela SEB, de acordo com as suas competências e com a natureza do assunto.

18.17. Integram o presente edital, como se transcritos fossem e como partes indissolúveis, os seguintes anexos:

Relação de anexos

- a. Anexo I – Glossário do PNLD 2018 Literário;
- b. Anexo II – Especificações Técnicas das Obras;
- c. Anexo III – Critérios para Avaliação das Obras Literárias
- d. Anexo IV - Critérios de Acessibilidade;
- e. Anexo V – Relação de Documentos para Inscrição;
- f. Anexo VI – Requisitos de Conformidade;
- g. Anexo VII – Critérios da Análise de Atributos Físicos
- h. Anexo VIII – Modelo de Declaração do Editor
- i. Anexo IX – Modelo de Declaração da Obra
- j. Anexo X – Modelo de Declaração de Vigência de Contrato de Edição ou de Cessão de Direitos Autorais com Prazo de Validade Indeterminado;
- k. Anexo XI – Modelo de Declaração de Domínio Público para obras escritas originariamente entregues em língua estrangeira;
- l. Anexo XII - Modelo de Declaração de Domínio Público para Textos Escritos em Língua Portuguesa Integrantes de Antologias;
- m. Anexo XIII - Modelo de Declaração de Domínio Público de textos Brasileiros Adaptados;
- n. Anexo XIV – Modelo de Declaração de Títulos Entregues.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI

PNLD 2018 LITERÁRIO

ANEXO I

GLOSSÁRIO

1. **Autor:** pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica, tais como tradutor, ilustrador, organizador, adaptador, coautor, dentre outros. (Art. 11, Lei 9.610/98)
2. **Coleção:** o conjunto organizado de livro (s) do aluno e manual (ais) do professor, em volumes por ano ou únicos, inscrito sob um mesmo título, ordenado em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada com o (s) respectivo (s) componente (s) curricular (es) para o período de vigência do edital.
3. **Comissão Especial de Habilitação-CEH:** grupo de servidores nomeado pelo Presidente do FNDE com o objetivo de verificar o atendimento dos documentos e obras às exigências do edital quanto a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#) e atendimento à Lei de Direitos Autorais.
4. **Comissão Especial de Negociação-CEN:** grupo de servidores nomeados pelo Presidente do FNDE para proceder a negociação dos valores a serem pagos pelas obras aprovadas.
5. **Contrato da obra:** instrumento pelo qual uma pessoa física ou jurídica obriga-se a reproduzir e a divulgar a obra, ficando autorizada a publicá-la e explorá-la pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor (es). Pode ser um contrato de edição, de cessão, de tradução, de ilustração, de adaptação etc.
6. **Editor:** a pessoa jurídica detentora dos direitos autorais patrimoniais sobre a obra e à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução e o dever de divulgação, nos limites previstos no contrato da obra, cessão, tradução ou instrumento similar.
7. **ISBN:** sistema internacional de identificação de livros e softwares que utiliza números para classificá-los por título, autor, país, editora e edição. Obrigatório para as obras inscritas no edital.
8. **Livro do Estudante:** aquele utilizado pelo aluno para acompanhar as aulas do professor; estudar; realizar as atividades na sala de aula ou em casa.
9. **Manual do Professor Digital:** aquele utilizado pelo professor como suporte para uma maior contextualização e problematização da obra literária. Não se refere a um conjunto de regras sobre como interpretar e utilizar a obra. Como o nome indica, tratam-se de recursos extras, facultativos, que devem servir como auxílio para o trabalho docente.
10. **Livro consumível:** aquele que permanece, em caráter permanente, com o estudante, sendo desnecessária sua devolução à escola após o fim do período letivo correspondente.
11. **Livro reutilizável:** aquele que permanece, em caráter provisório, com o estudante ou o professor durante o ano letivo correspondente, devendo ser devolvido para a escola após esse período para posterior utilização por outro estudante/professor.

12. **Marca/selo:** todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifique e distinga produtos e serviços de outros análogos.
13. **Nome fantasia:** a denominação pela qual a empresa se identifica no mercado, ou seja, designação popular de título de estabelecimento utilizado pela empresa, sob a qual ela se torna conhecida do público, que deve constar no cadastro do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.
14. **Obra:** criação expressa por qualquer meio ou fixada em qualquer suporte classificada como protegida pela lei de direitos autorais, podendo apresentar-se em volume único ou coleção.
15. **Obra adquirida:** obra aprovada e contratada que deve conter os elementos indicados na Estrutura Editorial do contrato administrativo.
16. **Obra aprovada:** obra que atendeu a todos os parâmetros de avaliação do edital e que recebeu a menção de aprovada, conforme previsto no Decreto que regulamenta o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, fazendo parte do Guia Digital do PNLD e podendo participar das fases de habilitação e compra realizadas pelo FNDE.
17. **Obra coletiva:** criação de iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma.
18. **Obra derivada:** criação nova resultante da transformação de obra originária.
19. **Obra didática:** o conjunto organizado em volumes, formando uma coleção, inscrito sob um único e mesmo título, com progressão didática articulada com o componente curricular dos anos finais do ensino fundamental.
20. **Obra habilitada:** A obra que, atendendo às exigências do edital, teve o parecer de habilitação acatado pela CEH.
21. **Obra inédita:** aquela produzida sem tomar por base as obras já avaliadas pelo Ministério da Educação, mesmo que apenas parcialmente, ou sob outro título ou autoria diversa.
22. **Obra literária:** obra com predomínio de linguagem e forma literárias.
23. **Obra reinscrita:** aquela que teve a mesma edição ou edição anterior inscrita em outro PNLD, como também aquela que foi produzida tomando por base livros/coleções já avaliados em PNLDs anteriores, ainda que seja agora inscrita sob outro título ou outra autoria ou publicada por outra editora.
24. **Obra validada:** material que atendeu aos critérios mínimos previstos no edital para que a inscrição possa se concretizar.
25. **Organizador:** pessoa física responsável pela organização do conteúdo de uma obra coletiva.
26. **Programas do Livro:** Os programas executados pela CGPLI/FNDE e COGEAM/SEB com objetivo de atender com materiais didáticos as escolas federais e rede de ensino público.
27. **Razão social:** a denominação jurídica da empresa registrada nos órgãos públicos competentes.
28. **Resultado final:** Divulgação do resultado de seleção e avaliação das obras do PNLD após análise de todos os recursos.

29. **Resultado parcial:** Divulgação do resultado de etapas específicas do processo de seleção e avaliação das obras do PNLD, passível de recurso.
30. **SICAF:** registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal que tem como finalidade cadastrar e habilitar pessoas interessadas em participar de licitações realizadas por órgãos/entidades federais e acompanhar o desempenho dos fornecimentos contratados. Seu acesso é realizado por meio da rede de teleprocessamento do Governo Federal.
31. **SIMEC:** o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do Governo Federal na área da educação.
32. **Sucessor:** pessoa física que herda a titularidade dos direitos patrimoniais da obra podendo utilizar, fruir e dispor desses direitos.
33. **Tradutor:** autor pessoa física que produz uma nova obra a partir de uma versão em outra língua, preservando a ideia do texto original na obra derivada.
34. **Volume:** unidade material que reúne, sob uma mesma capa, um certo número de folhas, formando um todo ou fazendo parte de um conjunto.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI

PNLD 2018 LITERÁRIO

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS OBRAS

1. Obras literárias carregadas na Inscrição

Na primeira capa:

- 1.1. Título e subtítulo, se houver;
- 1.2. Razão social, nome fantasia e/ou marca/selo da editora;
- 1.3. Autoria;

Na folha de rosto ou seu verso:

- 1.4. Ficha catalográfica;
- 1.5. Número do ISBN.

2. Das Características Físicas das Obras

Para as obras literárias destinadas à Educação Infantil:

- a. As obras literárias destinadas à educação infantil deverão ser adequadas à faixa etária das crianças e confeccionados em material atóxico (p. ex.: papel, cartonado, tecido, EVA, plástico) de forma a possibilitar o manuseio por crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, podendo ser apresentados em diferentes tamanhos.

Para as obras literárias destinadas ao Ensino Fundamental e Nível Médio:

Formatos Admitidos

- b. 205 mm x 275 mm (com desvio de até mais ou até menos 3 mm)
- c. 270 mm x 270 mm (com desvio de até mais ou até menos 3 mm)
- d. 135 mm x 205 mm (com desvio de até mais ou até menos 2 mm)

Papel

Capa:

- a. Papel cartão triplex ou SBS (Sódio Branqueador) branco de gramatura entre 240 a 364 g/m² nominais - ABNT NBR NM ISO 536;
- b. Alvura mínima de 78% - ABNT NBR NM ISO 2470;

- c. Tríplex: rigidez longitudinal entre 80 mN e 200 mN; rigidez transversal entre 35 mN e 90 mN; SBS - rigidez longitudinal entre 162 mN e 490 mN; rigidez transversal entre 80 mN e 246 mN (ABNT NBR NM ISO 2493);
- d. Espessura de 295 µm a 470 µm - ABNT NBR NM ISO 534.

Miolo (Categorias 4 e 5):

- a. Papel revestido cuchê fosco branco de gramatura entre 76,8 g/m² e 83,2 g/m² - ABNT NBR NM ISO 536;
- b. Alvura mínima de 90% - ABNT NBR NM ISO 2470;
- c. Opacidade mínima de 89,5% - ABNT NBR NM ISO 2471;
- d. Espessura entre 67µm e 75 µm - ABNT NBR NM ISO 534.

Miolo (Categoria 6):

- e. Papel branco de pasta química ou pasta de alto rendimento de gramatura entre 72 e 78 g/m² - ABNT NBR NM ISO 536;
- f. Alvura mínima de 85% - ABNT NBR NM ISO 2470;
- g. Opacidade mínima de 87,5% - ABNT NBR NM ISO 2471;
- h. Espessura entre 89 µm e 104 µm - ABNT NBR NM ISO 534.

Acabamento:

- a. Capa: revestido na frente, laminação brilho ou envernizado com verniz UV.

Miolo:

Para livros com até 48 páginas de miolo:

- a. Tipo de lombada: canoa;
- b. Miolo e capa: grampeados com 2 (dois) grampos acavalados na lombada.
- c. Características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;
- d. Grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro com variação de 2 cm, e tolerância máxima de desalinhamento de 0,5 mm em relação ao vincoda dobra;

Para livros com mais de 48 páginas e até 64 páginas de miolo:

- a. Costurado com linha;
- b. “Falsa/termo costura”

- c. Costura de cola.

Para exemplares com mais de 64 páginas de miolo:

- a. Costurado com linha;
- b. “Falsa/termo costura”;
- c. Costura de cola;
- d. Colagem PUR.

Para os livros com mais de 48 páginas:

- a. Lombada quadrada
- b. A distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm;
- c. A distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro.
- d. Capa com vinco de manuseio a 7 mm da lombada com tolerância de ± 1 mm;
- e. Colagem lateral de capa até o vinco de manuseio, com tolerância de até menos 1,5 mm;
- f. O miolo deve ser colado à capa, em toda extensão da lombada.

Deve se observar as especificações complementares:

- a. Para os livros costurados com linha, a linha deve ser de algodão, sintética ou mista, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;
- b. Para os livros com acabamento “falsa/termo costura”, a linha deve ser mista, a base de polipropileno, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;
- c. Para os livros costurados com cola o processo deverá ser “Burst”, “notched” ou “slotted binding”, de forma a garantir a integridade física do miolo;
- d. Para os livros com a lombada raspada e colada, ou raspada, fresada e colada, o processo de colagem deverá ser com a utilização de cola de poliuretano reativo (PUR);
- e. Para os acabamentos previstos na letra “g” abaixo, a eficiência da colagem do miolo deverá ser correspondente à exigência definida na Resolução CD/FNDE nº 2 de 12/01/2011.
- f. Não será admitido miolo apenas colado, ou raspado e colado. A cola utilizada deverá ser flexível após secagem e, em nenhum caso, poderá conter breu ou amido;
- g. Excepcionalmente poderá ser utilizado acabamento por processo de colagem utilizando primer catalisador combinado com o uso de cola especial e secagem com infravermelho (two shot), que garanta resultado de page pull (eficiência da colagem) definido na Resolução

CD/FNDE nº 2 de 12/01/2011, desde que solicitado formalmente pela CONTRATADA e autorizado previamente à produção pelo CONTRATANTE.

CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS

Introdução

As obras literárias, em língua portuguesa, da educação infantil (creche e pré-escola), dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º anos) e do ensino médio (1º ao 3º anos) devem potencializar, entre os estudantes de todas essas etapas, a capacidade de reflexão quanto a si próprios, aos outros e ao mundo que os cerca. Estas obras devem proporcionar o contato com a diversidade em suas múltiplas expressões por meio de uma interação eficiente – e gradativamente crítica – com a cultura letrada, sem descuidar da dimensão estética dessa cultura.

As obras literárias, em língua inglesa, destinadas ao ensino médio (1º ao 3º ano) devem, igualmente, potencializar esse tipo de reflexão. Dessa forma, as obras de ambos os idiomas devem contribuir para a formação dos estudantes com vistas a promover, simultaneamente, a compreensão e a fruição de textos em perspectiva cidadã.

Para a educação infantil, as obras devem estimular, no âmbito de interações e brincadeiras, a curiosidade em relação à cultura escrita, auxiliando os professores a se tornarem mediadores eficientes entre as crianças e os textos. Deve-se propiciar a familiaridade com livros e sua correta manipulação, ressaltando a diferença entre ilustrações e escrita.

Para os anos iniciais do ensino fundamental, as obras devem continuar estimulando a escuta/leitura de textos em suas potencialidades multissemióticas; porém, deve-se expandir, paulatinamente, o repertório de gêneros literários e de temas, possibilitando que os estudantes entrem em contato com textos que rompam com seu universo de expectativa, representando um desafio em relação às leituras anteriores. Nessa perspectiva, deve-se haver um maior investimento na reflexão que os estudantes têm sobre si próprios, os outros e o mundo que os cerca, a partir de uma sofisticação progressiva no uso de recursos da linguagem literária.

Sob essa lógica, cabe ao ensino médio ampliar, gradativamente, o repertório dos anos finais do ensino fundamental (PNLD 2020), ou seja, consolidar o desenvolvimento de *leitores-fruidores* ao mesmo tempo em que são aprofundadas questões ligadas ao pleno exercício da cidadania. Para a última etapa da educação básica, as obras literárias devem, então, alargar o contato com diferentes gêneros e estilos dos mais diversos/as autores e autoras que podem ser contemporâneos/as, de outras épocas, regionais, nacionais, portugueses/as, africanos/as e de outros países. Isso implica que as obras devem aumentar a representatividade das variedades da língua portuguesa e de diversidade no que tange à autoria (expressiva quantidade de autoras mulheres) e no que tange ao contexto de produção (devem ser apresentadas obras, por exemplo, de autores/as africanos/as).

No caso específico da língua inglesa, as obras deverão progredir em relação ao tratado nos Anos Finais (PNLD 2020) com o acréscimo do presente perfeito e das consequências discursivo-semânticas que isso pode gerar, por exemplo, a partir da formação dos condicionais e do possível contraste com outros tempos verbais (presente simples, presente contínuo, passado simples e passado contínuo). Dessa maneira, esperam-se textos literários com maior amplitude de significação, ainda que sejam construídos em uma linguagem simples que desperte interesse nos estudantes do ensino médio.

Isso posto, a avaliação pedagógica das obras literárias deste edital está ancorada em quatro dimensões:

1.1. Qualidade do texto; 1.2. Adequação de categoria, de tema e de gênero literário; 1.3. Projeto gráfico-editorial; 1.4. Qualidade do manual do professor digital.

1. Critérios de Avaliação

1.1. Qualidade do texto

As obras literárias, tanto em língua portuguesa em suas múltiplas variantes (nacional, regional, europeia e africanas), quanto em língua inglesa em suas múltiplas variantes, devem contribuir para ampliar o repertório linguístico dos estudantes e, ao mesmo tempo, propiciar a fruição do uso singular da linguagem que as caracteriza.

Serão, dessa forma, avaliadas as qualidades textuais básicas e o trabalho estético com a linguagem a partir dos seguintes critérios: a exploração de recursos expressivos da linguagem; a consistência das possibilidades estruturais do gênero literário proposto; a adequação da linguagem aos estudantes; e o desenvolvimento do tema em consonância com o gênero literário em questão.

Dessa forma devem ser contemplados diversos contextos sociais, culturais e históricos, o que inclui, por exemplo, as vivências de populações indígenas, africanas e afro-brasileiras. Nesse sentido, deve ser destacada a presença de protagonistas e sujeitos líricos de diferentes raças e etnias, gêneros, origens geográficas, classes sociais, faixas etárias etc.

Na avaliação, serão observadas a capacidade de motivar a leitura e a exploração artística dos temas, bem como o potencial para ampliar as referências estéticas, culturais e éticas do leitor.

Os textos literários deverão evitar conduzir explicitamente a opinião e o comportamento do leitor, devendo, diferentemente, proporcionar um grau de abertura que convide à participação criativa na leitura, instigando-o a estabelecer relações com suas experiências anteriores e outros textos.

No caso de textos narrativos, serão critérios determinantes: a coerência e a consistência; a complexidade da ambientação; a caracterização multidimensional dos personagens e o cuidado com a correção e a adequação do discurso dos personagens às variáveis de natureza situacional e dialetal.

Nos textos em verso, será observada a ampla exploração das propriedades melódicas e dos aspectos imagéticos. Devem ser priorizados poemas em diferentes graus de complexidade e inventividade na linguagem. Deve-se haver clara progressão na sofisticação dessa linguagem entre as diferentes categorias (de 1 a 5) e, marcadamente, na 6 (ensino médio), no qual pode-se explorar várias sutilezas dessa linguagem.

No caso dos romances gráficos, será considerada, como critério preponderante, a adequada relação entre texto e imagem, bem como as possibilidades de leitura das narrativas visuais.

No caso dos livros-brinquedos, serão também analisados os limites e as potencialidades das interações e brincadeiras propostas.

Para as traduções e as adaptações, é importante que sejam mantidas as qualidades literárias da obra original.

Não serão selecionadas obras que apresentem preconceitos, estereótipos ou discriminação de ordem racial, regional, social, sexual e de gênero, entre outros, tampouco aquelas que incitem a violência entre seres humanos ou contra outros seres vivos, em qualquer uma de suas diversas manifestações.

As obras devem respeitar as legislações vigentes, especialmente as relacionadas ao PNLD, à educação básica e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Não serão selecionadas obras didáticas ou que contenham teor doutrinário, panfletário ou religioso.

1.2. Adequação de categoria, de tema e de gênero literário

A obra literária deverá vincular-se, necessariamente, a uma categoria, a um ou mais temas claramente especificados e a um gênero literário.

A avaliação pedagógica analisará a adequação da obra literária e a categoria na qual foi inscrita, considerando a respectiva faixa etária. Para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental será analisada a consonância com a BNCC e, para o ensino médio, a consonância com as Diretrizes e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio.

A avaliação da adequação temática consistirá na análise da relação entre o(s) tema(s) e a categoria. Para os temas sugeridos no edital, apresentam-se neste anexo quadros de referência para o enfoque esperado para a obra literária em cada tema sugerido. Para outros temas, será analisada a adequação do nome, da definição e da justificativa aparentados.

A avaliação da adequação do gênero literário analisará se a estrutura composicional e o estilo da obra corresponde ao gênero em que a obra foi inscrita, conforme a seguir:

- a. poema;
- b. conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular;

- c. romance;
- d. memória, diário, biografia, relatos de experiências;
- e. obras clássicas da literatura universal;
- f. livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos.
- g. livro-brinquedo.

Seguem abaixo quadros de referência com sugestões de temas e os respectivos enfoques esperados para cada um deles.

1.2.1. Categoria 1 (Creche I):

TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Descoberta de si	Percepção do corpo (sentidos, movimentos e gestos), explorando suas diferentes formas, necessidades, limites, habilidades e suas relações com o outro.
A casa e a família	Espaço e relações mais imediatas das crianças, abordando os temas da descoberta, da responsabilidade e dos sentimentos.
O mundo natural e social	Das descobertas e relações pessoais a esferas mais amplas, como a escola, a cidade, o meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo. Considerando-se a adequação à faixa etária, devem ser destacados temas que estimulem o respeito ao outro e o reconhecimento da diferença.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

1.2.2. Categoria 2 (Creche II):

TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Descoberta de si	Percepção do corpo (sentidos, movimentos e gestos), explorando suas diferentes formas, necessidades, limites, habilidades e suas relações com o outro.
Família, amigos e escola	Primeiras experiências interpessoais e sociais das crianças, permitindo a exploração de sentimentos, o encontro com a diversidade e a construção de

	percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro.
O mundo natural e social	Das descobertas e relações pessoais à cidade, ao meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo. Considerando-se a adequação à faixa etária, devem ser destacados temas que estimulem o respeito ao outro e o reconhecimento da diferença.
Diversão e aventura	Ir além da realidade imediata da criança e estimular a imaginação e o envolvimento com a leitura, tanto pelo trabalho com a linguagem quanto pelo desenvolvimento da narrativa.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

1.2.3. Categoria 3 (Pré-escola):

TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Descoberta de si	Percepção do corpo (sentidos, movimentos e gestos), explorando suas diferentes formas, necessidades, limites, habilidades e suas relações com o outro.
Família, amigos e escola	Primeiras experiências interpessoais e sociais das crianças, permitindo a exploração de sentimentos, o encontro com a diversidade e a construção de percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro.
O mundo natural e social	Das descobertas e relações pessoais à cidade, ao meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo. Considerando-se a adequação à faixa etária, devem ser destacados temas que estimulem o respeito ao outro e o reconhecimento da diferença.
Diversão e aventura	Ir além da realidade imediata da criança e estimular a imaginação e o envolvimento com a leitura, tanto pelo trabalho com a linguagem quanto pelo desenvolvimento da narrativa.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

1.2.4. Categoria 4 (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental):

TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Descoberta de si	Personagens/ sujeitos líricos vivenciando a percepção do corpo, dos sentimentos, das ações e da linguagem.
Família, amigos e escola	Primeiras experiências interpessoais e sociais das crianças, permitindo a construção de percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro.
O mundo natural e social	Das descobertas e relações pessoais a esferas mais amplas, como a escola, cidade, o meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo. Devem ser destacados temas que abordem contextos regionais locais e que estimulem o respeito ao outro e o reconhecimento da diferença.
Diversão e aventura	Ir além da realidade imediata da criança e estimular a imaginação e o envolvimento com a leitura, tanto pelo trabalho com a linguagem quanto pelo desenvolvimento da narrativa.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

1.2.5. Categoria 5 (4º e 5º anos do Ensino Fundamental):

TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Autoconhecimento, sentimentos e emoções	Percepção do corpo, construção da identidade e processos de amadurecimento, bem como a relação de personagens/sujeitos líricos com suas emoções e sentimentos, tais como o amor, a alegria, o luto e a dor.
Família, amigos e escola	Personagens que estejam em interação com o mundo que lhe é imediato, na relação com família, amigos e professores, permitindo a construção de percepções e questionamentos sobre si e sobre o outro.
O mundo natural e	Das descobertas e relações pessoais a esferas mais amplas, como a cidade, o meio ambiente (paisagens naturais, aquáticas, plantas, animais) e até mesmo o universo.

social	Devem-se destacar contextos regionais e locais.
Encontros com a diferença	A descoberta e o contato entre diferentes esferas culturais, sociais, geográficas etc., bem como entre indivíduos de diferentes etnias, raças e/ou o encontro com pessoas com deficiências. Na interação com a diferença, deve-se destacar a necessidade de atitude respeitosa e convívio pacífico.
Diversão e aventura	Ir além da realidade imediata da criança e que estimulem a imaginação e o envolvimento com a leitura, tanto pelo trabalho com a linguagem quanto pelo desenvolvimento da narrativa.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

1.2.6. Categoria 6 (1º ao 3º ano do Ensino Médio):

TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Projetos de vida	Construção de projetos de vida relacionados à adolescência e às dúvidas e/ou angústias que isso pode gerar. Ao abordar esse processo de amadurecimento, deve-se tratar da relação de personagens/sujeitos líricos com suas emoções e sentimentos sobre si mesmos, o mundo que os cercam, as expectativas para a fase adulta e os planos para o futuro.
Inquietações das Juventudes	Relações pessoais e sociais dos personagens/sujeitos líricos com foco em questões próprias do jovem, como namoro, mudanças de interesse dos jovens, os rituais de passagens, as tensões familiares, o conflito com as autoridades, problemáticas relativas à adaptação, pertencimento, amadurecimento etc.
O jovem no mundo do trabalho	Potencialidades e desafios relacionados à inserção no mundo do trabalho, considerando a realização pessoal, a cidadania, as primeiras experiências profissionais, o desenvolvimento de competências interpessoais e a conciliação entre a escola e o trabalho.
A vulnerabilidade	Questões de realidade brasileira contemporânea que afetam o cotidiano da população jovem, sejam elas vinculadas à precariedade econômica, aos diversos tipos de violência e preconceitos. Nessas obras, tais vulnerabilidades devem ser

dos jovens	problematizadas e/ou combatidas.
Cultura digital no cotidiano do jovem	Relações típicas da cultura digital, ou seja, interações construídas por meio de redes ou mídias sociais (com o uso, por exemplo, de aplicativos). As obras devem, então, problematizar os vínculos virtuais criados e desfeitos no cotidiano daqueles que se aproximam da vida adulta, destacando o questionamento das fronteiras entre o público e o privado na internet e dos fenômenos das chamadas fake news e dos influenciadores digitais.
Bullying e respeito à diferença	Problemas enfrentados no que se refere ao assédio moral e físico no cotidiano escolar. As obras devem abordar, de forma crítica, os males gerados por esse tipo de violência, inclusive, ressaltando a necessidade de respeito à diferença (seja ela etária, de pertencimento étnico-racial, de classe, de gênero etc.). Com isso, deve-se problematizar tanto os desafios quanto os benefícios da interação com a diferença, destacando-se a necessidade do convívio democrático dentro e fora da escola.
Protagonismo juvenil	Deve-se abordar a atuação e liderança de adolescentes e jovens adultos em diferentes campos de convívio social (família, escola, grupos de amigos, redes sociais, primeiros empregos etc.). Nessa perspectiva, deve ser destacada a relação do indivíduo com o mundo a sua volta em conexão com o exercício da cidadania, sem negligenciar a complexidade das relações humanas e da tomada de decisões frente aos diferentes campos de convívio social.
Cidadania	Problematização de diversas formas de exercício da cidadania e como os jovens podem exercitá-las face às necessidades político-sociais do tempo presente. O desafio do engajamento e do trabalho pela coletividade e as possíveis transformações sociais que práticas cidadãs podem gerar no cotidiano não apenas dos jovens, mas de toda população brasileira.
Diálogos com a sociologia e a antropologia	Questões que remetam a temas sociológicos e antropológicos, em linguagem e forma literárias adequadas a estudantes de Ensino Médio, valorizando-se o trabalho estético e imaginativo dos temas. Devem ser destacadas questões sociológicas e antropológicas do mundo contemporâneo como: os diferentes estilos de vida nas cidades brasileiras; as interações nas redes sociais; a vida das populações negras e indígenas no Brasil; o empoderamento feminino; o aumento de transtornos de ansiedade na população brasileira; as dificuldades para a mobilidade social no Brasil; os problemas em se lidar com a alteridade etc.
	Textos cujos personagens se envolvam em tramas que escapem de seu universo cotidiano, incluindo desde histórias detetivescas, com resolução de mistérios, até

Ficção, mistério e fantasia	universos fantásticos e figuras como bruxos, vampiros, fadas, gnomos, monstros etc.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

1.3. Projeto gráfico-editorial

O projeto gráfico-editorial deverá apresentar equilíbrio entre texto principal, textos complementares e intervenções gráficas, como as ilustrações, quando houver. Deverá garantir condições de legibilidade do ponto de vista tipográfico quanto ao formato e tamanho da(s) fonte(s) utilizada(s); do espaçamento entre letras, palavras e linhas, do alinhamento do texto, qualidade do papel e impressão.

Deverá ser apresentado material de apoio paratextual, em formato de anexo, no mesmo volume da obra principal, contendo informações que contextualizem brevemente o autor e a obra.

Essas informações sobre o contexto devem enriquecer o projeto gráfico-editorial e oferecer subsídios que auxiliem a compreensão dos modos de produção, circulação e recepção das obras e/ou dos interesses e dos conflitos que permeiam as condições de produção das mesmas.

Como essas informações têm por objetivo a ampliação das possibilidades de leitura dos estudantes, elas devem ser relevantes e consistentes, porém, em linguagem apropriada à faixa etária esperada para os estudantes dos Anos Finais.

Por fim, ainda cabe esclarecer que não serão selecionadas obras que apresentem erros crassos de revisão e/ou impressão.

1.4. Qualidade do manual do professor digital

O manual do professor digital será avaliado pela consistência e coerência dos materiais de apoio, em **formato pdf**, considerando:

I – as informações apresentadas que: (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura e (3) justifiquem a pertença da obra aos seus respectivos tema(s), categoria e gênero literário; (4) subsídios, orientações e propostas de atividades.

II – as orientações para as aulas de língua portuguesa ou língua inglesa (conforme idioma da obra literária) que preparem os estudantes antes da leitura das respectivas obras (**material de apoio pré-leitura**), assim como para a retomada e problematização das mesmas (**material de apoio pós-leitura**)

III- as orientações gerais para aulas de outros componentes ou áreas para a utilização de temas e conteúdos presentes na obra, com vistas a uma abordagem interdisciplinar.

O material **audiovisual tutorial/vídeo-aula facultativo, não é critério de aprovação ou reprovação da obra literária**. Quando apresentado, o **material audiovisual** será avaliado quanto à pertinência da sua **disponibilização (ou não)** com a obra literária. Serão analisadas a consistência e a coerência do conteúdo e da forma audiovisual das informações apresentadas que (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura e (3) justifiquem a pertinência da obra aos seus respectivos tema(s), categoria e gênero literário; (4) subsídios, orientações e propostas de atividades para a abordagem da obra literária com os estudantes.

Para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, o conteúdo do manual do professor digital será avaliado quanto à consonância com a BNCC. Para o ensino médio, o conteúdo será analisado quanto à consonância com as Diretrizes e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 2/2018 – CGPLI
PNLD 2018 LITERÁRIO
ANEXO IV
CRITÉRIOS DE ACESSIBILIDADE

1 Créditos de imagens

1.1 Devem ser movidos para uma seção no final do livro, com referência para a página e imagem ou ordem de ocorrência.

2 Marcação semântica por elementos (ver referências em <https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/>)

2.1.1 Mandatórias (devem ser utilizadas)

2.1.1.1 Títulos e subtítulos - Deve utilizar elementos <h1> a <h6> e <section>;

2.1.1.2 Descrições de imagem - Deve utilizar alternativamente o atributo “alt” do elemento ou as técnicas descritas em <http://diagramcenter.org/59-image-guidelines-for-epub-3.html>;

2.1.1.3 Glossários - Devem utilizar as referências em https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/#h_glossaries

e https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/#h_links (para marcar a palavra glossariada) Devem ser marcadas as palavras glossariadas no texto, os termos glossariados no glossário e suas definições, com referências cruzadas;

2.1.1.4 Notas de rodapé - Deve ser utilizada a marcação referenciada em https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/#h_notes e de https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/#h_links para as referências das notas;

2.1.1.5 Paginação - Deve utilizar a referência em https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/#h_pagination;

2.1.1.6 Tabelas - As células que contêm títulos devem ser marcadas semanticamente como elementos de seu atributo **scope**. As tabelas devem conter um sumário descritivo. Devem ser utilizadas as marcações definidas em <https://idpf.github.io/a11y-guidelines/content/xhtml/tables.html>;

3 Marcação semântica para legendas de imagens

3.1 Recomendadas (links internos, cores, estilos de fontes) - Podem ser marcados por classes de estilo CSS ou pela referência geral de marcação semântica;

3.2 Optativos (boxes, destaques) - Podem ser marcados com elementos de estrutura semântica e classes de estilo CSS.

4 Adaptação e paridade com o impresso

4.1 Adaptar no livro acessível em EPUB3:

4.1.1 Posições de elementos devem ser adaptadas (e.g. acima, abaixo etc.);

4.1.2 Exercícios do tipo caça palavras e outros incompatíveis com a condição do aluno podem ser adaptados pela editora;

4.1.3 Indicações incompatíveis com o livro digital devem ser adaptadas (e.g. "não escreva neste livro");

4.1.4 Forma e design devem ser adaptados ao novo meio (digital em fluxo - *reflowable*).

4.2 O que deve ser sempre idêntico ao impresso:

4.2.1 Conteúdo consistente com a capacidade de acesso do usuário/leitor;

4.2.2 Paginação;

4.2.3 O sumário (que poderá incorporar no livro acessível mais níveis de navegação).

4.2.4 Imagens meramente ilustrativas (relativas ao design e não ao conteúdo) devem ser opcionais e sua descrição não é recomendada;

4.2.5 Fluência do conteúdo narrado é prioritário (podendo-se eliminar órfãs, solteiras e viúvas) em relação à paridade de páginas;

4.2.6 Páginas duplas podem ser desmembradas;

4.2.7 Contraste de fundos e textos devem ser adaptados quando não adequados, exceto em imagens.

5 Navegação

- 5.1 Deve ser mantido o conteúdo do índice impresso;
- 5.2 TOC (índice de conteúdo) pode conter mais entradas do que o impresso (em subníveis). Podem ser desconsideradas entradas que não apresentam respectivos elementos textuais passíveis de marcação como título;
- 5.3 Devem ser adaptados, em relação à marcação hierárquica semântica, títulos em sequência progressiva com saltos superiores a um nível (e.g. H2 para H4).

6 Normas de descrição de imagem:

- 6.1 Deve ser utilizado o modelo definido em <http://diagramcenter.org/table-of-contents-2.html> criado pelo projeto DIAGRAM (diagramcenter.org).
- 6.2 Características dos arquivos de imagens:
- 6.2.1 formatos (jpg, png, svg)
- 6.2.2 resolução (72 ou 96 dpi)
- 6.2.3 cores (rgb[a])

7 Normas fonéticas:

- 7.1 As correções devem se ater ao conteúdo literário para garantir sua compreensão correta. Correções meramente estéticas não são obrigatórias.
- 7.2 Do ponto de vista tecnológico, podem ser utilizados (ver referências em <https://idpf.github.io/a11y-guidelines/content/tts/overview.html>)
- 7.2.1 pls
- 7.2.2 ssml
- 7.2.3 css
- 7.3 Do ponto de vista de conteúdo, devem ser adaptadas:
- 7.3.1 Siglas
- 7.3.2 Abreviaturas
- 7.3.3 Diferenciação fonética (forma, fôrma)
- 7.3.4 Unidades de medida
- 7.3.5 Palavras estrangeiras
- 7.3.6 Termos destacados (circulados, pintados etc)

8 Media Overlay:

- 8.1 O arquivo de sincronia entre textos e a narração de áudio, sejam narrações embarcadas no livro ou para serem lidas pelo sistema local do usuário utilizando o Text-To-Speech, deverá ser gerado em conformidade com a especificação em <http://www.idpf.org/epub/30/spec/epub30-mediaoverlays.html>.
- 8.2 Para apresentar as correções supracitadas em **norma fonética**, o áudio da narração deve ser embarcado no livro acessível em formato mp3. O nível de sincronia deverá ser por frases do texto ou pausas de leitura.

9 Validação:

- 9.1 Os livros deverão ser validados quanto a:
- 9.1.1 Integridade do conteúdo com suas adaptações;
- 9.1.2 Consistência do formato EPUB3 (utilizar o validador epubcheck, disponível para download em <https://github.com/IDPF/epubcheck/releases>);
- 9.1.3 Presença de descrições de imagens e objetos complexos (fórmulas, infográficos, diagramas).

10 Fórmulas

- 10.1 Matemática - Recomenda-se a utilização do código em MATHML + descrição alternativa. Pode-se, alternativamente, converter as fórmulas em imagem com descrição alternativa no atributo “alt” da tag ;
- 10.2 Física - Pode ser utilizada imagem com descrição alternativa ou MATHML;
- 10.3 Biologia - Deve ser utilizada descrição para os elementos que possam trazer ambiguidade, como marcadores genéticos em maiúsculas e minúsculas (Yy).

11 MATHML:

11.1 Deve ser utilizado em modelo “presentation” ou “content” (neste caso seguir estritamente as recomendações na referência do Protocolo abaixo). Ver referências em:

11.1.1 Acessibilidade - <https://idpf.github.io/a11y-guidelines/content/mathml/desc.html>

11.1.2 EPUB3 - <http://www.idpf.org/epub/31/spec/epub-contentdocs.html#sec-xhtml-mathml>

11.1.3 Protocolo (W3C) - <https://www.w3.org/TR/MathML3/>;

11.2 Descrição alternativa - Toda fórmula definida em MATHML ou como imagem deverá conter uma descrição alternativa não ambígua, em formato de texto,. No caso e MATHML, conforme sugerido em <https://idpf.github.io/a11y-guidelines/content/mathml/desc.html>.

12 URLs

12.1 Converter URLs em Urls encurtadas. Para tanto, poderão ser utilizados serviços locais das editoras ou públicos (como <https://goo.gl/> do Google);

12.2 Incluir apêndice no final do livro com relação URL original x Urls encurtadas.

13 Distribuição

13.1 Os livros de idiomas devem sempre conter o áudio que acompanha a obra impressa embarcado;

13.2 Poderá ser utilizado mecanismo de proteção desde que não interfira com a leitura por softwares leitores de tela ou crie restrições para a utilização de qualquer software de leitura de livros em formato EPUB3.

14 Deve ser utilizado como leitor de referência para homologação (Radium - <http://readium.org/>) Hoje disponível para Windows, Mac, Linux e Android (beta).

15 Todas as referências ao protocolo EPUB3 e sobre a utilização dos elementos HTML neste Anexo são estabelecidas pelos protocolos originais, encontrados em <http://idpf.org/epub/31> (EPUB 3.1) e <https://www.w3.org/TR/html/> (HTML 5).

16 Para referências específicas de acessibilidade em EPUB3, acessar <https://idpf.github.io/a11y-guidelines/>.

17 As referências externas para o item de descrição de imagem, em <http://diagramcenter.org/table-of-contents-2.html>, estão em inglês, podendo ser solicitada uma versão traduzida, se necessário.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI

PNLD 2018 LITERÁRIO

ANEXO V

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

A documentação referente ao editor e à obra, a ser carregada no SIMEC na etapa de Inscrição, deverá constar de:

1. Do Editor

1.1 Cópia autenticada da cédula de identidade e CPF do (s) dirigente (s) apto (s) a assinar o contrato, devidamente cadastrados no SICAF;

1.2 Caso o editor se faça representar por procurador, deverá apresentar instrumento público de procuração, especificando os poderes por ele concedidos, bem como cópia autenticada da cédula de identidade e do CPF do procurador;

1.3 Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo, ratificando a inexistência de circunstâncias que impeçam o editor de contratar com a Administração Pública Federal e de que o editor não emprega menor, conforme dispõe o inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666/93, acrescido pela Lei n. 9.854/99, assinada pelo (s) representante (s) legal (is) da empresa, com firma reconhecida em cartório competente.

1.4 O editor deverá manter atualizados, no SIMEC, todos os dados referentes à empresa e seus representantes.

1.5 O FNDE procederá consulta aos dados cadastrais do editor, identificação dos sócios, os materiais e serviços autorizados para comercializar e dados cadastrais do (s) dirigente (s) da empresa, bem como dados de qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal no SICAF e no TST.

1.5.1 O cadastro junto ao SICAF tem validade de 1(um) ano, devendo ser renovado, mediante requerimento junto à unidade cadastradora onde foi realizado.

1.5.2 A alteração de informações cadastrais é de exclusiva responsabilidade do editor e será efetuada pela unidade que realizou o seu cadastramento.

1.5.3 O prazo de validade do cadastro de 1 (um) ano não abrange os documentos de cunho fiscal, do INSS e FGTS, com prazo de vigência próprios, cabendo ao editor sua regular renovação sob pena de inativação automática de seu cadastramento no sistema.

1.5.4 A renovação dos documentos comprobatórios de quitação com o INSS, FGTS e com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Dívida Ativa da União), deve ser realizada até a data de seus vencimentos respectivos, exclusivamente, junto à unidade cadastradora onde o editor efetuou seu cadastramento, visando:

1.5.4.1 Atender ao artigo 195, § 3º, da Constituição Federal;

1.5.4.2 Observar o disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, atualizada pelas Leis nº 8.883/94 e nº 9.648/98;

1.5.4.3 Cumprir determinações contidas na Decisão nº 705/94, do Plenário do Tribunal de Contas da União, publicada no Diário Oficial da União de 6 de dezembro de 1994.

- 1.5.4.4 Evitar inativação automática de seu cadastramento no SICAF, fato que constitui impedimento de sua participação nas aquisições a serem realizadas.
- 1.5.5 Efetivado o registro no SICAF, o editor inscrito estará apto a se relacionar comercialmente com o FNDE.

2. Da obra

2.1 **Contrato da obra** – instrumento escrito mediante o qual o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar a obra, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, inclusive quanto aos formatos derivados, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial a Lei nº 9.610/98.

2.2. O prazo de vigência do contrato da obra ou dos instrumentos equivalentes deverá abranger todo o período de execução do programa objeto deste edital, inclusive a etapa de Inscrição e os anos de reposições.

2.3. O editor deverá apresentar o contrato da obra firmado com os seguintes criadores intelectuais da obra: autor (es), coautor (es), adaptador (es), tradutor (es), ilustrador (es) e organizador (es) identificados como pessoa física.

2.4. São requisitos mínimos obrigatórios dos contratos da obra a serem apresentados pelos editores:

2.4.1. **Objeto**, delimitando o título da obra e seu subtítulo (se houver);

2.4.2. **A autoria** da obra;

2.4.3. O (s) **formato** (s) autorizado (s) para edição, nos termos da lei;

2.4.4. **Remuneração** do (s) autor (es);

2.4.5. Prazo de **vigência**;

2.4.5.1. O prazo de vigência do contrato da obra deverá cobrir todo o período de execução do programa, objeto deste edital, com data de início da vigência anterior à data de inscrição da obra no SIMEC.

2.4.6. Cláusula contratual com autorização expressa do autor para a produção e venda de exemplares da obra à Administração Pública, nas características e tiragens necessárias ao atendimento a programas públicos de distribuição de livros; ou cláusula contratual com autorização expressa do autor permitindo ao editor produzir a obra nas características e tiragens necessárias para o atendimento ao mercado;

2.4.7. Cláusula contratual que demonstra, de forma explícita, o caráter de **exclusividade** autorizada pelo autor ao editor;

2.4.8. **Assinaturas** das partes com firmas reconhecidas;

2.4.9. Os contratos da obra deverão ser assinados pelo (s) autor (es) da obra ou por seu (s) sucessor (es) e pelo editor.

2.4.10. Assinatura de duas **testemunhas**, devidamente identificadas;

2.4.10.1. Os itens nº 2.4.8 e 2.4.10 são dispensáveis para contratos firmados no estrangeiro.

2.5. **Termos aditivos ao contrato da obra** – Instrumentos pelos quais se formalizam alterações no contrato original firmado, devendo constar as cláusulas ou itens a serem alterados, tais como mudança no

objeto, alteração de prazos e demais condições originalmente pactuadas, além da identificação do contrato que está sendo aditivado.

2.5.1. Aplicam-se aos termos aditivos ao contrato da obra todas as disposições do subitem 2.1 deste Anexo.

2.6. **Contrato de cessão de direitos** – Caso o editor apresente contrato da obra firmado originariamente com terceiro, constituindo-se dessa forma em cessionário dos direitos de edição, deverá apresentar o contrato de cessão de direitos delimitando sua abrangência, submetendo-se a todas as disposições do subitem 2.1 deste Anexo.

2.7. Em caso de cessão de direitos, deverá ser apresentada a anuência do (s) autor (es) da obra ou de seu (s) sucessor (es).

2.7.1. Alternativamente ao contrato da obra, nos termos da Lei n. 9.610/98, poderá ser apresentado um dos seguintes instrumentos abaixo:

2.7.1.1. Contrato de trabalho firmado com o (s) funcionário (s) da própria empresa ou

2.7.1.2. Contrato de prestação de serviços firmado com o (s) autor (es) contratado (s) para criação da obra.

2.7.1.3. Para os casos de apresentação dos instrumentos constantes no subitem 2.7.1.1 e 2.7.1.2, deverá ser entregue, também, a documentação que comprove os requisitos mínimos previstos no subitem 2.4

2.8. Para obra coletiva, o contrato a ser apresentado deve ser com o organizador/editor responsável da obra, sendo obrigatória para os demais autores a apresentação de declaração assinada com firma reconhecida que autorize a utilização de sua produção na obra coletiva. Todos os autores deverão constar no SIMEC.

2.9. Caso qualquer dos documentos seja apresentado em língua estrangeira, deverá estar acompanhado da tradução juramentada cujas páginas devem estar numeradas de forma a demonstrar a integridade do documento.

2.10. Além dos documentos exigidos, deverão ser aceitos os termos e declarações apresentados pelo SIMEC, de acordo com a legislação vigente.

2.11. Declaração da Obra, conforme modelo apresentado no anexo IX.

2.12. Caso o contrato tenha prazo de vigência indeterminado ou não expresso, deverá ser apresentada, sob as penas da lei, declaração complementar (Anexo X), com firma reconhecida em cartório, na qual o editor manifesta que o contrato apresentado encontra-se em plena vigência, sendo suficiente para cobrir o período de execução do programa objeto deste edital. Nos casos de contratos com previsão de renovação automática, deverá constar na declaração o período renovado, conforme estabelecido no contrato.

Das disposições específicas sobre obras originariamente editadas no estrangeiro

2.13. No caso de obras editadas originariamente no estrangeiro, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição da obra no Brasil, em Língua Portuguesa, mediante apresentação do contrato de edição ou do contrato de cessão de direitos firmado com o editor responsável pela edição da obra

originária.

2.14. Entende-se por obra originária a criação primígena e obra derivada a obra que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária.

2.15. Os contratos firmados em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução juramentada.

2.16. Para as obras escritas originariamente em língua estrangeira, os editores deverão apresentar o contrato de edição firmado com o tradutor da obra.

2.16.1. Somente serão aceitos os contratos de edição firmados com tradutores assim reconhecidos como pessoas físicas.

Das disposições específicas sobre obras em domínio público originariamente escritas em língua estrangeira

2.17. No caso de obras em domínio público originariamente escritas em língua estrangeira, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição mediante apresentação do contrato de edição com o tradutor.

2.18. Além dos instrumentos contratuais mencionados no subitem anterior, os editores deverão apresentar declaração de domínio público, conforme modelo no **Anexo XI**, garantindo, sob as penas da lei, que a obra originária encontra-se em domínio público.

Das disposições específicas sobre antologias

2.19. As editoras deverão apresentar os contratos de edição firmados com os organizadores de antologias ou o contrato de trabalho ou prestação de serviço.

2.20. No caso de antologias compostas por textos escritos originariamente em Língua Portuguesa, nas quais um ou mais textos não estejam em domínio público, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição mediante apresentação de autorização expressa ou os contratos de edição firmados com os autores dos textos e/ou seus sucessores. Para os textos que compõem a antologia e que estejam em domínio público o editor deverá apresentar a declaração em domínio público conforme modelo no **Anexo XII**.

2.21. No caso de antologias compostas por um ou mais textos escritos originariamente em Língua Portuguesa, nas quais a totalidade dos textos esteja em domínio público, os editores deverão apresentar declaração de domínio público, conforme modelo no **Anexo XII**, na qual indica o(s) texto(s) e sua respectiva autoria, garantindo, sob as penas da lei, que tais textos utilizados para composição da obra encontram-se em domínio público.

Das disposições sobre adaptações de obras em domínio público escritas originariamente em Língua Portuguesa

2.22. Os editores deverão apresentar os contratos de edição firmados com adaptador ou o contrato de trabalho ou prestação de serviço.

2.23. O editor deverá apresentar a Declaração de Domínio Público de Textos Brasileiros Adaptados conforme modelo no **Anexo XIII**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI
PNLD 2018 LITERÁRIO
ANEXO VI
REQUISITOS DE CONFORMIDADE

A análise das obras entregues em DVD e da documentação, além da entrega física do livro brinquedo, pressupõe o cumprimento de todas as conformidades listadas abaixo.

1. Requisitos Mínimos de Validação da Inscrição das Obras Entregues em DVD e do livro-brinquedo

CÓDIGO DE EXCLUSÃO	CONFORMIDADE
C1	Dados da obra, editores e autores, bem com a respectiva documentação, carregados no SIMEC.
C2	Os dados fornecidos na etapa de pré-inscrição são idênticos aos da obra digital entregue
C3	O material digital de apoio ao professor, se entregue, indica claramente a qual obra ele se refere
C4	Obra inscrita em apenas uma categoria de ensino.
C5	A obra está apresentada em volume único
C6	Não há páginas faltantes.
C7	Não há páginas trocadas ou invertidas.
C8	Obras entregues com o mesmo número de páginas cadastradas.
C9	Obra com apenas um editor.
C10	Não há páginas fora de sequência.
C11	Não há falhas que impeçam a leitura.
C12	Obras entregues com o mesmo número de edição cadastrado.
C13	A obra apresenta na primeira capa: a. Título e subtítulo, se for o caso; b. Razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo; c. Autoria.
C14	A obra apresenta na folha de rosto ou seu verso: Ficha catalográfica; a. Número do ISBN.

C15	A obra não apresenta espaços que possibilitem ou induzam o leitora à realização de atividades no próprio livro, inviabilizando seu uso coletivo
C16	Em se tratando do livro-brinquedo, há o selo do Inmetro

2. Requisitos de Conformidade da Documentação das Obras

CÓDIGO DE EXCLUSÃO	CONFORMIDADE
D1	Documentos entregues datados e assinados pelo administrador do editor
D2	Editor atendeu às exigências das diligências no prazo editalício.
D3	Consta o(s) contrato(s) de edição/cessão, ou instrumento correspondente, e o(s) respectivo(s) aditivo(s) para comprovação da detenção dos direitos autorais.
D4	Consta firma reconhecida do(s) autor(es), organizador(es), adaptador(es), ilustrador(es) e/ou tradutor(es) no(s) contrato(s) apresentado(s), se aplicável.
D5	O contrato apresenta objeto, delimitando o título da obra e seu(s) subtítulo, a(s) autoria(s) e o(s) formato(s) autorizado(s).
D6	O contrato apresenta a remuneração devida ao autor.
D7	Contrato apresenta prazo de vigência do instrumento.
D8	Contrato apresenta autorização do(s) autor(es) para a produção e venda da obra à Administração Pública nas características e tiragens necessárias ao atendimento a programas públicos ou ao atendimento ao mercado.
D9	Contrato apresenta, de forma explícita, o caráter de exclusividade autorizada pelo autor ao detentor de direitos autorais.
D10	Contrato apresenta a assinatura de duas testemunhas devidamente identificadas, se for o caso.
D11	Contrato apresenta a assinatura dos autores ou de seus sucessores.
D12	Constam as Declarações do Editor, da Obra, de Declaração de Vigência de Contrato de Edição ou de Cessão de Direitos Autorais com Prazo de Validade Indeterminado e as de Domínio Público, conforme o caso.
D13	No caso de obra coletiva, contrato de trabalho firmado com o(s) funcionário(s) da própria empresa, se o autor for funcionário da empresa e se cedeu os direitos autorais para o editor.
D14	No caso de obra coletiva, contrato de prestação de serviços se o(s) autor(es) foi (foram) contratado(s) para a criação da obra e se cedeu os direitos autorais para o editor.
D15	No caso de contrato de prestação de serviços, apresenta a especificação de participação do(s) autor(es) contratado(s).

D16	No caso de contrato de prestação de serviços, apresenta o prazo para a entrega ou realização da obra.
D17	No caso de contrato de prestação de serviços, apresenta a especificação da remuneração e/ou as condições de execução.
D18	Documentação traz o autor, ilustrador, organizador, adaptador e tradutor claramente identificados como pessoa física.
D19	Consta Declaração de Domínio Público ou contrato de edição/cessão para obra originalmente escritas em língua estrangeira.
D20	Consta Declaração de Domínio Público para a antologia composta de textos em domínio público.
D21	No caso de obras traduzidas, consta contrato para edição no Brasil com o autor tradutor ou seu representante legal.
D22	O contrato estrangeiro apresenta a devida tradução juramentada.
D23	Consta anuência de todos os autores para que seus textos integrem a obra coletiva apresentada.
D24	Consta declaração de domínio público para obras adaptadas de texto originalmente em domínio público em língua portuguesa

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI**PNLD 2018 LITERÁRIO****ANEXO VII****CRITÉRIOS DA ANÁLISE DE ATRIBUTOS FÍSICOS**

Nesta etapa serão validadas as obras que apresentarem as seguintes características:

A – REFERENTES AOS ELEMENTOS GERAIS DA OBRA	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	CONFORMIDADE
F1	Obra entregue nos prazos estipulados no edital.
F2	Obra sem anexos ou similares em volume separado.
F3	Obra com a inscrição validada.
F4	Obra com autoria identificada como pessoa física na primeira capa da obra.
F5	Obra com apenas um editor.
F6	Não há rasuras, quer seja nas capas ou no miolo.
F7	Não há páginas faltantes.
F8	Não há páginas trocadas ou invertidas.
F9	Não há páginas fora de sequência.
F10	Não há falhas de impressão impedindo a leitura.
F11	Os dados da ficha catalográfica da obra são iguais aos dados do contrato da obra, da capa do livro e dos registrados no SIMEC.
F12	Informações cadastradas no SIMEC coincidem com as constantes nos livros impressos.
F13	As especificações da obra são idênticas às especificações informadas no SIMEC
F14	Título do livro na primeira capa do volume e o registrado no SIMEC idênticos.
F15	Nomes dos autores presentes na primeira capa do volume e os registrados no SIMEC, conforme consta no contrato da obra.
F16	Não há divergência entre a razão social da empresa e/ou nome fantasia, e/ou marcas/selos registrados no SIMEC e constantes na obra.
F17	Número de páginas da obra idêntico ao registrado no SIMEC.
F18	Não há divergência entre os arquivos carregados no SIMEC e os exigidos neste edital.

F19	Consta o número do ISBN na folha de rosto e/ou seu verso.
F20	O ISBN é o mesmo da respectiva edição.
F21	Não há inconsistências entre as obras e as exigências do Anexo II.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI

PNLD 2018 LITERÁRIO

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DO EDITOR

(A SER FIRMADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(Nome da empresa)_____, CNPJn.º _____ sediada _____(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo de aquisição de obras literárias para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2018 Literário, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA, também, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (manter caso se enquadre nesta situação)

Local e data

Assinatura do representante do editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI

PNLD 2018 LITERÁRIO

ANEXO 54

MODELO DE DECLARAÇÃO DA OBRA

(Nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____
sediada _____ (endereço completo) declara, sob as penas da Lei, que:

1. Detém os direitos patrimoniais sobre todos os textos, ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira, que compõem a(s) obra(s) abaixo participantes do PNLD 2018 Literário, comprometendo-se a não coeditar nem ceder os direitos sobre essas obras durante o período de vigência deste edital caso a(s) obra(s) seja(m) aprovada(s).

TÍTULO DA OBRA	AUTORIA	EDIÇÃO

2. Possui todos os instrumentos contratuais com os autores dos textos e demais coautores da(s) obra(s), assumindo o compromisso de apresentar os instrumentos contratuais se solicitado pelo FNDE em qualquer etapa do processo de aquisição regulado pelo Edital do PNLD 2018 Literário.

3. Responsabiliza-se por possíveis litígios envolvendo os autores e coautores dos referidos textos, bem como de seus sucessores, e, ainda, das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a(s) obra(s), estando ciente que o FNDE poderá deixar de adquirir a(s) obra(s) no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Local e data

Assinatura do representante do editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI

**PNLD 2018 LITERÁRIO
ANEXO 55**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO DE EDIÇÃO OU DE CESSÃO DE
DIREITOS AUTORAIS COM PRAZO DE VALIDADE INDETERMINADO OU RENOVACÃO
AUTOMÁTICA**

(A SER FIRMADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE VIGÊNCIA

CEDENTE:

Nome:

Pseudônimo:

Profissão:

CPF:

RG:

Endereço:

CEP:

CIDADE / ESTADO:

CESSIONÁRIO:

(Razão Social, CNPJ, Endereço, Nome e Dados do Representante Legal)

OBRA(S) OBJETO(S) DO CONTRATO:

Pela presente, declaro que o Contrato de _____ (Edição ou Cessão), firmado em _____ /
_____ / _____ (data), permanece válido;

ou

Pela presente, declaro que o Contrato de _____ (Edição ou Cessão), firmado em _____ / _____
/ _____ (data), permanece válido pelo período de _____ anos, a contar da data de assinatura desta

Local e data

(assinatura das partes)

Testemunhas:

(NOME e RG e CPF)

(NOME e RG e CPF)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI

PNLD 2018 LITERÁRIO

ANEXO XI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO
PARA OBRAS ORIGINARIAMENTE ESCRITAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

_____ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei, que a obra _____, de _____ (autoria), selecionada para o PNLD 2018 Literário, é originária de _____ (obra), de _____ (autor) que se encontra em domínio público, uma vez que decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre ela.

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente que o FNDE poderá deixar de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Data.

Assinatura do representante do editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI

**PNLD 2018 LITERÁRIO
ANEXO 57**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA TEXTOS ESCRITOS EM
LÍNGUA PORTUGUESA INTEGRANTES DE ANTOLOGIAS**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

_____ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei que a obra _____, organizada por _____, em _____ edição, selecionada para o PNLD 2018 Literário, inclui em sua composição o(s) texto(s) abaixo listados, os quais estão em domínio público, uma vez que decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre ele(s).

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente que o FNDE poderá deixar de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Textos em domínio público, integrantes da Antologia:

_____ (título), de _____ (autor)

_____ (título), de _____ (autor)

_____ (título), de _____ (autor)

Local e data

Assinatura do representante do editor ou seu procurador
Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI

**PNLD 2018 LITERÁRIO
ANEXO 58**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO DE
TEXTOS BRASILEIROS ADAPTADOS**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

_____ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei que a obra _____, de autoria de _____, em ____ edição, selecionada para o PNLD 2018 Literário, foi adaptada da obra originária _____ (título) de _____ (autor), a qual está em domínio público, uma vez que decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre ele(s).

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente que o FNDE poderá deixar de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Local e Data

Nome e Identidade do Declarante

(firma reconhecida em cartório)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2018 – CGPLI

PNLD 2018 LITERÁRIO
ANEXO 59

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE OBRAS PNLD LITERÁRIO 2018				
Editora: _____ CNPJ: _____				
Representante: _____ RG: _____				
Data da entrega: ____ / ____ / ____				
Entrega das obras:				
1. DVD ☐				
2. Física ☐				
3. Material digital de apoio ao professor: Sim ☐ Não ☐				
4. Material de apoio audiovisual: Sim ☐ Não ☐				
Categoria	Título do Livro	Livro do estudante	Material de Apoio (PDF)	Material de Apoio (Audiovisual)
<u>CATEGORIA:</u> 1 – Categoria 1 - Creche I 2 – Categoria 2 - Creche II 3 – Categoria 3 - Pré-escola 4 – Categoria 4 - 1º ao 3º anos do ensino fundamental; 5 – Categoria 5 - 4º e 5º anos do ensino fundamental 6 – Categoria 6 - 1º a 3º anos do ensino médio _____ Assinatura do Representante da Editora				

ENTREGAR DUAS VIAS DESTA DECLARAÇÃO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Anexo 2: EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS E LITERÁRIAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO PNLD 2020

A União, por meio do Ministério da Educação (MEC), representada pela Secretaria de Educação Básica (SEB) e pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com base no art. 208, VII, da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394/1996 e no Decreto nº 9.099/2017, faz saber aos interessados que se encontra aberto o processo de aquisição de obras didáticas e literárias no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

1. Do Objeto

1.1 Este edital tem por objeto a convocação de editores para participar do processo de aquisição de obras didáticas e literárias destinadas aos estudantes e professores dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) das escolas da educação básica pública, das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

2. Das Características das Obras:

2.1 Didáticas destinadas aos Anos Finais do Ensino Fundamental

2.1.1 As obras didáticas para os anos finais do ensino fundamental serão de três tipos:

Disciplinares, Interdisciplinares e Projetos Integradores.

2.1.2 Serão avaliadas obras didáticas conforme o quadro abaixo, observadas as condições e demais especificações constantes neste edital e seus anexos:

		Livro do Estudante Impresso	Manual do Professor Impresso	Manual do Professor -Material Digital
	Componente			

Tipo	Curricular	Máximo de páginas	Máximo de páginas	Tamanho máximo total
Disciplinar	Língua Portuguesa	1280	1584	4 DVDs 4,5 GB cada
	Arte	832	976	4 DVDs 4,5 GB cada

	Educação Física *	-	240	1 DVD 4,5 GB
	Língua Inglesa	832	976	4 DVDs 4,5 GB cada
	Matemática	1216	1488	4 DVDs 4,5 GB cada
	Ciências	1024	1232	4 DVDs 4,5 GB cada
	Geografia	1216	1488	4 DVDs 4,5 GB cada
	História	1024	1232	4 DVDs 4,5 GB cada
Interdisciplinar	Linguagens (Língua Portuguesa e Arte)	1600	1920	4 DVDs 4,5 GB cada
Projetos Integradores	6º e 7º anos**	112	448	1 DVD de 4,5 GB
	8º e 9º anos**	160	512	

* Volume único

** Volume único e, no mínimo, dois componentes curriculares.

2.1.3. Poderão ser inscritos livros para cada um dos componentes curriculares ou tipos (Obra Interdisciplinar e Obra de Projetos Integradores) do quadro acima.

2.1.4. Os editores poderão inscrever obra interdisciplinar que seja variante de obra disciplinar inscrita, desde que respeitadas as orientações contidas no Anexo III para obras interdisciplinares.

2.1.5. As obras didáticas serão compostas pelo livro do estudante impresso e manual do professor, este último composto por livro impresso e material digital, com exceção das seguintes:

2.1.5.1. Componente curricular de educação física, que terá somente o manual do professor impresso e o material digital.

2.1.5.1.1. Para as obras de educação física o Material Audiovisual é facultativo, devendo o material digital, obrigatório, ser composto pelos itens especificados no subitem 2.1.11 e no Anexo III: Planos de desenvolvimento bimestral/trimestral, Sequências Didáticas e Propostas de Acompanhamento da Aprendizagem.

2.1.5.2. Projetos Integradores, que será composto pelo livro do estudante impresso e manual do professor impresso.

2.1.5.2.1. Para as obras de Projetos Integradores o material digital é facultativo e poderá ser composto apenas por Material Audiovisual.

2.1.6. As obras didáticas deverão obrigatoriamente ser organizadas por ano e em coleções, com exceção das **obras didáticas de Projetos Integradores, conforme item 2.1.8.**

2.1.7. As obras didáticas Disciplinares e Interdisciplinares serão compostas por quatro volumes, um por ano, do livro do estudante e seus respectivos manuais do professor, exceto no caso do componente educação física, que terá somente o manual do professor impresso e o material digital.

2.1.8. As obras didáticas de **Projetos Integradores** serão compostas por **dois volumes**, um para o 6º e 7º anos e outro para o 8º e 9º anos, do livro dos estudantes e seus respectivos manuais do professor.

2.1.9. Cada livro impresso do estudante das obras didáticas de Língua Inglesa e Arte, inclusive do tipo Interdisciplinar, deverá estar acompanhado de um CD em áudio. O CD em áudio do componente curricular Arte será destinado à aprendizagem da Música.

2.1.10. O CD em áudio dos componentes curriculares Língua Inglesa e Arte será considerado parte integrante das obras.

2.1.11. O material digital com conteúdo complementar será composto pelos seguintes materiais, especificados do Anexo III: Planos de desenvolvimento bimestral/trimestral, Sequências Didáticas, Propostas de Acompanhamento da Aprendizagem e Material Audiovisual.

2.1.11.1. A apresentação do Material Digital Audiovisual é obrigatória e o resultado de sua avaliação condiciona a aprovação da obra didática.

2.1.11.2. O material digital com conteúdo complementar, especificado no Anexo III, deverá ser disponibilizado em licença aberta do tipo *Creative Commons* - Atribuição não comercial (CC BY NC 3.0BR ou 4.0 *International*), exceto o Material Audiovisual, que deverá observar o disposto no item 2.1.11.3.

2.1.11.3. No mínimo 75% do Material Digital Audiovisual deverá ser disponibilizado em licença aberta do tipo *Creative Commons* - Atribuição não comercial (CC BY NC 3.0BR ou 4.0 *International*).

2.1.11.3.1. Os percentuais de que trata o item 2.1.11.3 terão como referência a quantidade total de elementos de material audiovisual apresentados por obra didática.

2.1.11.3.2. A entrega dos materiais audiovisuais em licença aberta e fechada dispostos no item 2.1.11.3 ocorrerá separadamente.

2.1.11.3.3. O material digital audiovisual será submetido às regras de avaliação deste edital, condicionando a aprovação da obra.

2.1.11.3.4. O material digital audiovisual será item de classificação das obras aprovadas.

2.1.11.4. O material digital em licença aberta será distribuído em suporte físico e poderá ser ofertado em plataforma pública do Ministério da Educação.

2.1.12. As coleções deverão ser inscritas respeitados o limite máximo de páginas e o tamanho máximo total especificados no subitem 2.1.2.

2.1.13. Não poderá ser inscrito caderno de atividades.

2.1.14. Em caso de a obra conter anexos indispensáveis para a sua adequada utilização, esses materiais deverão, obrigatoriamente, fazer parte do corpo da obra, não podendo constituir volume em separado.

2.1.15. Obras didáticas que façam parte de sistemas estruturados de ensino poderão ser inscritas para a avaliação, desde que observadas as regras e as condições deste edital.

2.1.16. As obras didáticas serão compostas por livros reutilizáveis.

2.1.17. Poderão ser inscritas obras inéditas ou reinscritas.

2.1.18. A obra deverá ter um único editor de todos os volumes que a compõem.

2.1.19. Somente será aceita obra didática cujo(s) autor(es) seja(m) pessoa(s) física(s).

2.1.20. As obras didáticas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, avaliadas no PNLD 2020, terão ciclo de quatro anos.

2.2. Literárias destinadas aos Anos Finais do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e Língua Inglesa.

2.2.1. Serão aceitas para participar do processo de aquisição obras literárias voltadas para os estudantes e professores do Ensino Fundamental – Anos Finais, conforme especificações nos Anexos II e IV deste edital.

2.2.2. As obras literárias serão compostas pelo livro impresso e manual do professor, este último composto pelo livro impresso e material digital, conforme especificações nos Anexos II e IV deste edital.

2.2.2.1. O material digital do manual do professor deverá ter tamanho total de 4,5 GB e ser disposto em um único DVD.

2.2.3. A obra literária deverá apresentar-se em volume único e só poderá ser inscrita individualmente, ainda que faça parte de coleção;

2.2.3.1. Caso a obra contenha anexos ou similares indispensáveis à sua adequada utilização, esses materiais deverão, obrigatoriamente, ser parte integrante do corpo da obra, não podendo constituir volume em separado e nem ser consumíveis.

2.2.3.2. A obra a ser entregue na fase de entrega de DVDs deverá pertencer à mesma edição e ter as mesmas características informadas na pré-inscrição;

2.2.4. Não poderão ser inscritas obras literárias:

2.2.4.1. Em domínio público, originalmente escritas em língua portuguesa;

2.2.4.2. Acompanhadas de caderno de atividade ou que contenham anexo em separado;

2.2.4.3. Com lacunas ou espaços que possibilitem ou induzam a criança a realizar atividades no próprio livro, inviabilizando o seu uso coletivo.

2.2.4.4. Que, tanto na etapa de inscrição como na etapa de aquisição e distribuição, não atendam às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em cumprimento ao Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, à Resolução nº 17, de 7 de maio de 2008, ao Decreto nº 6.583, de 30 de setembro de 2008, e ao Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012.

2.2.5. No ato da pré-inscrição e na inscrição os detentores de direitos autorais deverão indicar:

- a. O idioma (língua portuguesa ou língua inglesa);
- b. A categoria;
- c. O(s) tema(s);
- d. O gênero literário.

2.2.6. Será excluída do processo a obra que for inscrita, concomitantemente, em mais de uma categoria.

2.2.7. Cada obra deverá ser inscrita em apenas uma das categorias abaixo especificadas:

2.2.7.1. Categoria 1: obras literárias voltadas para os estudantes do 6º e 7º anos;

2.2.7.2. Categoria 2: obras literárias voltadas para os estudantes do 8º e 9º anos.

2.2.8. As obras literárias deverão ser adequadas à faixa etária dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e estar em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular, podendo contemplar as seguintes sugestões de temas ou outros:

2.2.9. Temas da Categoria 1 (6º e 7º anos):

- a. Autoconhecimento, sentimentos e emoções;
- b. Família, amigos e escola;
- c. O mundo natural e social;
- d. Encontros com a diferença;
- e. Diálogos com a história e a filosofia;
- f. Aventura, mistério e fantasia;
- g. Outros temas.

2.2.10. Temas da Categoria 2 (8º e 9º anos):

- a. Cultura digital no cotidiano do adolescente;
- b. Conflitos da adolescência;
- c. Encontros com a diferença;
- d. Sociedade, política e cidadania;
- e. Diálogos com a história e a filosofia
- f. Ficção científica, mistério e fantasia;
- g. Outros temas.

2.2.11. As obras literárias poderão ter outros temas, além dos sugeridos neste edital, desde que sejam nomeados, definidos e justificados, pela editora, para fins de avaliação.

2.2.12. As obras literárias poderão ser inscritas em mais de um tema.

2.2.13. As obras literárias poderão ser inscritas nos seguintes gêneros literários:

- a. poema;
- b. conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular;
- c. romance;
- d. memória, diário, biografia, relatos de experiências;
- e. obras clássicas da literatura universal;
- f. livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos.

2.2.14. A correspondência entre a obra, a categoria, o tema e o gênero literário é critério de avaliação, como estabelecido no Anexo IV.

2.2.15. Serão aceitas traduções de obras literárias, desde que atendam as características das obras literárias destinadas aos anos finais do ensino fundamental especificadas neste edital.

2.2.15.1. A adequação da tradução é critério de avaliação.

2.2.16. Serão aceitas adaptações de obras literárias para todas as categorias.

2.2.17. Serão aceitas antologias desde que se explicitem, em prefácio, introdução ou apresentação, o(s) critério(s) que justifica(m) a organização.

2.2.17.1. A organização da antologia é critério de avaliação.

2.2.17.2. Para fins deste edital, considera-se antologia a reunião de textos de um ou mais autores, organizados em torno de uma proposta editorial consistente.

2.2.18. Cada obra inscrita deverá incluir, no próprio volume, informações paratextuais que contextualizem o autor e a obra.

2.2.18.1. As informações paratextuais são critérios de avaliação.

2.2.19. As obras literárias deverão incluir livro do estudante impresso e manual do professor, este último constituído por livro impresso com conteúdo igual ao do aluno e material digital conforme especificações nos Anexos II e IV deste edital.

2.2.20. O material digital do manual do professor deve estar em consonância com a BNCC e ser composto por:

2.2.20.1. Material de apoio no **formato pdf** com informações que: (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura/escuta e (3) justifiquem a pertença da obra aos seus respectivos tema(s), categoria e gênero literário; e (4) subsídios, orientações e propostas de atividades para a abordagem da obra literária com os estudantes.

2.2.20.2. Material de apoio no **formato pdf** com orientações para as aulas de língua portuguesa ou língua inglesa (conforme idioma da obra literária) que preparem os estudantes antes da leitura das respectivas obras (material de apoio pré-leitura), assim como para a retomada e problematização das mesmas (material de apoio pós-leitura).

2.2.20.3. Material de apoio no **formato pdf** com orientações gerais para aulas de outros componentes ou áreas para a utilização de temas e conteúdos presentes na obra, com vistas a uma abordagem interdisciplinar;

2.2.20.3.1. Cada material em formato pdf deverá apresentar todos os seus elementos em um único arquivo, inclusive a capa.

2.2.20.4. Material audiovisual **tutorial/ vídeo-aula** que ofereça, aos professores, informações que (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura e (3) justifiquem a pertença da obra aos seus respectivos tema(s), categoria e gênero literário; e (4) subsídios, orientações e propostas de atividades para a abordagem da obra literária com os estudantes.

2.2.20.4.1. O material audiovisual deverá ter no mínimo 5 e no máximo 10 minutos;

2.2.20.4.2. A apresentação do Material Digital Audiovisual é obrigatória e o resultado de sua avaliação condiciona a aprovação da obra literária.

2.2.21. As obras literárias serão compostas por livros reutilizáveis.

2.2.22. Não será permitida a reinscrição de obras inscritas no edital do PNLD 2018 Literário.

2.2.23. A obra deverá ter um único editor.

2.2.24. Somente será aceita obra literária cujo(s) autor(es) seja(m) pessoa(s) física(s).

2.2.25. As obras literárias dos Anos Finais do Ensino Fundamental, avaliadas no PNLD 2020, terão ciclo de **quatro anos**.

3. Dos Prazos de Inscrição

Para as Obras Didáticas:

- 3.1. Pré-inscrição: das 9 horas do dia 03 de setembro às 18 horas do dia 11 de outubro de 2018;
- 3.2. Inscrição:
- a) **Até 31 de outubro de 2018:** entrega das obras inscritas para Projetos Integradores, Educação Física e o Volume 6 de cada coleção;
 - b) **Até 12 de novembro de 2018:** entrega do Volume 7 de cada coleção;
 - c) **Até 19 de novembro de 2018:** entrega do Volume 8 de cada coleção;
 - d) **Até 30 de novembro de 2018:** entrega do Volume 9 de cada coleção.

Para as Obras Literárias:

- 3.3. Pré-inscrição: das 9 horas do dia 18 de julho às 18 horas do dia 24 de julho de 2018;
- 3.4. Inscrição: das 9 horas do dia 25 de julho às 18 horas do dia 13 de agosto de 2018.

4. Da Acessibilidade

4.1 Em atendimento à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, somente poderão participar dos certames do FNDE os editores cujas obras inscritas sejam também fornecidas em formato acessível, conforme especificado neste edital.

4.2 Os estudantes e professores com deficiência receberão as mesmas obras distribuídas às suas escolas em formato acessível EPUB3, salvo demandas específicas por obras em Língua Brasileira de Sinais – Libras.

4.3 A remuneração pelas obras acessíveis será objeto de negociação específica, que levará em consideração os custos tanto da geração do conteúdo digital quanto de reprodução das cópias físicas, se for o caso.

4.4 O atraso ou o não atendimento do fornecimento de obras digitais e/ou físicas acessíveis resultará na aplicação de multa, nos termos e condições a serem definidos no contrato de aquisição.

4.5 Para as obras aprovadas, os editores deverão, até dez dias após a publicação no Guia Digital do PNLD 2020, carregar, no SIMEC, arquivos em DOCX linearizados para produção em Braille e o arquivo da imagem da 1ª capa das obras em extensão CDR com a resolução mínima de 300 dpi. Esses arquivos ficarão sob guarda e responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI para disponibilização aos Centros Públicos de Produção de Material Didático Braille e a outras entidades produtoras de livros em Braille.

4.6 Os editores ficam autorizados a realizar a produção e a distribuição das suas obras aprovadas, no formato digital acessível – Libras/Língua Portuguesa, diretamente ou mediante contratação de instituição parceira, para aquisição do FNDE no âmbito do PNLD 2020, sujeita à regulação e contratação específicas.

4.7 O Livro Digital Acessível deverá ser apresentado em formato EPUB 3.0.1, em DOCX, disponível em <http://www.idpf.org/epub/301/spec/epub-overview.html>, conforme normas do IDPF - *International Digital Publishing Forum*, ou das normas ISO/IEC TS 30135, partes 1 a 7, ou versões posteriores, desde que compatíveis com as características apresentadas neste edital.

4.8 O MEC ficará responsável pela indicação do beneficiário do material em formato EPUB3 e a forma de distribuição será definida no contrato de aquisição.

4.9 O livro digital acessível – EPUB3 deverá corresponder à obra impressa e apresentar as características constantes do Anexo V.

5. Das Condições de Participação

- 5.1.** As pessoas jurídicas interessadas em participar deste certame deverão observar as condições de participação no programa, regulamentadas pelo Decreto nº 9.099/2017.
- 5.2.** Os editores que tiverem obras aprovadas deverão observar também a Portaria Normativa MEC Nº7, de 5 de abril de 2007, ou outra que vier a substituí-la.
- 5.3.** Poderá inscrever obras toda e qualquer pessoa jurídica estabelecida no país e que atenda às exigências previstas neste edital e na legislação específica, inclusive quanto à documentação.
- 5.4.** Não poderá participar do presente processo de aquisição, a empresa:
- 5.4.1.** declarada inidônea;
 - 5.4.2.** suspensão de licitar em órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal;
 - 5.4.3.** punida com impedimento de contratar com o Poder Público;
 - 5.4.4.** estrangeira que não funciona no país.
- 5.5.** A partir de notificação ou convocação específica do Ministério da Educação, o editor se compromete a alterar a obra aprovada em caso de identificação de correções ou atualizações necessárias.
- 5.6.** O editor poderá propor alteração e aprimoramento de conteúdos durante o ciclo de atendimento, caso em que o Ministério da Educação avaliará a pertinência da alteração do conteúdo proposto.
- 5.7.** As alterações de que tratam o subitem 5.5 serão submetidas à aprovação ou avaliação de profissionais ou equipes designadas pelo MEC.
- 5.8.** Se as notificações e convocações de que tratam o subitem 5.5 não forem atendidas ou se os respectivos objetos não forem aprovados, o MEC e o FNDE poderão suspender a compra e a distribuição das obras escolhidas, caso em que serão distribuídas às escolas as obras em outra opção, conforme estabelecido na legislação vigente.

6. Das Etapas de Inscrição

6.1. Do Cadastramento dos Editores

- 6.1.1.** Para cadastrar-se no SIMEC, o interessado deverá solicitar login e senha pelo e-mail preinscricao@fnde.gov.br e acessar o sistema exclusivamente por meio do endereço eletrônico www.simec.mec.gov.br.
- 6.1.2.** Será aceito somente o cadastramento de editores que o formalizem por meio de um responsável, pessoa física, devidamente identificada no SIMEC, com nome completo e CPF, além do CNPJ e da razão social da empresa.
- 6.1.3.** Para evitar problemas na comunicação por meio de correio eletrônico com o FNDE, recomenda-se que se efetuem configurações de liberação de modo a permitir o recebimento de mensagens provenientes do domínio “@fnde.gov.br” ou “@mec.gov.br”.
- 6.1.4.** Caso possua recursos de AntiSpam (ou filtros de segurança) ativos em seu sistema de e-mail, esses recursos deverão ser desbloqueados para o recebimento de mensagens cujo remetente tenha os domínios mencionados.
- 6.1.5.** Os editores deverão disponibilizar um endereço eletrônico para comunicação com o FNDE.

6.1.6. Os dados dos editores deverão estar permanentemente atualizados no FNDE, por intermédio de solicitação formalizada no endereço eletrônico preinscricao@fnde.gov.br.

6.1.7. Deverão ser registrados no SIMEC a razão social da empresa, o nome fantasia e marcas/selos, quando houver.

6.1.7.1. Entende-se por razão social a denominação jurídica da empresa registrada nos órgãos públicos competentes.

6.1.7.2. Entende-se por nome fantasia a denominação pela qual a empresa se identifica no mercado, ou seja, designação popular de título de estabelecimento utilizado pela empresa, sob a qual ela se torna conhecida do público, que deve constar no cadastro do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

6.1.7.3. Entende-se por marca/selo todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifique e distinga produtos e serviços de outros análogos.

6.1.8. A inscrição apenas poderá ser concretizada com a inserção no SIMEC dos dados cadastrais, o carregamento dos arquivos, no SIMEC, para avaliação, bem como da documentação especificada no Anexo VI.

Da Pré-Inscrição.

6.2. A pré-inscrição é o prévio cadastramento no SIMEC dos **dados** sobre as obras, editores e dos respectivos autores ou sucessores legais, bem como o **carregamento da respectiva documentação (Anexo V)**, que atendam às disposições deste edital, devendo ser realizado pelo responsável identificado no sistema informatizado.

6.2.1. O editor deverá carregar, no sistema informatizado, os arquivos das imagens da primeira e quarta capas e da ficha catalográfica de cada volume da obra, cujos dados devem estar de acordo com o que consta nos contratos de direitos autorais a serem apresentados e no sistema informatizado.

6.3. Ao realizar a pré-inscrição das obras, o interessado adquire o direito de participar exclusivamente com as obras que pré-inscreveu no processo de aquisição para o PNLD 2020.

6.3.1. Para fins deste certame, define-se que as obras pré-inscritas ficam vinculadas ao editor que as cadastrou. Havendo impossibilidade ou renúncia do editor em prosseguir no processo, as obras serão excluídas.

6.3.2. Cada editor poderá pré-inscrever até 03 (três) obras **literárias** no total.

6.4. Para os casos de pessoa jurídica que tenha sido incorporada ou vendida com a transferência dos bens, desde que comprovado o atendimento das condições do edital por parte da empresa adquirente, ficará permitida a mudança no cadastro do participante; mantendo-se, para o novo participante, todas as condições exigidas neste edital, inclusive quanto à atualização do material e da documentação pertinente.

6.5. Os dados das obras informados na pré-inscrição deverão ser os mesmos dados constantes no contrato de edição, na capa e na ficha catalográfica.

6.6. O editor deverá informar no SIMEC o nome de todos os autores da obra, assim identificados como pessoa física conforme constam no contrato de edição, na capa do livro e na ficha catalográfica.

- 6.6.1.** No caso de autor falecido, deverão ser informados também os dados dos herdeiros/sucessores.
- 6.7.** Somente serão pré-inscritas obras que apresentarem número de ISBN.
- 6.7.1.** No caso de obras **didáticas**, o número ISBN deverá constar para cada um de seus volumes, tanto para o livro do estudante como para o manual do professor.
- 6.7.2.** No caso das obras literárias, o número **ISBN** deverá constar para o livro do estudante e o manual do professor, este constituído por livro impresso e material digital.
- 6.7.3.** No caso das obras **literárias**, durante a pré-inscrição, será aceito o número ISBN da obra no formato original, ainda não adaptado às características técnicas deste edital.
- 6.7.3.1.** Na hipótese do item nº 6.7.3, o editor que pré-cadastrou a obra se compromete a, quando solicitado pelo FNDE, atualizar o número de ISBN de acordo com a obra finalizada a ser entregue aos alunos.
- 6.8.** Os direitos autorais da obra a ser adquirida deverão pertencer a um único editor, sendo vedada a coedição.
- 6.9.** A obra deverá ser pré-inscrita com o número da edição e o ano de edição.
- 6.10.** No ato da pré-inscrição das obras **literárias**, os detentores de direitos autorais deverão indicar:
- O idioma (língua portuguesa ou língua inglesa);
 - A categoria;
 - O(s) tema(s);
 - O gênero literário.
- 6.11.** Estará excluída do processo do PNLD 2020 a obra cujos dados preenchidos no sistema informatizado, no período da pré-inscrição, estejam incorretos ou incompletos ou, ainda, apresentem divergência em relação à obra, salvo disposto nos subitens 8.5 a 8.6.
- 6.12.** A obra pré-inscrita não poderá ser substituída ou mesmo alterada, salvo o disposto nos subitens 8.5 a 8.6 deste edital. Caso fortuito de divergência e inconformidade na obra ou nos dados do sistema informatizado será deliberado na etapa de Controle de Qualidade, preservando-se sempre a qualidade da obra.
- 6.13.** Será de inteira responsabilidade dos interessados a validade das informações fornecidas ao FNDE no cadastramento dos autores. Esse cadastro deverá conter dados atualizados, tendo em vista que será utilizado pelo FNDE em etapas do processo de aquisição.
- 6.14.** Para fins de prova de comprovação da pré-inscrição, só será aceita ficha técnica do material, impressa em PDF, do relatório emitido pelo sistema informatizado.
- 6.15.** O FNDE não se responsabilizará pela pré-inscrição de obras não concretizada por motivos de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 7 Da Entrega dos DVDs**
- 7.1** A entrega dos DVDs das obras deverá ser realizada pelo dirigente, seu procurador ou pela pessoa identificada no SIMEC, conforme subitem 6.1.2.

7.2 O editor adquire o direito de participar exclusivamente com as obras que pré-cadastrou no Edital PNLD 2020, sendo a etapa de pré-inscrição necessária à participação nas fases seguintes.

7.3 Os direitos autorais patrimoniais sobre a obra a ser adquirida deverão pertencer a um único editor.

7.3.1 No caso de obras literárias, o tradutor é legalmente o autor da obra e seu nome deverá constar na primeira capa.

7.4 Para as obras **didáticas**, o editor deverá entregar ao FNDE ou à instituição por este indicada, em hora e local pré-agendados, durante o período de inscrição e para cada título inscrito, um DVD com conteúdo caracterizado e um DVD com conteúdo descaracterizado contendo, em ambos, o arquivo da obra pré-inscrita do aluno, o arquivo da obra pré-inscrita do professor e o respectivo material digital do professor, ressalvado o item 7.4.1.

7.4.1 Na hipótese de o editor optar pela entrega do material digital audiovisual também em licença fechada, nos termos do item 2.1.11.3, ele deverá entregar o arquivo em DVD separado, devidamente identificado.

7.4.1.1 O somatório dos arquivos digitais não poderá ultrapassar o limite imposto no item 2.2.2.1.

7.5 Para as obras **literárias**, o editor deverá entregar ao FNDE ou à instituição por este indicada, em hora e local pré-agendados, durante o período de inscrição e para cada título, um DVD contendo o arquivo em PDF das obras impressas pré-inscritas (aluno e professor) e um DVD contendo o respectivo material digital do manual do professor.

7.6 Cada DVD deve vir acondicionado em embalagem plástica transparente, tipo “slim”;

7.7 Cada DVD deve trazer rótulo contendo título da obra, editora, autores, categoria a que pertence e, se for o caso, gênero literário pré-inscritos, além de especificar se se trata do material do estudante ou do professor.

7.8 O editor também deverá entregar ao FNDE ou à instituição por este indicada uma declaração, em papel timbrado da editora e assinada pelo seu representante, indicando os títulos que estão sendo entregues e, se for o caso, suas categorias, conforme Anexos XVI e XVII. A declaração deverá ser entregue em duas vias, sendo que uma ficará com a editora após conferência dos materiais entregues.

7.9 Para fins deste certame, define-se que as obras entregues ficam vinculadas ao editor que as entregou. Havendo impossibilidade ou renúncia em prosseguir no processo, as obras serão excluídas.

7.10 Para os casos de pessoa jurídica que tenha sido incorporada ou vendida, resultando na transferência dos bens, desde que comprovado o atendimento das condições do edital por parte da empresa adquirente, ficará permitida a mudança no cadastro do editor.

7.7.1. No caso de mudança do editor prevista no subitem anterior, as versões entregues da obra devem ser atualizadas quanto à razão social, marca, selo e nome fantasia, sob pena de multa quando identificada qualquer inconsistência.

7.11 Os dados das obras informados na pré-inscrição deverão ser os mesmos dados constantes no contrato da obra, na capa e na ficha catalográfica.

7.12 O editor deverá informar no SIMEC o nome de todos os autores da obra, inclusive da obra coletiva, assim identificados como pessoa física, conforme constam no contrato da obra, na capa do livro e na ficha catalográfica.

- 7.13** No caso de autor falecido, deverão ser informados também os dados dos herdeiros/sucessores.
- 7.14** Os DVDs deverão ser entregues em edição finalizada, com todos os textos, as imagens, a diagramação, as cores e o número de páginas definitivas.
- 7.15** A obra deverá ser entregue com o número da edição, inclusive quando for a primeira, e o ano de edição.
- 7.16** A obra entregue não poderá ser substituída ou mesmo alterada, salvo disposto neste edital.
- 7.17** Será de inteira responsabilidade do editor a validade das informações fornecidas ao FNDE na pré-inscrição das obras e do editor. Esse cadastro deverá conter dados atualizados, tendo em vista que será utilizado pelo FNDE para fins de aquisição.
- 7.18** Os arquivos das obras fornecidos pelo editor ficarão sob responsabilidade do MEC para armazenamento institucional.
- 7.19** As obras **didáticas** adquiridas no PNLD e fornecidas em licença aberta poderão ser disponibilizadas e utilizadas em softwares educacionais e outras ações complementares.
- 7.20** O editor deverá declarar, no SIMEC, se a obra didática é objeto de primeira avaliação ou reinscrição:
- 7.20.1** A Declaração de Primeira Avaliação aplica-se à obra inédita, em que se afirma que a obra não foi produzida tomando por base obras já inscritas em avaliações anteriores;
- 7.20.2** A Declaração de Reinscrição aplica-se à obra reinscrita, informando que a obra apresentada no ato da Inscrição, ou parte dela, foi submetida a avaliações anteriores;
- 7.21** A não veracidade das informações prestadas acarretará a responsabilização administrativa, civil e penal do detentor de direitos autorais conforme legislação específica.

Da Inscrição

- 7.22** A inscrição é composta pelas etapas de pré-inscrição e da respectiva entrega dos DVDs ao FNDE ou instituição por este indicada, observadas as especificações técnicas do Anexo II.
- 7.23** Inconsistências não detectadas na etapa de inscrição poderão gerar a exclusão da obra a qualquer tempo, independente da etapa em que sejam verificadas.

8 Da Validação da Inscrição

- 8.1.** A validação consiste na verificação dos atributos editoriais, sendo que as obras pré-inscritas e entregues deverão atender às exigências contidas no Anexo II e aos demais requisitos desse edital, sob pena de exclusão.
- 8.2.** As obras pré-inscritas deverão ser analisadas para verificação dos requisitos mínimos de conformidade previstos no Anexo VII e demais exigências deste edital, sob pena de exclusão.
- 8.3.** As obras que não atenderem às exigências mínimas contidas no Anexo VII serão invalidadas, não podendo seguir para as demais etapas do processo de aquisição.
- 8.4.** A análise visual dos atributos editoriais da obra será feita em comparação às exigências dos Anexos II e VII e aos dados do contrato de edição/cessão de direitos ou similar, bem como à consistência dos registros no sistema informatizado.
- 8.5.** Verificada a existência de falhas pontuais na obra, limitadas a 5% (cinco por cento) do total de páginas por exemplar e a 8 (oito) volumes, no caso de obras didáticas, ou 2 (dois) volumes, no caso de obras literárias, por titular de direito autoral, o interessado poderá reapresentar a obra corrigida.

8.6. Verificada a existência de falhas pontuais no preenchimento de dados no sistema informatizado, o editor será notificado e poderá formalizar a solicitação de correção dos dados no sistema, limitadas a 5 (cinco) informações por volume e a 8 (oito) volumes por editor, no caso de obras didáticas, ou a 5 (cinco) informações por volume e a 2 (dois) volumes por editor, no caso de obras literárias, correspondendo cada informação ao preenchimento de um campo do sistema.

8.6.1. Verificadas as hipóteses dos itens nº 8.5 a 8.6, o editor será comunicado **uma única vez** para saneamento das falhas pontuais detectadas.

8.6.2. A diligência será enviada por e-mail ao endereço eletrônico registrado pelo editor no SIMEC.

8.6.3. O editor terá o prazo máximo de cinco dias úteis, contados a partir da data de envio do email de notificação, para atendimento da diligência.

8.6.4. O termo inicial para contagem de prazo para cumprimento da diligência requerida será a data de envio do e-mail ao endereço eletrônico informado no SIMEC.

8.6.5. O não cumprimento do prazo ou da correção ocasionará a exclusão imediata da obra e/ou do editor.

8.6.6. Se o editor entender que, para melhores esclarecimentos, deve encaminhar algum documento, deverá fazê-lo junto com os documentos exigidos nesta etapa.

8.7. Após verificação de atendimento dos requisitos, será disponibilizado o resultado da etapa de Validação na imprensa oficial e no portal do FNDE.

8.8. Os pareceres da etapa de Validação serão disponibilizados no SIMEC a todos os editores participantes, assegurado o direito de recurso previsto na legislação vigente.

8.9. A validação de inscrição não afasta a possibilidade de exclusão da obra se verificada a existência de qualquer inconformidade detectada a qualquer tempo.

9 Da Avaliação Pedagógica

9.1. A avaliação pedagógica das obras didáticas e literárias será realizada de acordo com o Decreto nº 9.099/2017, orientações e diretrizes estabelecidas pelo MEC e com base em critérios comuns e específicos constantes nos Anexos III e IV, respectivamente, deste edital.

9.1.1. O Ministério da Educação publicará edital com regras para orientar e diretrizes a serem obedecidas na etapa de avaliação pedagógica do PNLD 2020.

9.2. No caso dos materiais digitais, a avaliação alcançará seus conteúdos conforme estabelecido nos itens 2.1.11 e 2.2.20 e especificado nos Anexos III e IV, sendo que a conformidade do design e a navegabilidade serão verificadas na análise de atributos físicos, conforme Anexo VIII.

9.3. Das obras didáticas

9.3.1. As obras didáticas (livro impresso e material digital) validadas serão avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos neste edital e receberão pareceres elaborados pelas equipes de avaliação que indicarão:

9.3.1.1. A aprovação;

9.3.1.2. A aprovação condicionada à correção de falhas pontuais, conforme disposto no Decreto nº 9.099/2017, ou

9.3.1.3. A reprovação.

9.3.2. Serão consideradas falhas pontuais as não repetitivas ou constantes que possam ser corrigidas com simples indicação da ação de troca a ser efetuada pelo titular de direitos autorais.

9.3.3. Não serão consideradas falhas pontuais:

- a. erros conceituais;
- b. erros gramaticais recorrentes;
- c. necessidade de revisão global do material;
- d. necessidade de correção de unidades ou capítulos;
- e. necessidade de adequação de exercícios ou atividades dirigidas;
- f. supressão ou substituição de trechos extensos; e
- g. outras falhas que ocorram de forma contínua no material didático.

9.3.3.1. As especificações das falhas pontuais por componente curricular serão definidas em documento orientador a ser divulgado pelo MEC, oportunamente.

9.3.4. A existência de quantidade de falhas pontuais na obra em número superior ao equivalente a 10% (dez por cento) do total de páginas da obra configurará a sua reprovação.

9.3.5. A avaliação pedagógica classificará as obras didáticas aprovadas.

9.3.6. Os critérios de classificação das obras aprovadas serão publicados pelo MEC em até sessenta dias a contar da publicação deste edital.

9.3.7. Da Correção de Falhas Pontuais na Avaliação Pedagógica de Obras Didáticas

9.3.8. Na hipótese do subitem 9.3.1.2, o titular de direito autoral deverá reapresentar a obra corrigida conforme especificações do Anexo III, no prazo de dez dias, a contar da divulgação do resultado prévio, para verificação do atendimento das indicações do parecer.

9.3.9. A obra só será considerada aprovada para compor o Guia Digital do PNLD se as falhas apontadas no parecer forem devidamente sanadas e a nova versão corrigida for carregada no SIMEC.

9.3.10. Caso haja mudanças que configurem a necessidade de alteração da edição da obra, o editor deverá solicitar alteração dos dados de edição e ISBN no SIMEC, sendo verificada a correspondência entre a obra adquirida e a aprovada pelo FNDE.

9.4. Das obras literárias

9.4.1. As obras literárias validadas serão avaliadas de acordo com os critérios constantes no Anexo IV deste edital e receberão pareceres elaborados pelas equipes de avaliação que indicarão:

9.4.1.1 A aprovação;

9.4.1.2 A reprovação.

9.5. Do Recurso da Avaliação Pedagógica das Obras Didáticas e Literárias

9.5.1. O parecer referente à análise da obra reprovada, hipótese prevista nos subitens 9.3.1.3.e 9.4.1.2., poderá ser objeto de recurso fundamentado por parte do editor, no prazo de dez dias, a contar da publicação do resultado prévio, vedados pedidos genéricos de revisão da avaliação.

9.5.2. O parecer referente à análise da obra didática aprovada condicionada à correção de falhas pontuais, hipótese prevista no subitem 9.3.1.2, poderá ser objeto de recurso fundamentado por parte do editor, no prazo de dez dias, a contar da publicação do resultado prévio, vedados pedidos genéricos de revisão da avaliação.

9.5.3. O recurso deverá ser enviado, por meio do carregamento de arquivos no SIMEC, conforme especificações do Anexo II, e ficará disponível para visualização de todos os participantes durante o período recursal.

9.5.4. A decisão será proferida pela SEB em até trinta dias.

9.5.5. O recurso será encaminhado às equipes de avaliação para reconsideração.

9.5.6. Em caso de não reconsideração, a SEB poderá constituir equipes para analisar os recursos, conforme descrito no Decreto nº 9.099/2017.

9.5.7. A equipe citada no subitem anterior ficará encarregada de analisar o recurso e emitir manifestação exclusivamente sobre a procedência ou improcedência do recurso, vedada a reavaliação integral da obra didática ou literária.

9.5.8. Do Resultado da Avaliação

9.5.8.1. O resultado final da avaliação será publicado em Diário Oficial da União, mediante Portaria do MEC, divulgado nos portais www.mec.gov.br e www.fnde.gov.br e disponibilizado no SIMEC com listagem dos editores e das obras aprovadas.

10 Da Análise dos Atributos Físicos

10.1. Da Análise dos Atributos Físicos das Obras Didáticas e Literárias:

10.1.1. A análise de atributos físicos consiste na verificação dos atributos físicos das obras entregues em comparação com os dados carregados na pré-inscrição e os arquivos carregados na etapa de inscrição, sendo que as obras didáticas e literárias deverão atender às exigências contidas no Anexo VIII, e aos demais requisitos deste edital, sob pena de exclusão.

10.1.2. Os editores aprovados na etapa de análise pedagógica serão convocados em dia, horário e local previamente agendados para entrega das obras.

10.1.3. Caso a e as obras sejam entregues por um procurador, deverão estar acompanhadas de procuração contendo poderes expressos de representação junto ao FNDE.

10.1.4. Os exemplares das obras inscritas não serão devolvidos após a Análise de Atributos.

10.1.5. Para a análise de atributos físicos das obras **didáticas**, deverão ser entregues 02 (dois) exemplares do livro do estudante e 02 (dois) do manual do professor caracterizados.

10.1.6. Para avaliação das obras **literárias** deverão ser entregues 02 (dois) exemplares da obra.

10.1.7. Os exemplares das obras a serem entregues deverão corresponder à mais recente edição e serem exatamente iguais.

10.1.8. Os exemplares das obras **didáticas** a serem entregues deverão estar embalados e identificados externamente por componente curricular, por título e por ano.

10.1.9. Os exemplares das obras **literárias** a serem entregues deverão estar embalados e identificados externamente por etapa da educação básica, categoria, tema, idioma e gênero em que foi inscrita e aprovada.

10.1.10. Os exemplares das obras deverão ser entregues em edição finalizada, com todos os textos, as imagens, a diagramação, as cores e número de páginas definitivas, inclusive com acabamento e matéria-prima definitiva, e deverão, também, guardar consonância com as especificações informadas no sistema informatizado por ocasião da pré-inscrição, salvo no disposto no subitem 10.1.12.

10.1.11. Todas as características do projeto gráfico e editorial da obra inscrita deverão ser mantidas caso a obra seja selecionada.

10.1.12. Somente para a etapa de Avaliação de Atributos Físicos, além dos acabamentos definidos nas especificações técnicas, os livros impressos deverão ser entregues **exclusivamente** com o acabamento espiralado.

10.1.13. Será excluída a obra que apresente selos, etiquetas ou outros elementos diferentes dos especificados no edital e no contrato com o FNDE.

10.1.14. Todos os elementos presentes na obra devem ser impressos de acordo com as especificações deste edital, não sendo permitida a inclusão de qualquer item adesivado.

10.2. Verificada a existência de falhas pontuais na obra, limitadas a 5% (cinco por cento) do total de páginas por exemplar e a 8 (oito) volumes por titular de direito autoral, no caso de obras didáticas, e a 2 (dois) volumes por titular de direito autoral, no caso de obras literárias, o interessado poderá reapresentar a obra corrigida.

10.2.1. Verificadas as hipóteses do item nº 10.2, o editor será comunicado **uma única vez** para saneamento das falhas pontuais detectadas.

10.2.2. A diligência será enviada por e-mail ao endereço eletrônico registrado pelo editor no SIMEC.

10.2.3. O editor terá o prazo máximo de cinco dias úteis, contados a partir da data de envio do email de notificação, para atendimento da diligência.

10.2.4. O termo inicial para contagem de prazo para cumprimento da diligência requerida será a data de envio do e-mail ao endereço eletrônico informado no SIMEC.

10.2.5. Após verificação de atendimento dos requisitos, será disponibilizado o resultado da etapa de análise de atributos físicos na imprensa oficial e no portal do FNDE.

10.2.6. Os pareceres da etapa de análise de atributos físicos serão disponibilizados no SIMEC a todos os editores participantes, assegurado o direito de recurso previsto na legislação vigente.

10.2.7. A análise de atributos físicos não afasta a possibilidade de exclusão da obra se verificada a existência de qualquer inconformidade detectada a qualquer tempo.

11. Da Escolha das Obras:

Didáticas destinadas aos Anos Finais do Ensino Fundamental:

11.1 A escolha das obras didáticas será embasada na análise das informações contidas no Guia Digital do PNLD, considerando-se a adequação e a pertinência das obras didáticas em relação à proposta pedagógica de cada instituição escolar.

11.2. O Guia do Livro Didático estará disponível no portal www.fnde.gov.br trará as resenhas das obras aprovadas, os critérios que nortearam a avaliação pedagógica, os modelos das fichas de análise e o hiperlink de acesso ao conteúdo integral das obras aprovadas para subsidiar a escolha pelos professores das escolas participantes do PNLD 2020.

Literárias destinadas aos Anos Finais do Ensino Fundamental:

11.3. A escolha das obras literárias será embasada na análise das informações contidas no Guia Digital do PNLD.

- 11.4.** As obras literárias a serem entregues às escolas servirão para composição do acervo literário da sala de aula e do acervo literário escolar.
- 11.5.** Para composição do acervo literário da sala de aula, cada instituição de ensino escolherá, para cada ano de ensino que oferta (6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental), 2 (duas) obras literárias.
- 11.6.** As obras literárias serão escolhidas conforme item nº 11.5 de modo que cada estudante receba duas (2) obras literárias diferentes para serem utilizadas no decorrer do ano letivo.
- 11.7.** Ao final do ano letivo as obras literárias deverão ser devolvidas à escola, para reutilização durante o ciclo de atendimento especificado no item 2.2.25 deste edital.
- 11.8.** Nas instituições em que haja mais de uma turma para cada ano (6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental), o acervo literário da sala de aula será igual para todas as turmas do mesmo ano.
- 11.9.** Caberá ao corpo docente e dirigente de cada escola as escolhas quanto à distribuição interna e ao emprego pedagógico das obras, respeitando-se a condição de utilização direta por parte dos estudantes.
- 11.10.** O Guia Digital do PNLD 2020 estará disponível no portal www.fnde.gov.br e trará as resenhas das obras literárias aprovadas, os princípios e critérios que nortearam a avaliação pedagógica.
- 11.11.** As obras literárias aprovadas serão disponibilizadas em sua integralidade para visualização pelos professores durante o período de escolha.

12. Da Habilitação

12.1. A etapa de Habilitação consiste na verificação das obras inscritas e dos respectivos documentos previstos no edital, com base nos dados registrados no SIMEC pelo participante e de acordo com as exigências previstas na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 9.610/98 e demais legislações relacionadas.

12.1.1. A Habilitação do editor inclui consulta sobre os dados cadastrais, dados dos representantes e sobre as regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal registrados no SICAF e no Tribunal Superior do Trabalho – TST, de acordo com o previsto na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 3.722/01, Decreto 4.485/02, IN nº 02/10 – SLTI/MPOG, Lei nº 12.440/11, e respectivas alterações.

12.1.2. A Habilitação das obras ocorrerá pela análise da documentação encaminhada pelo editor ao FNDE ou a instituição por este indicada, de acordo com o definido neste edital, em conformidade à Lei nº 9.610/98, referente aos direitos autorais.

12.1.3. As obras, se habilitadas na forma deste edital, somente serão adquiridas, produzidas e entregues se o editor comprovar, por meio documental, que detém com exclusividade o direito patrimonial para produzir e comercializar a obra no mercado.

12.1.4. A aprovação do editor e da obra na etapa de habilitação é condição para a contratação.

12.2. Será considerado habilitado o editor que, de acordo com as exigências previstas neste Edital e a consulta ao SICAF e ao TST, atender às condições de habilitação e qualificação exigidas por este edital.

12.3. Os editores deverão manter regular e atualizada a situação no TST e no SICAF durante todo o processo de aquisição do PNLD 2020, como forma de comprovação cadastral e das regularidades jurídica, econômico-financeira e fiscal sob pena de exclusão a qualquer tempo.

12.4. A Comissão Especial de Habilitação - CEH, no curso da análise da documentação, certificar-se-á da licitude, veracidade e eficácia da documentação e dos respectivos dados fornecidos.

12.4.1. Os documentos solicitados no Anexo VI poderão ser apresentados por qualquer processo de

cópia, desde que estejam autenticadas por cartório competente e correspondam ao arquivo carregado no SIMEC.

12.5. Os editores serão notificados em até duas diligências, se for o caso, para certificação da licitude, veracidade e eficácia da documentação e dos respectivos dados fornecidos. O editor será notificado caso seja observada a falta de documentos e/ou inconsistências nos dados da obra ou nos documentos entregues, conforme definido no Anexo VI.

12.6. A contagem do prazo estipulado no subitem anterior seguirá o que estabelece os subitens 10.2.1 a 10.2.4.

12.7. As diligências serão enviadas por e-mail ao endereço eletrônico registrado no sistema informatizado pelo editor.

12.8. O não cumprimento do prazo ou a não adequação dos documentos enviados após o recebimento das duas notificações ocasionará a exclusão da obra.

12.9. Se o editor entender que para melhores esclarecimentos deve encaminhar algum documento, deverá encaminhá-lo junto com os documentos exigidos nesta etapa.

12.10. Passado o prazo estipulado no subitem 12.6., a CEH estará autorizada a inabilitar imediatamente a obra e, se for o caso, o editor por meio da lavratura da Ata de Inabilitação.

12.11. Da etapa de Habilitação poderá resultar:

12.11.1. Habilitação do editor e de todas as suas obras;

12.11.2. Habilitação do editor e habilitação parcial de obras;

12.11.3. Inabilitação do editor.

12.12. A habilitação do editor com exclusão parcial de obras possibilitará que este prossiga nas demais etapas somente quanto às obras não excluídas.

12.13. A inabilitação excluirá o editor das demais etapas previstas neste edital.

12.14. Para a etapa de Habilitação, cabem recursos, conforme previsto na legislação vigente.

12.15. Caso a empresa não apresente as condições exigidas neste edital e na legislação vigente quanto à etapa de Habilitação, não poderá prosseguir ou continuar nas demais etapas do processo de aquisição, ainda que tenha sido aprovada em outras fases.

13. Da Negociação

13.1. O FNDE, por intermédio de Comissão Especial de Negociação - CEN, nomeada pelo Presidente do FNDE, convocará os editores habilitados ou em processo de habilitação para procederem à negociação de preços.

13.2. A Negociação tem como objetivo a pactuação de preço para aquisição das obras a serem distribuídas.

13.3. O FNDE convocará o editor, por meio do correio eletrônico registrado no SIMEC, para proceder à negociação das obras.

13.4. Para a negociação de preços, o editor poderá ter a opção de negociar os direitos autorais patrimoniais da obra ao FNDE, que passará a disponibilizá-la no PNLD como licença aberta do tipo Creative Commons – Atribuição não comercial CC BY NC – 4.0 *International* ou CC BY NC – 3.0 BR.

13.4.1. Para a cessão prevista acima, o editor deverá comprovar a cessão definitiva dos direitos autorais patrimoniais da obra.

- 13.5.** O interesse de ceder os direitos patrimoniais ao FNDE deverá ser sinalizado no ato de inscrição.
- 13.6.** O quantitativo de exemplares a serem adquiridos terá por base o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.
- 13.7.** O FNDE poderá solicitar planilha de custos praticados pelos editores, em formulário próprio.
- 13.8.** A não negociação de preço para aquisição nos prazos definidos pelo FNDE excluirá o editor das demais etapas previstas neste edital.

14. Do Contrato Administrativo

- 14.1.** O FNDE formalizará os contratos administrativos com os editores habilitados após a emissão da ata de negociação da CEN.
- 14.2.** O editor fica obrigado a se responsabilizar pelo fornecimento das obras, nos casos de convocação por parte do FNDE, em contratações posteriores de reposições e complementações nos anos que compõem o ciclo de atendimento deste edital, sob pena de serem suspensos de participar do processo de aquisição subsequente no âmbito dos Programas do Livro.
- 14.3.** O FNDE verificará, por meio de consulta virtual ao SICAF, a situação do fornecedor, inclusive os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) do editor.
- 14.4.** Caso quaisquer desses índices estejam inferiores ou iguais a 1 (um), será exigida prestação de garantia em uma das modalidades previstas pelo § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e modificações posteriores.
- 14.5.** Os títulos da dívida pública apresentados como garantia deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil.
- 14.6.** A modalidade de garantia a ser prestada corresponderá a três por cento do valor a ser contratado, devendo ser entregue ao FNDE até trinta dias a partir da data de assinatura do contrato.
- 14.7.** A não apresentação da garantia no prazo previsto no subitem anterior acarretará a aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo.
- 14.8.** A liberação e a restituição da garantia somente ocorrerão ao término da vigência do contrato e do cumprimento das obrigações contratuais, em especial das cláusulas referentes ao Controle de Qualidade.
- 14.9.** Caso seja verificada irregularidade no SICAF durante a etapa de Contratação, o editor será excluído do processo de aquisição do PNLD 2020.

15. Da Produção

- 15.1.** Após a assinatura dos contratos, os editores estarão aptos a iniciar a produção das obras a serem distribuídas.
- 15.2.** As obras adquiridas deverão apresentar os selos e outros elementos do Programa a serem fornecidos pelo FNDE.
- 15.3.** Não serão aceitos quaisquer elementos adesivados ou selos impressos, exceto, no último caso, aqueles fornecidos pelo FNDE.
- 15.4.** Não serão aceitas quaisquer alterações nas obras aprovadas para o PNLD 2020. Os exemplares entregues deverão ser idênticos àqueles aprovados no programa, salvo disposição em contrário a ser comunicada pelo FNDE e divergência decorrente de atualizações cadastrais do editor.

15.5. Só serão aceitos razão social, nome fantasia e marca/selo de editor, tanto nas capas como no miolo da obra, daquele contratado pelo FNDE e detentor comprovadamente dos direitos autorais. Não será admitida outra razão social, nome fantasia e marca/selo de outro editor, ainda que pertença ao mesmo grupo econômico.

15.6. O editor contratado deverá apresentar, conforme determina o Decreto nº 9.099/2017, a certificação de origem florestal e de cadeia de custódia da etapa de produção do papel, outorgada por terceira parte independente, acreditada em pelo menos um dos sistemas de certificação reconhecidos e acreditados internacionalmente ou no Brasil, pelo INMETRO.

15.7. O editor contratado deverá apresentar uma declaração de que o papel utilizado na produção dos livros para o PNLD 2020 corresponde ao papel certificado quanto à origem florestal e à cadeia de custódia da etapa de produção do papel.

15.8. O FNDE disponibilizará, quando da contratação, a estrutura editorial final com todos os elementos que devem constar na obra a ser produzida para atender ao PNLD 2020.

16. Do Controle de Qualidade

16.1. Por ocasião da produção das obras, o FNDE ou empresa contratada para este fim, poderá realizar o Controle de Qualidade, mediante amostragem definida na NBR 5426/1985 – ABNT, em nível de inspeção a ser definido em contrato, que consistirá na análise dos itens de não conformidade constantes da Resolução n.º 2, de 12 de janeiro de 2011, do Conselho Deliberativo do FNDE, publicada no Diário Oficial da União, ou outra que vier a substituí-la, com vistas à verificação da qualidade do produto a ser entregue.

17. Da Distribuição

17.1. As obras serão postadas diretamente pelos editores ao FNDE ou à instituição contratada para esse fim, conforme instrução operacional a ser fornecida no momento da contratação.

17.2. Atrasos na entrega superiores a trinta dias ocasionarão, além das sanções contratuais, a suspensão de participar do próximo processo de aquisição no âmbito dos Programas do Livro.

17.3. Somente poderão ser postadas as obras depois de efetuada a coleta do material necessário ao Controle de Qualidade feito pelo FNDE ou empresa por ele indicada.

17.4. Haverá a aquisição de livros a serem destinados ao atendimento de alunos e professores de escolas as quais o sistema não registrou nenhuma escolha.

18. Das Disposições Gerais

18.1. Este edital não dispensa o atendimento às exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 8.666/93, quando da celebração dos futuros contratos administrativos.

18.2. O FNDE não se responsabilizará por problemas de ordem técnica dos sistemas informatizados e dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência de dados ou o cumprimento de quaisquer outras exigências deste edital.

18.3. A inscrição das obras implica aceitação, pelo editor, de forma integral e irretratável, dos termos deste edital, bem como da legislação aplicável, especialmente em matéria de direito autoral, não cabendo controvérsias e impugnações posteriores.

- 18.4.** A inscrição das obras não implica qualquer benefício futuro em processos de aquisição de obras no âmbito dos Programas do Livro.
- 18.5.** O editor deve manter toda a documentação atualizada durante o período de execução do contrato, no que se refere às exigências de regularidade jurídica, econômico-financeira e fiscal no SICAF, regularidade trabalhista no TST, bem como a documentação referente às obras adquiridas, sob pena de exclusão.
- 18.6.** Constitui obrigação do editor informar ao FNDE, previamente ou imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolva as obras adquiridas com base no presente edital.
- 18.7.** O FNDE poderá, a qualquer tempo, deixar de contratar uma obra, se tiver ciência de litígio sobre direito autoral ou edição da obra.
- 18.8.** O FNDE poderá, a qualquer tempo, revogar, total ou parcialmente, o processo em quaisquer de suas etapas, por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.
- 18.9.** A inscrição das obras não implica a obrigatoriedade de firmatura de contrato de aquisição por parte do FNDE, tampouco confere direito a indenizações a título de reposição de despesas realizadas no cumprimento das etapas deste edital ou na produção da obra, bem como não confere direito a lucro cessante, em caso da exclusão em qualquer das etapas do edital.
- 18.10.** Sem prejuízo da documentação exigida durante as etapas do processo, o FNDE poderá exigir, a qualquer tempo, dos editores, a apresentação dos contratos firmados com os autores de ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra.
- 18.11.** A recusa pelo editor em apresentar os contratos mencionados no subitem anterior, ou sua apresentação intempestiva ou incompleta, poderá ensejar a não contratação e/ou aplicação de multas contratuais pelo FNDE.
- 18.12.** Não serão aceitas, após o período da inscrição, solicitações de alterações nos dados cadastrados no SIMEC, na obra entregue e nos documentos apresentados, salvo atualização no cadastro do editor.
- 18.13.** A partir de notificação do FNDE/MEC, os editores que tiverem obras aprovadas deverão validar os dados que constarão no Guia de Livros Didáticos PNLD 2020.
- 18.14.** As etapas do processo de aquisição de obras para o PNLD 2020 e os responsáveis pela sua execução são:
- a. Inscrição: FNDE;
 - b. Validação da inscrição: FNDE ou empresa por ele contratada;
 - c. Avaliação Pedagógica: SEB;
 - d. Análise de Atributos Físicos: FNDE ou empresa por ele contratada;
 - e. Escolha: FNDE;
 - f. Habilitação: FNDE;
 - g. Processamento: FNDE;
 - h. Negociação: FNDE;
 - i. Contratação: FNDE;
 - j. Produção e Postagem: Editores;
 - k. Distribuição: FNDE e a empresa por ele contratada;

- l. Controle de Qualidade: FNDE e a empresa por ele contratada;
- m. Monitoramento e Avaliação: SEB, FNDE, redes federal, estaduais, municipais de educação e escolas participantes.

18.15. De acordo com as responsabilidades definidas no subitem 18.14, os pedidos de esclarecimentos sobre o teor deste edital deverão ser feitos, exclusivamente e formalmente, pelos e-mails cogeam@mec.gov.br ou coher@fnde.gov.br.

18.16. Será de inteira responsabilidade dos editores a validade das informações fornecidas ao FNDE.

18.17. Em nenhuma hipótese serão devolvidas aos editores a documentação e as obras apresentadas para fins de cumprimento das etapas descritas neste edital, independentemente do resultado do processo.

18.18. Situações não previstas neste edital serão analisadas pelo FNDE e pela SEB, de acordo com as suas competências e com a natureza do assunto.

18.19. Este edital foi precedido de audiência pública, divulgada por meio da publicação no DOU e no portal do site do FNDE.

18.20. Integram o presente edital, como se transcritos fossem e como partes indissolúveis, os seguintes anexos:

- a. Anexo I – Glossário do PNLD 2020;
- b. Anexo II – Especificações Técnicas das Obras;
- c. Anexo III - Critérios para Avaliação das Obras Didáticas;
- d. Anexo IV – Critérios para Avaliação das Obras Literárias;
- e. Anexo V - Critérios de Acessibilidade;
- f. Anexo VI – Relação de Documentos para Inscrição e Habilitação;
- g. Anexo VII – Requisitos Mínimos de Validação da Inscrição;
- h. Anexo VIII – Critérios da Análise de Atributos Físicos;
- i. Anexo IX – Modelo de Declaração do Editor;
- j. Anexo X – Modelo de Declaração da Obra;
- k. Anexo XI - Modelo De Declaração De Vigência De Contrato De Edição Ou De Cessão De Direitos Autorais Com Prazo De Validade Indeterminado Ou Renovação Automática;
- l. Anexo XII – Modelo de Declaração de Originalidade;
- m. Anexo XIII - Modelo De Declaração De Domínio Público Para Obras Originariamente Escritas Em Língua Estrangeira;
- n. Anexo XIV - Modelo De Declaração De Domínio Público Para Textos Escritos Em Língua Portuguesa Integrantes De Antologias;
- o. Anexo XV - Modelo de Declaração de Domínio Público de Textos Brasileiros Adaptados;
- p. Anexo XVI – Declaração de Entrega de Obras Didáticas;
- q. Anexo XVII - Declaração de Entrega de Obras Literárias;

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

PNLD 2020

ANEXO I

GLOSSÁRIO do PNLD 2020

1. **Autor:** pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica, tais como tradutor, ilustrador, organizador, adaptador, coautor, dentre outros. (Art. 11, Lei 9.610/98);
2. **Base Nacional Comum Curricular:** documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, homologado pela Portaria MEC nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017.
3. **Coleção:** o conjunto organizado de livro (s) do aluno e manual (ais) do professor, em volumes por ano ou únicos, inscrito sob um mesmo título, ordenado em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada com o (s) respectivo (s) componente (s) curricular (es) para o período de vigência do edital.
4. **Comissão Especial de Habilitação-CEH:** grupo de servidores nomeado pelo Presidente do FNDE com o objetivo de verificar o atendimento dos documentos e obras às exigências do edital quanto a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#) e atendimento à Lei de Direitos Autorais.
5. **Comissão Especial de Negociação-CEN:** grupo de servidores nomeados pelo Presidente do FNDE para proceder a negociação dos valores a serem pagos pelas obras aprovadas.
6. **Contrato da obra:** instrumento pelo qual uma pessoa física ou jurídica obriga-se a reproduzir e a divulgar a obra, ficando autorizada a publicá-la e explorá-la pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor (es). Pode ser um contrato de edição, de cessão, de tradução, de ilustração, de adaptação etc.
7. **Editor:** a pessoa jurídica detentora dos direitos autorais patrimoniais sobre a obra e à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução e o dever de divulgação, nos limites previstos no contrato da obra, cessão, tradução ou instrumento similar.
8. **Formato em U:** diagramação do manual do professor que, a cada duas páginas espelhadas, dispõe no centro superior a reprodução de duas páginas do livro do aluno, já com as respostas aos exercícios propostos, e nas laterais e em baixo (num formato que se assemelha à letra U) o conteúdo específico do professor referente ao conteúdo do aluno.
9. **Formato lateral:** diagramação do manual do professor que, a cada duas páginas espelhadas, dispõe no centro a reprodução de duas páginas do livro do aluno, já com as respostas aos exercícios propostos, e nas laterais o conteúdo específico do professor referente ao conteúdo do aluno.
10. **ISBN:** sistema internacional de identificação de livros e softwares que utiliza números para classificá-los por título, autor, país, editora e edição. Obrigatório para as obras inscritas no edital.
11. **Licença aberta:** para efeitos deste edital, é aquela que permite a que outros criem obras derivadas sobre a obra com fins não comerciais, contanto que atribuam crédito ao autor e que licenciem as criações sob os mesmos parâmetros, sendo permitido fazer o download ou redistribuir a obra da mesma forma que na licença anterior A licença deve ser do tipo *Creative Commons – Atribuição não comercial (CC BY NC – 4.0 International* ou *CC BY NC – 3.0 BR*).
12. **Livro do Estudante:** aquele utilizado pelo aluno para acompanhar as aulas do professor; estudar; realizar as atividades na sala de aula ou em casa.

- 13. Manual do Professor – Anos Finais do Ensino Fundamental:** aquele utilizado pelo professor, em correspondência com o Livro do Estudante, para aperfeiçoar-se, expandir seus estudos, preparar os planos de aulas e de avaliação formativa e suprir as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.
- 14. Livro consumível:** aquele que permanece, em caráter permanente, com o estudante, sendo desnecessária sua devolução à escola após o fim do período letivo correspondente.
- 15. Livro reutilizável:** aquele que permanece, em caráter provisório, com o estudante ou o professor durante o ano letivo correspondente, devendo ser devolvido para a escola após esse período para posterior utilização por outro estudante/professor.
- 16. Marca/selo:** todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifique e distinga produtos e serviços de outros análogos.
- 17. Nome fantasia:** a denominação pela qual a empresa se identifica no mercado, ou seja, designação popular de título de estabelecimento utilizado pela empresa, sob a qual ela se torna conhecida do público, que deve constar no cadastro do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.
- 18. Obra:** criação expressa por qualquer meio ou fixada em qualquer suporte classificada como protegida pela lei de direitos autorais, podendo apresentar-se em volume único ou coleção.
- 19. Obra adquirida:** obra aprovada e contratada que deve conter os elementos indicados na Estrutura Editorial do contrato administrativo.
- 20. Obra aprovada:** obra que atendeu a todos os parâmetros de avaliação do edital e que recebeu a menção de aprovada, conforme previsto no Decreto que regulamenta o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, fazendo parte do Guia do Livro Didático e podendo participar das fases de habilitação e compra realizadas pelo FNDE.
- 21. Obra coletiva:** criação de iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma.
- 22. Obra derivada:** criação nova resultante da transformação de obra originária.
- 23. Obra didática:** o conjunto organizado em volumes, formando uma coleção, inscrito sob um único e mesmo título, com progressão didática articulada com o componente curricular dos anos finais do ensino fundamental.
- 24. Obra habilitada:** A obra que, atendendo às exigências do edital, teve o parecer de habilitação acatado pela CEH.
- 25. Obra inédita:** aquela produzida sem tomar por base as obras já avaliadas pelo Ministério da Educação, mesmo que apenas parcialmente, ou sob outro título ou autoria diversa.
- 26. Obra literária:** obra com predomínio de linguagem e forma literária.
- 27. Obra reinscrita:** aquela que teve a mesma edição ou edição anterior inscrita em outro PNLD, como também aquela que foi produzida tomando por base livros/coleções já avaliados em PNLDs anteriores, ainda que seja agora inscrita sob outro título ou outra autoria ou publicada por outra editora.
- 28. Obra validada:** material que atendeu aos critérios mínimos previstos no edital para que a inscrição possa se concretizar.
- 29. Organizador:** pessoa física responsável pela organização do conteúdo de uma obra coletiva.
- 30. Programas do Livro:** Os programas executados pela CGPLI/FNDE e COGEAM/SEB com objetivo de atender com materiais didáticos as escolas federais e rede de ensino público.
- 31. Razão social:** a denominação jurídica da empresa registrada nos órgãos públicos competentes.
- 32. Resultado final:** Divulgação do resultado de seleção e avaliação das obras do PNLD após análise de todos os recursos.
- 33. Resultado parcial:** Divulgação do resultado de etapas específicas do processo de seleção e avaliação das obras do PNLD, passível de recurso.
- 34. SICAF:** registro cadastral oficial do Poder Executivo Federal que tem como finalidade cadastrar e habilitar pessoas interessadas em participar de licitações realizadas por órgãos/entidades federais e acompanhar o desempenho dos fornecimentos contratados. Seu acesso é realizado por meio da rede de teleprocessamento do Governo Federal.

35. **SIMEC:** o Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on- line do Governo Federal na área da educação.
36. **Sucessor:** pessoa física que herda a titularidade dos direitos patrimoniais da obra podendo utilizar, fruir e dispor desses direitos.
37. **Tradutor:** autor pessoa física que produz uma nova obra a partir de uma versão em outra língua, preservando a ideia do texto original na obra derivada.
38. **Volume:** unidade material que reúne, sob uma mesma capa, um certo número de folhas, formando um todo ou fazendo parte de um conjunto.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018– CGPLI

PNLD 2020

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS OBRAS

1. Obras didáticas

1.1. Das obras entregues na fase de inscrição

- 1.1.1** Todos os arquivos deverão ser entregues em formato PDF, com taxa de resolução máxima de 150 dpi, inclusive o material digital complementar ao manual do professor.

2. Da estrutura editorial das obras

Os elementos abaixo devem constar das obras apresentadas. Para as obras a serem adquiridas, o FNDE, posteriormente, disporá em contrato os elementos a serem apresentados nas capas e na folha de rosto dos exemplares.

3. Livro do Estudante e Manual do Professor Caracterizados das Obras Didáticas

3.1. Na Primeira Capa:

- a. Título da coleção e título do livro, se houver;
- b. Ano ou ciclo ou número correspondente;
- c. Nome(s) do(s) autor(es) e pseudônimo(s), nome organizador ou editor responsável, claramente identificado como pessoa física;
- d. Componente curricular;
- e. Nome do Editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo);
- f. A expressão “Manual do Professor”, conforme o caso;
- g. A expressão “Projetos Integradores”, conforme o caso.

3.2. Na Segunda Capa:

- a. Não deve conter texto ou ilustração, podendo o MEC incluir mensagens institucionais relativas ao Programa por ocasião da contratação.

3.3. Na Terceira Capa das Obras:

- a. Não deve conter texto ou ilustração, podendo o MEC incluir mensagens institucionais relativas a seus programas caso a obra seja adquirida.

3.4. Na Quarta Capa:

- a. Número do ISBN, que não poderá ser sobreposto ao fundo colorido da mensagem, podendo o MEC incluir mensagens institucionais relativas a seus programas caso a obra seja adquirida.

3.5. Na Folha de Rosto:

- a. Título da coleção e título do livro, se houver;
- b. A identificação do ano ou ciclo ou número correspondente;
- c. Nome do autor(es) e pseudônimo(s), do organizador ou do editor responsável;
- d. Dados sobre a formação e experiência profissional do(s) autor(es);
- e. Componente curricular;

- f. Nome do Editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo);
- g. Número da edição, inclusive quando for a primeira, local e ano de publicação;
- h. A expressão “Manual do Professor”, conforme o caso;
- i. A expressão “Projetos Integradores”, conforme o caso.

3.6. Verso da folha de rosto

- a. Ficha catalográfica;
- b. Nome e endereço completo do Editor;
- c. Nas obras adquiridas, deverão constar o nome, endereço completo e CNPJ da gráfica que as imprimiu.

3.7. No Miolo

3.7.1. Do Manual do Professor Impresso dos Anos Finais do Ensino Fundamental, exceto Educação Física

- a. O Manual do Professor deverá ser diagramando de forma a reproduzir o livro do aluno em formato reduzido compreendendo entre 70 e 85% do formato original, com eventuais respostas aos exercícios propostos. O conteúdo específico do livro do professor deve estar localizado nas laterais esquerda e direita e, se for o caso, também embaixo da reprodução do livro do aluno, gerando o formato lateral ou em U, conforme definições expressas no glossário do edital.

3.8. Para o Livro do Estudante e Manual do Professor Descaracterizados das Obras Didáticas

Devem trazer **única exclusivamente** os elementos a seguir, não sendo permitida a inserção de ilustrações, quaisquer textos ou elementos que o caracterizem:

3.8.1. Na Primeira Capa:

- a. Componente curricular;
- b. A identificação do ano ou ciclo ou número correspondente;
- c. A expressão “Manual do Professor”, conforme o caso;
- d. A expressão “Projetos Integradores”, conforme o caso.

3.8.2. Na Folha de Rosto

- a. Não conter textos ou ilustrações.

3.8.3. Verso da folha de rosto

- a. Não conter textos ou ilustrações.

3.8.4. Na Segunda, Terceira e Quarta Capas

- a. Não conter textos ou ilustrações.

3.8.5. No Miolo:

- a. Não conter textos ou qualquer outro elemento que identifiquem o editor, o autor, o organizador, o editor responsável, o título do livro e/ou da coleção, inclusive na reprodução do livro do aluno dentro do Manual do Professor.

3.9. Para o material digital com conteúdo complementar das obras didáticas

3.9.1. No cadastramento das obras na etapa de inscrição:

- 3.9.2.** Os conteúdos descritos no item 2.1.11 do edital e especificados no **Anexo II** deverão ser apresentados no formato de páginas A4, para fins de avaliação pedagógica.
- 3.9.3.** Caso a editora opte por fornecer parte do material digital com conteúdo complementar em licença fechada, nos termos do item 2.1.11.3 do edital, ela deverá entregar DVDs diferentes, devidamente identificados.
- 3.9.4.** Os conteúdos descaracterizados deverão apresentar, apenas:
- Ano, ciclo ou número correspondente;
 - O componente curricular;
 - A expressão “Manual do Professor”, conforme o caso;
 - A expressão “Projetos Integradores”, conforme o caso.
 - O nome dos arquivos não poderá conter quaisquer menções que caracterizem a obra, devendo apresentar componente curricular e ano, ciclo ou número correspondente.
- 3.9.5.** Os conteúdos caracterizados deverão apresentar:
- Nome da editora
 - Título da coleção
 - Ano, ciclo ou número correspondente;
 - Nome do autor ou organizador
 - Componente curricular
 - A expressão “Manual do Professor”, conforme o caso;
 - A expressão “Projetos Integradores”, conforme o caso.
- 3.9.6.** Na apresentação do material para etapa de análise dos atributos físicos:
- 3.9.7.** DVD ou CD com identidade visual correspondente à capa da obra.

4. Obras apresentadas após a fase de correção de falhas pontuais

4.1. Em formato digital

Os exemplares das versões finais de obras aprovadas, após correção de falhas pontuais, a serem entregues após o resultado da Avaliação Pedagógica, deverão ser anexados no SIMEC, em edição finalizada, com todos os textos, as imagens, a diagramação, as cores e número de páginas definitivas e deverão, também, guardar consonância com as especificações informadas no SIMEC por ocasião da inscrição, bem como com as alterações realizadas a correção de falhas pontuais.

4.2. Os materiais disponibilizados no DVD deverão ser arquivos autocontidos com estrutura HTML, acessíveis tanto online como off-line via navegador WEB e deverão possuir mecanismo para reprodução automática do conteúdo ao inserir o dispositivo DVD ou Pen Drive.

4.3. A estrutura de navegação deverá corresponder às seguintes especificações técnicas:

- Interfaces produzidas em HTML5 e CSS3, e acordo com os padrões da W3C
- Linguagem de programação WEB – JavaScript
- Pré-requisito de funcionamento dessa interface e seus objetos – navegadores Web com suporte a HTML5, CSS3 e reprodução de arquivos .MP3 e .MP4
- As interfaces deverão ser homologadas nos navegadores Google Chrome e Mozilla Firefox em suas versões atualizadas em sistemas operacionais software livre

4.4. Os arquivos dos conteúdos deverão ser exportáveis para editores de texto compatíveis com software livre (LibreOffice ou OpenOffice), ter resolução de 300 dpi.

5. Em formato impresso das obras didáticas

5.1. Formato do Livro do Estudante, Livro do Professor dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Manual do Professor de Educação Física: 205 mm x 275 mm, com desvio de até mais ou até menos 3 mm.

5.2. Formato do Manual do Professor: 220 mm x 275 mm, com desvio de até mais ou até menos 3 mm.

5.3. Papel

5.3.1. Capa:

- a. Papel cartão tríplex ou SBS (Sódio Branqueador) branco de gramatura entre 240 a 364 g/m² nominais - ABNT NBR NM ISO 536;
- b. Alvura mínima de 78% - ABNT NBR NM ISO 2470;
- c. Tríplex: Rigidez longitudinal entre 80 mN e 200 mN; rigidez transversal entre 35 mN e 90 mN; SBS - Rigidez longitudinal entre 162 mN e 490 mN; rigidez transversal entre 80 mN e 246 mN (ABNT NBR NM ISO 2493);
- d. Espessura de 295 µm a 470 µm com tolerância de até ± 5% - ABNT NBR NM ISO 534.

5.3.2. Miolo:

- e. Papel branco de pasta química ou pasta de alto rendimento de gramatura entre 72 e 78 g/m² com tolerância de até ± 4% - ABNT NBR NM ISO 536 e ABNT NBR 5339;
- f. Alvura mínima de 85% - ABNT NBR NM ISO 2470;
- g. Opacidade mínima de 87,5% - ABNT NBR NM ISO 2471;
- h. Espessura entre 89 µm e 104 µm - ABNT NBR NM ISO 534.

5.4. Revestimento

5.4.1. Capa: revestido na frente, laminação brilho ou envernizado com verniz UV.

5.4.2. Miolo:

5.4.2.1. Para livros com até 96 páginas de miolo:

- a. Tipo de lombada: canoa;
- b. Miolo e capa: grampeados com 2 (dois) grampos acavalados na lombada;
- c. Características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;

- d. Grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro com variação de 2 cm, e tolerância máxima de desalinhamento de 0,5 mm em relação ao vinco da dobra;
- e. A distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm;
- f. A distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro.

5.4.2.2. Para livros com mais de 96 páginas e até 160 páginas de miolo:

- a. Miolo costurado com linha, “falsa/termo costura”, ou costura de cola, ou colagem PUR, ou grampeado com 2 (dois) grampos internos e colado à capa em toda a extensão da lombada;
- b. Características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;
- c. Grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro com variação de 2 cm, afastados 4 mm da lombada;

5.4.2.3. Para livros com mais de 160 e até 700 páginas de miolo:

- a. Miolo costurado com linha, ou “falsa/termo costura”, ou costura de cola, ou colagem PUR;

5.4.2.4. Para livros com mais de 700 páginas de miolo:

- a. Miolo costurado com linha.

5.4.3. Para os livros definidos nos **subitens 5.4.2.2. a 5.4.2.4:**

- a. Lombada quadrada
- b. A distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm;
- c. A distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro.
- d. Capa com vinco de manuseio a 7 mm da lombada com tolerância de mais ou de menos 1 mm;
- e. Colagem lateral de capa até o vinco de manuseio, com tolerância de até menos 1,5 mm;
- f. O miolo deve ser colado à capa, em toda extensão da lombada;
- g. Para todos os livros definidos nos subitens 5.4.2.1 a 5.4.2.4. deste anexo poderá ser utilizado também os seguintes tipos de acabamento:
- h. Costura de linha
- i. Falsa/termo costura
- j. Costura de cola
- k. Colagem PUR

- 5.4.4.** Para os livros costurados com linha, a linha deve ser de algodão, sintética ou mista, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;
- 5.4.5.** Para os livros com acabamento “falsa/termo costura”, a linha deve ser mista, a base de polipropileno, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;
- 5.4.6.** Para os livros costurados com cola o processo deverá ser “Burst”, “nottched” ou “slotted binding”, de forma a garantir a integridade física do miolo;
- 5.4.7.** Para os livros com a lombada raspada e colada, ou raspada, frezada e colada, o processo de colagem deverá ser com a utilização de cola de poliuretano reativo (PUR);
- 5.4.8.** Para os acabamentos previstos nas alíneas “j” e “k” do **subitem 5.4.3 e 5.4.10**, abaixo, a eficiência da colagem do miolo deverá ser correspondente à exigência definida na Resolução CD/FNDE nº 2 de 12/01/2011.
- 5.4.9.** A cola utilizada deverá ser flexível após secagem e, em nenhum caso, poderá conter breu ou amido.
- 5.4.10.** Excepcionalmente poderá ser utilizado acabamento por processo de colagem diferente do indicado, desde que seja atendido a eficiência da colagem (page pull) conforme definido na Resolução CD/FNDE nº 2/2011 ou na que vier a substituí-la.

5.5. Na Lombada da obra impressa

5.5.1. Para Livros com Lombada Quadrada:

- a. Título da coleção e título do livro, se for o caso;
- b. A identificação do ano ou ciclo ou número correspondente;
- c. Componente curricular.

5.6. Embalagem

A obra deverá ter seus volumes *shirincados*, formando embalagens individualizadas, sem prejuízo dos critérios contidos nas Orientações Operacionais a serem fornecidas quando da assinatura do contrato.

5.6.1. Dos CDs e DVDs

- 5.6.2.** Os CDs e DVDs deverão acompanhar, obrigatoriamente, as obras.
- 5.6.3.** Os CDs e os DVDs deverão ser acondicionados em envelopes com aba, formato fechado 125 x 125 mm, em cartão triplex 250 g/m², ou em envelope PVC 0,10 micra ou em polipropileno 0,17 micra; assegurando sua integridade física até o local de destino.
- 5.6.3.1.** No caso dos envelopes em PVC 0,10 e em polipropileno 0,17 a exigência se limita ao rótulo.
- 5.6.4.** O rótulo e a embalagem do CD ou do DVD deverão manter identidade visual com a capa da obra.

6. Obras literárias entregues nainscrição

6.1. Na primeira capa da obra literária do aluno:

- 6.1.1.** Título e subtítulo, se houver;
- 6.1.2.** Razão social, nome fantasia e/ou marca/selo da editora;
- 6.1.3.** Autoria;

6.2. Na folha de rosto ou seu verso da obra literária:

6.2.1. Ficha catalográfica;

6.2.2. Número do ISBN.

6.3. Na primeira capa da obra literária do manual do professor:

6.3.1. Título da obra à qual se refere;

6.3.2. A expressão “Manual do Professor”

6.3.3. Razão social, nome fantasia e/ou marca/selo da editora;

6.3.4. Autoria;

6.4. Na folha de rosto ou seu verso da obra literária impressa:

6.4.1. Ficha catalográfica;

6.4.2. Número do ISBN.

6.5. Na primeira capa do material digital do manual do professor:

6.5.1. Título da obra à qual se refere;

6.5.2. A expressão “Manual do Professor”

6.5.3. Razão social, nome fantasia e/ou marca/selo da editora;

6.5.4. Autoria

6.5.4.1. O DVD deverá apresentar identidade visual correspondente à capa da obra.

6.6. Formatos Admitidos

- a. 205 mm x 275 mm (com desvio de até mais ou até menos 3 mm)
- b. 270 mm x 270 mm (com desvio de até mais ou até menos 3 mm)
- c. 135 mm x 205 mm (com desvio de até mais ou até menos 2 mm)

6.7. Papel

6.7.1. Capa:

- a. Papel cartão tríplex ou SBS (Sódio Branqueador) branco de gramatura entre 240 a 364 g/m² nominais - ABNT NBR NM ISO 536;
- b. Alvura mínima de 78% - ABNT NBR NM ISO 2470;
- c. Tríplex: Rigidez longitudinal entre 80 mN e 200 mN; rigidez transversal entre 35 mN e 90 mN; SBS - Rigidez longitudinal entre 162 mN e 490 mN; rigidez transversal entre 80 mN e 246 mN (ABNT NBR NM ISO 2493);
- d. Espessura de 295 µm a 470 µm - ABNT NBR NM ISO 534.

6.7.2. Miolo:

- a. Papel revestido cuchê fosco branco de gramatura entre 76,8 g/m² e 83,2 g/m² - ABNT NBR NM ISO 536;
- b. Alvura mínima de 90% - ABNT NBR NM ISO 2470;
- c. Opacidade mínima de 89,5% - ABNT NBR NM ISO 2471;

- d. Espessura entre 67µm e 75 µm - ABNT NBR NM ISO 534.

6.8. Revestimento:

6.9. Capa: revestido na frente, laminação brilho ou envernizado com verniz UV.

6.10. Miolo:

6.10.1. Para livros com até 48 páginas de miolo:

- a. Tipo de lombada: canoa;
- b. Miolo e capa: grampeados com 2 (dois) grampos acavalados na lombada.
- c. Características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;
- d. Grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro com variação de 2 cm, e tolerância máxima de desalinhamento de 0,5 mm em relação ao vinco da dobra;

6.10.2. Para livros com mais de 48 páginas e até 64 páginas de miolo:

- a. Costurado com linha;
- b. “Falsa/termo costura”
- c. Costura de cola.

6.10.3. Para exemplares com mais de 64 páginas de miolo:

- a. Costurado com linha;
- b. “Falsa/termo costura”;
- c. Costura de cola;
- d. Colagem PUR.

6.10.4. Para os livros definidos nos subitens 6.10.2 e 6.10.3:

- a. Lombada quadrada
- b. A distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm;
- c. A distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro.
- d. Capa com vinco de manuseio a 7 mm da lombada com tolerância de ± 1 mm;
- e. Colagem lateral de capa até o vinco de manuseio, com tolerância de até menos 1,5 mm;
- f. O miolo deve ser colado à capa, em toda extensão da lombada.

6.10.5. Para os livros classificados nos subitens 6.8.2 e 6.8.3, deve se observar as especificações:

- a. Para os livros costurados com linha, a linha deve ser de algodão, sintética ou mista, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;
- b. Para os livros com acabamento “falsa/termo costura”, a linha deve ser mista, a base de polipropileno, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo;
- c. Para os livros costurados com cola o processo deverá ser “Burst”, “notched” ou “slotted binding”, de forma a garantir a integridade física do miolo;
- d. Para os livros com a lombada raspada e colada, ou raspada, fresada e colada, o processo de colagem deverá ser com a utilização de cola de poliuretano reativo (PUR);
- e. Para os acabamentos previstos na letra “g” abaixo, a eficiência da colagem do miolo deverá ser correspondente à exigência definida na Resolução CD/FNDE nº 2 de 12/01/2011.
- f. Não será admitido miolo apenas colado, ou raspado e colado. A cola utilizada deverá ser flexível após secagem e, em nenhum caso, poderá conter breu ou amido;
- g. Excepcionalmente poderá ser utilizado acabamento por processo de colagem utilizando primer catalisador combinado com o uso de cola especial e secagem com infravermelho (two shot), que garanta resultado de page pull (eficiência da colagem) definido na Resolução CD/FNDE nº 2 de 12/01/2011, desde que solicitado formalmente pela CONTRATADA e autorizado previamente à produção pelo CONTRATANTE.

6.11 Embalagem dos CDs e DVDs

6.11.1. Os CDs e DVDs deverão acompanhar, obrigatoriamente, as obras.

6.11.2. Os CDs e os DVDs deverão ser acondicionado em envelopes com aba, formato fechado 125 x 125 mm, em cartão triplex 250 g/m², ou em envelope PVC 0,10 micra ou em polipropileno 0,17 micra; assegurando sua integridade física até o local de destino.

6.11.2.1. No caso dos envelopes em PVC 0,10 e em polipropileno 0,17 a exigência se limita ao rótulo.

6.11.3. O rótulo e a embalagem do CD ou do DVD deverão manter identidade visual com a capa da obra.

CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS

1. Considerações Gerais – Características e objetivos dos Anos Finais do Ensino Fundamental

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.

Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação. Os estudantes dessa fase inserem-se em uma faixa etária que corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, “intensificando suas relações [dos estudantes] com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios” (BRASIL, 2010). Ampliam-se também as possibilidades intelectuais e intensifica-se a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).

As mudanças próprias dessa fase da vida implicam a compreensão do adolescente como sujeito em desenvolvimento, com singularidades e formações identitárias e culturais próprias, que demandam práticas escolares diferenciadas, capazes de contemplar suas necessidades e diferentes modos de inserção social. Conforme reconhecem as DCN, é frequente, nessa etapa, observar forte adesão aos padrões de comportamento dos jovens da mesma idade, o que é evidenciado pela forma de se vestir e também pela linguagem utilizada por eles. Isso requer dos educadores maior disposição para entender e dialogar com as formas próprias de expressão das culturas juvenis, cujos traços são mais visíveis, sobretudo, nas áreas urbanas mais densamente povoadas (BRASIL, 2010).

Há que se considerar, ainda, que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas. Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas pela maior disponibilidade de computadores, telefones celulares, tablets e afins, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores.

Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar.

Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes.

Além disso, e tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais, que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola.

Em todas as etapas de escolarização, mas de modo especial entre os estudantes dessa fase do Ensino Fundamental, esses fatores frequentemente dificultam a convivência cotidiana e a aprendizagem, conduzindo ao desinteresse e à alienação e, não raro, à agressividade e ao fracasso escolar. Atenta a culturas distintas, não uniformes e nem contínuas dos estudantes dessa etapa, é necessário que a escola dialogue com a diversidade de formação e vivências para enfrentar com sucesso os desafios de seus propósitos educativos. A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa.

Nessa direção, no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro como também com a continuidade dos estudos, no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Fonte: *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

2. Critérios de Avaliação

A avaliação das **obras didáticas** submetidas à inscrição no PNLD 2020 busca garantir a qualidade do material a ser encaminhado à escola, incentivando a produção de materiais cada vez mais adequados às necessidades da educação pública brasileira, em conformidade com os objetivos da legislação da Educação Básica.

A avaliação objetiva sobretudo garantir que os materiais contribuam para o desenvolvimento das competências e habilidades envolvidas no processo de aprendizagem nos anos finais do ensino fundamental, conforme definidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A avaliação das obras didáticas inscritas no PNLD 2020 se fará por meio de um conjunto de critérios eliminatórios comuns e de critérios eliminatórios específicos descritos neste edital.

A não observância de qualquer um desses critérios, detalhados a seguir, resultará em proposta incompatível com os objetivos estabelecidos para o Ensino Fundamental – Anos Finais, o que justificará, *ipso facto*, sua exclusão do PNLD 2020.

Tendo em vista a preservação da unidade e a articulação didático-pedagógica, será excluída toda a obra que, ao ser apresentada em forma de coleção, tiver um ou mais volumes excluídos na etapa de avaliação.

2.1 Critérios Eliminatórios Comuns

Serão excluídas as obras didáticas inscritas no PNLD 2020 que não atenderem ao disposto nos seguintes critérios eliminatórios comuns:

1. Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação;
2. Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
3. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica
4. Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
5. Adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor;
6. Observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tenha sido escrita;
7. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico;
8. Qualidade do texto e a adequação temática;

2.1.1 Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas à Educação

Serão excluídas as obras didáticas que não obedecerem aos preceitos legais instituídos nos seguintes documentos legais:

- a. Constituição Federal de 1988
- b. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/1996)
- c. Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/1990)

- d. Plano Nacional de Educação PNE - 2014-2024 (Lei 13.005/2014)
- e. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015)
- f. Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997)
- g. Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999)
- h. Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003)
- i. Lei de Alimentação Escolar (Lei 11.947/2009)
- j. Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 (Decreto 7.037/2009)
- k. Objetivos e diretrizes do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, dispostas no decreto nº 9.099/2017
- l. Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE)
- m. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº7/2010 e Resolução CNE/CEB nº 4/2010)
- n. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos (Resolução CNE/CEB nº 7/2010)
- o. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer CNE/CEB nº36/2001, Resolução CNE/CEB nº 1/2002, Parecer CNE/CEB nº 3/2008 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008)
- p. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e Parecer CNE/CEB nº 13/2009)
- q. Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução CNE/CEB nº 8/2012)
- r. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CEB nº 1/2012)
- s. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CEB nº 2/2012)
- t. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA (Parecer CNE/CEB nº 23/2008)
- u. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 01/2004)
- v. Resolução relativa à pertinência do uso de imagens comerciais nos livros didáticos (Parecer CNE/CEB nº 15/2000)
- w. Resolução que institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular (CNE/CP Nº 02/2017)

2.1.2 Observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano

A obra deve:

- a. Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico- racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos.

- b.** Estar livre de doutrinação religiosa, política ou ideológica, respeitando o caráter laico e autônomo do ensino público.
- c.** Promover positivamente a imagem de afrodescendentes, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social;
- d.** Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher;
- e.** Promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes;
- f.** Representar a diversidade cultural, social, histórica e econômica do país;
- g.** Representar as diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países;
- h.** Promover condutas voltadas para a sustentabilidade do planeta, para a cidadania e o respeito às diferenças.
- i.** Estar isenta de publicidade, de marcas, produtos ou serviços comerciais, exceto quando enquadrar-se nos casos referidos no Parecer CEB nº 15 de 04/07/2000;

2.1.3 Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica

Por mais diversificadas que sejam as concepções e as práticas de ensino envolvidas na educação escolar, a obra deve propiciar ao aluno uma efetiva apropriação do conhecimento. Assim, serão excluídas as obras didáticas que não atenderem aos seguintes requisitos:

- a.** Apresentar uma abordagem metodológica capaz de contribuir para o alcance dos objetos de conhecimento e respectivas habilidades dispostos na BNCC, visando o desenvolvimento integral dos estudantes;
- b.** Apresentar coerência com essa abordagem, do ponto de vista dos conhecimentos, recursos propostos e organização geral da proposta. Caso a obra recorra a mais de um modelo didático-metodológico, a articulação proposta entre os modelos deve ser clara e coerente;
- c.** Organizar-se de forma a garantir a progressão das aprendizagens;
- d.** Contribuir para a apreensão das relações que se estabelecem entre os conhecimentos propostos e suas funções socioculturais, considerando a dimensão afetiva dos indivíduos.

2.1.4 Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos

Respeitando tanto as conquistas científicas das áreas de conhecimento representadas nos componentes curriculares quanto os princípios de uma adequada mediação pedagógica, as obras devem:

- a.** Apresentar e utilizar em exercícios, atividades, ilustrações e imagens conceitos, informações e procedimentos corretos e atualizados.
- b.** Apresentar conceitos, informações e procedimentos com clareza e precisão. (A obra não deve induzir ao erro, apresentar contradições ou ideias equivocadas que possam gerar dificuldades na aprendizagem.)
- c.** Indicar de forma clara e completa as fontes de cada texto ou fragmento.

- d.** Inserir leituras complementares de fontes reconhecidas e atualizadas, que ampliem conceitos e informações e sejam, de fato, coerentes com o texto principal.

2.1.5 Adequação e a pertinência das orientações prestadas ao professor

O manual do professor deverá:

- a.** Estimular a manifestação do conhecimento que o aluno já detém ao chegar à sala de aula e estabelecer nexos entre esse conhecimento e o conhecimento novo;
- b.** Propor atividades que estimulem a interação entre os estudantes, o convívio social, o reconhecimento da diferença junto à comunidade escolar, as famílias e a comunidade;
- c.** Oferecer orientações claras e precisas sobre eventuais riscos na realização dos experimentos e atividades propostos visando a garantir a integridade física de alunos, professores e demais pessoas envolvidas no processo educacional.

2.1.6 Observância às regras ortográficas e gramaticais da língua na qual a obra tenha sido escrita

2.1.7 Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico

A proposta didático-pedagógica de uma obra deve traduzir-se em projeto gráfico-editorial compatível com suas opções teórico-metodológicas, considerando-se, dentre outros aspectos, a faixa etária e o nível de escolaridade a que se destina.

Com relação à estrutura gráfico-editorial, a obra deve:

- a.** Apresentar organização clara, coerente e funcional, do ponto de vista da proposta didático-pedagógica.
- b.** Apresentar legibilidade gráfica adequada para o nível de escolaridade visado, no que se refere ao desenho e tamanho das letras; espaçamento entre letras, palavras e linhas; formato, dimensões e disposição dos textos na página.
- c.** Apresentar impressão em preto do texto principal.
- d.** Apresentar títulos e subtítulos claramente hierarquizados por meio de recursos gráficos compatíveis.
- e.** Apresentar sumário que reflita claramente a organização dos conteúdos e atividades propostos, além de permitir a rápida localização das informações.
- f.** Apresentar mancha gráfica proporcional ao tamanho da página, com tipologia e tamanho de letra, assim como espaço entre linhas, letras e palavras, adequados para as diferentes faixas etárias.
- g.** Apresentar linguagem e terminologia corretas e adequadas ao estágio de desenvolvimento cognitivo dos estudantes, ao desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos linguísticos.
- h.** Apresentar seleção textual que justifica-se pela qualidade da experiência de leitura que possa propiciar.
- i.** Apresentar legendas sintéticas, com cores definidas, sem informações em excesso.
- j.** Apresentar fontes fidedignas na citação de textos e mapas. (A obra não deve utilizar representações já conhecidas de outros autores sem a citação correta.)

- k.** Apresentar repetição excessiva de conhecimentos já abordados sem seu devido aprofundamento, gerando ampliação desnecessária no total de páginas das obras.
- l.** Estar isenta de erros de revisão e /ou impressão;
- m.** Incluir referências bibliográficas;
- n.** Possuir impressão que não prejudique a legibilidade no verso da página;

No que diz respeito às ilustrações, elas devem:

- o.** Ser adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas;
- p.** Ser claras e precisas;
- q.** Contribuir para a compreensão de textos e atividades e estar distribuídas equilibradamente na página;
- r.** Quando, de caráter científico, respeitar as proporções entre objetos ou seres representados;
- s.** Estar acompanhadas dos respectivos créditos e da clara identificação da localização das fontes ou acervos de onde foram reproduzidas;
- t.** Apresentar títulos, legendas, fontes e datas, no caso de gráficos, tabelas e imagens artísticas;
- u.** Apresentar legendas, escala, coordenadas e orientação em conformidade com as convenções cartográficas, no caso de mapas e outras representações gráficas do espaço;
- v.** Apresentar ilustrações que explorem as múltiplas funções (como desenhos, figuras, gráficos, fotografias, reproduções de pinturas, mapas e tabelas) e significativas no contexto de ensino e de aprendizagem;
- w.** Utilizar ilustrações que dialogam com o texto;
- x.** Utilizar escala adequada ao objeto de conhecimento.
- y.** Retratar adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país;

2.1.8 Qualidade do texto e a adequação temática

Os materiais didáticos deverão:

- a.** Contribuir para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, do raciocínio crítico e da capacidade de argumentar do estudante;
- b.** Propor situações-problema que estimulem a busca de reflexão antes de explicações teóricas;
- c.** Aproximar gradativamente os principais processos, práticas e procedimentos de análise e investigação, por meio de propostas de atividades que estimulem observação, curiosidade, experimentação, interpretação, análise, discussões de resultados, criatividade, síntese, registros e comunicação;
- d.** Apresentar, de forma contextualizada, propostas e sugestões para que professores e alunos acessem outras fontes de informações (rádio, TV, internet etc.), fora dos limites do próprio livro didático;

- e. Propor uso de laboratórios virtuais, simuladores, vídeos, filmes e demais tecnologias da informação e comunicação;
- f. Propor atividades de campo e de visitas a museus, centros de ciências, parques zoológicos, universidades, laboratórios e a outros espaços que favoreçam o processo educacional.

2.2 CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS ESPECÍFICOS

As obras didáticas para os anos finais do ensino fundamental serão de três tipos: **Disciplinares, Interdisciplinares e Projetos Integradores**. As obras didáticas serão compostas pelo **livro do estudante e manual do professor, sendo este último composto por livro impresso e material digital**.

2.2.1 Obras Disciplinares e Obras Interdisciplinares

As obras disciplinares e interdisciplinares devem ter como eixo central o desenvolvimento das **competências gerais**, das **competências específicas de área** e das **competências específicas do componente curricular**. Tais **competências** deverão ser desenvolvidas por meio dos **objetos de conhecimento e habilidades**, constantes na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. As obras devem zelar, particularmente, pela presença e pela forma de abordagem dos objetos de conhecimento alinhados às habilidades de cada componente curricular ali presentes. As unidades temáticas, constantes na BNCC, não devem necessariamente servir como critério para a elaboração da obra.

São critérios de avaliação das obras disciplinares destinadas aos anos finais do ensino fundamental:

- a. Consistência e coerência entre os conteúdos e as atividades propostas e os objetos de conhecimento e habilidades constantes na BNCC;
- b. Contemplação de todos os objetos de conhecimento e habilidades constantes na BNCC.

Serão excluídas as obras que não contribuirão adequadamente para o desenvolvimento de todas as competências gerais e competências específicas das áreas de conhecimento, constantes na BNCC.

2.2.1.1 Orientações para as Obras Interdisciplinares

As obras interdisciplinares:

- a. devem apresentar relações entre os componentes de Língua Portuguesa e Arte, conforme indicado no Item 2.1.2 deste edital;
- b. não devem meramente justapor obras ou componentes curriculares;
- c. devem trabalhar com temas, fenômenos, conceitos ou projetos que mobilizem diferentes componentes curriculares;
- d. não devem diluir, nem eliminar os objetos de conhecimento e habilidades dos componentes curriculares em questão, constantes na BNCC;
- e. devem garantir a organicidade da integração proposta de forma a contribuir para o alcance das competências constantes na BNCC.

2.2.1.2 Manual do Professor do Ensino Fundamental – Anos Finais

O manual do professor, nos seus diversos componentes, deverá orientar o trabalho do professor em sala de aula, apoiando-o desde os processos de planejamento, organização e sequenciamento de conteúdos e atividades a serem realizadas até o acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos estudantes, devendo, sobretudo, ter papel significativo na proposição de práticas inovadoras, estimulantes e eficazes ao processo de ensino-aprendizagem. O manual do professor deverá:

- a. descrever a organização geral da obra, tanto no conjunto dos volumes quanto na estruturação interna de cada um deles;
- b. apresentar o uso adequado dos livros impressos do material digital, inclusive no que se refere às estratégias e aos recursos de ensino a serem empregados;
- c. oferecer suportes para o exercício de operações de nível superior (análise, síntese, resolução de problemas);
- d. indicar as possibilidades de trabalho interdisciplinar na escola, oferecendo orientações teóricas, metodológicas e formas de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outros componentes curriculares e áreas do conhecimento;
- e. discutir diferentes formas, possibilidades, recursos e instrumentos de avaliação que o professor poderá utilizar ao longo do processo de ensino e aprendizagem;
- f. propiciar a reflexão sobre a prática docente, favorecendo sua análise por parte do professor e sua interação com os demais profissionais da escola;
- g. apresentar textos de aprofundamento e propostas de atividades complementares às do livro do estudante;
- h. evitar exposições dogmáticas que não possam ser contestadas e que devam ser aceitas sem discussão;
- i. tratar os assuntos diretamente, sem rodeios;
- j. explicar palavras ou termos desconhecidos.

2.2.1.2.1 Orientações para elaboração do Manual do Professor Impresso

O livro impresso deverá conter **orientações gerais no início do volume** e deverá ter **em seu corpo a disposição do conteúdo em “formato U”** ou em **“formato lateral”**. As definições do **“formato U”** e do **“formato lateral”** constam no Glossário deste Edital (Anexo I) e parâmetros estão especificados no Anexo II deste edital. O objetivo dos formatos propostos é prover suporte fácil e rápido ao professor em sala de aula, a partir do manuseio do conteúdo disponibilizado ao Estudante.

As **orientações gerais** no início do volume deverão:

- a. conter a visão geral da proposta desenvolvida no livro do aluno;

- b. informar os professores sobre a proposta teórico-metodológica adotada;
- c. explicitar a correspondência do conteúdo com os objetos de conhecimento e habilidades da BNCC;
- d. explicitar a relação desses conhecimentos com os conhecimentos anteriores e posteriores, em conformidade com a BNCC;
- e. no caso das coleções interdisciplinares, explicitar a interdisciplinaridade e a contextualização de forma clara, definindo os pontos de integração dos conceitos dos diversos campos de expressão;
- f. apresentar o referencial teórico-metodológico da proposta de avaliação;
- g. apresentar a estrutura da obra.

As **orientações do corpo** do livro em “formato U” ou em “formato lateral” deverão:

- a. Apresentar respostas aos exercícios do livro do estudante;
- b. Oferecer orientações gerais sobre atividades a serem trabalhadas no livro do estudante;
- c. Alertar o professor para os pontos essenciais constantes naquela parte específica do livro, correlacionando o conteúdo proposto com o desenvolvimento das habilidades apresentadas na BNCC para o ano de escolarização e componente curricular em questão.

2.2.1.2.1.2 O Manual do Professor para a Educação Física contará com as orientações gerais no início do volume e com a proposta de atividades que contribuam para o alcance das **competências específicas deste componente curricular**. Tais **competências** deverão ser desenvolvidas por meio dos **objetos de conhecimento e habilidades**, constantes na BNCC. O livro não estará disposto em “formato U” ou em “formato lateral”, uma vez que não contará com o livro do estudante como referência.

2.2.1.2.2 Orientações para elaboração do Material do Professor - Digital

O material digital tem como objetivo organizar e enriquecer o trabalho do professor, além de contribuir para sua contínua atualização, oferecendo-lhe subsídios para o trabalho em sala de aula. Ele será composto de:

- a) **Texto inicial de apresentação**, que deverá apresentar os recursos disponíveis e abordar a sua relação com o manual impresso.
- b) **Plano de desenvolvimento**, com o objetivo de explicitar os objetos de conhecimento e habilidades a serem trabalhados no bimestre e sua disposição no livro do estudante, bem como sugerir práticas de sala de aula que contribuam na aplicação da metodologia adotada. O plano de desenvolvimento deverá ser bimestral.

Tópicos a serem desenvolvidos:

- i. Explicitar os relacionamentos entre os objetos de conhecimento e respectivas habilidades na BNCC específicos do plano de desenvolvimento;
- ii. Propor ao menos um projeto integrador que reúna os objetos de conhecimento e habilidades constantes no plano de desenvolvimento, de pelo menos dois componentes curriculares, e favoreça o desenvolvimento das competências gerais constantes na BNCC. Utilizar como referência a

descrição de projetos integradores disposta no Item 3.3.2 do Edital, que se refere ao livro de projetos integradores.

- iii. Propor atividades que devem ser recorrentes na sala de aula que favoreçam o desenvolvimento de habilidades propostas para o período.
- iv. Explicitar a relação entre a prática didático-pedagógica e as habilidades a serem desenvolvidas pelo aluno;
- v. Indicar ou comentar outras fontes de pesquisa como sites, vídeos, filmes, revistas e artigos de divulgação científica voltadas para o professor usar em aula ou apresentar ao aluno;
- vi. Fornecer, quando necessário, orientações adicionais, específicas para o trabalho no período;
- vii. Orientar o professor em relação à gestão da sala de aula diante das habilidades a serem trabalhadas naquele período;
- viii. Orientar o professor quanto ao acompanhamento constante das aprendizagens dos alunos e quanto às abordagens diferenciadas com os alunos que necessitem de maior investimento para alcançar as aprendizagens esperadas, para que todos tenham condições de avançar em suas aprendizagens;
- ix. Informar quais habilidades são essenciais para que os alunos possam dar continuidade aos estudos.

c) Sequências didáticas: O material deverá apresentar no mínimo 3 sequências didáticas por bimestre (totalizando 12). As sequências devem abordar, de forma seletiva, os objetos de conhecimentos e habilidades previstos para o período, conforme o Plano de Desenvolvimento proposto pela obra.

Tópicos a serem desenvolvidos:

- i. Apresentar planejamento aula a aula, abordando a organização dos alunos, do espaço e do tempo por atividade proposta;
- ii. Definir objetivos de aprendizagem, explicitando os objetos de conhecimento e habilidades da BNCC a serem desenvolvidos por sequência didática;
- iii. Oferecer atividades complementares às do livro do aluno, que possam ser aplicadas independentemente do livro impresso;
- iv. Apresentar formas de aferição do objetivo de aprendizagem para cada sequência didática:
 - a. Sugerir diferentes formas de acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens do aluno, incluindo projetos, trabalhos em grupo, apresentações, entregas em meios digitais (vídeos, fotos, apresentações, websites etc.) e propostas de auto-avaliação pelos alunos;
 - b. Apresentar questões que auxiliem o professor na avaliação do desenvolvimento das habilidades relacionadas nas sequências didáticas (no mínimo duas questões por sequência).

d) Proposta de Acompanhamento da Aprendizagem: Fornecer instrumentos para que o professor verifique se houve domínio das habilidades previstas no período.

Tópicos a serem desenvolvidos:

- i. Para as obras Disciplinares e Interdisciplinares, propor uma avaliação de 10 questões, por bimestre, múltipla escolha ou aberta, com no mínimo 30% de questões de um dos tipos. As questões devem ser respondidas individualmente em instrumento escrito com grade de correção e detalhamento das habilidades avaliadas. Este modelo refere-se a todos os componentes curriculares, com exceção do componente curricular Arte, cuja proposta de avaliação deve considerar as características peculiares ao componente;
- ii. Apresentar o gabarito das avaliações propostas com orientações para o professor sobre como interpretar as respostas dos alunos e como reorientar seu planejamento a partir destes resultados;
- iii. Fornecer ficha de acompanhamento das aprendizagens do aluno que possa subsidiar o trabalho do professor e também as reuniões do conselho de classe e atendimento aos pais ou responsáveis sobre o desenvolvimento de habilidades do estudante.

e) Material Digital Audiovisual

O material digital audiovisual apresentado (áudio, vídeo ou videoaula) deve servir como ferramenta de auxílio ao professor, de forma alinhada e complementar ao conteúdo do livro impresso. O material digital audiovisual é direcionado ao estudante e tem por objetivo favorecer sua compreensão sobre relações, processos, conceitos e princípios, bem como permitir a visualização de situações e experiências da realidade, podendo ainda servir como ferramenta para o aprofundamento de conceitos, para a síntese de conteúdos e para o estabelecimento de relações com o contexto cultural do estudante.

O material digital audiovisual será avaliado por sua relevância para o enriquecimento do trabalho do professor, de forma complementar e coerente com o material impresso. O material digital audiovisual poderá ser parcial ou totalmente excluído, caso fira os critérios comuns e específicos apresentados no Edital do PNLD 2020 ou apresente má qualidade de som e imagem.

2.3 Obras de Projetos Integradores

As Obras de Projetos Integradores têm como objetivo tornar a aprendizagem dos alunos mais concreta ao explicitar a ligação entre diferentes componentes curriculares e áreas de conhecimento conectando-os a situações vivenciadas pelos alunos em suas comunidades. O projeto integrador proposto deve contribuir para contextualizar a aprendizagem e para que o conhecimento construído ao longo de seu desenvolvimento faça sentido para o aluno, podendo contemplar contextos locais e abordagens regionais.

Os livros de projetos integradores deverão:

- i. Desenvolver as dez competências gerais, descritas na BNCC;
- ii. Temas transversais
- iii. Socioemocionais
- iv. Propor situações que exijam o uso de diferentes habilidades;
- v. Partir de algum problema ou questão desafiadores que exijam dos alunos o uso da criatividade;
- vi. Ter um produto final, preferencialmente coletivo e de relevância para a comunidade local, que possa ser apresentado a um público real, preferencialmente externo à escola;

- vii. Ter como produto final uma apresentação, uma intervenção artística, um livro, uma carta, um relatório de pesquisa/entrevista, um cartaz, um evento, a construção de algo, a elaboração de uma proposta de intervenção em algum contexto, dentre outros;
- viii. Possibilitar diferentes percursos a serem desenvolvidos para se chegar ao produto final;
- ix. Apresentar título, justificativa, objetivos, habilidades da BNCC a serem desenvolvidas, informar os materiais que serão utilizados no desenvolvimento do projeto, proposta de avaliação das aprendizagens (incluindo auto-avaliação), cronograma, produtos a serem desenvolvidos e referências bibliográficas complementares para pesquisa ou consulta (sites, vídeos, livros etc.);
- x. Ser organizados em torno de práticas contextualizadas de forma a preservar o sentido social e os propósitos didáticos e comunicativos;
- xi. Preservar as práticas concernentes a cada componente curricular que favoreçam oportunidades de troca de opiniões, reflexão, produção de registro em diferentes linguagens;
- xii. Apresentar o mínimo de 8 projetos por livro (4 para cada ano de ensino), cada um a ser trabalhado ao longo de uma sequência de aulas, sendo a proposta de duração máxima de cada projeto de um bimestre
- xiii. Para cada projeto deverá ser sugerido o perfil do professor e do(s) componente(s) curricular(es) de cada ano para liderar o desenvolvimento do projeto;
- xiv. Garantir a progressão das aprendizagens entre um projeto e outro e entre um livro e outro de uma mesma coleção;
- xv. Articular atividades em grupo, coletivas e individuais;
- xvi. Privilegiar o uso de tecnologias da informação.

Serão eliminadas as obras de projetos integradores que:

- a.** Não seguirem os critérios eliminatórios comuns descritos neste edital;
- b.** Não seguirem as orientações listadas acima;
- c.** Conjugarem componentes curriculares que desconsiderem as especificidades teórico-metodológicas dos diferentes componentes;
- d.** Não apresentarem correspondência entre a justificativa e o objetivo do projeto às atividades propostas.

O livro do estudante deve apresentar os projetos integradores com título, justificativa, objetivos a serem desenvolvidos e atividades propostas, para servirem como um guia prático para a execução do projeto.

O livro do estudante deve trazer conteúdos como textos e imagens que apresentem os temas dos projetos ao aluno de forma atrativa.

O manual do professor deve apoiá-lo no planejamento e desenvolvimento dos projetos junto aos alunos, explicitando as habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos alunos ao longo e ao final de cada projeto. O manual do professor deve ser voltado para professores que trabalham habitualmente com aprendizagem baseada em projetos, mas também para aqueles que nunca trabalharam com essa metodologia.

CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS

Introdução

As obras literárias para os Anos Finais do Ensino Fundamental, tanto as de língua portuguesa quanto as de língua inglesa, deverão potencializar entre os estudantes a capacidade de reflexão quanto a si próprios, aos outros e ao mundo que os cerca, proporcionando o contato com a diversidade em suas múltiplas expressões por meio de uma interação eficiente – e gradativamente crítica – com a cultura letrada, sem descuidar da sua dimensão estética.

Especialmente no caso da língua portuguesa, a literatura deverá contribuir para a continuidade da formação dos estudantes com vistas a promover, simultaneamente, a compreensão e a fruição de textos. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nessa etapa de ensino, devem ser formados *leitores-fruidores* capazes de “(re)conhecer diferentes maneiras de ser, pensar, (re)agir, sentir e, pelo confronto com o que é diverso, desenvolver uma atitude de valorização e de respeito pela diversidade” (BRASIL, 2017, p. 154). Nessa perspectiva, o desenvolvimento do *leitor-fruidor* está intimamente ligado ao fomento do pleno exercício da cidadania.

Dessa forma, como assinala a BNCC, é necessário que os estudantes dos Anos Finais possam entrar em contato com “diferentes gêneros, estilos, autores e autoras” que sejam “contemporâneos, de outras épocas, regionais, nacionais, portugueses, africanos e de outros países” (BRASIL, 2017, p.154). Isso implica que as obras devem representar múltiplas variedades da língua portuguesa e diversidade no que tange à autoria (expressiva quantidade de autoras mulheres) e no que tange ao contexto de produção (devem ser apresentadas obras, por exemplo, de autores/as africanos/as).

No caso específico da língua inglesa, a literatura deverá conjugar, particularmente, o *Eixo Leitura* com o *Eixo Dimensão Intercultural*, favorecendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da capacidade leitora dos estudantes e “o convívio, o respeito, a superação de conflitos e a valorização da diversidade entre os povos” (BRASIL, 2017, p. 248-260). Para tanto, deve ser observada a progressão estabelecida pela BNCC para o estudo do léxico e da gramática para as duas categorias que compõem os Anos Finais (Categorias 1 e 2).

A fim de facilitar que as obras literárias sejam estudadas em consonância com o proposto pela BNCC, tanto para língua portuguesa como inglesa, deverá existir material de apoio ao professor que explicitará essa relação. Isso posto, a avaliação está ancorada em quatro pontos principais: 1.1. Qualidade do texto; 1.2. Adequação de categoria, de tema e de gênero literário; 1.3. Projeto gráfico-editorial; 1.4. Qualidade do Manual do Professor.

1. Critérios de Seleção

1.1. Qualidade do texto

As obras literárias, tanto em língua portuguesa em suas múltiplas variantes (nacional, regional, europeia e africanas), quanto em língua inglesa em suas múltiplas variantes, devem contribuir para ampliar o repertório linguístico dos estudantes e, ao mesmo tempo, propiciar a fruição do uso singular da linguagem que as caracteriza.

Serão, então, avaliadas as qualidades textuais básicas e o trabalho estético com a linguagem a partir dos seguintes critérios: a exploração de recursos expressivos da linguagem; a consistência das possibilidades estruturais do gênero literário proposto; a adequação da linguagem aos estudantes; e o desenvolvimento do tema em consonância com o gênero literário em questão.

No caso de textos narrativos, serão critérios determinantes: a coerência e a consistência; a complexidade da ambientação; a caracterização multidimensional dos personagens e o cuidado com a correção e a adequação do discurso dos personagens às variáveis de natureza situacional e dialetal.

Nos textos em verso, será observada a ampla exploração das propriedades melódicas e dos aspectos imagéticos. Serão priorizados poemas com médio grau de complexidade e inventividade na linguagem, a fim de proporcionar uma transição gradual ao conteúdo do ensino médio.

No caso dos romances gráficos, será considerada, como critério preponderante, a adequada relação entre texto e imagem, bem como as possibilidades de leitura das narrativas visuais.

No caso das traduções e das adaptações, é importante que sejam mantidas as qualidades literárias da obra original.

1.2. Adequação temática

A seleção de obras será realizada com vistas à diversidade de temáticas e contextos sociais, culturais e históricos, o que inclui, por exemplo, as vivências de populações indígenas, africanas e afro-brasileiras. Nesse sentido, deve ser destacada a presença de protagonistas e sujeitos líricos de diferentes raças e etnias, gêneros, origens geográficas, classes sociais, faixas etárias etc. Na avaliação, serão observadas a capacidade de motivar a leitura e a exploração artística dos temas, bem como o potencial para ampliar as referências estéticas, culturais e éticas do leitor.

Os textos literários deverão evitar conduzir explicitamente a opinião e o comportamento do leitor, devendo, diferentemente, proporcionar um grau de abertura que convide à participação criativa na leitura, instigando-o a estabelecer relações com suas experiências anteriores e outros textos.

Não serão selecionadas obras que apresentem preconceitos, estereótipos ou discriminação de ordem racial, regional, social, sexual e de gênero, entre outros, tampouco aquelas que incitem a violência entre seres humanos ou contra outros seres vivos, em qualquer uma de suas diversas manifestações. As obras devem

respeitar as legislações presentes nesse edital, particularmente, as determinações dos artigos 78 e 79 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Ainda em relação à adequação temática, não serão selecionadas obras predominantemente didáticas ou que contenham teor doutrinário, panfletário ou religioso. Assim sendo, as obras devem vincular-se, necessariamente, a um ou mais temas claramente especificados. Existem sugestões de temas no edital, mas eles não são exaustivos. Caso a obra seja inscrita em outro tema não previsto no Edital, ele deve ser nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence. Seguem abaixo as sugestões de temas e os respectivos enfoques esperados para cada um deles.

1.2.1. Categoria 1 (6º e 7º anos do ensino fundamental):

TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Autoconhecimento, sentimentos e emoções	Percepção do corpo, construção da identidade e processos de amadurecimento, bem como a relação de personagens/sujeitos líricos com suas emoções e sentimentos, tais como o amor, a alegria, o luto e a dor.
Família, amigos e escola	Relações familiares e sociais imediatas dos personagens/sujeitos líricos, considerando-se a relação com as autoridades, a construção das amizades, os conflitos e aprendizagens advindos da interação com o outro etc.
O mundo natural e social	Das descobertas e relações pessoais a esferas mais amplas, como a cidade e o meio ambiente (paisagens naturais, plantas, animais), com atenção às diversidades regionais. Devem-se destacar temas que mostrem como o mundo é um lugar de convívio com a diferença, estabelecendo a responsabilidade frente a ele.
Encontros com a diferença	O contato entre diferentes esferas culturais, sociais, regionais etc., bem como o encontro entre indivíduos de diferentes etnias, raças etc. e/ou com pessoas com deficiências, sendo valorizada a presença de protagonistas que representem essa diversidade. A interação com a diferença deve revelar seus desafios e benefícios, destacando-se a necessidade de um convívio democrático.
Diálogos com a história e a filosofia	Textos poéticos ou de ficção que remetam a temas históricos e filosóficos – incluindo-se tópicos das diversas mitologias – em forma e contextos adequados ao público-alvo, em linguagem e forma literárias, valorizando-se o trabalho estético e imaginativo dos temas.
Aventura, mistério e fantasia	Textos, predominantemente narrativos, cujos personagens se envolvam em tramas que escapem de seu universo cotidiano, incluindo desde histórias detetivescas, com resolução de mistérios, até universos fantásticos e figuras como bruxos,

	vampiros, fadas, gnomos, monstros etc.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

1.2.2. Categoria 2 (8º e 9º anos do ensino fundamental):

TEMAS	ENFOQUE DA OBRA
Cultura digital no cotidiano do adolescente	Relações típicas da cultura digital, ou seja, interações construídas por meio de redes ou mídias sociais (com o uso, por exemplo, de aplicativos). As obras devem, então, problematizar os vínculos virtuais criados e desfeitos no cotidiano dos adolescentes em torno dessa faixa etária, destacando o questionamento das fronteiras entre o público e o privado na <i>internet</i> e dos fenômenos das chamadas <i>fake news</i> e dos influenciadores digitais.
Conflitos da adolescência	Relações pessoais e sociais dos personagens/sujeitos líricos com foco em questões próprias à adolescência, como a descoberta do amor, as tensões familiares, o conflito com as autoridades, problemáticas relativas à adaptação e ao pertencimento etc.
Encontros com a diferença	O contato entre diferentes esferas culturais, sociais, regionais etc., bem como sobre o encontro entre indivíduos de diferentes etnias, raças etc. e/ou pessoas com deficiências, sendo valorizada a presença de protagonistas que representem essa diversidade. A interação com a diferença deve revelar seus desafios e benefícios, destacando-se a necessidade de um convívio democrático.
Sociedade, política e cidadania	Das descobertas e relações pessoais a esferas mais amplas, concentrando-se na relação do indivíduo com o mundo a sua volta, e sua atuação e interação com a sociedade, destacando-se as diversidades regionais, em conexão com o exercício da cidadania. Deve-se mostrar a complexidade das relações humanas e da tomada de decisões frente ao espaço social.
Diálogos com a história e a filosofia	Textos poéticos ou de ficção que remetam a temas históricos e filosóficos – incluindo-se tópicos das diversas mitologias – em forma e contextos adequados ao público-alvo, em linguagem e forma literárias, valorizando-se o trabalho estético e imaginativo dos temas. Deve-se destacar a questões éticas, a partir de um olhar para o passado.
Ficção científica, mistério e fantasia	Textos, predominantemente narrativas, cujos personagens se envolvam em tramas que escapem de seu universo cotidiano, incluindo desde histórias detetivescas,

	com resolução de mistérios, até universos fantásticos e figuras como bruxos, vampiros, fadas, gnomos, monstros etc.
Outro tema	Tema livre desde que nomeado, definido e justificado, junto com a categoria a que pertence.

1.3. Projeto gráfico-editorial

O projeto gráfico-editorial deverá apresentar equilíbrio entre texto principal, textos complementares e intervenções gráficas, como as ilustrações, quando houver. Deverá garantir condições de legibilidade do ponto de vista tipográfico quanto ao formato e tamanho da(s) fonte(s) utilizada(s); do espaçamento entre letras, palavras e linhas, do alinhamento do texto, qualidade do papel e impressão.

Deverá ser apresentado material de apoio paratextual, em formato de anexo, no mesmo volume da obra principal, contendo informações que: (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura e (3) justifiquem a pertença da obra ao seu respectivo tema. Essas informações devem enriquecer o projeto gráfico-editorial e oferecer subsídios, nos termos da BNCC, que “por um lado, permitam a compreensão dos modos de produção, circulação e recepção das obras [...] e o desvelamento dos interesses e dos conflitos que permeiam suas condições de produção [...], por outro lado, garantam a análise dos recursos linguísticos e semióticos necessária à elaboração da experiência estética” (BRASIL, 2017, p. 155).

Como essas informações têm por objetivo a ampliação das possibilidades de leitura dos estudantes, elas devem ser relevantes e consistentes, porém, em linguagem apropriada à faixa etária esperada para os estudantes dos Anos Finais. Por fim, ainda cabe esclarecer que não serão selecionadas obras que apresentem erros crassos de revisão e/ou impressão.

1.4. Qualidade do Manual do Professor

O Manual do Professor será avaliado pela sua consistência e coerência no que diz respeito às orientações pré e pós-leitura. Para professores de língua portuguesa e língua inglesa, o Manual deverá contemplar subsídios para a abordagem da obra literária em sala de aula em consonância com o estabelecido pela BNCC em relação, particularmente, à prática de Leitura para os Anos Finais dos respectivos idiomas. Esse mesmo Manual deverá contemplar orientações para professores de outros componentes ou áreas, para a utilização de temas e conteúdos presentes na obra, com vistas a uma abordagem interdisciplinar, sempre em consonância com o disposto pela BNCC. Por último, o Manual deverá, conter, ainda um tutorial/ vídeo-aula, como no mínimo 5 e máximo 10 minutos de duração, que ofereça propostas de atividades para o professor preparar os estudantes antes da leitura da obra (**material de apoio pré-leitura**), bem como propostas de atividades de retomada e problematização da obra (**material de apoio pós-leitura**).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

PNLD 2020

ANEXO V

CRITÉRIOS DE ACESSIBILIDADE

1 Créditos de imagens

1.1 Devem ser movidos para uma seção no final do livro, com referência para a página e imagem ou ordem de ocorrência.

2 Marcação semântica por elementos (ver referências em <https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/>)

2.1.1 Mandatórias (devem ser utilizadas)

2.1.1.1 Títulos e subtítulos - Deve utilizar elementos <h1> a <h6> e <section>;

2.1.1.2 Descrições de imagem - Deve utilizar alternativamente o atributo “alt” do elemento ou as técnicas descritas em <http://diagramcenter.org/59-image-guidelines-for-epub-3.html>;

2.1.1.3 Glossários - Devem utilizar as referências em https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/#h_glossaries

e https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/#h_links (para marcar a palavra glossariada) Devem ser marcadas as palavras glossariadas no texto, os termos glossariados no glossário e suas definições, com referências cruzadas;

2.1.1.4 Notas de rodapé - Deve ser utilizada a marcação referenciada em https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/#h_notes e de https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/#h_links para as referências das notas;

2.1.1.5 Paginação - Deve utilizar a referência em https://idpf.github.io/epub-vocabs/structure/#h_pagination;

2.1.1.6 Tabelas - As células que contêm títulos devem ser marcadas semanticamente como elementos de seu atributo **scope**. As tabelas devem conter um sumário descritivo. Devem ser utilizadas as marcações definidas em <https://idpf.github.io/a11y-guidelines/content/xhtml/tables.html>;

3 Marcação semântica para legendas de imagens

3.1 Recomendadas (links internos, cores, estilos de fontes) - Podem ser marcados por classes de estilo CSS ou pela referência geral de marcação semântica;

3.2 Optativos (boxes, destaques) - Podem ser marcados com elementos de estrutura semântica e classes de estilo CSS.

4 Adaptação e paridade com o impresso

4.1 Adaptar no livro acessível em EPUB3:

4.1.1 Posições de elementos devem ser adaptadas (e.g. acima, abaixo etc.);

4.1.2 Exercícios do tipo caça palavras e outros incompatíveis com a condição do aluno podem ser adaptadas pela editora;

4.1.3 Indicações incompatíveis com o livro digital devem ser adaptadas (e.g. "não escreva neste livro");

4.1.4 Forma e design devem ser adaptados ao novo meio (digital em fluxo - *reflowable*).

4.2 O que deve ser sempre idêntico ao impresso:

4.2.1 Conteúdo didático consistente com a capacidade de acesso do usuário/leitor;

4.2.2 Paginação;

4.2.3 O sumário (que poderá incorporar no livro acessível mais níveis de navegação).

4.2.4 Imagens meramente ilustrativas (relativas ao design e não ao conteúdo didático) devem ser opcionais e sua descrição não é recomendada;

4.2.5 Fluência do conteúdo narrado é prioritário (podendo-se eliminar órfãs, solteiras e viúvas) em relação à paridade de páginas;

4.2.6 Páginas duplas podem ser desmembradas;

4.2.7 Contraste de fundos e textos devem ser adaptados quando não adequados, exceto em imagens.

5 Navegação

5.1 Deve ser mantido o conteúdo do índice impresso;

5.2 TOC (índice de conteúdo) pode conter mais entradas do que o impresso (em subníveis). Podem ser desconsideradas entradas que não apresentam respectivos elementos textuais passíveis de marcação como título;

5.3 Devem ser adaptados, em relação à marcação hierárquica semântica, títulos em sequência progressiva com saltos superiores a um nível (e.g. H2 para H4).

6 Normas de descrição de imagem:

6.1 Deve ser utilizado o modelo definido em <http://diagramcenter.org/table-of-contents-2.html> criado pelo projeto DIAGRAM (diagramcenter.org).

6.2 Características dos arquivos de imagens:

6.2.1 formatos (jpg, png, svg)

6.2.2 resolução (72 ou 96 dpi)

6.2.3 cores (rgb[a])

7 Normas fonéticas:

7.1 As correções devem se ater ao conteúdo didático para garantir sua compreensão correta. Correções meramente estéticas não são obrigatórias.

7.2 Do ponto de vista tecnológico, podem ser utilizados (ver referências em <https://idpf.github.io/a11y-guidelines/content/tts/overview.html>)

7.2.1 pls

7.2.2 ssml

7.2.3 css

7.3 Do ponto de vista de conteúdo, devem ser adaptadas:

7.3.1 Siglas

7.3.2 Abreviaturas

7.3.3 Diferenciação fonética (forma, fôrma)

7.3.4 Unidades de medida

7.3.5 Palavras estrangeiras

7.3.6 Termos destacados (circulados, pintados etc)

8 Media Overlay:

8.1 O arquivo de sincronia entre textos e a narração de áudio, sejam narrações embarcadas no livro ou para serem lidas pelo sistema local do usuário utilizando o Text-To-Speech, deverá ser gerado em conformidade com a especificação em <http://www.idpf.org/epub/30/spec/epub30-mediaoverlays.html>.

8.2 Para apresentar as correções supracitadas em **norma fonética**, o áudio da narração deve ser embarcado no livro acessível em formato mp3. O nível de sincronia deverá ser por frases do texto ou pausas de leitura.

9 Validação:

9.1 Os livros deverão ser validados quanto a:

9.1.1 Integridade do conteúdo com suas adaptações;

9.1.2 Consistência do formato EPUB3 (utilizar o validador epubcheck, disponível para download em <https://github.com/IDPF/epubcheck/releases>);

9.1.3 Presença de descrições de imagens e objetos complexos (fórmulas, infográficos, diagramas).

10 Fórmulas

10.1 Matemática - Recomenda-se a utilização do código em MATHML + descrição alternativa. Pode-se, alternativamente, converter as fórmulas em imagem com descrição alternativa no atributo “alt” da tag ;

10.2 Física - Pode ser utilizada imagem com descrição alternativa ou MATHML;

10.3 Biologia - Deve ser utilizada descrição para os elementos que possam trazer ambiguidade, como marcadores genéticos em maiúsculas e minúsculas (Yy).

11 MATHML:

11.1 Deve ser utilizado em modelo “presentation” ou “content” (neste caso seguir estritamente as recomendações na referência do Protocolo abaixo). Ver referências em:

11.1.1 Acessibilidade - <https://idpf.github.io/a11y-guidelines/content/mathml/desc.html>

11.1.2 EPUB3 - <http://www.idpf.org/epub/31/spec/epub-contentdocs.html#sec-xhtml-mathml>

11.1.3 Protocolo (W3C) - <https://www.w3.org/TR/MathML3/>;

11.2 Descrição alternativa - Toda fórmula definida em MATHML ou como imagem deverá conter uma descrição alternativa não ambígua, em formato de texto,. No caso e MATHML, conforme sugerido em <https://idpf.github.io/a11y-guidelines/content/mathml/desc.html>.

12 URLs

12.1 Converter URLs em Urls encurtadas. Para tanto, poderão ser utilizados serviços locais das editoras ou públicos (como <https://goo.gl/> do Google);

12.2 Incluir apêndice no final do livro com relação URL original x Urls encurtadas.

13 Distribuição

13.1 Os livros de idiomas devem sempre conter o áudio que acompanha a obra impressa embarcado;

13.2 Poderá ser utilizado mecanismo de proteção desde que não interfira com a leitura por softwares leitores de tela ou crie restrições para a utilização de qualquer software de leitura de livros em formato EPUB3.

14 Deve ser utilizado como leitor de referência para homologação (Readium - <http://readium.org/>), hoje disponível para Windows, Mac, Linux e Android (beta) ou outro a ser definido ou criado no âmbito do MEC. Neste caso, o leitor criado no âmbito do MEC terá prevalência sobre o Readium.

15 Todas as referências ao protocolo EPUB3 e sobre a utilização dos elementos HTML neste Anexo são estabelecidas pelos protocolos originais, encontrados em <http://idpf.org/epub/31> (EPUB 3.1) e <https://www.w3.org/TR/html/> (HTML 5).

16 Para referências específicas de acessibilidade em EPUB3, acessar <https://idpf.github.io/a11y-guidelines/>.

17 As referências externas para o item de descrição de imagem, em <http://diagramcenter.org/table-of-contents-2.html>, estão em inglês, podendo ser solicitada uma versão traduzida, se necessário.

18 Para as obras produzidas em Braille:

18.1. As obras didáticas em Braille deverão seguir os referenciais que normatizam a produção braille, publicados pelo Ministério da Educação (MEC) e a Comissão Brasileira do Braille (CBB): Grafia Braille para a Língua Portuguesa; Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille; Código Matemático Unificado (CMU); Grafia Braille para Informática; e Grafia Química Braille para Uso no Brasil;

18.2. As obras devem ser impressas em Braille e em tinta concomitantemente;

18.3. Todas as figuras, desenhos, tabelas e gráficos devem ser representados de forma compreensível para a apreensão da leitura tátil. A descrição de imagens, figuras, tabelas e gráficos, quando indicada, deve ser feita de forma clara, objetiva e contextualizada, considerando seu objetivo no texto;

18.4. As obras devem ser interpontadas (impressão em ambas as faces de uma página);

18.5. O papel para impressão em braille deve ter gramatura 120 por metro quadrado;

18.6. A diagramação deve ter 28 linhas e 40 caracteres por linha;

18.7. A informação sobre a diagramação deve constar da capa do livro em Braille;

18.8. A encadernação deve ser espiral ou brochura.

19 Da avaliação das obras produzidas em Braille

19.1. O livro em braille será avaliado sob os seguintes critérios:

19.1.1. Avaliação das representações de figuras, desenhos, tabelas e gráficos;

19.1.2. Avaliação da diagramação, que deve estar de acordo com os referenciais que normatizam a produção braille, publicados pelo Ministério da Educação (MEC) e a Comissão Brasileira do Braille (CBB);

19.1.3. Avaliação da qualidade da impressão dos pontos no Sistema Braille, que deve obedecer ao padrão estabelecido pela ABNT NBR 9050/04, item 5.6.1.3;

19.1.4. Avaliação da encadernação.

19.1.5. O livro físico será avaliado pelo FNDE ou por instituição por ele indicada.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

PNLD 2020

ANEXO VI

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO E HABILITAÇÃO

A documentação referente ao editor e à obra, a ser carregada no SIMEC na etapa de pré-inscrição e entregue quando solicitada, deverá constar de:

1. Do Editor

1.1 Cópia autenticada da cédula de identidade e CPF do (s) dirigente (s) apto (s) a assinar o contrato, devidamente cadastrados no SICAF;

1.2 Caso o editor se faça representar por procurador, deverá apresentar instrumento público de procuração, especificando os poderes por ele concedidos, bem como cópia autenticada da cédula de identidade e do CPF do procurador;

1.3 Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo, ratificando a inexistência de circunstâncias que impeçam o editor de contratar com a Administração Pública Federal e de que o editor não emprega menor, conforme dispõe o inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666/93, acrescido pela Lei n. 9.854/99, assinada pelo (s) representante (s) legal (is) da empresa, com firma reconhecida em cartório competente;

1.4 O editor deverá manter atualizados, no SIMEC, todos os dados referentes à empresa e seus representantes.

1.5 O FNDE procederá consulta aos dados cadastrais do editor, identificação dos sócios, os materiais e serviços autorizados para comercializar e dados cadastrais do (s) dirigente (s) da empresa, bem como dados de qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal no SICAF e no TST.

1.5.1 O cadastro junto ao SICAF tem validade de 1(um) ano, devendo ser renovado, mediante requerimento junto à unidade cadastradora onde foi realizado.

1.5.2 A alteração de informações cadastrais é de exclusiva responsabilidade do editor e será efetuada pela unidade que realizou o seu cadastramento.

1.5.3 O prazo de validade do cadastro de 1 (um) ano não abrange os documentos de cunho fiscal, do INSS e FGTS, com prazo de vigência próprios, cabendo ao editor sua regular renovação sob pena de inativação automática de seu cadastramento no sistema.

1.5.4 A renovação dos documentos comprobatórios de quitação com o INSS, FGTS e com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Dívida Ativa da União), deve ser realizada até a data de seus vencimentos respectivos, exclusivamente, junto à unidade cadastradora onde o editor efetuou seu cadastramento, visando:

1.5.4.1 Atender ao artigo 195, § 3º, da Constituição Federal;

1.5.4.2 Observar o disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, atualizada pelas Leis nº 8.883/94 e nº 9.648/98;

1.5.4.3 Cumprir determinações contidas na Decisão nº 705/94, do Plenário do Tribunal de Contas da União, publicada no Diário Oficial da União de 6 de dezembro de 1994.

1.5.4.4 Evitar inativação automática de seu cadastramento no SICAF, fato que constitui impedimento de sua participação nas aquisições a serem realizadas.

1.5.5 Efetivado o registro no SICAF, o editor inscrito estará apto a se relacionar comercialmente com o FNDE.

2. Da obra

2.1 **Contrato da obra** – instrumento escrito mediante o qual o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar a obra, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, inclusive quanto aos formatos derivados, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial a Lei nº 9.610/98.

2.2. O prazo de vigência do contrato da obra ou dos instrumentos equivalentes deverá abranger todo o período de execução do programa objeto deste edital, inclusive a etapa de Inscrição e os anos de reposições.

2.3. O editor deverá apresentar o contrato da obra firmado com os seguintes criadores intelectuais da obra: autor (es), coautor (es), ilustrador (es), adaptador (es), tradutor (es) e organizador (es) identificados como pessoa física.

2.3.1. A obrigatoriedade para a apresentação do contrato com o(s) ilustrador (es) é exclusiva para as Obras de Literatura, ressalvado o disposto no item 18.10 do edital.

2.4. São requisitos mínimos obrigatórios dos contratos da obra a serem apresentados pelos editores:

2.4.1. **Objeto**, delimitando o título da obra e seu subtítulo (se houver);

2.4.2. **A autoria** da obra;

2.4.3. O (s) **formato** (s) autorizado (s) para edição, nos termos da lei;

2.4.4. **Remuneração** do (s) autor (es);

2.4.5. Prazo de **vigência**;

2.4.5.1. O prazo de vigência do contrato da obra deverá cobrir todo o período de execução do programa, objeto deste edital, com data de início da vigência anterior à data de inscrição da obra no SIMEC.

2.4.6. Cláusula contratual com autorização expressa do autor para a produção e venda de exemplares da obra à Administração Pública, nas características e tiragens necessárias ao atendimento a programas públicos de distribuição de livros; ou cláusula contratual com autorização expressa do autor permitindo ao editor produzir a obra nas características e tiragens necessárias para o atendimento ao mercado;

2.4.7. Cláusula contratual que demonstra, de forma explícita, o caráter de **exclusividade** autorizada pelo autor ao editor;

2.4.8. **Assinaturas** das partes com firmas reconhecidas;

2.4.9. Os contratos da obra deverão ser assinados pelo (s) autor (es) da obra ou por seu (s) sucessor (es) e pelo editor.

2.4.10. Assinatura de duas **testemunhas**, devidamente identificadas;

2.4.10.1. Os itens nº 2.4.8 e 2.4.10 são dispensáveis para contratos firmados no estrangeiro.

2.5. **Termos aditivos ao contrato da obra** – Instrumentos pelos quais se formalizam alterações no contrato original firmado, devendo constar as cláusulas ou itens a serem alterados, tais como mudança no objeto, alteração de prazos e demais condições originalmente pactuadas, além da identificação do contrato que está sendo aditivado.

2.5.1. Aplicam-se aos termos aditivos ao contrato da obra todas as disposições do subitem 2.1 deste Anexo.

2.6. **Contrato de cessão de direitos** – Caso o editor apresente contrato da obra firmado originariamente com terceiro, constituindo-se dessa forma em cessionário dos direitos de edição, deverá apresentar o contrato de cessão de direitos delimitando sua abrangência, submetendo-se a todas as disposições do subitem 2.1 deste Anexo.

2.7. Em caso de cessão de direitos, deverá ser apresentada a anuência do (s) autor (es) da obra ou de seu (s) sucessor (es).

2.7.1. Alternativamente ao contrato da obra, nos termos da Lei n. 9.610/98, poderá ser apresentado um dos seguintes instrumentos abaixo:

2.7.1.1. Contrato de trabalho firmado com o (s) funcionário (s) da própria empresa ou

2.7.1.2. Contrato de prestação de serviços firmado com o (s) autor (es) contratado (s) para criação da obra.

2.7.1.3. Para os casos de apresentação dos instrumentos constantes no subitem 2.7.1.1 e 2.7.1.2, deverá ser entregue, também, a documentação que comprove os requisitos mínimos previstos no subitem 2.4

2.8. Para obra coletiva, o contrato a ser apresentado deve ser com o organizador/editor responsável da obra, sendo obrigatória para os demais autores a apresentação de declaração assinada com firma reconhecida que autorize a utilização de sua produção na obra coletiva. Todos os autores deverão constar no SIMEC.

2.9. Caso qualquer dos documentos seja apresentado em língua estrangeira, deverá estar acompanhado da tradução juramentada cujas páginas devem estar numeradas de forma a demonstrar a integridade do documento.

2.10. Deverá ser carregada, no caso de obras didáticas, a cópia autenticada de diplomação e/ou titulação acadêmica, certificado ou declaração de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação realizado pelo (s) autor (es), coautor (es) e colaborador (es), emitido por instituição de ensino superior.

2.11. Para obras didáticas, Declaração de Originalidade, assinada pelo editor e pelos autores, de que a obra apresentada no ato da Inscrição não é uma versão ou variante parcial ou total de outras obras inscritas no PNLD 2020 (ressalvadas obras interdisciplinares), sob pena de incidir no item de exclusão, além das eventuais penalidades cíveis e penais cabíveis, modelo no Anexo XII.

2.12. Além dos documentos exigidos, deverão ser aceitos os termos e declarações apresentados pelo SIMEC, de acordo com a legislação vigente.

2.13. Caso o material digital das obras didáticas tenha autoria diferente do manual do professor impresso, o contrato com o autor do manual impresso deverá conter cláusula que autoriza que o material digital com licença aberta seja integrado à obra.

2.13.1. Caso o material digital das obras literárias tenha autoria diferente do manual do professor impresso, o contrato com o autor do manual impresso deverá conter cláusula que autoriza que o material digital seja integrado à obra.

2.14. Declaração da Obra, conforme modelo apresentado no Anexo X.

Das disposições específicas sobre obras originariamente editadas no estrangeiro

2.15. No caso de obras editadas originariamente no estrangeiro, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição da obra no Brasil, em Língua Portuguesa, mediante apresentação do contrato de edição ou do contrato de cessão de direitos firmado com o editor responsável pela edição da obra originária.

2.16. Entende-se por obra originária a criação primígena e obra derivada a obra que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária.

2.17. Os contratos firmados em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução juramentada.

2.18. Para as obras escritas originariamente em língua estrangeira, os editores deverão apresentar o contrato de edição firmado com o tradutor da obra.

2.18.1. Somente serão aceitos os contratos de edição firmados com tradutores assim reconhecidos como pessoas físicas.

Das disposições específicas sobre obras em domínio público originariamente escritas em língua estrangeira

2.19. No caso de obras em domínio público originariamente escritas em língua estrangeira, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição mediante apresentação do contrato de edição com o tradutor.

2.20. Além dos instrumentos contratuais mencionados no subitem anterior, os editores deverão apresentar declaração de domínio público, conforme modelo no **Anexo XIII**, garantindo, sob as penas da lei, que a obra originária encontra-se em domínio público.

Das disposições específicas sobre antologias

2.21. As editoras deverão apresentar os contratos de edição firmados com os organizadores de antologias ou o contrato de trabalho ou prestação de serviço.

2.22. No caso de antologias compostas por textos escritos originariamente em Língua Portuguesa, nas quais um ou mais textos não estejam em domínio público, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição mediante apresentação de autorização expressa ou os contratos de edição firmados com os autores dos textos e/ou seus sucessores. Para os textos que compõem a antologia e que estejam em domínio público o editor deverá apresentar a declaração em domínio público conforme modelo no **Anexo XIV**.

2.23. No caso de antologias compostas por um ou mais textos escritos originariamente em Língua Portuguesa, nas quais a totalidade dos textos esteja em domínio público, os editores deverão apresentar declaração de domínio público, conforme modelo no **Anexo XIV**, na qual indica o(s) texto(s) e sua respectiva autoria, garantindo, sob as penas da lei, que tais textos utilizados para composição da obra encontram-se em domínio público.

Das disposições sobre adaptações de obras em domínio público escritas originariamente em Língua Portuguesa

2.24. Os editores deverão apresentar os contratos de edição firmados com adaptador ou o contrato de trabalho ou prestação de serviço.

2.25. O editor deverá apresentar a Declaração de Domínio Público de Textos Brasileiros Adaptados conforme modelo no **Anexo XV**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI**PNLD 2020****ANEXO VII****REQUISITOS MÍNIMOS DE VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO**

A etapa de validação da inscrição pressupõe o cumprimento de todas as conformidades listadas abaixo, de acordo com a natureza da obra cadastrada.

1. Para as Obras Didáticas Caracterizadas

CÓDIGO DE EXCLUSÃO	CONFORMIDADE
A1	Obra carregada no SIMEC.
A2	Se houver anexos ou similares, eles constam dentro de um único volume.
A3	Obra composta por quatro volumes, um por ano, do livro do estudante e do respectivo manual do professor, exceto no caso de educação física (apenas manual do professor e material digital) e projetos integradores (livros do estudante e manual do professor).
A4	Livro do estudante de língua inglesa e arte acompanhados do respectivo áudio.
A5	Obra com número de páginas dentro dos limites previstos neste edital.
A6	Manual do Professor contendo, integralmente, o Livro do Estudante em formato “U” ou lateral (exceto para educação física).
A7	Não há páginas faltantes.
A8	Não há páginas trocadas ou invertidas.
A9	Não há falhas que impeçam a leitura.
A10	Não há páginas fora de sequência.
A11	Obra com apenas um editor
A12	Exemplares entregues com o mesmo número de edição.
A13	Informações cadastradas corretamente no SIMEC.
A14	As especificações da obra são idênticas às especificações informadas no SIMEC
A15	Obra acompanhada dos respectivos arquivos descritos no Anexo II .
A16	Consta na primeira capa: a. Título da coleção e título do livro, se houver; b. Ano, ciclo ou número correspondente; c. Nome(s) do(s) autor(es) e pseudônimo(s), nome organizador ou editor responsável, claramente identificado como pessoa física; d. Componente curricular;

	e. Nome do Editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo); f. No manual do professor, a expressão “Manual do Professor” em local e tamanho de fácil identificação. g. A expressão “Manual do Professor”, conforme o caso; h. A expressão “Projetos Integradores”, conforme o caso.
A17	Na segunda capa não consta texto ou ilustração
A18	Na terceira capa não consta texto ou ilustração
A19	Na quarta capa consta o número do ISBN, que não poderá ser sobreposto ao fundo colorido da mensagem.
A20	Consta na folha de rosto: a. Título da coleção e título do livro, se houver; b. A identificação do ano ou ciclo ou número correspondente; c. Nome do autor(es) e pseudônimo(s), do organizador ou do editor responsável; d. Dados sobre a formação e experiência profissional do(s) autor(es); e. Componente curricular; f. Nome do Editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo); g. Número da edição, inclusive quando for a primeira, local e ano de publicação; h. A expressão “Manual do Professor”, conforme o caso; i. A expressão “Projetos Integradores”, conforme o caso.
A21	O material digital foi entregue.
A22	O material digital está dentro do tamanho exigido.
A23	O material digital apresenta orientações sobre o uso de seus conteúdos.
A24	O material digital apresenta correspondência com a identidade visual do manual do professor que integra.
A25	O material digital não apresenta falhas na navegação.
A26	Os links apresentados no material digital são válidos.
A27	Material digital apresenta as informações referentes à sua licença aberta.
A28	Material digital apresenta nome da editora, título da coleção, ano do ciclo, nome do autor, organizador e componente curricular.
A29	Correspondência entre o conteúdo entregue em PDF e o material digital apresentado em sua versão final.
A30	Material digital permite exportar conteúdo para edição e/ou impressão.

2. Para as Obras Didáticas Descaracterizadas

CÓDIGO DE EXCLUSÃO	CONFORMIDADE
B1	Obra carregada no SIMEC.

B2	Se houver anexos ou similares, eles constam dentro de um único volume
B3	Obra composta por quatro volumes, um por ano, do livro do estudante e do respectivo manual do professor, exceto no caso de educação física (apenas livro do professor).
B4	Livro do estudante de língua inglesa e arte acompanhados de CD (ou seu respectivo áudio carregado no sistema).
B5	Obra com número de páginas dentro dos limites previstos neste edital.
B6	Livro do Estudante acompanhado do respectivo Manual do Professor (exceto para educação física).
B7	Manual do Professor contendo, integralmente o conteúdo do Livro do Estudante descaracterizado em formato “U” ou lateral (exceto para educação física).
B8	Não há páginas faltantes.
B9	Não há páginas trocadas ou invertidas.
B10	Não há páginas fora de sequência.
B11	Não há falhas que impeçam a leitura.
B12	Informações cadastradas corretamente no SIMEC.
B13	As especificações da obra diferentes das especificações informadas no SIMEC
B14	Obra acompanhada dos respectivos arquivos descritos no Anexo II .
B15	Consta na primeira capa apenas : a. Componente curricular; b. A identificação do ano ou ciclo ou número correspondente; c. A expressão “Manual do Professor”, conforme o caso; d. A expressão “Projetos Integradores”, conforme o caso.
B16	Na segunda capa não consta texto ou ilustração
B17	Na folha de rosto não consta texto ou ilustração
B18	Na terceira capa não consta texto ou ilustração
B19	Na quarta capa não consta texto ou ilustração
B20	O material digital descaracterizado foi entregue.
B21	O material digital está dentro do tamanho exigido.
B22	O material digital apresenta orientações sobre o uso de seus conteúdos.
B23	O material digital apresenta correspondência com a identidade visual do manual do professor que integra.
B24	O material digital não apresenta falhas na navegação.
B25	Os links apresentados no material digital são válidos e não permitem a caracterização do material.
B26	Material digital apresenta ano do ciclo, componente curricular e as expressões “manual do professor” ou “projetos integradores”, conforme o caso.

B27	Correspondência entre o conteúdo entregue em PDF e o material digital apresentado em sua versão final.
B28	Material digital permite exportar conteúdo para edição e/ou impressão.

3. Para as Obras Literárias

CÓDIGO DE EXCLUSÃO	CONFORMIDADE
C1	Obra carregada no SIMEC.
C2	Obra inscrita em apenas uma categoria de ensino.
C3	A obra está apresentada em volume único
C4	Material digital devidamente entregue
C5	Não há páginas faltantes.
C6	Não há páginas trocadas ou invertidas.
C7	Arquivos carregados com o mesmo número de páginas cadastradas.
C8	Obra com apenas um editor.
C9	Não há páginas fora de sequência.
C10	Não há falhas que impeçam a leitura.
C11	Arquivos carregados com o mesmo número de edição cadastrado.
C12	Dados cadastrados corretamente no SIMEC.
C13	As especificações da obra são idênticas às especificações informadas no SIMEC
C14	A obra literária do aluno apresenta na primeira capa: a. Título e subtítulo, se houver; b. Razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo; c. Autoria.
C15	A obra literária do aluno apresenta na folha de rosto ou seu verso: a. Ficha catalográfica; b. Número do ISBN.
C16	A obra literária do manual do professor apresenta na primeira capa: a. Título da obra à qual se refere; b. A expressão “Manual do Professor” c. Razão social, nome fantasia e/ou marca/selo da editora; d. Autoria;
C17	A obra literária do manual do professor apresenta na folha de rosto ou seu verso: a. Ficha catalográfica;

	b. Número do ISBN
C18	O material digital do manual do professor apresenta na primeira capa: a. Título da obra à qual se refere; b. A expressão “Manual do Professor” c. Razão social, nome fantasia e/ou marca/selo da editora; d. Autoria;
C19	Obra acompanhada dos respectivos arquivos descritos no Anexo II .
C20	A obra não apresenta espaços que possibilitem ou induzam o leitor à realização de atividades no próprio livro, inviabilizando seu uso coletivo.
C21	O material digital foi entregue.
C22	O material digital está dentro do tamanho exigido.
C23	O material digital apresenta correspondência com a identidade visual do manual do professor que integra.
C24	O material digital não apresenta falhas na navegação.
C25	Correspondência entre o conteúdo entregue em PDF e o material digital apresentado em sua versão final.
C26	Material digital permite exportar conteúdo para edição e/ou impressão.

4. Para a Validação da Documentação das Obras

CÓDIGO DE EXCLUSÃO	CONFORMIDADE
D1	Documentos entregues datados e assinados pelo administrador do editor
D2	Editor atendeu às exigências das diligências no prazo editalício.
D3	Consta o(s) contrato(s) de edição/cessão, ou instrumento correspondente, e o(s) respectivo(s) aditivo(s) para comprovação da detenção dos direitos autorais..
D4	Consta firma reconhecida do(s) autor(es), organizador(es), adaptador(es), ilustrador(es) e/ou tradutor(es) no(s) contrato(s) apresentado(s).
D5	O contrato apresenta objeto, delimitando o título da obra e seu(s) subtítulo, a(s) autoria(s) e o(s) formato(s) autorizado(s).
D6	O contrato apresenta a remuneração devida ao autor..
D7	Contrato apresenta prazo de vigência do instrumento.
D8	Contrato apresenta autorização do(s) autor(es) para a produção e venda da obra à Administração Pública nas características e tiragens necessárias ao atendimento a programas públicos ou ao atendimento ao mercado.

D9	Contrato apresenta, de forma explícita, o caráter de exclusividade autorizada pelo autor ao detentor de direitos autorais.
D10	Contrato apresenta a assinatura de duas testemunhas devidamente identificadas
D11	Contrato apresenta a assinatura dos autores ou de seus sucessores.
D12	Constam as Declarações do Editor, da Obra, de Originalidade e de Domínio Público.
D13	No caso de obra coletiva, contrato de trabalho firmado com o(s) funcionário(s) da própria empresa, se o autor for funcionário da empresa e se cedeu os direitos autorais para o editor.
D14	No caso de obra coletiva, contrato de prestação de serviços se o(s) autor(es) foi (foram) contratado(s) para a criação da obra e se cedeu os direitos autorais para o editor.
D15	No caso de contrato de prestação de serviços, apresenta a especificação de participação do(s) autor(es) contratado(s).
D16	No caso de contrato de prestação de serviços, apresenta o prazo para a entrega ou realização da obra.
D17	No caso de contrato de prestação de serviços, apresenta a especificação da remuneração e/ou as condições de execução.
D18	Documentação traz o autor, ilustrador, organizador, adaptador e tradutor claramente identificados como pessoa física.
D19	Consta Declaração de Domínio Público ou contrato de edição/cessão para obra originalmente escritas em língua estrangeira.
D20	Consta Declaração de Domínio Público para a antologia composta de textos em domínio público.
D21	No caso de obras traduzidas, consta contrato para edição no Brasil com o autor tradutor ou seu representante legal.
D22	O contrato estrangeiro apresenta a devida tradução juramentada.
D23	Consta anuência de todos os autores para que seus textos integrem a obra coletiva apresentada.
D24	Consta declaração de domínio público para obras adaptadas de texto originalmente em domínio público em língua portuguesa

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI
PNLD 2020
ANEXO VIII
CRITÉRIOS DA ANÁLISE DE ATRIBUTOS FÍSICOS

Nesta etapa serão validadas as obras que apresentarem as seguintes características:

1. Para as Obras Didáticas

A – REFERENTE AOS ELEMENTOS GERAIS DA OBRA	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	CONFORMIDADE
E1	Obra entregue nos prazos estipulados no edital.
E2	Obra aprovada da Avaliação Pedagógica.
E3	Obra sem anexos ou similares em volume separado.
E4	Obra com a inscrição validada.
E5	Obra composta por quatro volumes, um por ano, do livro do estudante e do respectivo manual do professor, exceto no caso de educação física (apenas livro do professor).
E6	Livro do estudante de língua inglesa e artes acompanhados de CD
E7	Material digital entregue conforme especificações do edital
E8	Obra com autoria identificada como pessoa física na primeira capa da obra.
E9	Obra com número de páginas dentro do limite previsto para cada componente curricular ou faixa etária
E10	Livro do Estudante acompanhado do respectivo Manual do Professor (exceto para educação física).
E11	Manual do Professor contendo, integralmente, o Livro do Estudante em formato “U” ou lateral (exceto para educação física).
E12	Obra com apenas um editor.
E13	Não há rasuras, quer seja nas capas ou no miolo.
E14	Não há páginas faltantes.
E15	Não há páginas trocadas ou invertidas.
E16	Não há páginas fora de sequência.
E17	Não há falhas de impressão impedindo a leitura.

E18	Os dados da ficha catalográfica da obra são iguais aos dados do contrato da obra, da capa do livro e dos registrados no SIMEC.
E19	O ano de edição e o número de edição registrados no SIMEC são iguais aos presentes na obra.
E20	Exemplares cadastrados no SIMEC e entregues fisicamente são da mesma edição.
E21	Exemplares cadastrados no SIMEC e entregues fisicamente são exatamente iguais.
E22	Informações cadastradas corretamente no SIMEC.
E23	As especificações da obra são idênticas às especificações informadas no SIMEC
E24	Título da coleção e/ou o título do livro na primeira capa do volume e o registrado no SIMEC idênticos.
E25	Não há divergência entre a razão social da empresa e/ou nome fantasia, e/ou marcas/selos registrados no SIMEC e constantes na obra.
E26	Número de páginas da obra idêntica ao registrado no SIMEC.
E27	Não há divergência entre os arquivos carregados no SIMEC e os exigidos neste edital.
E28	Consta na primeira capa: a. Título da coleção e título do livro, se houver; b. Ano ou ciclo ou número correspondente; c. Nome(s) do(s) autor(es) e pseudônimo(s), nome organizador ou editor responsável, claramente identificado como pessoa física; d. Componente curricular; e. Nome do Editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo); f. A expressão “Manual do Professor”, conforme o caso; g. A expressão “Projetos Integradores”, conforme o caso.
E29	Não há textos ou ilustrações na segunda capa do exemplar.
E30	Não há textos ou ilustrações na terceira capa do exemplar.
E31	Na quarta capa consta o número do ISBN, que não poderá ser sobreposto ao fundo colorido da mensagem.
E32	O ISBN da obra caracterizada é o mesmo da respectiva edição.
E33	Consta na folha de rosto: a. Título da coleção e título do livro, se houver; b. A identificação do ano ou ciclo ou número correspondente; c. Nome do autor(es) e pseudônimo(s), do organizador ou do editor responsável; d. Dados sobre a formação e experiência profissional do(s) autor(es); e. Componente curricular; f. Nome do Editor (razão social e/ou nome fantasia e/ou marca/selo); g. Número da edição, inclusive quando for a primeira, local e ano de publicação; h. A expressão “Manual do Professor”, conforme o caso; i. A expressão “Projetos Integradores”, conforme o caso.
E34	Não há inconsistências entre as obras e as exigências do Anexo II.

2. Para as Obras Literárias

A – REFERENTES AOS ELEMENTOS GERAIS DA OBRA	
CÓDIGO DE EXCLUSÃO	CONFORMIDADE
F1	Obra entregue nos prazos estipulados no edital.
F2	Obra aprovada da Avaliação Pedagógica.
F3	Obra sem anexos ou similares em volume separado.
F4	Obra com a inscrição validada.
F5	Obra com autoria identificada como pessoa física na primeira capa da obra.
F6	Obra com apenas um editor.
F7	Não há rasuras, quer seja nas capas ou no miolo.
F8	Não há páginas faltantes.
F9	Não há páginas trocadas ou invertidas.
F10	Não há páginas fora de sequência.
F11	Não há falhas de impressão impedindo a leitura.
F12	Os dados da ficha catalográfica da obra são iguais aos dados do contrato da obra, da capa do livro e dos registrados no SIMEC.
F13	Exemplares cadastrados no SIMEC e entregues fisicamente são exatamente iguais.
F14	Informações cadastradas corretamente no SIMEC.
F15	As especificações da obra são idênticas às especificações informadas no SIMEC
F16	Título do livro na primeira capa do volume e o registrado no SIMEC idênticos.
F17	Nomes dos autores presentes na primeira capa do volume e os registrados no SIMEC, conforme consta no contrato da obra.
F18	Não há divergência entre a razão social da empresa e/ou nome fantasia, e/ou marcas/selos registrados no SIMEC e constantes na obra.
F19	Número de páginas da obra idêntico ao registrado no SIMEC.
F20	Não há divergência entre os arquivos carregados no SIMEC e os exigidos neste edital.
F21	Consta o número do ISBN na folha de rosto e/ou seu verso.
F22	O ISBN é o mesmo da respectiva edição.

F23	Não há inconsistências entre as obras e as exigências do Anexo II.
F24	Ausência de correspondência entre o conteúdo entregue em PDF e o material digital apresentado em sua versão final.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

PNLD 2020

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DO EDITOR

(A SER FIRMADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

(Nome da empresa)_____, CNPJn.º _____, sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo de aquisição de obras didáticas e literárias para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2020, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARA, também, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (manter caso se enquadre nesta situação)

Local e data

Assinatura do representante do editor ou seu procurador
Nome legível e cargo
(Firma reconhecida em cartório)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

PNLD 2020

ANEXO 74

MODELO DE DECLARAÇÃO DA OBRA

(Nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____
sediada _____ (endereço completo) declara, sob as penas da Lei, que:

1. Detém os direitos patrimoniais sobre todos os textos, ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira, que compõem a(s) obra(s) abaixo participantes do PNLD 2020, comprometendo-se a não coeditar nem ceder os direitos sobre essas obras durante o período de vigência deste edital caso a(s) obra(s) seja(m) aprovada(s).

TÍTULO DA OBRA	AUTORIA	EDIÇÃO

2. Possui todos os instrumentos contratuais com os autores dos textos e demais coautores da(s) obra(s), assumindo o compromisso de apresentar os instrumentos contratuais se solicitado pelo FNDE em qualquer etapa do processo de aquisição regulado pelo Edital do PNLD 2020.

3. Responsabiliza-se por possíveis litígios envolvendo os autores e coautores dos referidos textos, bem como de seus sucessores, e, ainda, das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a(s) obra(s), estando ciente que o FNDE poderá deixar de adquirir a(s) obra(s) no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

4. O MEC está autorizado a disponibilizar a obra didática em plataforma on-line de acordo com as regras relacionadas ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2020.

Local e data

Assinatura do representante do editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

PNLD 2020

ANEXO 75

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO DE EDIÇÃO OU DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS COM PRAZO DE VALIDADE INDETERMINADO OU RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA

(A SER FIRMADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE VIGÊNCIA

CENDENTE:

Nome:

Pseudônimo:

Profissão:

CPF:

RG:

Endereço:

CEP:

CIDADE / ESTADO:

CESSIONÁRIO:

(Razão Social, CNPJ, Endereço, Nome e Dados do Representante Legal)

OBRA(S) OBJETO(S) DO CONTRATO:

Pela presente, declaro que o Contrato de _____ (Edição ou Cessão), firmado em ____/____/____ (data), permanece válido;

OU

Pela presente, declaro que o Contrato de _____ (Edição ou Cessão), firmado em ____/____/____ (data), permanece válido pelo período de _____ anos, a contar da data de assinatura desta

Local e data

(assinatura das partes)

Testemunhas:

(NOME e RG e CPF)

(NOME e RG e CPF)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

PNLD 2020

ANEXO 76I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Declaro, sob as penas da Lei, que a obra didática _____, do (s) autor(es) _____, apresentada em _____ edição, não é variante parcial ou total de outra coleção inscrita para ser avaliada e aprovada para integrar o Guia dos livros didáticos do PNLD 2020, no caso de livros destinados ao ensino não listados abaixo.

Informo que a obra _____ é variante da obra _____.

Local e data.

Assinatura do Autor

Nome legível

Assinatura do Editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

**PNLD 2020
ANEXO XIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO
PARA OBRAS ORIGINARIAMENTE ESCRITAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

_____ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei, que a obra _____, de _____ (autoria), selecionada para o PNLD 2020, é originária de _____ (obra), de _____ (autor) que se encontra em domínio público, uma vez que decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre ela.

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente que o FNDE poderá deixar de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Data e local.

Assinatura do representante do editor ou seu procurador

Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

**PNLD 2020
ANEXO XIV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO PARA TEXTOS ESCRITOS EM
LÍNGUA PORTUGUESA INTEGRANTES DE ANTOLOGIAS**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

_____ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei que a obra
_____, organizada por _____, em _____ edição, selecionada
para o PNLD 2020, inclui em sua composição o(s) texto(s) abaixo listados, os quais estão em domínio público,
uma vez que decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre ele(s).

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e
sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais
abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente que o FNDE poderá deixar
de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Textos em domínio público, integrantes da Antologia:

_____ (título), de _____ (autor)

_____ (título), de _____ (autor)

_____ (título), de _____ (autor)

Local e data

Assinatura do representante do editor ou seu procurador
Nome legível e cargo

(Firma reconhecida em cartório)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

**PNLD 2020
ANEXO XV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO DE
TEXTOS BRASILEIROS ADAPTADOS**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

_____ (razão social do editor) declara, sob as penas da Lei que a obra
_____, de autoria de _____, em _____ edição, selecionada
para o PNLD 2020, foi adaptada da obra originária _____ (título) de _____
(autor), a qual está em domínio público, uma vez que decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais
sobre ele(s).

Declara também que se responsabiliza por possíveis litígios envolvendo os autores, coautores e
sucessores dos referidos textos, bem como das ilustrações, fotografias e demais trabalhos intelectuais
abrangidos pela legislação autoral brasileira que compõem a obra, estando ciente que o FNDE poderá deixar
de adquirir a obra no caso de tomar conhecimento de controvérsia judicial, a qualquer tempo.

Local e Data

Nome e Identidade do Declarante

(firma reconhecida em cartório)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

PNLD 2020
ANEXO XVI
DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE OBRAS DIDÁTICAS

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE OBRAS DIDÁTICAS PNLD 2020				
Editora: _____ CNPJ: _____ Representante: _____ RG: _____ Data da entrega: ____ / ____ / ____ Entrega das obras: • DVD ☐ • Física ☐ • Material digital do manual do professor: ☐				
Tipo	Título do Livro	Título da Coleção	Material digital do manual do professor (PDF)	Material audiovisual do professor
<u>TIPO:</u> 1 – Disciplinar 2 – Interdisciplinar 3 – Projetos Integradores _____ Assinatura do Representante da Editora				

ENTREGAR DUAS VIAS DESTA DECLARAÇÃO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 – CGPLI

PNLD 2020

ANEXO XVII

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE OBRAS LITERÁRIAS

DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE OBRAS LITERÁRIAS PNLD 2020			
Editora: _____ CNPJ: _____ Representante: _____ RG: _____ Data da entrega: ____ / ____ / ____ Entrega das obras: • DVD ☐ • Física ☐ • Material digital do manual do professor: ☐			
Categoria	Título da Obra	Material digital do manual do professor (PDF)	Material audiovisual do professor
TIPO: 1 – Categoria 1: 6º e 7º anos 2 – Categoria 2: 8º e 9º anos _____ Assinatura do Representante da Editora			

ENTREGAR DUAS VIAS DESTA DECLARAÇÃO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

Anexo 6: Questionamentos ABRELIVROS

013/18

São Paulo, 06 de abril de 2018.

Ilmo. Sr.

Rossieli Soares da Silva

Secretário de Educação Básica do MEC
Ministério da Educação

José Fernando Uchôa Costa Neto

Diretoria de Ações Educacionais – DIRAE
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
Brasília, DF

Prezados Senhores,

Seguem abaixo as considerações da Abrelivros em relação ao Edital do PNLD Literário 2018:

QUESTÃO 1

3. Dos Prazos

3.1 A etapa de pré-inscrição para o PNLD 2018 Literário ocorrerá no período das 9 horas do dia 30 de abril às 18 horas 07 de maio de 2018.

3.2 A etapa de inscrição no PNLD 2018 Literário ocorrerá no período das 9 horas do dia 08 de maio às 18 horas do dia 18 de maio de 2018.

Tendo em vista que, além do livro do estudante, o edital prevê: (1) a confecção de manual do professor, obra a obra, composto por três materiais digitais obrigatórios e uma videoaula facultativa, e (2) a elaboração de informações paratextuais que normalmente não figuram em obras literárias, (3) adaptação das obras para formatos preestabelecidos; solicitamos a possibilidade de ser revisto o prazo de inscrição das obras, com uma extensão de pelo menos um mês dessa etapa.

QUESTÃO 2

Os temas listados na página 4 são diferentes daqueles detalhados nas páginas 36 e 37. Acreditamos que esses últimos sejam os temas corretos. Confere nossa interpretação?

QUESTÃO 3

4. Das características gerais das obras literárias destinadas à educação infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e ao ensino médio

4.2. As obras literárias serão compostas pelo livro do estudante impresso e em braille e manual do professor, este último composto por material digital, conforme especificações dos Anexos II e III deste edital.

Conforme item 4.2 do Edital, entendemos que o professor receberá o livro do estudante e o manual do professor (material digital), não havendo distinção entre o livro impresso do estudante e do professor. Está correto nosso entendimento? O professor também receberá um livro impresso do aluno ou terá que consultar o livro do acervo?

QUESTÃO 4

No caso das obras literárias em língua inglesa destinadas ao ensino médio, os conteúdos que compõem o manual do professor digital (nos formatos PDF e audiovisual) devem ser necessariamente em inglês, necessariamente em português ou o idioma a ser usado fica a critério do editor?

QUESTÃO 5

4.4. Não poderão ser inscritas obras literárias:

4.4.1. Em domínio público, originalmente escritas em língua portuguesa;

Anexo V — Relação de Documentos para inscrição

2.22. No caso de antologias compostas por textos escritos originariamente em Língua Portuguesa, nas quais um ou mais textos não estejam em domínio público, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição (...)]

Levando em conta o item 2.22 acima, as obras de domínio público em língua portuguesa poderão ser inscritas quando fizerem parte de antologia, mas não configurarem o todo dela?

QUESTÃO 6

4.10. As obras podem contemplar as seguintes sugestões de temas ou outros: (...)

Nas categorias 2 (Creche II) e 3 (Pré-escola) os temas elencados são exatamente iguais, está correto?

QUESTÃO 7

4. Das características gerais das obras literárias destinadas à educação infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e ao ensino médio

4.13. As obras literárias poderão ser inscritas nos seguintes gêneros literários:

f. livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos.

Quanto aos livros de imagem, entende-se obras sem nenhum texto ou estão incluídas nesse gênero também obras com pouco texto, como costumam ser as de Educação Infantil, por exemplo?

QUESTÃO 8

4. Das características gerais das obras literárias destinadas à educação infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e ao ensino médio

4.20. Cada obra literária inscrita deverá incluir, no próprio volume, informações paratextuais que: (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura e (3) justifiquem a correspondência entre a obra, a categoria, o(s) tema(s) e o gênero literário, exceto as obras da educação infantil.

4.20.1. As informações paratextuais são critérios de avaliação das obras dos anos iniciais do ensino fundamental e do ensino médio.

Solicitamos que o livro do aluno traga apenas a informação que contextualiza autor e obra (algo que poderia estar contido numa espécie de biografia ao

final do livro). Justamente pelo fato de o material de apoio já conter tais orientações, entendemos não ser necessário que esses paratextos apareçam no miolo do livro que irá para o aluno.

QUESTÃO 9

4.21. /Anexo V/Glossário - Tendo em vista que o item 4.21 do Edital não especifica que o material digital tenha licença aberta, bem como não terá material do professor impresso, entendemos que a exigência do item 2.13 do Anexo V e a definição do item 8 do Glossário (Anexo I), não se aplicam ao presente Edital. Está correto nosso entendimento?

QUESTÃO 10

No caso das obras literárias em língua inglesa destinadas ao ensino médio, as informações paratextuais devem ser necessariamente em inglês, necessariamente em português ou o idioma a ser usado fica a critério do editor?

QUESTÃO 11

4. Das características gerais das obras literárias destinadas à educação infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e ao ensino médio

4.22. Para a educação infantil, o manual do professor digital, a ser apresentado de acordo com o item 4.2.1, deve estar em consonância com a BNCC ser apenas composto pelos materiais descritos nos itens 4.21.1 e 4.21.4.

O vídeo tutorial também é facultativo para Educação Infantil?

QUESTÃO 12

4. Das características gerais das obras literárias destinadas à educação infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e ao ensino médio

4.24. Não será permitida a reinscrição de obras literárias inscritas em outro edital do PNLD que contemple obras literárias.

Gostaríamos de confirmar o nosso entendimento de que essa proibição se refere apenas às obras inscritas no PNLD 2020.

QUESTÃO 13

4.25. A obra deverá ter um único editor de todos os volumes que a compõem.

Sugerimos retirar esse trecho realçado acima, pois isso se aplica apenas a didáticos, correto?

QUESTÃO 14

5. Da Acessibilidade

5.1 Em atendimento à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, somente poderão participar dos certames do MEC os editores cujas obras inscritas estejam em formato acessível, conforme especificado neste edital.

Gostaríamos de confirmar o nosso entendimento de que a entrega das obras acessíveis, em seus diversos formatos, só deverá ocorrer após a sua aprovação.

QUESTÃO 15

7. Da pré-inscrição

7.8. O editor deverá informar no sistema informatizado o nome de todos os autores da obra, assim identificados como pessoa física conforme constam no contrato de edição, na capa do livro e na ficha catalográfica.

Como isto se dará no caso dos autores estrangeiros? Há contratos que são firmados com as editoras proprietárias, e no contrato não costumamos ter acesso a dados dos autores. Nesse caso como informar o SIMEC?

QUESTÃO 16

7. Da Inscrição

7.41. A inscrição é composta pelo carregamento dos arquivos referentes à documentação e às obras no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, e a respectiva entrega do material físico e da documentação ao FNDE ou instituição por este indicada, observadas a relação de documentos disposta no Anexo V e as especificações técnicas do Anexo II.

9. Da Análise dos Atributos Físicos das Obras Literárias:

9.2. Os editores participantes do PNLD 2018 Literário serão convocados em dia, horário e local previamente agendados para entrega da documentação e das obras.

9.5. Para a análise de atributos físicos das obras literárias deverão ser entregues 02 (dois) exemplares.

Quando os exemplares físicos devem ser entregues: no dia da inscrição, como menciona a cláusula 7.41 ou quando chamado para análise técnica dos materiais, conforme cláusulas 9.2 e 9.5?

QUESTÃO 17

Anexo V, 2.10. Deverá ser carregada a cópia autenticada de diplomação e/ou titulação acadêmica, certificado ou declaração de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação realizado pelo (s) autor (es), coautor (es) e colaborador (es), emitido por instituição de ensino superior.

Entendemos que isto não cabe no caso de autores de obras literárias, pois, ao contrário das obras didáticas, não é necessário comprovar uma formação específica para que o autor esteja qualificado a escrever aquela obra. Além disso, no caso de autores estrangeiros, este item apresenta ainda mais dificuldade. É realmente necessário?

QUESTÃO 18

Anexo V, 2.11. Declaração de Originalidade, assinada pelo editor e pelos autores, de que a obra apresentada no ato da Inscrição não é uma versão ou variante parcial ou total de outras obras inscritas no PNLD 2018 Literário (ressalvadas obras interdisciplinares), sob pena de incidir no item de exclusão, além das eventuais penalidades cíveis e penais cabíveis, modelo no Anexo X.

A Declaração de Originalidade também precisa ser assinada por estrangeiros? E, neste caso, é o próprio autor que precisa assinar, não a editora proprietária?

QUESTÃO 19

Anexo V, 2.15. No caso de obras editadas originariamente no estrangeiro, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição da obra no Brasil, em Língua Portuguesa, mediante apresentação do contrato de edição ou do contrato de cessão de direitos firmado com o editor responsável pela edição da obra originária.

Os contratos estrangeiros precisam de assinatura de testemunhas? Os contratos estrangeiros precisam de firma reconhecida? Em programas passados isto não era necessário, considerando que há países que não realizam este procedimento.

QUESTÃO 20

Item 2.3 do Anexo V. O editor deverá apresentar o contrato da obra firmado com os seguintes criadores intelectuais da obra: autor (es), coautor (es), adaptador (es), tradutor (es) e organizador (es) identificados como pessoa física.

Anexo VI, item D4. Consta firma reconhecida do(s) autor(es), organizador(es), adaptador(es), ~~ilustrador(es)~~ e/ou tradutor(es) no(s) contrato(s) apresentado(s).

Para evitarmos dúvidas em relação à documentação que de fato precisará ser apresentada, solicitamos a exclusão do termo ilustrador do item D4 do Anexo VI, com base no item 2.3 do Anexo 5, pg. 45 do Edital. Vejam que não há menção no item 2.3 transcrito acima acerca da apresentação do contrato com o ilustrador da obra.

QUESTÃO 21

Anexo VII — Critérios da análise de atributos físicos – Lista de conformidades
Item F24: “Consta o componente curricular, para o ensino fundamental na lombada quadrada da obra impressa”.

Entendemos que este item se refere a obras didáticas e não a obras literárias, e, portanto, não cabe neste edital. Está correto o nosso entendimento?

QUESTÃO 22

Anexo VII, item C18. Ficha catalográfica e número de ISBN devem estar na folha de rosto.

Seria possível optar por colocar no verso da folha de rosto, na página de créditos?

QUESTÃO 23

Anexo IX, item 2. Possui todos os instrumentos contratuais com os autores dos textos e demais coautores da(s) obra(s), inclusive com a autorização para disponibilização das obras em plataforma on-line, assumindo o compromisso de apresentar os instrumentos contratuais se solicitado pelo FNDE em qualquer etapa do processo de aquisição regulado pelo Edital do PNLD 2018 Literário.

A disponibilização das obras em plataforma on-line não está detalhada em nenhum outro item do edital. Se é necessário pedir autorização aos autores e editores estrangeiros para essa disponibilização, precisamos de mais informações sobre como ela se dará. Temos uma preocupação grande especialmente no que diz respeito à proteção dos arquivos, e sabemos que isto será um ponto sensível especialmente, mas não exclusivamente, aos autores estrangeiros.

QUESTÃO 24

Solicitamos verificar em toda a extensão do edital as considerações sobre descaracterização das obras (itens 8.10; 9.18), pois achamos que isso não se aplica aos livros literários, apenas aos didáticos. Caso permaneça essa exigência, favor informar o que deverá ser colocado na capa e na folha de rosto deles.

QUESTÃO 25

As obras escolhidas pelo corpo docente e dirigente da escola para utilização pelos alunos serão as mesmas que farão parte do acervo da escola?

QUESTÃO 26

Dúvidas e comentários de Produção Gráfica

As especificações de papel do edital apresentam os seguintes problemas:

- Unidade de medida da rigidez longitudinal e transversal do cartão das capas não é mN (como informado no edital) e sim gf.cm. Estes valores informados como mN não existem. Solicitamos a revisão dessa questão.
- A espessura do couche fosco informada (entre 61 e 67 micras), limita ao extremo a escolha de fornecedores. Nem o papel kromma da Suzano (71 micras) passa neste critério. Seria necessário permitir que a espessura fosse de 61 a 80 micras.

QUESTÃO 27

Dúvidas e comentários de Produção Gráfica

Anexo II, item 2, das características físicas das obras:

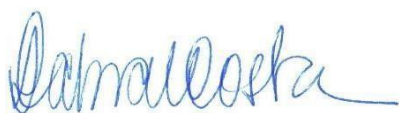
Acabamento

Para livros com mais de 48 páginas e até 64 páginas de miolo não há a opção de confeccionar em colagem PUR. Todavia, no explicativo dos acabamentos para os livros com mais de 48 páginas, devem-se observar as especificações, letra "d", página 29: "Para os livros com a lombada raspada e colada, ou raspada, fresada e colada, o processo de colagem deverá ser com a utilização de cola de poliuretano reativo (PUR)."

Logo, entendemos que para livros entre 48 e 64 páginas será admitido o acabamento em colagem PUR. Está correto nosso entendimento?

Sendo essas as nossas principais considerações, agradecemos desde já a atenção dispensada e aguardamos um retorno o mais breve possível.

Atenciosamente,



Vera Cabral

Diretora Executiva

Anexo 7: Respostas a questionamentos ABRELIVROS

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Setor Bancário Sul, Quadra 2. Bloco F, Edifício FNDE. - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-929
Telefone: 0800-616161 - <https://www.fnde.gov.br>

Ofício nº 11812/2018/Coher/Cgpli/Dirae-FNDE

ILMA SENHORA,

VERA CABRAL

DIRETORA EXECUTIVA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES DE LIVROS ESCOLARES - ABRELIVROS

RUA FUNCHAL, 263 - CONJ. 62, VILA OLÍMPIA

CEP: 04551-060 – SÃO PAULO/SP

Assunto: **Respostas a questionamentos da ABRELIVROS.**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23034.014909/2018-91.

Prezado Diretora,

Em atendimento ao Ofício 013/18 - Abrelivros (0845752), seguem abaixo as respostas concernentes aos questionamentos relativos ao Edital do PNLD Literário 2018:

QUESTÃO 1**3. Dos Prazos**

3.1 A etapa de pré-inscrição para o PNLD 2018 Literário ocorrerá no período das 9 horas do dia 30 de abril às 18 horas 07 de maio de 2018.

3.2 A etapa de inscrição no PNLD 2018 Literário ocorrerá no período das 9 horas do dia 08 de maio às 18 horas do dia 18 de maio de 2018.

Tendo em vista que, além do livro do estudante, o edital prevê: (1) a confecção de manual do professor, obra a obra, composto por três materiais digitais obrigatórios e uma videoaula facultativa, e (2) a elaboração de informações paratextuais que normalmente não figuram em obras literárias, (3) adaptação das obras para formatos preestabelecidos; solicitamos a possibilidade de ser revisto o prazo de inscrição das obras, com uma extensão de pelo menos um mês dessa etapa.

Resposta:

A ampliação de prazo de inscrição dos livros compromete o cronograma de entregas dos livros previsto para este ano na rede de ensino. No sentido de zelar pela qualidade dos materiais audiovisuais (que não são obrigatórios), o prazo para este item será estendido em 13 dias, passando a data final para 31/05/2018.

QUESTÃO 2

Os temas listados na página 4 são diferentes daqueles detalhados nas páginas 36 e 37. Acreditamos que esses últimos sejam os temas corretos. Confere nossa interpretação?

Resposta:

Os temas serão ajustados por meio de retificação.

QUESTÃO 3

4. Das características gerais das obras literárias destinadas à educação infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e ao ensino médio

4.2. As obras literárias serão compostas pelo livro do estudante impresso e em braille e manual do professor, este último composto por material digital, conforme especificações dos Anexos II e III deste edital.

Conforme item 4.2 do Edital, entendemos que o professor receberá o livro do estudante e o manual do professor (material digital), não havendo distinção entre o livro impresso do estudante e do professor. Está correto nosso entendimento? O professor também receberá um livro impresso do aluno ou terá que consultar o livro do acervo?

Resposta:

A retificação incluirá obra impressa para o professor.

QUESTÃO 4

No caso das obras literárias em língua inglesa destinadas ao ensino médio, os conteúdos que compõem o manual do professor digital (nos formatos PDF e audiovisual) devem ser necessariamente em inglês, necessariamente em português ou o idioma a ser usado fica a critério do editor?

Resposta:

O manual do professor deverá ser escrito em português.

QUESTÃO 5

4.4. Não poderão ser inscritas obras literárias:

4.4.1. Em domínio público, originalmente escritas em língua portuguesa;

Anexo V — Relação de Documentos para inscrição

2.22. No caso de antologias compostas por textos escritos originariamente em Língua Portuguesa, nas quais um ou mais textos não estejam em domínio público, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição (...)]

Levando em conta o item 2.22 acima, as obras de domínio público em língua portuguesa poderão ser inscritas quando fizerem parte de antologia, mas não configurarem o todo dela?

Resposta:

Antologias poderão ser formada por textos em domínio público. Será feita retificação esclarecedora.

QUESTÃO 6

4.10. As obras podem contemplar as seguintes sugestões de temas ou outros: (...)

Nas categorias 2 (Creche II) e 3 (Pré-escola) os temas elencados são exatamente iguais, está correto?

Resposta:

Os temas das categorias 2 e 3 são iguais.

QUESTÃO 7

4. Das características gerais das obras literárias destinadas à educação infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e ao ensino médio

4.13. As obras literárias poderão ser inscritas nos seguintes gêneros literários:

f. livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos.

Quanto aos livros de imagem, entende-se obras sem nenhum texto ou estão incluídas nesse gênero também obras com pouco texto, como costumam ser as de Educação Infantil, por exemplo?

Resposta:

Livros de imagens poderão ser sem texto ou com pouco texto.

QUESTÃO 8

4. Das características gerais das obras literárias destinadas à educação infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e ao ensino médio

4.20. Cada obra literária inscrita deverá incluir, no próprio volume, informações paratextuais que: (1) contextualizem o autor e a obra; (2) motivem o estudante para leitura e (3) justifiquem a correspondência entre a obra, a categoria, o(s) tema(s) e o gênero literário, exceto as obras da educação infantil. 4.20.1. As informações paratextuais são critérios de avaliação das obras dos anos iniciais do ensino fundamental e do ensino médio. *Solicitamos que o livro do aluno traga apenas a informação que contextualiza autor e obra (algo que poderia estar contido numa espécie de biografia ao final do livro). Justamente pelo fato de o*

material de apoio já conter tais orientações, entendemos não ser necessário que esses paratextos apareçam no miolo do livro que irá para o aluno.

Resposta:

Os itens serão mantidos sem alteração. As informações paratextuais deverão ser mantidas na obra do estudante.

QUESTÃO 9

4.21. /Anexo V/Glossário - Tendo em vista que o item 4.21 do Edital não especifica que o material digital tenha licença aberta, bem como não terá material do professor impresso, entendemos que a exigência do item 2.13 do Anexo V e a definição do item 8 do Glossário (Anexo I), não se aplicam ao presente Edital. *Está correto nosso entendimento?*

Resposta:

O entendimento está correto. O item de licença aberta do glossário será retirado.

QUESTÃO 10

No caso das obras literárias em língua inglesa destinadas ao ensino médio, as informações paratextuais devem ser necessariamente em inglês, necessariamente em português ou o idioma a ser usado fica a critério do editor?

Resposta:

Vide questão 4.

QUESTÃO 11

4. Das características gerais das obras literárias destinadas à educação infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e ao ensino médio

4.22. Para a educação infantil, o manual do professor digital, a ser apresentado de acordo com o item 4.2.1, deve estar em consonância com a BNCC ser apenas composto pelos materiais descritos nos itens 4.21.1 e 4.21.4.

O vídeo tutorial também é facultativo para Educação Infantil?

Resposta:

O material audiovisual é facultativo para todas as categorias, inclusive as da educação infantil.

QUESTÃO 12

4. Das características gerais das obras literárias destinadas à educação infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e ao ensino médio

4.24. Não será permitida a reinscrição de obras literárias inscritas em outro edital do PNLD que contemple obras literárias.

Gostaríamos de confirmar o nosso entendimento de que essa proibição se refere apenas às obras inscritas no PNLD 2020.

Resposta:

O texto do edital no PNLD 2018 Literário será retificado no sentido de vedar a reinscrição de obras já aprovadas em outro edital literário.

QUESTÃO 13

4.25. A obra deverá ter um único editor de todos os volumes que a compõem. *Sugerimos retirar esse trecho realçado acima, pois isso se aplica apenas a didáticos, correto?*

Resposta:

A menção a “volumes” será retirada no texto corrigido.

QUESTÃO 14

5. Da Acessibilidade

5.1 Em atendimento à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015, somente poderão participar dos certames do MEC os editores cujas obras inscritas estejam em formato acessível, conforme especificado neste edital.

Gostaríamos de confirmar o nosso entendimento de que a entrega das obras acessíveis, em seus diversos formatos, só deverá ocorrer após a sua aprovação.

Resposta:

A interpretação da Abrelivros está correta, ou seja, a entrega das obras acessíveis somente deverá ocorrer após sua aprovação. Frise-se, por oportuno, que não mais haverá a necessidade da entrega das mesmas obras distribuídas às escolas em formato Braille, restando apenas a obrigação de carregamento no SIMEC de arquivos em DOCX linearizados para a produção em Braille.

QUESTÃO 15

7. Da pré-inscrição

7.8. O editor deverá informar no sistema informatizado o nome de todos os autores da obra, assim identificados como pessoa física conforme constam no contrato de edição, na capa do livro e na ficha catalográfica.

Como isto se dará no caso dos autores estrangeiros? Há contratos que são firmados com as editoras proprietárias, e no contrato não costumamos ter acesso a dados dos autores. Nesse caso como informar o SIMEC?

Resposta:

O SIMEC terá campos específicos para autores com contratações nacionais e internacionais, de modo a particularizar os dados exigidos para cada tipo de contrato. Ademais, a retificação espelhará essa realidade.

QUESTÃO 16

7. Da Inscrição

7.41. A inscrição é composta pelo carregamento dos arquivos referentes à documentação e às obras no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, e a respectiva entrega do material físico e da documentação ao FNDE ou instituição por este indicada, observadas a relação de documentos disposta no Anexo V e as especificações técnicas do Anexo II.

9. Da Análise dos Atributos Físicos das Obras Literárias:

9.2. Os editores participantes do PNLD 2018 Literário serão convocados em dia, horário e local previamente agendados para entrega da documentação e das obras.

9.5. Para a análise de atributos físicos das obras literárias deverão ser entregues 02 (dois) exemplares.

Quando os exemplares físicos devem ser entregues: no dia da inscrição, como menciona a cláusula 7.41 ou quando chamado para análise técnica dos materiais, conforme cláusulas 9.2 e 9.5?

Resposta:

A retificação trará um novo fluxo para as etapas de inscrição. Para o PNLD 2018 Literário, as obras não mais deverão ser carregadas no SIMEC, mas entregues em DVD ao FNDE ou a instituição por ele indicada em dia e horário pré-agendados, dentro do período de inscrição. A inserção de dados e o carregamento de documentos, porém, continuarão a ser realizados via sistema.

A entrega das versões físicas tanto dos documentos quanto das obras será realizada em momento posterior e também ocorrerá em dia e horário pré-agendados.

Ressalvamos que para as obras inscritas nas Categorias 1 a 3 (Creches I e II e Pré-Escola), as versões físicas das obras deverão ser entregues, juntamente com os DVDs, durante a etapa de inscrição, ao Ministério da Educação ou a instituição por ele indicada

QUESTÃO 17

Anexo V, 2.10. Deverá ser carregada a cópia autenticada de diplomação e/ou titulação acadêmica, certificado ou declaração de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação realizado pelo (s) autor (es), coautor (es) e colaborador (es), emitido por instituição de ensino superior.

Entendemos que isto não cabe no caso de autores de obras literárias, pois, ao contrário das obras didáticas, não é necessário comprovar uma formação específica para que o autor esteja qualificado a escrever aquela obra. Além disso, no caso de autores estrangeiros, este item apresenta ainda mais dificuldade. É realmente necessário?

Resposta:

De fato, não há a necessidade de comprovação da formação do autor. Assim, a exigência será retirada.

QUESTÃO 18

Anexo V, 2.11. Declaração de Originalidade, assinada pelo editor e pelos autores, de que a obra apresentada no ato da Inscrição não é uma versão ou variante parcial ou total de outras obras inscritas no PNLD 2018 Literário (ressalvadas obras interdisciplinares), sob pena de incidir no item de exclusão, além das eventuais penalidades cíveis e penais cabíveis, modelo no Anexo X.

A Declaração de Originalidade também precisa ser assinada por estrangeiros? E, neste caso, é o próprio autor que precisa assinar, não a editora proprietária?

Resposta:

A Declaração de Originalidade não é necessária à obra literária e será retirada quando da retificação.

QUESTÃO 19

Anexo V, 2.15. No caso de obras editadas originariamente no estrangeiro, os editores deverão comprovar a titularidade do direito de edição da obra no Brasil, em Língua Portuguesa, mediante apresentação do contrato de edição ou do contrato de cessão de direitos firmado com o editor responsável pela edição da obra originária.

Os contratos estrangeiros precisam de assinatura de testemunhas? Os contratos estrangeiros precisam de firma reconhecida? Em programas passados isto não era necessário, considerando que há países que não realizam este procedimento.

Resposta:

A exemplo do que ocorre para os dados dos autores nos contratos nacionais e internacionais, o SIMEC trará campos específicos para cada tipo de contrato..

QUESTÃO 20

Item 2.3 do Anexo V. O editor deverá apresentar o contrato da obra firmado com os seguintes criadores intelectuais da obra: autor (es), coautor (es), adaptador (es), tradutor (es) e organizador (es) identificados como pessoa física.

Anexo VI, item D4. Consta firma reconhecida do(s) autor(es), organizador(es), adaptador(es), ilustrador(es) e/ou tradutor(es) no(s) contrato(s) apresentado(s).

Para evitarmos dúvidas em relação à documentação que de fato precisará ser apresentada, solicitamos a exclusão do termo ilustrador do item D4 do Anexo VI, com base no item 2.3 do Anexo 5, pg. 45 do Edital. Vejam que não há menção no item 2.3 transcrito acima acerca da apresentação do contrato com o ilustrador da obra.

Resposta:

Para evitar dúvidas quanto à documentação exigida, a figura do “ilustrador” será incluída no item nº 2.3 do Anexo V.

QUESTÃO 21

Anexo VII — Critérios da análise de atributos físicos – Lista de conformidades

Item F24: “Consta o componente curricular, para o ensino fundamental na lombada quadrada da obra impressa”.

Entendemos que este item se refere a obras didáticas e não a obras literárias, e, portanto, não cabe neste edital. Está correto o nosso entendimento?

Resposta:

O componente curricular não se aplica às obras literárias e será retirado quando da retificação.

QUESTÃO 22

Anexo VII, item C18. Ficha catalográfica e número de ISBN devem estar na folha de rosto.

Seria possível optar por colocar no verso da folha de rosto, na página de créditos?

Resposta:

O edital já trazia a possibilidade de a ficha catalográfica e o número ISBN constarem tanto na folha de rosto quanto em seu verso (Anexo II, item I). Porém, esse fato também será incluído no Anexo VII.

QUESTÃO 23

Anexo IX, item 2. Possui todos os instrumentos contratuais com os autores dos textos e demais coautores da(s) obra(s), inclusive com a autorização para disponibilização das obras em plataforma on-line, assumindo

o compromisso de apresentar os instrumentos contratuais se solicitado pelo FNDE em qualquer etapa do processo de aquisição regulado pelo Edital do PNLD 2018 Literário.

A disponibilização das obras em plataforma on-line não está detalhada em nenhum outro item do edital. Se é necessário pedir autorização aos autores e editores estrangeiros para essa disponibilização, precisamos de mais informações sobre como ela se dará. Temos uma preocupação grande especialmente no que diz respeito à proteção dos arquivos, e sabemos que isto será um ponto sensível especialmente, mas não exclusivamente, aos autores estrangeiros.

Resposta:

Não haverá a disponibilização das obras em plataforma on-line. O item será retirado do edital.

QUESTÃO 24

Solicitamos verificar em toda a extensão do edital as considerações sobre descaracterização das obras (itens 8.10; 9.18), pois achamos que isso não se aplica aos livros literários, apenas aos didáticos. Caso permaneça essa exigência, favor informar o que deverá ser colocado na capa e na folha de rosto deles.

Resposta:

As menções a obras descaracterizadas já foram retiradas do texto.

QUESTÃO 25

As obras escolhidas pelo corpo docente e dirigente da escola para utilização pelos alunos serão as mesmas que farão parte do acervo da escola?

Resposta:

O modelo de acervo a ser eventualmente utilizado no PNLD 2018 Literário está em estudo.

QUESTÃO 26

Dúvidas e comentários de Produção Gráfica

As especificações de papel do edital apresentam os seguintes problemas:

a) Unidade de medida da rigidez longitudinal e transversal do cartão das capas não é mN (como informado no edital) e sim gf.cm. *Estes valores informados como mN não existem. Solicitamos a revisão dessa questão.*

Resposta:

As especificações dos papéis foram feitas com base na Norma ABNT 14869-2 Livros didáticos. No caso em particular da rigidez existe um erro na norma, pois ela coloca a unidade de medida em Newtons (N, ou N-m), enquanto correto é mN, ou mN-m. O departamento de Soluções Tecnológicas de Madeira, Papel e Celulose do IPT participou da revisão das referências técnicas do Edital.

b) *A espessura do couche fosco informada (entre 61 e 67 micras), limita ao extremo a escolha de fornecedores. Nem o papel kromma da Suzano (71 micras) passa neste critério. Seria necessário permitir que a espessura fosse de 61 a 80 micras.*

Resposta:

O erro já havia sido detectado e já está na retificação a ser enviada nos próximos dias. A espessura correta é de 67 a 75 micras.

QUESTÃO 27

Dúvidas e comentários de Produção Gráfica

Anexo II, item 2, das características físicas das obras:

Acabamento

Para livros com mais de 48 páginas e até 64 páginas de miolo não há a opção de confeccionar em colagem PUR. Todavia, no explicativo dos acabamentos para os livros com mais de 48 páginas, devem-se observar as especificações, letra "d", página 29: "Para os livros com a lombada raspada e colada, ou raspada, fresada e colada, o processo de colagem deverá ser com a utilização de cola de poliuretano reativo (PUR)."

Logo, entendemos que para livros entre 48 e 64 páginas será admitido o acabamento em colagem PUR. Está correto nosso entendimento?

Resposta:

Será alterado o texto que trata das especificações complementares, excluindo-se a referência de números de páginas.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ESTEVAO PERPETUO MARTINS, Coordenador(a) de Habilitação e Registro**, em 16/04/2018, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILSON APARECIDO TROQUE, Coordenador(a)-Geral dos Programas do Livro**, em 16/04/2018, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FERNANDO UCHOA COSTA NETO, Diretor(a) de Ações Educacionais**, em 17/04/2018, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENILDA PERES DE LIMA, Usuário Externo**, em 17/04/2018, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0845754** e o código CRC **81B14029**.



SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL PNLD-LITERÁRIO 2018

A Sociedade civil, representada pelos signatários abaixo, vem a público manifestar seu repúdio ao Edital PNLD-literário 2018, pela forma redutora com que trata a literatura na escola, evidenciando contradições e conflito com o Plano Nacional do Livro e Leitura, em vigor no Brasil desde 2006, e com pesquisas e produções acadêmicas das áreas de letras, artes visuais, *design*, educação, entre outras.

O Plano Nacional do Livro e Leitura-PNLL dá especial atenção à literatura e, em conformidade com o que nos ensinou o professor Antônio Candido, destaca três funções essenciais da literatura para a formação vertical do leitor, quais sejam:

“a) a capacidade que a literatura tem de atender à nossa imensa necessidade de ficção e fantasia; b) sua natureza essencialmente formativa, que afeta o consciente e o inconsciente dos leitores de maneira bastante complexa e dialética, como a própria vida, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos; c) seu potencial de oferecer ao leitor um conhecimento profundo do mundo, tal como faz, por outro caminho, a ciência”(Brasil, PNLL, p. 22).

A literatura infantil materializa o encontro de três artes que dialogam entre si: a arte da palavra, as artes visuais, a arte do *design* gráfico editorial. Forma e conteúdo estão em relação e abertos à fruição, ao mundo ficcional, à imaginação, à reflexão sobre si mesmo, sobre o outro, sobre o mundo próximo e distante, estranho e familiar, ao diálogo de diferentes vozes. Nesta dinâmica, é possível se deslocar, transgredir, desviar. Portanto, o que se aprende com a literatura vai muito além de conteúdos específicos e explícitos.

O acesso das crianças brasileiras ao livro, na escola, deve contribuir para ampliar suas experiências éticas, estéticas e políticas como determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Entretanto, o referido Edital, além de estabelecer conteúdos, cerceia a forma e as práticas de leitura, pois especifica temas por faixa etária, determina tamanhos e formatos dos livros e inclui manuais didáticos de uso das obras na escola.

Um Edital do setor público dirigido às editoras implica formar e conformar o processo de escolha de títulos. Assim, as especificações do referido Edital, abre possibilidades para fazer



chegar às escolas brasileiras livros de qualidade duvidosa, pois fomenta a produção de títulos com as mesmas carência e deficiência implícita no Edital, impondo aos artistas (autores e ilustradores) uma restrição à sua criatividade e até mesmo uma censura por enquadrar as produções nos temas e formatos previamente definidos.

Determinar temas e vinculá-los a faixas etárias e propor fichas de leitura representa, sem dúvida, um retrocesso na democratização do acesso das crianças brasileiras à arte literária, uma redução da literatura, atribuindo a ela um caráter meramente pedagógico e limitando seu poder na escola.

Por estas razões, solicitamos ao FNDE que realize uma audiência pública, destinada aos artistas do livro infantil (autores e ilustradores), professores, mediadores de leitura e pesquisadores das áreas da educação e literatura, letras, artes visuais, *design*, com a finalidade de rever o Edital PNLD-literatura 2018 para que o direito à literatura seja garantido nas escolas públicas brasileiras.

Assinam:

Integrantes do Projeto “Leitura e escrita na Educação Infantil “ (Patrícia Corsino- UFRJ, Maria Fernanda Rezende Nunes- UNIRIO, Mônica Correia Baptista- UFMG, Vanessa Neves- UFMG, Rita de Cássia Coelho- UFJF e Ângela Rabelo Barreto)

MIEIB- Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil

NEPIE/UFPR - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil

FEIPAR - Fórum de Educação Infantil do Paraná

FEIPAR GT Guará: Guarapuava e região centro oeste

FEIPAR GT Pirapó: Região Noroeste

FEIPAR GT Pezinho Vermelho, de Londrina e Região

Fórum de Educação Infantil Zona da Mata de MG

Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância NEPE/FURG